

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DOUTORADO

SIMONE BARRETO LOURENÇO DA SILVA

CONSERVADORISMO, PERTENCIMENTO RELIGIOSO E PROFISSÃO
O CASO DO SERVIÇO SOCIAL

Recife
2022

SIMONE BARRETO LOURENÇO DA SILVA

CONSERVADORISMO, PERTENCIMENTO RELIGIOSO E PROFISSÃO
O CASO DO SERVIÇO SOCIAL

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Religião da UNICAP, para obtenção do
título de Doutora em Ciências da Religião.
Orientador: Prof. Dr. José Afonso Chaves

Recife
2022

S586c Silva, Simone Barreto Lourenço da.
Conservadorismo, pertencimento religioso e profissão :
o caso do serviço social / Simone Barreto Lourenço da Silva,
2022.
213 f. : il.

Orientador: José Afonso Chaves
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da
Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2022.

1. Religião. 2. Serviço social - Aspectos religiosos.
3. Hegemonia. 4. Conservantismo. 5. Ética. I. Título.

CDU 2

Pollyanna Alves - CRB-4/1002

SIMONE BARRETO LOURENÇO DA SILVA

CONSERVADORISMO, PERTENCIMENTO RELIGIOSO E PROFISSÃO
O CASO DO SERVIÇO SOCIAL

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Religião no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP.

Avaliada em: 30 / 06 /2022

Prof. Dr. José Afonso Chaves (UNICAP)

Prof. Dr. Drance Elias da Silva (UNICAP)

Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza (UNICAP)

Prof. Dra. Miriam de Souza Leão Albuquerque (UNB)

Prof. Dr. José Roberto de Souza (FATIN)

AGRADECIMENTOS

O processo de criação é sempre uma relação dialética, uma circunstância que causa angústias, desafios, por um lado, superação e, realização por outro. Mas de alguma forma, ou de muitas, esse é o movimento da vida! Viver é criar e recriar a todo momento.

A esfera da criação no âmbito acadêmico-científico, por vezes, nos traz ansiedades, dúvidas, exigências, porém, é possível imprimir leveza em meio a formatos e diretrizes, e, assim foi esse estudo em minha vida. Uma temática atual, instigante, intrigante, concreta/real, que, ao tempo das minhas elaborações, podia ler e discutir no cotidiano, com pessoas do convívio, as questões postas na problemática estudada. Que felicidade poder contribuir com esse trabalho para a ampliação das discussões e mudanças em sociedade! Acredito que esse é o grande objetivo dos trabalhos científicos da minha área de atuação.

Para poder realizar o desafio de finalizar um doutorado e uma tese seria impensável e impossível sem a ajuda, compreensão e colaboração de pessoas, quer seja questionando, colocando desafios, quer seja apoiando, compreendendo ou respeitando. Todas as pessoas que se envolveram direta ou indiretamente nesse processo foram importantes. Algumas se faz necessário elencar, pela maior contribuição decorrente da proximidade de ideias e de convívio.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que me deram a vida e a educação necessária para que eu tenha chegado até este patamar. Professor Reginaldo, pai educador, aquele que me serviu de referência por seu amor pela música e pela atividade acadêmica exemplar (não só a mim como a todos os alunos que o tiveram como professor), pessoa sempre sensata, de quem aprendi valores morais e éticos indispensáveis ao meu convívio em sociedade; e à Dona Conchita, pela determinação, garra, alegria de viver e por ter conquistado um diploma universitário “tardiamente”, já na fase madura da vida. A ambos, infinitamente, não só agradeço, como dedico este trabalho e degrau alcançado.

Aos meus filhos queridos e amados, Alexandre, Tália, Vinícius e Ravi, pela existência na minha vida, por contribuírem para o meu crescimento constante e por me instigarem a pensar de outra forma e a rever os meus conceitos. Vocês são luz, são cor, são esperança e me dão forças para enfrentar os desafios e dificuldades,

além de me darem o apoio nos momentos em que necessito de compreensão. No nosso lar, o diálogo sempre prevaleceu e é ele que nos move para um tear em que as linhas irão tecer uma sociedade mais justa e democrática.

Especial agradecimento ao meu colaborador-estagiário-filho Vinícius Maçaira, pelo trabalho desenvolvido na coleta dos dados da pesquisa. Foi fundamental a sua participação no estudo, com a paciência, cuidado, atenção e carinho com as quais desenvolveu a tarefa.

Gratidão às minhas irmãs, Ceres, Juliane e Adriana e ao inesquecível irmão Reginaldo Filho (Juninho), que certamente está feliz, lá do alto, ao ver a minha conquista!

Gratidão a Ismael Portela, namorado e companheiro de jornada, amor de uma vida, pela compreensão e carinho nos momentos mais difíceis, pelo estímulo e vibração por cada conquista minha, por se interessar pela temática e contribuir com as discussões existentes neste estudo, com envolvimento em leituras do meu material e debates riquíssimos, quase sempre regados a vinho!

À equipe da Sustentabilidade e da Corregedoria Geral de Justiça do TJPE, em especial ao Corregedor, Dr. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, pela compreensão e sensibilidade diante das minhas demandas em consequência da elaboração da tese.

À minha amiga-irmã Rita Borges, por estar sempre presente em momentos alegres e tristes, por contribuir para a ampliação da minha consciência, por refletir sobre a vida e sobre questões éticas, pela sensatez e por ser quem é: iluminada! Gratidão sempre por sua amizade.

À minha amiga-irmã, Maria do Carmelo (Titi), com quem as trocas são sempre inteligentes, prazerosas e fundamentais na minha vida! Faz parte daquelas amizades que contribuem para a vida fazer sentido, para me servir de guia e iluminar os meus caminhos, para ser ombro, ouvidos e olhos. Sempre presente em momentos mais importantes, sempre! Nossa sintonia fina só aumenta ao longo dos anos e, ainda bem que eu “voltei naquela segunda” do ano de 1992! De lá pra cá, só companheirismo!!!

Às amigas-irmãs Sabrina e Dolores, certamente as mais antigas amigas da minha vida, dos tempos da adolescência. Que bom que não nos perdemos e ainda mantemos a nossa alegria e amizade. Obrigada pelas risadas, pelos diálogos e discussões polêmicas sobre política, mas, principalmente, pela força em relação ao

meu tema de tese, pelas colaborações com textos e sugestões. Vocês estão sempre presentes!

A minha vida e o doutorado não fariam sentido se não houvesse a música e, por esse motivo, agradeço aos amigos músicos que estiveram mais próximos nesse período, durante o processo de construção da tese, em especial aos queridos Alex Sobreira e Tadeu Costa, dois companheiros de trajetória, sempre presentes e dispostos a colaborar para o meu crescimento. A Tadeu, amigo de longas datas, agradeço pelas palavras de estímulo e tranquilidade sempre que me via angustiada, por ser amigo fiel, sensível, e por estar de mãos dadas comigo, por acreditar no meu potencial, e pela parceria nas gravações, shows e composição. E a Alex, pela aproximação mais recente, porém, não menos importante. Acompanhou a etapa final da elaboração da tese, em meio às dificuldades e superações, sempre com interesse pela temática, desejoso em realizar a leitura do material, sempre com reflexões inteligentes e importantes. Na música e na vida, já se faz presente pela amizade que vem se construindo e pela parceria em shows e apresentações, com dedicação e competência!

Aos professores do curso de Doutorado em Ciências da Religião, que contribuíram para o amadurecimento da minha temática e ampliação do universo de abstração.

À professora doutora Miriam Souza Leão, pela amizade de tantos anos, por compartilharmos do mesmo pensamento sobre ética, direitos e justiça social. Por termos trilhado a graduação juntas e não termos nos perdido ao longo dos anos. A vida nos proporcionou muitos encontros, ao ponto de tê-la na minha banca de defesa de tese! Um presente, certamente, ter alguém tão criteriosa, competente e sensata, além de grande conhecedora da temática discutida.

Aos demais professores doutores que participaram da minha banca de defesa da tese, pela competência, empenho e valiosas colaborações.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor José Afonso Chaves, colega de docência, amigo, mestre. As nossas orientações sempre foram momentos de grande crescimento, de abertura, de respeito às ideias, de compreensão, o que fez com que as dificuldades fossem minimizadas. Sempre sensato, tranquilo, possuidor de extrema inteligência e competência, colaborou com maestria para a minha realização enquanto pesquisadora e contribuiu para a minha realização pessoal. Minha admiração só aumenta a cada dia!

Aos demais parentes e amigos, por estarem direta ou indiretamente presentes nesta tese, a minha gratidão.

Morte, luto, tristeza, noite e dia
É preciso calar a negação
Nós estamos em época sombria
Mas no fim desse túnel há clarão

É preciso estancar essa sangria
Com o bem se desfaz a maldição
Com amor se retoma a alegria
Reacende-se o riso da nação

Já que o anjo do mal não renuncia
Tudo cobre com o véu da escuridão
Vamos pôr toda a nossa energia
Nesse grito de indignação
Um homem sem juízo e sem noção
Não pode governar esta nação

Vencerão a justiça e a poesia
É preciso calar a negação
Nós estamos em época sombria
Mas no fim desse túnel há clarão

Um homem sem juízo e sem noção
Não pode governar esta nação
(Zeca Baleiro e Joãozinho Gomes)

RESUMO

O contexto atual é marcado pela ampliação do neoconservadorismo e da aliança com a direita conservadora religiosa Cristã, na esfera política, econômica, social e cultural e, por esse motivo, repercute nos comportamentos individuais e coletivos e nas profissões. Diante desse cenário, o nosso problema de pesquisa baseia no interesse em saber em que medida o pertencimento religioso do profissional influencia no seu discurso e prática, contribuindo para repercussões éticas. Defendemos a tese, portanto, que o pertencimento religioso do profissional repercute nos seus posicionamentos e na sua ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos éticos e, para tanto, tomamos como exemplo, o caso do Serviço Social, pela trajetória de articulação dessa profissão com a religião cristã em suas denominações Católica e Protestante. Nosso objetivo foi estudar as repercussões do pertencimento religioso do assistente social de base neoconservadora cristã Pentecostal, Neopentecostal e Católica nos seus posicionamentos e na sua ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos éticos e enfrentamentos ao projeto ético-político da categoria. No âmbito da metodologia, a pesquisa possuiu abordagem qualitativa e adotamos a Análise de Discurso Crítica-ADC segundo Norman Fairclough, que representa a escola linguística britânica do final do século XX, que considera o discurso como relação de poder e, deste modo, utiliza-se do conceito de hegemonia de Gramsci enquanto prática que se relaciona às ideologias e correlação de forças. Utilizamos, para a coleta de dados, a página pública do *Facebook* denominada “Serviço Social Libertário”, na qual identificamos e selecionamos postagens (*posts, flyers*) do conteúdo do documento denominado “23 Teses para o Serviço Social Brasileiro” de Oliveira (2017), nos quais destacamos de número 1, 5, 7, 12, 13, 15; e o terceiro capítulo da monografia “Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador”, com autoria de Souza (2018). Os resultados do estudo apontam para a confirmação da tese inicial, pois evidenciase a existência de embates neoconservadores de cariz religioso Cristão, contrários ao projeto ético-político da categoria, sendo a página um local de luta hegemônica. Não obstante o estudo ocorrer no âmbito do Serviço Social, a repercussão se dá em todas as profissões, se caracterizando como cenário de ameaça ao Estado democrático de direito.

Palavras-chave: religião; serviço social; ética; hegemonia; neoconservadorismo; conservadorismo cristão; projeto ético-político do serviço social.

ABSTRACT

The current context is marked by the expansion of neoconservatism and the alliance with the conservative Christian religious right, in the political, economic, social and cultural sphere and, for this reason, it affects individual and collective behavior and professions. Given this scenario, our research problem is based on the interest in knowing to what extent the professional's religious belonging influences their discourse and practice, contributing to ethical repercussions. We defend the thesis, therefore, that the professional's religious belonging affects their positions and their interventional action, contributing to the existence of ethical consequences and, therefore, we take the case of Social Work as an example, due to the trajectory of articulation of this profession. with the Christian religion in its Catholic and Protestant denominations. Our objective was to study the repercussions of religious belonging of Pentecostal, Neo-Pentecostal and Catholic neoconservative Christian social workers in their positions and intervention, contributing to the existence of ethical developments and confrontations to the ethical-political project of the category. In terms of methodology, the research had a qualitative approach and we adopted the Critical Discourse Analysis-CDA according to Norman Fairclough, which represents the British linguistic school of the late twentieth century, which considers discourse as a power relation and, thus, uses it. Gramsci's concept of hegemony as a practice that is related to ideologies and correlation of forces. For data collection, we used the public Facebook page called "Libertary Social Service", in which we identified and selected posts (posts, flyers) from the content of the document called "23 Theses for the Brazilian Social Service" by Oliveira (2017), in which we highlight numbers 1, 5, 7, 12, 13, 15; and the third chapter of the monograph "Religion and Social Service: freedom of belief and expression of the Christian and conservative social worker", authored by Souza (2018). The results of the study point to the confirmation of the initial thesis, as the existence of neoconservative conflicts of a Christian religious nature is evidenced, contrary to the ethical-political project of the category, with the page being a place of hegemonic struggle. Notwithstanding the fact that the study takes place within the scope of Social Work, the repercussion occurs in all professions, characterizing itself as a scenario of threat to the democratic rule of law.

Keywords: religion; social service; ethic; hegemony; neoconservatism; Christian conservatism; ethical-political project of social work.

ABSTRACTO

El contexto actual está marcado por la expansión del neoconservadurismo y la alianza con la derecha religiosa cristiana conservadora, en el ámbito político, económico, social y cultural y, por ello, afecta comportamientos y profesiones individuales y colectivas. Ante este escenario, nuestro problema de investigación se fundamenta en el interés por conocer en qué medida la pertenencia religiosa del profesional influye en su discurso y práctica, contribuyendo a las repercusiones éticas. Defendemos la tesis, por tanto, de que la pertenencia religiosa del profesional incide en sus posiciones y en su acción intervencionista, contribuyendo a la existencia de consecuencias éticas y, por tanto, tomamos como ejemplo el caso del Trabajo Social, por la trayectoria de articulación de esta profesión con la religión cristiana en sus denominaciones católica y protestante. Nuestro objetivo fue estudiar las repercusiones de la pertenencia religiosa de los trabajadores sociales cristianos pentecostales, neopentecostales y católicos neoconservadores en sus posiciones e intervención, contribuyendo a la existencia de desarrollos éticos y enfrentamientos al proyecto ético-político de la categoría. En cuanto a metodología, la investigación tuvo un enfoque cualitativo y se adoptó el Análisis Crítico del Discurso-CDA según Norman Fairclough, que representa a la escuela lingüística británica de finales del siglo XX, que considera el discurso como una relación de poder y, por tanto, lo utiliza. El concepto de hegemonía de Gramsci como práctica relacionada con las ideologías y la correlación de fuerzas. Para la recolección de datos utilizamos la página pública de Facebook denominada "Servicio Social Libertario", en la cual identificamos y seleccionamos publicaciones (publicaciones, volantes) del contenido del documento denominado "23 Tesis para el Servicio Social Brasileño" de Oliveira (2017). , en el que destacamos los números 1, 5, 7, 12, 13, 15; y el tercer capítulo de la monografía "Religión y servicio social: libertad de creencia y expresión del trabajador social cristiano y conservador", de Souza (2018). Los resultados del estudio apuntan a la confirmación de la tesis inicial, pues se evidencia la existencia de conflictos neoconservadores de carácter religioso cristiano, contrario al proyecto ético-político de la categoría, siendo la página un lugar de lucha hegemónica. No obstante que el estudio se desarrolla en el ámbito del Trabajo Social, la repercusión se da en todas las profesiones, caracterizándose como un escenario de amenaza al Estado de Derecho democrático.

Palabras llave: religión; servicio social; principio moral; hegemonía; neoconservadurismo; Conservadurismo cristiano; Proyecto ético-político de trabajo social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O Serviço Social Libertário- Quem Somos.....	128
Figura 2	Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Discussão Político-Partidária.....	130
Figura 3	Conservadorismo Cristão – Combate ao Socialismo	133
Figura 4	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Lógica de Mercado.....	136
Figura 5	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Não inscrição no Conselho de Classe.....	139
Figura 6	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Revisitando Mary Richmond.....	142
Figura 7	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social-Confronto Teórico.....	146
Figura 8	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 1.....	151
Figura 9	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 7.....	155
Figura 10	Conservadorismo Religioso Cristão — Tese 12.....	158
Figura 11	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 5...	160
Figura 12	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 13	165
Figura 13	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 15	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Quem Somos-Análise das Postagens.....	129
Tabela 2	Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Discussão Político-Partidária - Análise ADC.....	131
Tabela 3	Conservadorismo Cristão – Combate ao Socialismo- Análise ADC.....	135
Tabela 4	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Lógica de Mercado- Análise ADC.....	138
Tabela 5	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Não inscrição no Conselho de Classe- Análise ADC.....	140
Tabela 6	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Revisitando Mary Richmond- Análise ADC.....	145
Tabela 7	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social-Confronto Teórico-Análise ADC.....	149
Tabela 8	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Tese 1- Análise ADC.....	153
Tabela 9	Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 7- Análise ADC.....	156
Tabela 10	Conservadorismo Religioso Cristão Tese 12- Análise ADC.....	159
Tabela 11	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia – Tese 5 – Análise ADC.....	163
Tabela 12	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia- Tese 13 — Análise ADC.....	167
Tabela 13	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 15 - Análise ADC.....	170
Tabela 14	Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia - Religião, Serviço Social e as Liberdades Individuais- Análise ADC	176

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A EMERGÊNCIA DO NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO NO BRASIL.....	24
2.1	O conservadorismo moderno.....	24
2.2	A ideologia conservadora.....	35
2.3	O neoconservadorismo e seus principais expoentes.....	40
2.4	O neoconservadorismo no Brasil e a ascensão neopentecostal.....	48
2.5	A influência do neoconservadorismo na intervenção profissional.....	52
3	A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA PROFISSIONAL E MORAL RELIGIOSA.....	58
3.1	A perspectiva da práxis da ética.....	58
3.2	Ética e moral.....	64
3.3	Moral religiosa e ética profissional.....	70
3.4	Ética profissional do serviço social e o conservadorismo moral.....	80
4	O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI EM MEIO AOS CONTEXTOS DISCURSIVOS DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS.....	89
4.1	O conceito de hegemonia em Gramsci.....	89
4.2	O contexto discursivo da correlação de forças.....	99
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	109
5.1	A Análise de Discurso Crítica-ADC.....	109
5.2	O método.....	112
5.3	O universo de pesquisa.....	118
6	AS EXPRESSÕES DAS FORÇAS NEOCONSERVADORAS NO CENÁRIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	127
6.1	Os discursos contra-hegemônicos e a relação com o conservadorismo.....	127

6.1.1	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA	128
6.1.2	CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO.....	133
6.1.3	FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL.....	136
6.2	As 23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro.....	150
6.2.1	FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL.....	151
6.2.2	CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO.....	158
6.2.3	PROJETO ÉTICO POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA.....	160
6.3	O TCC — novas expressões do neoconservadorismo cristão.....	171
6.3.1	FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL.....	172
6.3.2	CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO.....	173
6.3.3	PROJETO ÉTICO POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA.....	175
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS.....	191
	ANEXO A.....	198
	ANEXO B.....	199
	ANEXO C.....	200
	ANEXO D.....	201
	ANEXO E.....	202
	ANEXO F.....	203
	ANEXO G.....	204
	ANEXO H.....	205
	ANEXO I.....	206
	ANEXO J.....	207
	ANEXO K.....	208
	ANEXO L.....	209
	ANEXO M.....	210

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, marcado pelo crescimento do conservadorismo no cenário político, notadamente influenciado e patrocinado pelas instituições religiosas cristãs, identificam-se repercussões significativas na sociedade, com desdobramentos nos comportamentos individuais e coletivos, nas instituições, na cultura, na economia e nas profissões.

A nova face do conservadorismo— o neoconservadorismo—, se caracteriza pela maior vinculação com os segmentos religiosos cristãos, mais especificamente os Pentecostais e Neopentecostais, que passaram a ocupar lugar de destaque no âmbito político, mediante patrocínio das forças políticas no cenário mundial, com apoio e financiamento de candidaturas e a propagação da ideologia cristã por intermédio das mídias.

A atual configuração do contexto político, econômico e social no Brasil, com o crescente fortalecimento das forças neoconservadoras cristãs, ocasionou o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e a ascensão do Presidente Jair Bolsonaro à presidência da República, um explícito representante do neoconservadorismo religioso cristão. Essa conjuntura apresentou significativos impactos na realidade do país, agravando as intolerâncias religiosas, o preconceito diante das diferentes orientações sexuais e das relações homoafetivas, na defesa do Estado mínimo e no desmonte dos direitos sociais conquistados ao longo dos governos populares de Lula e Dilma. Os impactos se fazem presentes no cotidiano da sociedade, que vem sofrendo mudanças relacionais e institucionais, contribuindo para evidenciar repercussões ideológicas e hegemônicas.

Diante do cenário apontado, partimos do pressuposto de que o pertencimento religioso do profissional repercute nos seus posicionamentos e na sua ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos éticos e, para tanto, o nosso problema de pesquisa se baseia no interesse em saber em que medida o pertencimento religioso do profissional influencia no seu discurso e prática, contribuindo para repercussões éticas. Nesse sentido, o conflito entre uma moral religiosa e uma ética profissional se encontra subjacente aos questionamentos.

Tomamos como exemplo, o caso do Serviço Social, pela trajetória de articulação dessa profissão com a religião cristã em suas denominações Católica e

Protestante e defendemos a tese que, na atualidade, o pertencimento religioso do assistente social de base cristã neoconservadora, dos segmentos Pentecostais, Neopentecostais e Católicos, repercute no projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, por se contrapor aos preceitos teóricos e metodológicos construídos e consolidados a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, ocorrido desde a década de 1960.

Nosso objetivo, portanto, foi estudar as repercussões do pertencimento religioso do assistente social de base neoconservadora cristã Pentecostal, Neopentecostal e Católica nos seus posicionamentos e na sua ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos éticos e enfrentamentos ao projeto ético-político da categoria.

A escolha do objeto de estudo tem como justificativa, não apenas o cenário atual que vivenciamos no mundo e no Brasil, mas também a trajetória de articulação dessa profissão com a religião cristã em suas denominações Católica e Protestante, bem como pelo fato de ter sido a profissão que abracei, por ocasião do meu ingresso na graduação em 1982 e tendo firmado compromisso, a partir da conclusão do curso, em 1986, de cumprir os preceitos do Código de Ética que rege a profissão, bem como, seguir o projeto ético-político da categoria. Vale salientar, que a trajetória profissional por mim seguida, contemplou desafios e lutas ao longo de uma carreira de 35 anos, com atuação em diversas áreas do Serviço Social, desenvolvendo ações em Empresa; Saúde Mental; Assistência Social; Educação; Comunidades (Desenvolvimento de Comunidades); Docência e Sociojurídico, esse último com ação nas áreas da Infância, Juventude e Família, na Gestão de Pessoas, no Socioambiental e no Planejamento, ao longo de 27 anos de atuação, sempre agregando à prática profissional, os fundamentos teóricos e metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da categoria.

Ter vivido momentos importantes, como o processo de transição do Serviço Social conservador para as novas e atuais direções teóricas e metodológicas, ampliaram a minha visão enquanto assistente social que sempre atuou no campo, com experiência institucional e também acadêmica, ao longo dos anos, priorizando o real interesse da população usuária enquanto sujeitos de direitos e possibilitando a ampliação dos espaços de discussão e conquistas no âmbito institucional. Por esse motivo, evidenciar o crescimento de forças contrárias ao projeto ético-político da categoria, em tempos cujo viés neoconservador se fortalece, sobretudo, a partir do

impeachment/golpe da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, bem como, ter acesso às diversas formas de ataques, enfrentamentos e, embates, na sociedade, instituições e mídias, sugerem o estudo e a análise, para se preservar as conquistas históricas da profissão e contribuir para a manutenção e fortalecimento do Estado democrático de direito.

Identifica-se, na atualidade, que o pertencimento religioso do assistente social de base cristã neoconservadora repercute no projeto ético-político, atualmente hegemônico do Serviço Social, por se contrapor aos preceitos teóricos e metodológicos construídos a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, desde a década de 1960 e que foram consolidados nos anos 1990. Tais preceitos, considerados progressistas e valorizadores dos direitos humanos, considera as desigualdades sociais provenientes da relação de produção capitalista, que é relação antagônica entre as classes fundamentais (burgueses e proletários) e que geram lutas constantes. A classe trabalhadora, nesse cenário, se vê destituída da riqueza por ela gerada, não apenas em termos de monetarização, mas, também, em termos de direitos sociais. O projeto ético-político da profissão, portanto, abarca a compreensão da necessidade do atendimento àqueles cujos direitos são ameaçados ou violados, que são, em grande medida, a classe trabalhadora.

Para tanto, discorreremos criticamente sobre o Serviço Social, seu surgimento vinculado à religião cristã e o projeto ético-político da profissão, agregando à discussão, a emergência do neoconservadorismo religioso cristão no Brasil e a relação entre moral religiosa e ética profissional, com rebatimentos no posicionamento profissional.

Nesse sentido, nos baseamos na concepção de religião pautada na dimensão relacional social, ou seja, de uma relação do homem com algo transcendente, que envolve a vida em todas as dimensões, não havendo separação entre a vida cotidiana e o profano, sagrado. Para tanto, nos aproximamos da perspectiva sociológica de religião, em que a dicotomia sociedade e religião estão presentes e consideramos a visão dialética da realidade, existente entre teoria e prática, entre discurso e ação, pois se utiliza da perspectiva complementar e dinâmica que existe entre ambas; no entanto, considero a religião Cristã como fundamento das análises presentes nessa tese, tendo em vista a relação do neoconservadorismo, Serviço Social e Cristianismo existente.

O trabalho justifica-se pela atualidade, relevância e inovação do estudo em tempos contemporâneos, haja vista a existência de influências cada vez mais significativas dos segmentos cristãos neoconservadores nos direcionamentos políticos e sociais do Brasil. Particularmente na área do Serviço Social, a importância do estudo ocorre sobretudo pelo surgimento de discursos e direcionamentos neoconservadores de parcela da categoria profissional nos espaços acadêmicos, profissionais e nas redes sociais, com evidências de base religiosa e que se apresentam contrários, podendo vir a ser uma ameaça ao projeto ético-político da profissão, e, em última instância, uma ameaça ao Estado democrático de direitos.

No âmbito da metodologia, a pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada, e tem como base a dialética, como forma de compreensão da realidade, considerando-a como dinâmica e contraditória.

Para a coleta dos dados, utilizamos a mídia social para analisar os posts, textos e documentos existentes na comunidade pública do *Facebook* denominada “Serviço Social Libertário”. Justifica-se a escolha, em razão do crescente uso, na atualidade, desses dispositivos como ferramenta de sedimentação de posturas e posicionamentos diversos, sendo, inclusive, instrumento de veiculação de campanhas eleitorais, *fakenews*, discursos e propostas de governo, entre outros.

A internet tem se apresentado, ao longo dos anos, como um espaço para utilização de procedimentos e técnicas de coleta de dados no desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos. Por ser um espaço recente, alguns desafios se colocam ao pesquisador na escolha do método, no entanto, o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa na área vem conferindo credibilidade e o aumento de adeptos nas Ciências Sociais, conforme tratam Camboim; Bezerra e; Guimarães (2015); Tainan e Machado (2015); Fragoso, Recuero e Amaral (2011); Silva (2011).;

Camboim; Bezerra e; Guimarães (2015) desenvolveram estudo sobre técnicas de pesquisa qualitativa na internet e discorrem sobre as principais, sendo a Entrevista On-Line, Grupos Focais On-Line, Etnografia Virtual e Análise de documentos na Internet as mais utilizadas, podendo haver o uso de procedimentos associados, simultaneamente. Utilizamos a análise de documentos e a Análise de Discurso Crítica-ADC.

Adotamos a Análise de Discurso Crítica-ADC segundo Norman Fairclough (2016), que representa a escola linguística britânica do final do século XX. A escola

britânica se assemelha à francesa a partir da dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social, mas inova quando examina mais profundamente, não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel crucial na transformação social, pois o discurso é reflexo e resultado da dinâmica da sociedade, em seus aspectos culturais, ideológicos, econômicos, políticos, sendo também influenciador dessa realidade. Além de Fairclough (2016), nos baseamos em Orlandi (2020); van Dijck (2018); Batista Jr., Sato e Melo (2018) e Gill (2007) para a análise do material. Fairclough (2016) considera o discurso como relação de poder e, para tanto, utiliza-se do conceito de hegemonia de Gramsci enquanto prática que se relaciona às ideologias e correlação de forças.

Para discorrer sobre o tema apresentado, o trabalho se divide em cinco capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, abordaremos o conservadorismo moderno, com seus expoentes principais. Os conservadores se posicionaram contrários aos ideais da Revolução Francesa. Destacamos três referências, a saber, os pensadores franceses Joseph DeMaistre, Louis De Bonald, considerados conservadores contrarrevolucionários, e o irlandês Edmund Burke, denominado conservador tradicionalista e principal representante do pensamento conservador. No século XX Mannheim se apresenta como representante do conservadorismo, que a partir da análise do conservadorismo alemão no século XIX, contribuiu para a distinção entre tradicionalismo e conservadorismo. Porém, o autor também trata da questão da ideologia conservadora. Ainda nesse capítulo, tratamos da discussão sobre ideologia, presente em autores como Mannheim, Karl Marx e Engels e suas distinções.

No mundo contemporâneo, o conservadorismo retoma a sua força e se apresenta com nova roupagem: o neoconservadorismo, particularmente a partir da guerra fria e dos anos 1970, sob impulso do imperialismo norte americano. Tratamos desse tema nos baseando em Teixeira e Callandrelli (2017); Quadros (2014); e os autores mais expressivos estadunidenses são Richard Weaver, Robert Nisbet, Russell Kirk e William Buckley Jr. Já na comunidade do Reino Unido, temos as contribuições de Michael Oakeshott, Roger Scruton e Theodore Dalrymple. Em Portugal, o principal representante do pensamento conservador é João Pereira Coutinho, e no Brasil, apesar de não termos estudos muito aprofundados sobre o

tema, alguns teóricos transitam por essa área, como Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield.

Um traço marcante do neoconservadorismo é a relação com a religião cristã em suas denominações Católica, mas, sobretudo, Evangélica pentecostal e neopentecostal. O Brasil vive tempos em que a instalação e consolidação de bancadas temáticas no Congresso Nacional vêm tendo relevância e força no cenário político. Sobre esse assunto buscamos base teórica em Lacerda (2019); Pierucci (1987, 2013); Dip (2018); Cepêda (2018).

Diante das influências marcantes do conservadorismo na sociedade, a sua capilaridade se estende às áreas profissionais. Tratamos desse assunto discorrendo primeiramente sobre o *status*, propósito e significado das profissões na sociedade. Sobre essa questão, nos baseamos em Weber (2007). Seguindo esse raciocínio, tratamos do surgimento do Serviço Social e sua evolução histórica, sobretudo, em relação à sua ligação com as Igrejas Católica e Protestante e o seu rompimento a partir do Movimento de Reconceituação nos anos 1960, até os dias atuais, quando se identificam expressões do conservadorismo na prática profissional. Para tanto, recorreremos a Iamamoto (2008); Simionatto (1995).

O segundo capítulo trata da relação entre ética profissional e moral religiosa, trazendo a discussão ética a partir de uma abordagem ontológica, por ter sua gênese no processo de autoconstrução do ser social, já que são construções sócio-históricas. Sobre esse tema, recorreremos a Netto e Braz (2012) e Barroco (2010). Na relação entre a ética e a moral, buscamos em Vázquez (2012) e Barroco (2010) os fundamentos para a discussão, como desdobramento dessa temática, a relação entre ética profissional e moral religiosa, em articulação que realizamos a partir dos estudos de Vázquez (2012); Cortina e Martínez (2005); Netto (2007) e Barroco (2010) e que desdobrou na compreensão do projeto profissional e da sua relação com o conservadorismo, presentes em Iamamoto (2008); Simões (2005); Barroco (2010); Netto (2007); Barroco e Terra (2012).

O terceiro capítulo discorre sobre o conceito de hegemonia em Gramsci em meio aos contextos discursivos da correlação de forças. Abordamos as principais teorias por ele estudadas, como a teoria do Estado ampliado, que inclui a existência de duas esferas distintas no âmbito da superestrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Porém, uma das mais importantes contribuições decorre do conceito de sociedade civil, já que é a partir dele que Gramsci enriquece o

pensamento de Marx. É na sociedade civil que se difunde a ideologia e as direções políticas e consensos, denominadas de hegemonia. Para Gramsci, na sociedade civil estão as instituições ditas privadas, responsáveis por elaborar ou disseminar as ideologias e não se caracterizam pelo uso da repressão. Sem sombra de dúvidas, Gramsci foi o teórico que mais contribuiu para os estudos sobre hegemonia no mundo contemporâneo ocidental.

Para obtermos o lastro teórico para as discussões deste capítulo, recorreremos a Simionatto (1995); Coutinho (1999); Gruppi (1978); e o próprio Gramsci (2002, 2020).

O quarto capítulo discorre sobre os procedimentos metodológicos adotados e trazemos a discussão sobre o contexto discursivo da correlação de forças, em que o discurso hegemônico, em todas as suas formas, o qual está imbuído de valor, moral, concepções de mundo, preconceito e sentimentos, possui ideias de uma classe ou grupo e contém a intenção de manutenção ou transformação de uma determinada realidade. Como categoria analítica, utilizamos a Análise de Discurso Crítica – ADC, que está alinhada com o conceito de hegemonia de Gramsci e é aplicada ao universo virtual, das mídias sociais. Para nos auxiliar nessa discussão tomamos as ideias de Fairclough (2016); van Dijk (2018); Gonçalves-Segundo (2018). Sendo assim, usaremos o texto como fonte principal de investigação e utilizaremos, para a análise dos textos, a terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough (2016), que trata do discurso como prática social, identificando-os em relação às ideologias e ao poder presente nos textos, bem como situando-os como luta ou consolidação hegemônica.

Nesse capítulo identificamos o universo da pesquisa, qual seja, a página pública do *Facebook* “Serviço Social Libertário” e, para tanto, realizamos uma análise crítica da página. Na análise, consideramos as postagens da página, particularmente os *posts*; seis, das “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”, de Olveira (2017), a destacar as de número 1, 5, 7, 12, 13, 15; e o terceiro capítulo da monografia “Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador”, de Souza (2018). A seleção do material considerou a existência de conteúdos que faziam referência aos elementos tratados neste estudo, ou seja, neoconservadorismo, profissão, religião e hegemonia. Não inserimos aquelas que apresentam outro tema de discussão ou repetição da temática escolhida.

As análises dos textos utilizaram três categorias da ADC: significados das palavras, representação dos atores sociais e interdiscursividade, além dos elementos teóricos do Serviço Social, por possuírem relevante contribuição para o estudo.

O quinto capítulo apresenta a análise do material coletado, fazendo a relação com a teoria e metodologia que serviram de base para este estudo.

Ao final do nosso trabalho, tecemos considerações acerca dos resultados da análise realizada, em busca do atingimento dos nossos objetivos.

Tornou-se evidente a expressiva atuação de um grupo que utiliza as mídias sociais, os espaços acadêmicos e científicos, para deflagrar suas posições contrárias ao projeto ético-político vigente e hegemônico no Serviço Social. A página “Serviço Social Libertário” não é unicamente um local de trocas de ideias, mas, sobretudo, um espaço de luta hegemônica, construída para disseminar a ideologia conservadora no âmbito do Serviço Social, através do resgate da teoria e metodologia tradicionais, dos idos iniciais da profissão; do confronto aos avanços realizados pela categoria; da busca por desvirtuar o pensamento socio-crítico, mediante críticas superficiais.

O componente religioso não apenas se faz presente de forma subliminar nas críticas realizadas com veemência na página (praticamente todas as publicações possuem conteúdo contrário ao direcionamento atual da categoria), mas, também, de maneira direta, inserida nas “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro” de Oliveira (2017) e na monografia de Souza (2018).

Os seguidores, os organizadores da página e os colaboradores, demonstram uma postura pouco flexível em relação à possibilidade de diálogo com o conjunto da categoria, por acreditar que os órgãos representativos não deveriam existir, e por difundir a ideia de que estes são intransigentes e ditadores. Essa difusão gera consequências, principalmente para os que se encontram em processo de formação profissional. Os que se identificam com esse posicionamento, e já estão no exercício da profissão, encontram eco nas narrativas apresentadas pelo grupo, repercutindo nas ações e intervenções cotidianas. Identificamos, portanto, e de forma a atingir o nosso objetivo, que o pertencimento religioso neoconservador cristão do profissional influencia no seu posicionamento e ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos ético-políticos na profissão.

2A EMERGÊNCIA DO NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO NO BRASIL

2.1 O conservadorismo moderno

A Modernidade apresenta como característica fundamental, a expansão das relações entre povos, a abertura para o comércio, o início das cidades urbanas, as reformas religiosas, a ciência e o pensamento positivo-racional. As grandes navegações representam um dos marcos da Era Moderna, estabelecendo trocas culturais e comerciais entre povos distintos. Contrapõe-se à Era Medieval, que se caracterizou por possuir economia agrária presente nos feudos, relações sociais de servidão, existência de clero e nobreza com poderes de Estado, valores sociais baseados na tradição e no sangue. Dessa forma, a relação entre Igreja e Modernidade, se estabeleceu, de início, na forma de confronto, mas, aos poucos, foi se firmando uma relação dialógica.

A Era Moderna, ou também denominada Era da Razão, teve como elemento político-filosófico-cultural principal, o movimento Iluminista, que iniciou no século XVIII, destacando importantes teóricos que serviram de inspiração para as Revoluções que marcaram esse período, principalmente a Revolução Francesa, marco que delimita, historicamente, o fim da Modernidade, porém, essa delimitação se dá por decorrência de aspectos meramente didático e temporal, haja vista não ser possível estabelecer uma linha divisória de passagem, pela processualidade existente em toda transição. Os processos transitórios, por serem históricos, não se definem por nenhum evento específico, mas por um somatório de fenômenos novos que vão sendo incorporados aos já existentes, até a sua superação/substituição.

O sistema econômico que vai tomando forma e hegemonia na Era Moderna é o capitalismo. Esse novo modelo produtivo vai encerrando aos poucos as relações entre senhores feudais e vassalos, constituindo relações entre donos dos meios de produção e operários, denominados trabalhadores livres.

A Revolução Francesa, por outro lado, foi objeto de severas críticas entre diferentes correntes intelectuais. Sedimentou a democracia liberal e consolidou a defesa da propriedade, alvo de rebatimentos dos que defendiam o socialismo-comunismo e dos conservadores.

Sem dúvida, foi a Revolução Francesa a grande responsável pelo surgimento de teses e contra-argumentações, influenciadoras das novas correntes teóricas e ideológicas que surgiram nos séculos XVII e XIX. Mannheim sustenta que:

Qualquer estudo de estilos de pensamento característicos da primeira metade do século XIX deve começar do fato de que a Revolução Francesa operou como um agente catalizador tanto em relação a diferentes tipos de ação política como em relação a diferentes tipos de pensamento. (MANNHEIM1959, p. 81)

A crítica de Karl Marx à Revolução Francesa focava na falsa ideia de liberdade presente na ideologia dos revolucionários. Segundo Marx, o proletário jamais seria livre enquanto houvesse a propriedade privada dos meios de produção e a igualdade prometida pela Revolução Francesa se dava apenas no âmbito formal.

A Revolução Francesa também foi alvo de críticas pelos precursores do pensamento conservador na Modernidade. Destacamos três referências, a saber, os pensadores franceses Joseph DeMaistre, Louis De Bonald, considerados conservadores contrarrevolucionários, e o irlandês Edmund Burke, denominado conservador tradicionalista e principal representante do pensamento conservador. Foi Edmund Burke, o pioneiro, que escreveu a obra intitulada “Reflexões sobre a Revolução em França” na segunda metade dos anos 1790. O conjunto das reflexões sobre os últimos acontecimentos da Revolução na França incluem as ideias contrárias à liberdade e igualdade pregadas pelos revolucionários e amplia o rol de ideologias da Era Moderna. Segundo Nisbet (1987, p. 9), “O conservadorismo é uma das três ideologias políticas mais importantes dos últimos séculos no Ocidente, sendo as outras duas o liberalismo e o socialismo”. Apesar de Burke inspirar e gestar a ideologia conservadora a partir da obra Reflexões sobre a Revolução em França, apenas em 1830 o conservadorismo começou a se tornar presente na esfera política da Inglaterra, conforme trata Nisbet:

Só em 1830, em Inglaterra, o conservadorismo começou a fazer parte do discurso político. Mas a sua substância filosófica nasceu em 1790, com Edmund Burke, na sua obra Reflectionsonthe Revolution in France. Raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reacção à Revolução Francesa. Em notável grau, os temas essenciais do conservadorismo, durante os dois últimos séculos, não são mais do que a continuação dos temas enunciados por Burke com referência específica à França revolucionária(NISBET,1987, p.15).

De fato, Burke contempla elementos marcantes do conservadorismo em sua obra. Defende a monarquia hereditária, o tradicionalismo das leis, valorização dos antepassados, das reformas, da autoridade, do parentesco de sangue, da família, da moralidade austera, dos costumes e religião ortodoxa. Sobre a reação de Burke às ideias iluministas presentes no seu tempo, Bonazzi, discorre:

Sua investida contra o iluminismo, não fortuitamente provocada pela explosão da Revolução Francesa, não foi uma investida como filosofia que, mediante o esvaziamento sensacionista da metafísica, tinha feito do mundo exterior a agulha do equilíbrio espiritual do homem e via, por isso, na ação social, o lugar da autoconsciência humana, porque tal filosofia também fazia parte do seu mundo cultural; a sua reação era mais contra a idéia(*sic*) ativa que os iluministas tinham da razão individual, uma idéia que fazia da razão a medida do real; em consequência disso, ela não só se desenvolveria no mundo social, mas se tornaria também seu juiz, podendo exigir que ele fosse modificado em nome dos valores autônomos da razão (v. ILUMINISMO). Burke representa as posições daqueles que, sendo intérpretes e protagonistas das profundas mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas no cenário europeu a partir do século XVI, haviam dado início à mundanização da vida, sem, contudo, se afastar do ideal de um universo moral estável e ligado a um sistema de valores transcendentos.(BONAZZI, 1998, p.244)

Apesar de irlandês, Burke viveu grande parte da sua vida na Inglaterra e, diante da ascensão das ideias revolucionárias da França, muitos dos representantes políticos e da esfera administrativa inglesa, ao simpatizarem com aqueles ideais, sofreram severas críticas do pensador.

Sobre a revolução francesa, Burke analisa:

A Revolução Francesa é a mais extraordinária que mundo já viu. Os resultados mais surpreendentes se deram e, em mais de um caso, produzidos pelos meios mais ridículos e absurdos, da maneira mais ridícula e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos. Tudo parece fora do normal nesse estranho caos de leviandade e ferocidade, onde todos os crimes aparecem ao lado de todas as loucuras. Diante do espetáculo desta monstruosa tragicomédia, os mais opostos sentimentos se sucedem em nós e, algumas vezes, se confundem. Nós passamos do desprezo à indignação, do riso às lágrimas, da arrogância ao horror. (BURKE,1982, p.52)

O pensador via com desprezo as ideias presentes na França, por ocasião da revolução, pois seguiam rota distinta daquela na qual acreditava. Burke defendia a normalidade, característica do fisiologismo presente na ideologia conservadora. A fisiologia concentra aspectos singulares que colaboram com a identificação de traços significativos do conservadorismo nas narrativas. Nesse sentido, temos Rodrigues (2013) que discorre que os temas fisiológicos presentes no

conservadorismo se referem principalmente à fisiologia do casamento, do gosto, recurso à natureza e à experiência. Refere, ainda, que:

Esse pensamento dá ensejo a se compreender a natureza como estando ligada à história, com uma política natural baseada no progresso, no desenvolvimento da história, no legado da experiência, e não no homem. As ideias dos pensadores da tradição se constituem, eminentemente, em favor do “poder dos fatos”, partindo do princípio da desconfiança frente às abstrações. (RODRIGUES, 2013, p. 39)

Outra característica que retrata a especificidade do conservadorismo de Burke é a importância dada à herança, às leis, à obediência. A monarquia hereditária é defendida como algo natural na sociedade e as liberdades estariam diretamente relacionadas às ordens imperiais ao seu povo. Para o pensador, as leis deveriam ser conservadas, assim como a Constituição da Inglaterra o era, e, dela dependia a liberdade, denominada de liberdade tradicional. Assim, trata Burke (1982):

Nenhuma experiência nos ensinou que, sob qualquer outra forma de governo que não uma monarquia hereditária, nossas liberdades poderiam se perpetuar e se conservar no respeito como nosso direito hereditário. Um mal-estar violento e inesperado pode exigir uma medicação enérgica e excepcional; mas a sucessão hereditária do poder real caracteriza o estado de saúde da constituição britânica. (BURKE, 1982, p.63)

A defesa do pensador irlandês está na crença de que todas as reformas partiriam de referências do passado, contando com a experiência e a autoridade dos antepassados como alicerces para as construções da sociedade. A inovação, para Burke (1982), não passava de renovações e a herança familiar consanguínea seria a base das leis e da política. Sobre esse pensamento temos que:

Adotando esse princípio da herança, demos a nossa construção política a imagem de um parentesco de sangue; ligamos a nossa Constituição a nossos mais caros vínculos domésticos, dando a nossas leis fundamentais um lugar no seio de nossas afeições de família; enfim, unimos em nossos corações para querê-los com o calor de todos os nossos sentimentos combinados, nosso Estado, lares, túmulos e altares. (BURKE, 1982, p. 69)

Sendo assim, se as leis e a política estavam, segundo Burke (1982), atreladas à herança e à ancestralidade, a liberdade, conforme pregavam os teóricos do iluminismo e inspiradores da Revolução Francesa, seria algo próximo ou semelhante à balbúrdia, à falta de regras e de moralidade. Aliás, a moralidade é outro atributo do Conservadorismo Moderno tradicionalista. Segundo Rodrigues (2013), os temas

relacionados à moral são a honra, o patriotismo, o trabalho bem feito, a responsabilidade, a energia, a virilidade, o heroísmo, a valorização das elites como as responsáveis pela boa condução e promoção da vida social e espiritual. Ainda destaca que a moral burkiana estava fortemente relacionada com a fé e os ideários religiosos cristãos. Sobre a liberdade civil, a moralidade e a autoridade, Burke enfatiza:

Todos os outros povos estabeleceram a liberdade civil sobre costumes mais severos, sobre uma moralidade mais austera e mais viril; a França, ao contrário, quando destruiu os impositivos da autoridade real, redobrou a licença de costumes totalmente dissolutos, de opiniões e de práticas insolentemente irreligiosas, e estendeu a todas as classes da sociedade, como se ela lhes comunicasse algum privilégio ou lhes permitisse o acesso a algum benefício secreto, todas as funestas corrupções que geralmente eram taras apenas de ricos e poderosos. Este é um dos novos princípios da igualdade na França.(BURKE,1982, p. 73)

Temos, então, em Burke, a expressão do Conservadorismo em suas características mais marcantes. Em *Reflexões*, o autor apresenta a construção do pensamento que viria a dar corpo aos que o precederam. Foi no alvo das ideias Iluministas e no ideário da Revolução Francesa que o pensador depositou seus receios e discordâncias mais ferrenhas. Enfrentou os desafios do que estava por vir mediante a volta ao passado. Em relação a esse aspecto, Nisbet (1987) diz o seguinte:

Foi ao passado, especialmente ao passado medieval, que Burke e Bonald foram buscar o exemplo histórico de boa sociedade. No código feudal da cavalaria, na perfeição dos grandes senhores, e na religião devidamente estabelecida, encontrava Burke a glória que os liberais e radicais do seu tempo reservavam para o futuro. Este recurso ao passado, em busca de inspiração e de modelos em que basear a orientação política do presente, está profundamente implantado na tradição conservadora e constitui razão suficiente para os epítetos de «reaccionários» e «arcaicos» usados pelos liberais e radicais. Burke ateou o fogo conservador no século XIX contra a filosofia do progresso, contra a interpretação dos Whigs -sobre a História, em grande parte baseado no seu ponto de vista de que a Inglaterra feudal tinha sido mais civilizada nos seus códigos de cavalaria, dos senhores e da aristocracia, do que a Inglaterra que ele via emergir da revolução e da reforma. (NISBET, 1987,p. 40-41)

Os conservadores, como Burke e Bonald, dentre outros, recorreram aos princípios feudais como exemplo de boa sociedade, que seriam indispensáveis ao enfrentamento das “ameaças do poder democrático, do igualitarismo, da centralização política, do utilitarismo e demais modernidades” (NISBET, 1987,p.42).

Tidos como conservadores contrarrevolucionários, Louis De Bonald e Joseph De Maistre atacaram principalmente a Revolução Francesa, relacionando-a com aspectos satânicos por um lado, principalmente pela ligação com o racionalismo; mas por outro lado, também ligada ao divino, diante da sua relação com a Reforma Protestante. As ideias liberais presentes na Revolução Francesa geraram o conflito ideológico existente nesse cenário, gerado pela bipolaridade entre conservadores e liberais.

De Bonald dedicou-se ao estudo e defesa do poder político e religioso. Defendia a Igreja Católica e a sua união com a política. Para o filósofo, o homem, ao viver em sociedade, não pode ser contrário a ela, pois se assim proceder, estará incorrendo em erro moral e vai contra a sua própria natureza. Nesse sentido, temos a ideia do homem em sociedade a partir do pensamento de De Bonald(1988), que traz a relação com os sentimentos e com Deus:

Não é possível lidar com a sociedade sem falar sobre o homem, ou falar sobre os homens voltando para Deus. A raça humana, isto é, as sociedades de todos os tempos e de todos os lugares, teve o sentimento da existência da divindade: portanto, a divindade existe; porque o sentimento geral da humanidade é infalível. Existência de Deus, verdade fundamental; aqui eu suponho, em outro lugar tentarei demonstrá-lo ... Existem leis entre Deus e o homem, leis ou relações necessárias derivadas de sua natureza; relações de vontade comum, de amor recíproco, que atuam pela força ou pela força, visando a sua mútua produção e preservação; produção ou criação do homem e sua preservação pela vontade, amor e poder de Deus; produção ou conhecimento de Deus e sua preservação, na vontade, amor e força do homem. Existe, portanto, uma parceria entre Deus e o homem. É a sociedade religiosa natural ou religião natural.(DE BONALD, 1988, p. 9-10, tradução nossa)¹

Percebe-se a relação entre os elementos natureza, Deus, sentimento, religião. Sendo assim, para o filósofo, a sociedade perfeita seria aquela em que as leis, a Constituição, seriam religiosas, no que conduz a ideia de um Estado obediente à religião. Dessa forma, assegura Rodrigues:

¹ No original: No se puede tratar de a sociedade sin hablar del hombre, ni hablar del hombre in remontarse a Dios. El género humano, es decir, las sociedades de todos los tiempos y de todos los lugares, há tenido el sentimiento de la existencia de la divinidad: por lo tanto, la divinidad existe; porque el sentimiento general del género humano es infalible. Existencia de Dios, verdad fundamental; aqui la supongo, em otro lugar trataré de demostrarla... Existen leyes entre Dios y el hombre, leyes o relaciones necesarias derivadas de su naturaleza; relaciones de voluntad común, de amor recíproco, que actúan por la fuerza o la potestad, teniendo como fin su producción y su conservación mutuas; producción o creación del hombre y su conservación por la voluntad, el amor y la potestad de Dios; producción o conocimiento de Dios y su conservación, em la voluntad, el amor y la fuerza del hombre. Hay, por lo tanto, sociedad entre Dios y el hombre. Es la sociedad natural religiosa o religión natural. (DE BONALD, 1988, p. 9-10)

Suas principais teses discutem, em termos gerais, a fundamentação natural do social e o seu processo natural, que, para De Bonald, fundamenta-se na constituição da sociedade civil como resultado do equilíbrio entre o poder político e o religioso. Sua base religiosa assenta na crença em Deus e seu alicerce político na monarquia. Por decorrência, De Bonald relaciona catolicismo e monarquia numa aliança entendida como absolutamente natural.(RODRIGUES, 2013, p. 44-45)

De Bonald também nos trouxe críticas à liberdade e igualdade idealizadas nos discursos dos defensores e representantes da Revolução Francesa. A monarquia e a autoridade divina a ela concedida dariam ao povo a liberdade natural e o poder de exercer sua própria vontade. Assim, diz o filósofo:

Então, as palavras liberdade e igualdade apareceram pela primeira vez no vocabulário das sociedades, das quais nunca se fala se não for em uma cidade onde não haja ninguém. Quem viu por si e pelos outros o direito ao poder e ao amor viu toda a liberdade de que um homem pode gozar: e o resto, constituído pela mediocridade de sua fortuna em uma nulidade moral e física de vontade e de poder, eu reivindicar a igualdade a que todos os homens podem aspirar. Uma distinção tão contrária à naturalização do homem foi o início de todos os males, a natureza do homem queria que ele tentasse manifestar sua vontade e, acima de tudo, exercer seu poder. O poder, portanto, tendeu a aparecer em cada um: e como diferentes meios foram imaginados para evitar essa divisão, ou para contê-la dentro de certos limites, surgiram diferentes modos de governo republicano. Uma vez que o poder atingiu o último termo de sua divisão, isto é, quando todos adquiriram o direito de exercer sua própria vontade por meio de seu próprio poder, a sociedade retornou ao estado primitivo de sociedade selvagem; e sob a forma externa de governo nada mais era do que um grupo de homens amarrados ao mesmo terreno, divididos por causa de suas vontades, e tentando fazê-los prevalecer por meio de suas forças particulares (DE BONALD, 1988, p. 32, tradução nossa).²

De Bonald viu no Antigo Regime os ideais de Estado e sociedade e identificou que a Revolução Francesa veio mudar o curso natural por meio da desordem social.

² No original: Entonces aparecieron por primera vez em el vocabulario de las sociedades las palabras libertad e igualdad, de las cuales nunca se habla si no es em um pueblo donde no existe nila una nil aotra. Los que tu vieron para ellos y para los demás el derecho de poder y de querer tu vieron toda la libertad de la que um hombre podía disfrutar: y el resto, constituido por la mediocridad de su fortuna em una nulidad moral y física de voluntad y de poder, reclamo la igualdad a la que todos los hombres pueden aspirar. Una distinción tan contraria a la naturaliza del hombre fue el principio de todos los males, la natu- raleza del hombre quería que él intentara manifestar su voluntad y, sobre todo, ejercer su poder. El poder tendía, pues, a aparecer em cada uno: y como se imaginaron diferentes medios para impedir esta división, o para contenerla dentro de ciertos límites, resultaron diferentes modos de gobierno republicano. Una vez llegado el poder al último término de su división, es decir, cuando todos hubieron adquirido el derecho de ejercer su propia voluntad mediante su propio poder, la sociedad volvió al primitivo estado de sociedade salvaje; y bajo la forma exterior de gobierno no fue más que un conjunto de hombres atados al mismos uelo, divididos a causa de sus voluntades, e intentando hacerlas prevalecer mediante sus fuerzas particulares (DE BONALD, 1988, p. 32).

Apenas pela união da religião cristã com a monarquia seria possível se conservar a sociedade.

Outro seguidor de Burke e também considerado conservador contrarrevolucionário foi o francês Joseph De Maistre nascido em Chambéry, capital do ducado da Savóia e província de Sardenha. Suas críticas à Revolução Francesa incluíam a relação daquela com a miserabilidade humana, em contraposição ao Regime Feudal e à monarquia, que seria obra divina. Uma de suas principais obras é *Considérationssurla France*, de 1797, obra que representa um manifesto em favor da contrarrevolução.

Para Maistre, segundo Rodrigues:

A constituição, a soberania, a monarquia hereditária, o papado e a autoridade consolidada são frutos de uma obra divina. As demais questões são expressões da obra humana; portanto, desprezíveis e meros sinais de miserabilidade. A seu ver, a guerra — identificada por ele com a Revolução Francesa — tinha um certo caráter divino, na medida em que representava a expiação, a redenção dos pecados. (RODRIGUES, 2013, p. 49)

Observa-se que os atributos de obediência e autoridade, bem como o espaço da política, são marcados e influenciados diretamente pela religião. Maistre defendia a obediência à Igreja Católica e ao Papa, enquanto que a liberdade advinha da monarquia, responsável histórica pelanatural liberdade dos povos em sociedade. Dessa forma, contraditoriamente, a liberdade era sempre limitada, pois relacionada às determinações do rei.

A liberdade, em certo sentido, foi sempre um dom dos Reis; pois todas as nações livres foram constituídas pelos Reis. É a regra geral. (...) Jamais existirá nação livre que não tenha na sua constituição natural princípios de liberdade tão antigos quanto ela; e jamais alguma nação tentará se desenvolver eficazmente, através de suas leis fundamentais escritas, outros direitos que aqueles que existiam em sua constituição natural. (MAISTRE, 1979, t. I, p. 71 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 46)

A Revolução Francesa e seus desdobramentos políticos, com a mudança da Monarquia para a República e seu sistema representativo, foram abordados criticamente pelo autor, ao defender que a soberania do povo não se sustenta no sistema representativo.

Assim, Maistre sustenta a tese de que o sistema representativo exclui diretamente o exercício da soberania. Num sistema em que os direitos do povo se limitam a nomear os que nomeiam e em que não há mandatos imperativos, o governo representativo não permite ao povo exercer a sua soberania, fazendo das relações entre

representantes e representados uma mera aparência. (SAES, 2008, p.12)

Verifica-se que, o Conservadorismo Moderno, a partir do pensamento dos três representantes abordados, apresenta especificidades, apesar da existência de sutis distinções. Evidencia-se um rigor quanto à relação indissociável entre Estado e Religião, especificamente a Cristã Católica. As ideias de liberdade e igualdade se assemelham, pois tratam dessas questões de forma hierárquica, com subordinação da sociedade em relação ao rei, numa Monarquia hereditária e absolutista. Burke, considerado conservador tradicionalista, não argumenta na perspectiva da contrarrevolução francesa, o que não ocorre com os seus sucessores e seguidores De Bonald e De Maistre. A perspectiva tradicionalista de Burke contempla o antepassado, as leis naturais e liberdades tradicionais, interligadas às questões morais cristãs. Os contrarrevolucionários identificam a importância de se opor ao regime que ora se descortinava, contrapondo-se ao ideário revolucionário enquanto luta do bem e do mal, consequência do agir divino.

Mannheim (1959), a partir da análise do conservadorismo alemão no século XIX, contribui para a distinção entre tradicionalismo e conservadorismo. Apesar de ambos estarem relacionados, não podem ser considerados semelhantes. O tradicionalismo é uma atitude reativa, não sofreu construção histórica, enquanto que o conservadorismo tem uma configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida.

O conservadorismo, em certo sentido, surgiu do tradicionalismo: de fato, ele é primordialmente, nada mais do que o tradicionalismo tornado consciente. Apesar disso os dois não são sinônimos, na medida em que o tradicionalismo só assume seus traços especificamente conservadores quando ele se torna a expressão de um modo de vida e pensamento (que primeiro se desenvolveu em oposição à atitude revolucionária) extremamente definido e consistentemente mantido e quando ele funciona como tal, como um movimento relativamente autônomo no processo social. (MANNHEIM,1959, p. 111)

É possível compreender que o mundo moderno foi efervescente de ideias e revoltas. Rico em diálogos e contraposições, em movimento e dialética. A dinâmica histórica promoveu o surgimento de forças contrárias. O tradicionalismo e conservadorismo em oposição ao progressismo/liberalismo e ambos ao socialismo e vice-versa.

O mundo Moderno, em sua riqueza de inovações, foi marcado pelas descobertas: de novos mundos, científicas, além de movimentos em prol de criação de Estados Nacionais e Industrialização da produção.

A passagem de uma economia agrária e feudal para a capitalista foi também imbuída de um movimento Racionalista/Ilustrativo/Iluminista de visão de um novo mundo, onde a relação Deus-homem saiu do foco dando lugar à relação homem-natureza, conforme trata Bonfim:

Esse racionalismo, portanto, colocava em questão os dogmas e a moral baseada nas tradições e na religião, suscitando, assim, a possibilidade real de os homens serem iguais, não mais perante Deus. A felicidade não estava mais atrelada à passagem para outro mundo, não dependia mais do sacrifício dos homens, nem da misericórdia de Deus, mas da capacidade do homem, através da sua atividade racional, de aumentar as possibilidades de realizações econômicas, políticas, sociais e culturais. (BONFIM, 2015, p. 25)

Dessa forma, a visão de mundo desse período sofre impactos e passa a se constituir de elementos derivados dessa relação homem-natureza e de sua criatividade, tais como, artes, filosofia, letras, desencadeando descobertas nas diversas áreas das ciências, como matemática, física, química, astronomia, entre outras.

Bonfim (2015) acentua que, apesar da centralidade da modernidade ser a razão, o projeto burguês, que incluía a liberdade, autonomia, e igualdade, não foi adiante, pois a realidade da maioria da população europeia do final do século XVIII era de ignorância, e as relações eram predominantemente de servidão. Observa-se que a passagem para o novo modelo de produção e de sociedade, projetado pela nova classe que ascendeu politicamente — a burguesia —, foi dotado de contradições e, ao longo do processo de consolidação da sociedade burguesa, o objetivo principal dessa classe, que passou a ser dominante, foi perdendo força, que era a emancipação humana. Ao longo do processo de mudança social, foi inaugurado o princípio do individualismo, enquanto valorização da dimensão individual do homem (BONFIM, 2015).

A dimensão do individualismo não foi em si, algo negativo na sociedade moderna e de classes que se apresentava, pois foi, a partir de então, possível falarmos de indivíduo, do homem visto como um ser dotado de escolhas, etnia, religião, cultura, vontades e desejos, de liberdade de escolhas, porém, aliada às necessidades do capital, passaram a se tornar limitadoras do ser, traduzidas no que

Karl Marx assegura, que o homem não pode ser emancipado no âmbito da sociedade burguesa e, portanto, a dimensão do individual se restringe ao individualismo burguês (BONFIM, 2015).

Um marco importante do novo sistema econômico — o capitalismo —, projeto da burguesia, foi a revolução industrial, com o aumento significativo de mercadorias e serviços, contribuindo para o instrumentalismo das ciências, por se adequarem aos problemas gerados pela produção e às necessidades da indústria, o que trouxe transformações nas relações entre os homens, pois as relações de produção apresentaram relações de dominação e, de exploração, gerando desigualdades.

O projeto de modernidade, portanto, teve o acirramento das contradições, que são próprias do capitalismo, e, segundo Bonfim, “a impossibilidade de realização plena desses valores que fazem a burguesia passar de classe revolucionária a classe conservadora, utilizando-se de um aparato ideopolítico para garantir a sua hegemonia” (BONFIM, 2015, p. 323). Considerando esses valores como igualdade, fraternidade, liberdade.

Diante do fracasso do projeto inicial da classe burguesa e da modernidade, com as contradições presentes, a burguesia passa de classe revolucionária à classe conservadora e constrói estratégias para esconder tais contradições e permanecer no poder, fortalecendo a sua hegemonia.

É fundamental sinalizarmos aqui para a relação direta entre esse período da decadência ideológica da burguesia e o pensamento conservador, especialmente porque ele irá se esforçar para a reprodução de alguns valores fundamentais à manutenção da ordem social burguesa. (BONFIM, 2015, p. 35)

A aliança entre burguesia e conservadorismo, inicialmente antagônicos, passou a existir. Diante das ameaças de movimentos da classe trabalhadora, por consequência das contradições do capitalismo, o projeto conservador ganha força e passa a defender os interesses da nova classe social hegemônica, se pondo contrários à classe trabalhadora —a mais nova revolucionária. Neste sentido, Bonfim discorre:

Vimos, portanto, como o desenvolvimento da sociedade burguesa se vincula inicialmente aos valores próprios da modernidade e, por não conseguir efetivá-los, passa a afirmá-los de forma abstrata ou mesmo a realizá-los de forma limitada e distorcida. Além disso, é necessário sinalizarmos para o fato de que a própria dinâmica do desenvolvimento burguês, como o seu objetivo principal, a busca incessante pelo lucro e a tendência à mercantilização de todos os âmbitos da vida social, gera valores necessários à reprodução desse

sistema: um individualismo exacerbado, o culto ao Ter, a ênfase utilitarista e pragmática- inclusive nas relações entre os homens-, a naturalização das desigualdades e, com isso, o preconceito de classe, de raça, de etnia e de gênero. Além disso, para a manutenção dessa sociabilidade, é necessário valorizar as práticas autoritárias, a disciplina, a harmonia social, a hierarquia e a coesão social. Essa é a estrutura valorativa da sociedade burguesa; ela, ao mesmo tempo que é imprescindível à reprodução desse modo de produção, coloca os obstáculos ao desenvolvimento das ricas potencialidades do ser humano. (BONFIM, 2015, p. 37)

Evidencia-se, portanto, na fala da autora, os reais interesses da classe burguesa e a sua aliança com o conservadorismo, a partir de um determinado momento histórico. Para a consolidação do projeto de classe, novos valores e ideologias, dessa vez, conservadoras e não mais revolucionárias, tomam parte da constituição social do período.

2.2A ideologia conservadora

Nisbet (1987), em seu prefácio à obra *O Conservadorismo*, faz emergir o polêmico debate acerca do conservadorismo enquanto ideologia. Para alguns teóricos, o conservadorismo não se configura como tal, pela ausência de elementos que o caracterizem nesse conceito. O conceito de ideologia tem sido defendido com variações entre correntes teóricas, mas todas contêm o pressuposto da transmissão de ideias numa dada sociedade com um intuito de dominação e poder. Vejamos o que defende Nisbet:

O conservadorismo é uma das três ideologias políticas mais importantes dos últimos séculos no Ocidente, sendo as outras duas o liberalismo e o socialismo. Sei que alguns escritores têm evitado aplicar o termo «ideologia» ao conservadorismo, talvez baseados na teoria de que este, por sua natureza, carece dos elementos activistas e reformistas atribuídos à ideologia genuína. (NISBET, 1987, p. 12)

Os elementos a que o autor se refere e que caracterizam a ideologia, seriam, para ele, mais do que ideias que se perpetuam através do tempo e são tampouco aleatórias, sem objetivo. Assim, segue dizendo:

Em poucas palavras, ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, económicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do

conjunto de ideias. Uma ideologia, em contraste com uma simples e passageira configuração de opiniões, permanece viva por um espaço de tempo considerável, tem defensores e porta-vozes influentes e um respeitável grau de institucionalização. (NISBET, 1987, p. 12)

Entende-se, portanto, que existem ideologias diversas, a depender dos diferentes interesses de dominação, manutenção do *status quo* ou seu confronto e superação. Podemos entender, segundo Mannheim (1976), que o termo ideologia tem dois significados distintos e separáveis, definidos como particular e total. O particular refere-se aos disfarces relativamente conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Seriam distorções, mentiras, dissimulações. A concepção total, por seu turno, trata das ideias de uma época ou de um grupo histórico-social concreto.

A palavra “ideologia”, de início, não possuía um significado ontológico, pois era apenas a teoria das ideias. Os ideólogos eram os membros de um grupo filosófico na França, que se contrapunham à metafísica. Chauí (2004) refere-se a essa questão quando trata que os ideólogos foram partidários de Napoleão e apoiaram o golpe de 18 Brumário, pois o julgavam um liberal, que defendia os ideais da Revolução Francesa. Napoleão nomeou vários dos ideólogos para cargos políticos. No entanto, perceberam que Bonaparte, na verdade, era restaurador do Antigo Regime. E, após diversos atos que reforçavam a sua afinidade com o ideário conservador e tradicional, os ideólogos passaram a ser oposição. Segundo Mannheim (1976), a concepção moderna de ideologia nasceu a partir do momento em que Napoleão desdenhou dos ideólogos que se opunham às suas pretensões imperialistas. A partir de então, a palavra tomou um sentido pejorativo sem, no entanto, deixar de ter a marca da existência de pontos de vista diferentes. O sentido pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos”, conforme trata Chauí (2004), surgiu de uma declaração de Napoleão durante um discurso em 1812, quando declarou que as desgraças que afligiam a França eram atribuídas à ideologia enquanto metafísica. Dessa forma, ainda segundo Chauí (2004), Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos, pois eles se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos. A ideologia se caracterizou, neste momento, como o ponto de vista de homens de ação política, ou seja, a experiência específica do político com a realidade, conforme assegura Mannheim.

Apesar do conceito de ideologia ter tomado outro significado a partir de Karl Marx, Chauí (2004) contempla que ele conservará o significado napoleônico do

termo, ao afirmar que o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Contudo, Mannheim (1976) discorre que o mais marcante na obra de Marx e Engels, ao tratarem de ideologia, foi terem estabelecido sua relação com a realidade da vida cotidiana, das classes sociais e do trabalho e, pela primeira vez, a abordagem crítica e histórica da ideologia foi debatida. Marx conjugou as áreas da política e da economia, discutindo os interesses de classe e dominação a partir dessa concepção. Nesse sentido:

Foi a teoria marxista que por primeiro concretizou a fusão das concepções particular e total da ideologia. Foi esta teoria a que primeiro concedeu a devida ênfase ao papel da posição e dos interesses de classe ao pensamento. [...] O pensamento marxista atribuía à prática política juntamente com a interpretação econômica dos acontecimentos, uma significação tão decisiva que estas duas se tornaram os critérios definitivos para separar o que não passasse de ideologia dos elementos do pensamento mais relevantes para a realidade. Em consequência, não é de admirar que a concepção de ideologia seja geralmente encarada como integrando, e até identificada com, o movimento proletário marxista. (MANNHEIM, 1976, p.100-101)

Marx e Engels na obra *A ideologia alemã*, escrita em 1845, nos oferece uma valiosa contribuição sobre a temática, realizando a conexão entre materialismo histórico e a dialética, se contrapondo às ideias hegelianas na análise da realidade. Hegel, segundo Marx e Engels, realizava a leitura da realidade de maneira ideal e não material. Considerava as ideias como isentas de influências do modo de vida em sociedade e não considerava a luta de classes existente nesse contexto das relações. Sendo assim, a ideologia, diferentemente do conceito anteriormente conhecido, não seria o debate entre ideias opostas, ou mesmo, a existência delas distorcidas, mas a construção histórica de ideias de uma classe materialmente dominante, com o objetivo de manutenção ou transformação da ordem ou do *status quo*. Os autores assim tratam da questão da ideologia:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõem também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe

dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p.47)

Para Marx e Engels, a partir da relação entre o econômico e o social, incluindo nessa conexão as classes sociais em constantes lutas, as ideias têm um papel determinante no processo de relações sociais entre as classes antagônicas. As ideias da classe dominante são expressas e reproduzidas na forma de ideias de todas as classes. Essa sutil forma de dominação está presente no cotidiano e perpassa as gerações. No entanto, a dominação não segue um contexto harmônico, e a história nos revela as sucessivas lutas pelo poder presentes em todos os povos. Essas lutas se caracterizam pelos constantes confrontos entre grupos ou classes que buscam o direcionamento e a dominação. Nesses embates, novas ideias emergem, caracterizando riscos e ameaças à ordem posta, até a sua superação, quando as novas ideias se tornam dominantes e legitimadas pela maioria, que de forma acrítica as incorpora como naturais da sua classe. Ainda segundo Marx e Engels,

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48-49)

É de se compreender que o conceito de ideologia, ao sofrer modificações, fundamentada no pensamento marxiano, traz consigo elementos que conduzem à noção de movimento e instrumentalização e é a partir desse pensamento que as críticas ao conservadorismo enquanto ideologia surgem. Mannheim contribui com essa temática ao trazer um novo conceito, o de Utopia para a discussão da ideologia. Para o autor, a ideologia, apesar de serem ideias transcendentais, com motivos que propõem uma mudança, orientam condutas, não transformam a realidade. Acerca disso, discorre que “Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem das coisas que prevaleça no momento.” (MANNHEIM, 1976, p. 216). Ainda, segundo o autor, em todos os períodos da história existiram ideologias que transcenderam a ordem existente, mas

não necessariamente exerceram a função de utopias, pois, “antes, eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam ‘organicamente’ e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período.” (MANNHEIM,1976, p. 217).

Mannheim discorda de algumas interpretações que consideram a utopia como algo inatingível e defende que, da mesma forma que as ideologias, também transcendem a situação social, mas o que a diferencia das ideologias, “na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções.”(MANNHEIM, 1976, p. 219).

Considerando a discussão sobre o conservadorismo enquanto ideologia, Mannheim (1976) traz uma contribuição, ao relacioná-lo à utopia, pois defende que a mentalidade conservadora não tem predisposição alguma à teorização, pois, se o pensamento conservador acredita na naturalidade e no ajustamento das coisas, em consequência, não existe problema a ser discutido nem modificado, caso não exista situação contrária posta.

O surgimento do conservadorismo moderno é um exemplo da existência de ascensão de ideias contrárias à ordem estabelecida, como o Iluminismo, que tinha o foco no futuro. Como o conservadorismo clássico centrava sua tese no passado, essa diferença gera o conflito de ideias e experiências, contribuindo para a consolidação de um combate. A defesa do passado presente nessa luta dos contrários não se limita à esfera do ideológico, mas se torna uma experiência concreta e é esse “contra-ataque” que caracteriza o pensamento conservador como utópico. Segundo Mannheim,

Somente o contra-ataque de classes oponentes e a sua tendência a romper com os limites da ordem existente irá motivar a mentalidade conservadora para questionar as bases de seu domínio, ocasionando necessariamente, entre os conservadores, as reflexões histórico-filosóficas concernentes a eles mesmos. Surge, dessa forma, uma contra-utopia que serve como um meio de auto-orientação e de defesa. Se as classes socialmente ascendentes não tivessem, na realidade, levantado estes problemas e se não lhes tivessem dado expressão em suas respectivas contra-ideologias, a tendência do conservadorismo a se tornar consciente de si teria permanecido latente, e o horizonte conservador teria permanecido em um nível de comportamento inconsciente. Mas o ataque ideológico de um grupo socialmente ascendente, representando uma nova época, ocasiona de fato uma certa consciência de atitudes e ideias que unicamente se afirmavam na vida e na ação. (MANNHEIM, 1976, p.253-254)

Pode-se pensar que, falar de utopia relacionada ao conservadorismo, remete a um possível paradoxo, pois, se essa corrente defende o passado e a história, e a utopia é algo inatingível e, portanto, que ainda não ocorreu, a princípio gera uma situação voltada para o futuro. No entanto, Mannheim esclarece que o conservadorismo é utópico, no momento em que as ideias do passado seguem o fluxo da concretização, a partir das atitudes e realizações, na forma de contra-ideologias. Dessa forma, é possível compreender a ascensão do conservadorismo no mundo contemporâneo e suas expressões.

2.3 Oneoconservadorismo e seus principais expoentes

A contemporaneidade trouxe ao mundo inovações e crescimento do modelo capitalista, que se tornou hegemônico mundialmente. As ideias liberais, principalmente a partir da Revolução Francesa, foram se consolidando fortemente, no entanto, após a Revolução Russa, também a ideologia socialista passou a vigorar no cenário mundial, tornando-se ameaça ao ideário liberal. Porém, só após a Segunda Guerra Mundial a URSS tornou-se uma superpotência, dividindo o poder com os EUA na ascensão econômica e política. O confronto entre as duas ideologias foi expressamente conduzido e denominado “Guerra Fria”, e trouxe uma dinâmica nas relações exteriores de expressiva polarização e radicalização, com medidas tanto sutis (no âmbito da ideologia na forma de propaganda, frases feitas, músicas, entre outros) como extremas e explícitas (guerras, corrida armamentista, entre outros). Durante o período que compreende a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra, com a incidência marcante da “Guerra Fria”, as ideias conservadoras se aproximaram do ideário liberal e, ambos passaram a possuir nova denominação, como tentativa de demarcar a existência de renovação das ideias que tiveram início na modernidade. Os termos neoconservadorismo e neoliberalismo foram adotados pelos teóricos e políticos a partir desse período, no entanto, após as mudanças ocorridas no modelo comunista mundial do leste europeu, principalmente simbolizado pela derrubada do muro de Berlim e da abertura econômica e política

presentes na Perestroika e Glasnost³, o neoliberalismo e o neoconservadorismo tiveram forte impulso, assumindo uma grande expressividade. O neoliberalismo teve seus principais representantes mundiais na década de 1980 e, pode-se elencar entre esses representantes, os governos Ronald Reagan nos EUA; Margareth Thatcher no Reino Unido; Augusto Pinochet, no Chile e Helmut Kohl, na Alemanha.

O neoconservadorismo teve surgimento nos EUA, segundo Teixeira e Calandrelli (2017), e no início, a partir da década de 1940 até 1950, os neoconservadores eram dissidentes de grupos Trotskistas e se aproximaram dos defensores do Estado de Bem Estar Social⁴ e do *New Deal*⁵, sendo, dessa forma, próximos ao partido Democrata.

A partir dos movimentos contraculturais dos anos 1960 houve uma cisão do grupo, ficando alguns ligados à nova esquerda patrocinadora desses movimentos e outros incorporados à vertente liberal, haja vista, estes últimos estarem descontentes com o modelo de Estado Social em vigor. Quadros (2014) refere-se ao surgimento do neoconservadorismo a partir da discordância existente no grupo de liberais com relação ao que eles consideravam assistencialismo estatal e também com a falta de assertividade na política externa no que dizia respeito às relações com Moscou. Porém, no início, esses liberais chamados de neoconservadores não possuíam todas as características e traços do conservadorismo moderno. Assim tratam Teixeira e Callandrelli:

Os liberais que se distanciaram foram chamados de “neoconservadores”. Porém, eles não pertenciam e não compartilhavam de crenças conservadoras amplamente representadas à época por periódicos como o National Review. Não se tratavam, portanto, de conservadores tradicionais como entendido nos anos 1960. Dentre os pontos compartilhados por esse grupo estavam: descrédito nas instituições, crise moral e ideológica - crítica ao comunismo e a nova esquerda – e a defesa da democracia como um valor supremo. (TEIXEIRA; CALLANDRELLI, 2017, p. 382)

A partir dos anos 1970 os neoconservadores ganham mais força, acentuando-se os ataques anticomunistas e a cisão dos valores morais tradicionais com o

³A Perestroika tinha como objetivo realizar mudanças estruturais na economia e sociedade. Glasnost, por sua vez, caracterizava o processo de abertura política e de transparência aos mecanismos de decisão política.

⁴Estado de Bem Estar Social ou Welfare State, foram medidas de generalização da proteção e seguridade social no pós-guerra, idealizadas por Keynes.

⁵O *New Deal* foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana.

liberalismo econômico e a democracia. Formou-se então o novo modelo de conservadorismo, que se traduziu nos apoios dados por esses grupos aos políticos e presidenciáveis que defendiam os seus ideais. Contudo, outro elemento soma-se ao contexto histórico e político da ascensão do neoconservadorismo, que foi a aliança realizada com a direita religiosa. Afirma Quadros,

[...] os neoconservadores norte-americanos, por estratégia ou por convicção, potencializam a proeminência das demandas de um ator que plasmaria sua identidade: a direita religiosa. Entidades como a *Moral Majority*, *The Religious Roundtable* e *Christian Voice*, bem como agremiações religiosas de inclinação conservadora (sobretudo igrejas evangélicas de 'renascidos'), tornam-se aliadas naturais dos 'neocons'. Contrários à dinâmica que então guiava o *welfare state*, neoconservadores e religiosos de direita concordavam que os Estados Unidos haviam sido mergulhados em uma crise moral justamente porque as políticas do Partido Democrata ultrajavam o papel da família e da religião, promovendo a licenciosidade moral, a contracultura, o assistencialismo, o inchaço excessivo do Estado, a complacência com a criminalidade e a leniência com o bolchevismo russo. (QUADROS, 2014, p. 53)

Os anos de 1980 foram de consolidação do neoconservadorismo, principalmente com a chegada de Ronald Reagan ao poder, que pôs em prática grande parte das propostas apresentadas pelo movimento. Mas foi com a ascensão de Bush no ano 2001 que as ideias neoconservadoras tiveram força e se consolidaram, pois se iniciou uma série de articulações entre Políticas Públicas e Igreja, em atendimento aos pedidos e patrocínio da direita religiosa. Diversos benefícios sociais oferecidos aos pobres foram cortados, reforma no sistema previdenciário, política de tolerância zero na área da criminalidade, aspectos mais diretamente relacionados à moral religiosa., Quadros destaca,

Paralelamente, o influxo dos movimentos religiosos se faz sentir nas políticas públicas, uma vez que o governo também promove programas como os de incentivo à abstinência sexual antes do casamento (com o intuito de frear o aumento dos contingentes dependentes do Estado e fomentar a responsabilidade da paternidade e do casamento como valor moral/religioso) e o subsídio estatal para suportar as ações sociais de grupos cristãos, como os 'cheques-educação' (que permitem que os pais escolham escolas em que seus filhos estudarão, esquivando-se do ensino público e abrindo margem à matrícula em escolas confessionais). (QUADROS, 2014, p.56)

Às características clássicas do conservadorismo, foram se somando aspectos da contemporaneidade e dando forças ao movimento nos séculos XX e XXI. Durante o século XX o maior inimigo do conservadorismo foi o comunismo, tanto que após a

queda do muro de Berlim cogitou-se o seu fim. Contudo, no século XXI retoma sua força com os ataques terroristas de 2001, passando o terrorismo a ser o novo alvo do movimento. Durante o governo Bush, com a onda de terrorismo ocorrida, principalmente proveniente dos grupos islâmicos, houve maior estímulo à nova ascensão do pensamento e movimento neoconservador, que ganhou espaço no âmbito político e da sociedade.

John Podhoretz, um dos neoconservadores mais importantes, chegou a escrever o 'obituário' do neoconservadorismo. Contudo, com os ataques terroristas de setembro de 2001, os neoconservadores ganharam um novo inimigo para substituir o comunismo como elemento organizador dessa linha de pensamento: o terrorismo, particularmente o proveniente de grupos islâmicos. Dentro da administração Bush, elementos identificados ou influenciados por ideias neoconservadoras passaram a ganhar espaço, resultando na invasão do Iraque em março de 2003. (TEIXEIRA; CALANDRELLI, 2017, p.383)

Ao longo deste século XXI o neoconservadorismo vem ganhando espaço e poder, pela articulação cada vez mais expressiva desse movimento com os partidos políticos, igrejas, comunidade acadêmica, instituições públicas e privadas, grupos organizados e sociedade em geral.

Teóricos representantes da ideologia neoconservadora ampliaram produções e adeptos com capilaridade cada vez maior. A popularização do neoconservadorismo se estabeleceu a partir da ascensão ao poder de Donald Trump⁶, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, para citar representantes das Américas. Ambos incorporam um discurso da naturalização da violência alinhado com a moral e religião. Com semelhanças fascistas, os governantes assumem postura de descaso em relação aos Direitos Humanos, conquista histórica do liberalismo. O combate ao comunismo é retomado e os projetos socialistas e de esquerda são alvo de crítica e difamação, com ações de desmonte, a exemplo do golpe-*impeachment* sofrido pelo governo Dilma Rousseff no ano de 2016, com desdobramentos vividos até os dias atuais, incluindo a eleição de Jair Bolsonaro. As igrejas, principalmente as neopentecostais, colaboraram para a ascensão do presidente e da moral religiosa conservadora atrelada ao discurso do combate ao comunismo e à corrupção — esta, considerada pelos neoconservadores como

⁶ No início da campanha presidencial, Trump não obteve o apoio dos neoconservadores, pela ausência de intenção de expansão militarizada internacional e sua simpatia com o líder russo Putin. Porém, a partir do ataque à Síria em 2018, houve uma aproximação maior do movimento neoconservador com o presidente dos EUA e seus projetos.

resultado dos governos socialistas e comunistas-. Vejamos o que Barroco nos fala sobre o crescimento mundial do neoconservadorismo:

[...] No entanto, não podemos ignorar que o cenário histórico tem revelado uma crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral. É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade. Uma das expressões dessa ideologia é a reprodução do medo social. (BARROCO, 2011, p. 210)

Sobre essa questão, apontada pela autora, o medo social enquanto reprodução da ideologia conservadora, temos em Pierucci (2013) que as bases sociais da direita se pautam em medos, pois sentem-se ameaçados pelos outros. Assim discorre o autor:

Eles têm medo. Abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural, eles se crispam sobre o que resta de sua identidade moral em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa. 'Legítima defesa' poderia muito bem ser um termo-chave do seu vocabulário. A auto-defesa, que é *prima facie* a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e da honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa de seus valores enquanto defesa de si diante da inversão dos valores em curso [...]. (PIERUCCI, 2013, p. 58)

Vale salientar, retomando Barroco (2011), que a reatualização do conservadorismo traz consigo, uma moral tradicional, em consequência dos medos. A ênfase ao domínio internacional como política externa, mediante intervenções militarizadas como forma de defesa da democracia, também é um dos aspectos presentes nesse novo formato. Teixeira e Calandrelli (2017) destacam que o pensamento neoconservador possui quatro elementos essenciais para a sua compreensão, em termos da política externa. São eles: o internacionalismo não-institucional, unilateralismo, democracia e poder militar.

Esses quatro elementos formam um conjunto de princípios básicos que servem como núcleo dos argumentos neoconservadores e que os distinguem como tais. Destaca-se que os temas se interconectam e são consequências um do outro. (TEIXEIRA; CALANDRELLI, 2017, p. 383)

Referente ao internacionalismo não-institucional, os neoconservadores defendem maior envolvimento nos conflitos internacionais, em defesa da

manutenção ou ampliação do poder. No caso dos EUA, defende-se a assunção da postura de superpotência.

O outro aspecto defendido pelos neoconservadores é a postura unilateral. Isso caracteriza agir livremente, não estabelecendo alianças com outros países. Sobre o aspecto seguinte, ou seja, a democracia, os neoconservadores defendem a aliança com a segurança, como elemento de interesse nacional. Defendem, ainda, a segurança enquanto interesse moral e, por essa razão, todas as ações para que se instalem regimes democráticos devem ser utilizadas.

O quarto e último elemento característico do neoconservadorismo na questão da política externa é o poder militar. Defendem o uso da força como forma de manutenção da ordem. Ainda segundo Teixeira e Calandrelli:

Enquanto o pensamento liberal acredita que leis e instituições devem garantir a ordem e que o uso da força deve ser apenas considerado em última instância, os neoconservadores acreditam que a força se encontra acima das leis e instituições. (TEIXEIRA; CALANDRELLI, 2017, p.385)

Para Lacerda (2019), o neoconservadorismo é um ideário conservador, de direita, e o movimento político se materializou em uma coalizão, com uma peculiaridade que é a centralidade nas questões relativas à família, à sexualidade, à reprodução e aos valores cristãos. Portanto, para a autora, o que caracteriza o movimento neoconservador é a grande coalizão de atores e valores políticos. Como principal ator, temos a direita cristã — com maior protagonismo para o segmento evangélico -, e os principais temas dessa coalizão são: a defesa da família patriarcal, o sionismo, o militarismo anticomunista, o idealismo punitivo⁷. Em linhas gerais, Lacerda conceitua o neoconservadorismo como sendo:

Um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). Enquanto ideário, o neoconservadorismo é, como mencionado, um conjunto de preferências, um modo de pensamento, uma mentalidade que alia militarismo externo e interno, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã, além de apoio ao movimento sionista. (LACERDA, 2019, p. 58)

⁷Segundo Lacerda (2019), “Idealismo punitivo” é a expressão que Greg Grandin (2006) usa para definir o uso neoconservador da violência para fins imperiais. No âmbito interno, trata da imposição da “lei e ordem”, ou seja, do rigor penal contra os crimes e dissidentes políticos internos.

Lacerda (2019) discorre que o engajamento político dos evangélicos nos Estados Unidos da América-EUA, teve início a partir dos anos 1950, no contexto da “Guerra Fria”, mas foi a partir de 1970 que adquiriu estrutura organizacional e poder de massa, com a participação na mídia televisiva e elaboração de um projeto político conservador a partir do enfrentamento às pautas feministas, demandas dos homossexuais e a incorporação de temas contrários ao Estado de Bem Estar Social, o que contribuiu para a atuação dos evangélicos junto à política, pela capilaridade existente, devido ao poder eleitoral dessa classe. A aproximação da direita cristã do Partido Republicano norte americano, contribuiu para a eleição de Ronald Reagen em 1980 e a conquista da maioria do Congresso.

No âmbito das teorizações, temos representantes neoconservadores atuantes na defesa da ideologia e da nova concepção de mundo. Lacerda (2019) aponta que Leo Strauss foi o pai do neoconservadorismo, tendo rejeitado o liberalismo iluminista e a democracia liberal. Segue dizendo:

Para Strauss, toda sociedade, para funcionar, precisa de um conjunto de ideias que definam o que é verdadeiro e falso/certo e errado, e o instrumento mais poderoso para tanto seria a religião, que liga uma ordem política e uma verdade definitiva, dando coesão a uma comunidade. (LACERDA, 2019, p.55)

No cenário estadunidense as ideias relacionam-se com o pensamento anticomunista e antirrevolucionário e os autores mais expressivos são Richard Weaver, Robert Nisbet, Russell Kirk e William Buckley Jr. Nesse sentido, Souza discorre que:

O conservadorismo norte-americano, em contraste com a tradição inglesa, estrutura-se como ideologia conservadora particular no período de capitalismo monopolista maduro. Consolida-se como um pensamento anticomunista e antirrevolucionário desde seus primeiros passos, a partir de autores tais como Richard Weaver, Robert Nisbet, Russell Kirk e William Buckley Jr. Seu auge coincide com o pós-segunda guerra mundial e o período da política do macarthismo e de "caça às bruxas". (SOUZA, 2016, p. 161)

Dentre os expoentes do conservadorismo referidos, os mais conhecidos no Brasil são Nisbet e Kirk, este último, mais recentemente. Nisbet, juntamente com Mannheim, serviu de inspiração acerca do significado social do conservadorismo, e seu pensamento é adotado pelos teóricos acadêmicos da área como referência.

O pensamento conservador de Russel Kirk passou a ser incorporado no Brasil nos anos 2000, porém, ao contrário da assimilação acadêmica ocorrida com Nisbet, ocorreu particularmente no cenário político.

A apropriação do pensamento de Kirk, à primeira vista, é uma das formas de atendimento de uma demanda crescente por ideias conservadoras no cenário político brasileiro. Dessa maneira, sua chegada está mais próxima de se constituir como um "manual de instruções" para as práticas e as políticas conservadoras, que como uma fonte teórica e interpretativa do conservadorismo. Sua obra, venalmente dedicada à política, tem sido recebida com entusiasmo por setores intelectuais representativos da direita e extrema-direita brasileiras. Nesse caso, trata-se, sobretudo, de intérpretes de menor envergadura intelectual, tais como Luiz Felipe Pondé, Denis Rosenfield, Rodrigo Constatino. (SOUZA, 2016, p. 162)

Na comunidade do Reino Unido, temos as contribuições de Michael Oakeshott, Roger Scruton, Theodore Dalrymple. Diferentemente dos teóricos norte-americanos, os ingleses contemplam diversas áreas do saber, como história, filosofia, política e arte.

O primeiro teórico citado, ou seja, Oakeshott, defende que a história, filosofia e as ciências não devem ter sentido crítico e analítico, mas apenas descritivo, discursivo. Caberia tão somente ao autor a narrativa dos acontecimentos. O segundo, Scruton, tem tido suas ideias mais amplamente adotadas pela classe neoconservadora brasileira, por discutir diversas áreas temáticas e atingir mais adeptos. Discute política, filosofia, história e arte de maneira crítica, relacionando-os aos temas da vida social. Critica também as obras de autores de esquerda, os pensadores da "Escola de Frankfurt"⁸.

Em Portugal, o principal representante do pensamento conservador é João Pereira Coutinho. O autor bebeu da fonte do conservadorismo inglês e possui referência teórica de Burke. Defende que todos são conservadores, pois querem conservar o que há de melhor na sociedade, como família, amores, amigos. Por isso, fala de "conservadorismos", no plural. Acredita na tradição como forma de manutenção da democracia e das instituições.

⁸A Escola de Frankfurt é conhecida por desenvolver uma teoria crítica da sociedade, visando a sua transformação. Surgiu no ano de 1924 e teve como principais representantes: Friedrich Pollock, Georgy Luckás, Karl Wittfogel, Karl Korsh, Victor Sorge, Horkheimer e Adorno. Defendia a afirmação de um "novo paradigma" representado pela fusão do materialismo histórico com a psicanálise, além da abertura a outros pensadores como Schopenhauer e Nietzsche.

No Brasil, os principais expoentes do pensamento conservador são seguidores de Coutinho (Portugal), Kirk (EUA) e Scruton (Inglaterra) e têm como característica principal a articulação do conservadorismo com o liberalismo, dando ênfase ao aspecto político e econômico.

2.4 O neoconservadorismo no Brasil e a ascensão neopentecostal

O Brasil é um país tradicionalmente conservador. No período do Império, a sua configuração política, de natureza monárquica, era predominantemente conservadora e não previa a abolição da escravatura. No Segundo Reinado, apesar da formação social do país ser fortemente aristocrática, surgiram dois partidos que se opunham em seus ideais políticos: o partido Liberal e o partido Conservador. O Partido Conservador era composto de burocratas e donos de Terra, enquanto o Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de Terra (RINALDI, 2013). As diferenças se estabeleciam principalmente pelas condições relativas às liberdades individuais, ao voto e à abolição da escravatura. Não havia projeto de mudança da ordem econômica.

Com o advento da República e da democracia, a partir do ideário liberal, a religião tendeu a se estabelecer mais na vida privada do que na área pública. Os avanços tecnológicos e da ciência conquistados com a modernidade, pareciam ser incompatíveis com a fé e as práticas religiosas. No entanto, as contradições do mundo moderno e contemporâneo não foram suficientes para a sustentação dessate. O que se evidencia no cenário político mundial é a participação direta de segmentos religiosos nos partidos políticos, em bancadas congressistas, nos direcionamentos estratégicos de governo, nas políticas públicas, nos meios de comunicação. Pierucci trata dessa questão da seguinte forma:

Muito maior e mais rápida acolhida tem tido, para azar dos bodes expiatórios, a outra vertente da nova direita internacional, a moralista. É que sua penetração na massa é enormemente facilitada por sua dupla e vantajosa aliança: com a direita truculenta da mídia policial e com a nova direita evangélica, nova no mundo e nova no Brasil, igualmente midiática (linhagens estas com tendências à radicalização moralista e que também se fazem representar expressivamente no parlamento). Isto sem contar seus antigos vasos comunicantes com a ultradireita, tradicionalista e patriarcal. (PIERUCCI, 2013, p.82)

Apesar das transformações sofridas ao longo da história, o Brasil manteve sua tradição conservadora, tanto por meio dos partidos políticos, quanto pela cultura presente na sociedade, marcadamente tradicionalista, haja vista os processos políticos vividos pela sociedade desde então, em que os políticos e as movimentações de massa imbuídas de bandeiras de luta progressistas foram estrategicamente abortados por diversos golpes e conspirações.

À medida que as forças progressistas foram se reorganizando, com a redemocratização pós-ditadura militar, o país tornou-se mais polarizado nas lutas por direitos sociais e políticos, no entanto, a base produtiva e econômica não sofreu transformações, apenas reformas.

A partir da ascensão do governo Lula, o cenário brasileiro sofreu mudanças mais significativas no âmbito dos direitos sociais e maior divisão da riqueza socialmente produzida, não deixando, contudo, de manter a base de lucro dos grandes empresários e banqueiros. No governo Dilma Rousseff, o movimento conservador, que já vinha se fortalecendo em oposição ao projeto de governo do PT, passou a estabelecer alianças que foram decisivas para o fortalecimento da base conservadora, no âmbito político. O Brasil viveu a instalação e consolidação de bancadas temáticas no Congresso Nacional, tais como a “Bancada Evangélica”. Esta bancada vem tendo relevância e força no cenário político brasileiro desde então, com protagonismo na interlocução do governo com o Congresso Nacional.

A Bancada Evangélica, juntamente com a Ruralista e a da Segurança Pública, formam a bancada dita BBB (boi, *Bíblia* e bala), que foram fundamentais no *impeachment* de Dilma Rousseff e têm em comum, pautas conservadoras no Congresso Nacional.

Segundo matéria da *Gazeta do Povo* (2018)⁹, a Bancada Evangélica no Congresso é a terceira maior em número de parlamentares e conta com membros políticos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas — como bispos, pastores, missionários e sacerdotes, cantores de música gospel, e laicos que professam sua fé segundo a doutrina evangélica.

Porém, os evangélicos não são os únicos que atuam no âmbito de religião no Congresso Nacional. A Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana e

⁹ O jornal *Gazeta do Povo* é considerado um importante veículo do conservadorismo no Brasil. SANSON, Cesar. [Como a Gazeta do povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro](#). *Ihu*, 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 17 jun. 2021.

a Frente Parlamentar Para a Liberdade Religiosa do Congresso, também se apresentam como incremento no agrupamento neoconservador cristão presente no âmbito político nacional e que contribuem para as pautas conservadoras e neoliberais. Seguindo esse raciocínio, Pierucci aponta:

Por isto, e não porque a igreja católica defenda a reforma agrária, mas porque apregoa direitos humanos para os presos, eles são majoritariamente anticlericais. Anticlericalismo que, por sinal, parece ser um cromossomo novo na determinação deste novo rebento da direita antidemocrática às voltas com o jogo eleitoral. Não são anti-religiosos, entenda-se bem, muito pelo contrário. Achem que ateu não existe, é papo, é exibicionismo, é "aplicação". São bastante religiosos, desses de ir declarando a religião antes de ser perguntados; e a grande maioria é, obrigatoriamente, de católicos, mas católicos que professam, o que não os impede de ser anticlericais explícitos. (PIERUCCI, 2013, p. 61)¹⁰

Considerando que o neoconservadorismo político mantém relação indissociável com o conservadorismo religioso, é na vertente neopentecostal o seu maior expoente. Não por acaso, são os líderes neopentecostais responsáveis pela exposição midiática, aquisição de canais e programas de TV, candidaturas políticas e apoio a candidatos, tanto financeiro quanto midiático.

Segundo Dip (2018), o pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910 trazido por evangelistas suecos e italianos convertidos nos Estados Unidos da América-EUA. Nos anos de 1950, o país recebeu nova leva de pentecostais vinda dos EUA e, a partir de então, todas as igrejas foram fundadas por brasileiros. A autora se baseia em Freston¹¹ para explicar a diferença fundamental entre as Igrejas Históricas e as Pentecostais. Nas Pentecostais existe a crença nos dons do Espírito Santo, que contribui para as curas, profetizações, exorcismos e mantém uma maneira menos racional e mais entusiasmada de religiosidade e discurso. Por este motivo, é a que se relaciona melhor com as mídias. Já as neopentecostais, segundo Dip, (2018, p.70), são consideradas a "terceira onda" do evangelismo, dão ênfase à guerra contra o diabo, à difusão da Teologia da Prosperidade¹² e abandono dos usos e costumes tradicionais de santidade.

¹⁰ No período desse estudo, os católicos eram maioria, porém, não apresenta grandes diferenças nas posturas e discursos atuais.

¹¹ Paul Freston, sociólogo e pesquisador inglês residente no Brasil, autor dos livros *Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não; Nem monge, nem executivo e Evangélicos na política brasileira*.

¹² Conhecida em razão do apelo financeiro como forma de garantir um lugar no céu. DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. RJ: Civilização brasileira, 2018.

A área teórica e acadêmica possui, no Brasil, poucos expoentes. Destacamos Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield. Porém, contraditoriamente, Olavo de Carvalho não se autodenomina conservador¹³ e os demais não possuem expressiva e significativa contribuição científica sobre o tema.

No ano de 2012, Luiz Felipe Pondé e Denis Rosenfield, juntamente com o português João Pereira Coutinho, lançaram um livro que se propôs a ser praticamente um manifesto da “Nova Direita”¹⁴ no Brasil, intitulado *Por que virei à direita*: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo.

A “Nova Direita” acadêmica apresenta algumas características singulares e contraditórias, como, por exemplo, criticar e abolir o universo acadêmico, investimento na juventude, a demonização das esquerdas e das minorias. Outra característica é o uso das mídias sociais para a disseminação de conteúdos. Segundo Cepêda,

Nessa empreitada surgem muitos investimentos da nova direita brasileira: na criação de institutos, sites e blogs conservadores e liberais; na formação de uma rede editorial e na produção de textos (nacionais ou internacionais); na preparação de quadros e atuação junto à juventude; na disputa por espaço na arena acadêmica e intelectual. Nesse sentido, o livro de Coutinho, Pondé e Rosenfield aparece como estratégico em mais de uma frente. (CEPÊDA, 2018, p.59)

Os adeptos da “Nova Direita” mantêm a ligação com a moral religiosa conservadora cristã, e aversão ao igualitarismo, que resultam na demofobia e no ódio à democracia. No espaço acadêmico, a desvalorização da ciência e a volta ao passado nas concepções e abordagens teóricas, o confronto com as agendas progressistas estudantis e das categorias profissionais e a cooptação da juventude para a formação de quadros contra-culturais, com a participação e criação crescente em blogs, sites, redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*, etc.), são aspectos presentes no cenário brasileiro da atualidade.

¹³Ver entrevista de Olavo de Carvalho para a *BBC Brasil*. FELLETT, J. Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias. *BBC News Brasil*. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em: 17 jun. 2021

¹⁴ Denominam-se “Nova Direita” por se considerarem diferentes dos conservadores clássicos. Segundo Lacerda (2019), a nova direita é “aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances” (p. 17,18).

2.5 A influência do neoconservadorismo na intervenção profissional

O surgimento das profissões com base científica está atrelado à Modernidade, pois teriam como função servir ao novo modelo econômico vigente: o capitalismo industrial. Para tanto, profissões para a otimização das performances industriais e controle da produção e dos produtos, passaram a vigorar. O estudo das profissões passou a ser realizado pela sociologia, sendo, ela própria, fruto das mudanças ocorridas na sociedade a partir da Modernidade e, ao mesmo tempo, necessária ao entendimento dessas mudanças.

As profissões, conforme trata Weber (2007), foram estudadas por diversas correntes da sociologia, dada a importância dos desdobramentos sociais e organizacionais a partir do seu surgimento. Inicialmente, os estudos consideravam a profissão como resposta às necessidades sociais, pautados na perspectiva funcionalista. Outros estudos sustentavam a tese da interação, baseada na abordagem interacionista, que foi seguida pelo estudo das ações coletivas voltadas ao controle ocupacional. Conforme a autora, é com Freidson (1970-1998) que se inicia a contribuição do estudo da profissão como garantidora do monopólio do poder, que englobam a formação, o exercício, o acesso ao trabalho e a avaliação do trabalho realizado. Weber discorre que a mais nova abordagem é estudada por Bourdieu, em 1989, que apresenta o sistema de profissões como campo de poder simbólico, legitimadora da dominação.

A profissionalização, conforme entendimento de Weber, é:

Processo que transforma uma atividade desenvolvida no mundo do trabalho mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicos; como processo que, calcado nas características de profissões estabelecidas (as profissões liberais), nomeia, classifica uma ocupação como profissão, associando-lhe imagens, representações, expectativas historicamente definidas; ou como processo de reconhecimento social de uma atividade ou ocupação, tem sido objeto de debate freqüente no âmbito da produção sociológica que pretende esclarecer os elementos centrais das sociedades contemporâneas. (WEBER, 2007, p. 182)

As profissões, portanto, possuem *status* diferenciados, em grande medida, pela proximidade da formação e exercício profissional com maior ou menor intelectualidade, traduzida em tempo de estudo, complexidade da teoria e importância social. Ao mesmo tempo, as profissões respondem e se transformam à

medida que as mudanças sociais ocorrem. Os profissionais não estão imunes às transformações societárias e incorporam em suas ações, valores e preceitos éticos adquiridos ao longo da sua história pessoal, interrelacional e social. A interferência da religião na ação profissional ocorre com frequência, principalmente quando se trata de dilemas éticos em contraposição aos valores morais preceituados pela religião à qual faz parte. No âmbito político, vemos esse tipo de conflito quando representantes do povo, de segmento partidário social mais à esquerda, se negam a aderir a pleitos progressistas, como é o caso da deputada Benedita da Silva, para citar um exemplo. Dip, se baseia na pesquisadora Magali Cunha para citar que a deputada, uma mulher negra do PT, se declara contra o aborto e à união homoafetiva, por estar embasada em preceitos religiosos (DIP, 2018, p. 50).

Algumas profissões têm relação com as áreas mais vulneráveis da sociedade e são praticadas majoritariamente por profissionais do sexo feminino. A conexão da profissão com instituições religiosas também confere um *status* diferenciado na sociedade, contribuindo para equívocos quanto à interpretação da intervenção profissional, ou seja, ação profissional é confundida com ajuda ou caridade. Assim ocorre com o Serviço Social.

A relação do Serviço Social com a religião inicia a partir do movimento católico leigo no campo social, mais especificamente na área de Ação Social, tendo em vista que desde o final do século XIX a Igreja passa a intervir mais objetivamente no campo social, a partir da Encíclica *RerumNovarum*, do Papa Leão XIII, no ano de 1891.

Desde o seu surgimento no Brasil, na década de 1930, até os anos 1940, o Serviço Social atuou com bases ideológicas marcadamente católicas e com fundamentação filosófica neotomista de tradição franco-belga. A partir dos anos 1940, o Serviço Social dialoga com o positivismo das ciências, recebendo influência norte-americana, não rompendo, no entanto, com a raiz neotomista e com os princípios filosóficos da Igreja, fortemente marcados pela caridade e filantropia nas ações dos profissionais, bem como, pela visão de homem imbuída dos valores morais judaico-cristãos (IAMAMOTO, 2008).

Nos Estados Unidos, o Serviço Social estabelece uma aproximação com a Igreja Protestante e seu surgimento esteve vinculado às CharityOrganizationSocieties-COSs, que traziam a ação social através da atividade caritativa com um *status* científico.

Nos anos 1960, mais especificamente a partir de 1965, o Serviço Social, se insere no movimento de resistência na América Latina, denominado Movimento de Reconceituação, inicia um processo de ruptura com o modelo conservador e passa a reestruturar as suas bases de formação, aproximando-se de uma teoria marxista e, portanto, materialista-histórica.

O Serviço Social, a partir do novo paradigma, estabelece a necessidade de participação social. Para tanto, visualizou a participação a partir das bases, por meio de práticas sociais construídas junto aos movimentos sociais. Muitos desses movimentos eram protagonizados pelas Comunidades Eclesiais de Base-CEBs da Igreja Católica.

O processo de ruptura com o Serviço Social conservador desencadeou a construção de um projeto ético-político da profissão, que tem como significado o compromisso da categoria profissional com as classes subalternas, atualmente materializado no Código de Ética Profissional de 1993.

As novas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, de fundamentação materialista-histórico-dialética, são, portanto, antagônicas aos fundamentos religiosos iniciais do Serviço Social. No entanto, o que se observa na atualidade é a aproximação da religião no cenário político mundial, no contexto da participação direta de segmentos religiosos nos partidos políticos, em bancadas congressistas, nos direcionamentos estratégicos de governo, nas políticas públicas, bem como nos discursos e ideologias transmitidos à sociedade através dos meios de comunicação, da educação e da cultura. A emergência do neoconservadorismo religioso cristão no Brasil remete à ideia de que a Era Moderna não é secular, conforme foi bradado pelo movimento Iluminista. O que se percebe é a perda de foco da religião no cenário da sociedade, diferentemente da forma como ocorria na Idade Média, dada a sua centralidade.

Nesse sentido, apesar de ter havido um relativo rompimento formal e histórico com as tradições religiosas em prol de uma secularização, no cotidiano, a atuação profissional está sofrendo influências desse fenômeno, em ameaça ao projeto ético-político hegemônico da categoria.

Consideramos o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci (2002), que pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras, sendo obtidos e consolidados através de embates que incluem, no plano ético-cultural, a expressão de saberes,

práticas, modos de representação e modelos de autoridade que pretendem se legitimar e universalizar. Todavia, o grupo ou ideia para ser hegemônica não necessita necessariamente ser maioria, mas, sobretudo, ser dirigente e dominante, pois, “inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (GRAMSCI, 2002, p. 65). Na relação hegemonia e religião, Gramsci trata da direção religiosa no sentido de contribuir para a manutenção de um estado egoístico-passional, o que dificulta a passagem para o momento ético-político (GRAMSCI, 1977, *apud* SIMIONATTO, 1995, p.44,45).

É possível evidenciarmos uma nova realidade no contexto da hegemonia do projeto ético-político quando, por exemplo, nos deparamos com notas nas redes sociais e no site oficial da categoria CRESS/CFESS — Conselho Regional de Serviço Social/Conselho Federal de Serviço Social—, quando diz respeito ao fato de alguns profissionais professarem a sua não adesão às campanhas anuais e demais mobilizações temáticas promovidas por esse conjunto da categoria e discursarem desfavoráveis aos direcionamentos por estarem sendo contrários à sua moral religiosa.

Em outubro de 2014 e em setembro de 2017, o CFESS publicou em seu site oficial, duas matérias em que se evidencia a preocupação da categoria com essa questão. A primeira matéria fala sobre a legalização do aborto, tendo como tema: “Aborto é assunto pra assistente social sim, mas sem preconceito!” e traz, entre os elementos de discussão, a reflexão que “no Brasil, o fundamentalismo religioso é barreira”. Diz ainda, o texto:

Em maio deste ano, o Ministério da Saúde revogou a Portaria 415, que incluía o aborto por razões médicas e legais na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério afirmou que a revogação se deu por questões técnicas de ordem financeira, mas o que houve, de fato, foi uma grande pressão da bancada religiosa do Congresso Nacional. (CFESS, 2014)

Na discussão, o CFESS discorre sobre a importância dos profissionais enfrentarem esse conservadorismo, mas que existem ainda barreiras para a concretização desse enfrentamento. E continua:

Muitas vezes, assistentes sociais compõem equipes multiprofissionais que realizam atendimento de mulheres que desejam interromper a gravidez, conforme as prerrogativas legais. Entretanto, dentro da própria categoria, há quem recrimine a prática

do abortamento, ainda que a posição do Conjunto CFESS-CRESS seja pela legalização. (CFESS, 2014)

A outra matéria veiculada pelo CFESS através do seu site oficial, diz respeito à decisão judicial que concedeu uma liminar que abre precedentes para o entendimento de que a homossexualidade pode ser curada. O CFESS divulgou um vídeo criticando a decisão judicial e manifestou apoio ao CFP-Conselho Federal de Psicologia. Através do vídeo, o CFESS argumenta que o Código de Ética do (a) Assistente Social defende que o exercício do Serviço Social deve ocorrer sem qualquer tipo de discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e que a categoria deve se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade. Além disso, o CFESS editou também a resolução, de nº 493/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do(a) assistente social.

No entanto, o CFESS enfrentou resistências em relação ao seu posicionamento por alguns segmentos da categoria:

Entretanto, alguns comentários na publicação do vídeo mostram que uma parte da categoria de assistentes sociais ainda apresenta resistências a este debate, seja por uma interpretação equivocada do Código de Ética, seja porque se fundamenta em argumentos de cunho religioso, ou ainda porque se apoia na concepção de uma pretensa liberdade de psicólogos/as que, ao oferecerem cura para algo que não é doença, reforçam o preconceito que está na sociedade. (CFESS, 2017)

Em 01 de maio de 2016, uma comunidade no *Facebook* denominada “Serviço Social Libertário”, foi criada por alunos e profissionais de Serviço Social de diferentes estados do país. Atualmente, o total de seguidores dessa página é de aproximadamente 4.000 pessoas e o slogan reflete o posicionamento contrário ao projeto hegemônico do Serviço Social quando diz: “Sou assistente social e não defendo projeto ético-político classista, com orientação societária comunista”.

Identifica-se, também, nessa comunidade, o esforço em cooptar a juventude, em grande medida, estudantes do curso de Serviço Social e recém-formados da categoria, mediante linguagem acessível e aderente a essa faixa/fase da vida, a veiculação/divulgação de artigos elaborados por quem defende uma base teórico-metodológica conservadora, o retorno aos primórdios da intervenção profissional, em que a atuação se baseava no aconselhamento e na prática caritativa, aliados a

uma teoria conservadora e neoliberal, o confronto ao Código de Ética da profissão e aos Conselhos de Classe. O embate ideológico é um dos pontos fortes da Comunidade, que se propõe a ser um espaço de escuta e de liberdade de expressão daqueles que se opõem ao projeto ético-político do Serviço Social em defesa da família nuclear burguesa, do amplo mercado, do Estado mínimo, dos partidos políticos conservadores e da moral religiosa cristã conservadora.

A realidade posta e emergente caracteriza um enfrentamento e posicionamento de grupos que se contrapõem à ordem vigente, caracterizada pelo confronto à hegemonia do projeto ético-político profissional e possibilidade de instalação e consolidação de um novo projeto de profissão. Identifica-se que a moral religiosa e a ética profissional se aproximam e divergem, instigando o debate sobre o dilema entre a moral religiosa e a ética profissional, presente na relação religião e ciência. Salientamos que a interferência da religião na intervenção profissional é um fator preocupante para as classes, seus órgãos representativos e sociedade em geral, pelo choque com as pautas dos direitos humanos e sociais que geralmente são alvo de conflitos e transgressões ao código de ética e ao projeto de classe das profissões. Essa discussão é feita no próximo capítulo e, para tanto, usamos o caso do Serviço Social como profissão que concentra, no seu nascedouro, a ligação com Religião e base teórica conservadora, o que fortalece, na atualidade, segmentos neoconservadores na disputa por espaços políticos e acadêmicos, em contraposição às conquistas realizadas pelo conjunto da categoria.

3A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA PROFISSIONAL EMORAL RELIGIOSA

3.1 A perspectiva da práxis da ética

A sociedade ocidental tem suas bases na tradição greco-romana e foi na Antiguidade que os questionamentos sobre o “ser” tiveram início. A filosofia ocidental, a partir dos gregos, questionava a verdadeira realidade das coisas. Somada à nossa herança grega, a cultura latina e a tradição judaico-cristã trouxeram elementos próprios e singulares aos povos ocidentais.

No bojo dos questionamentos sobre o “ser”, os filósofos, desde a Antiguidade, na busca do sentido das coisas, discutem sobre a noção de bem e de virtude, fundamentos da ética. Cortinae Martinez (2015) nos mostram que a compreensão histórica da filosofia colabora para o seu melhor entendimento. Segundo os autores, a história da filosofia está agrupada em três momentos, ou fases. A primeira fase ocorre entre a Antiguidade e a Idade Média, denominada era do “ser”. Esse período caracteriza-se pelos filósofos levantarem questão sobre a autenticidade das coisas em contraposição às aparências. A segunda fase compreende a Modernidade, época marcada pela ascensão da ciência positivista e do paradigma cartesiano. Cortina e Navarro(2005) referem-se a esse período por ser conhecido como a ‘filosofia moderna’, gerando uma nova ou novas éticas, que nasceram da reflexão em torno da noção de ‘consciência’, que passou a ser o novo ponto de partida dos filósofos. A terceira fase é conhecida pela ‘virada linguística’ própria da filosofia contemporânea, ou seja, “as que tomam como ponto de partida filosófico a existência da linguagem e da argumentação como fenômenos que mostram uma exigência de sentido”. (CORTINA; NAVARRO, 2005, p. 52)

Entende-se a ética, tradicionalmente, e de maneira mais geral, como o estudo dos costumes, das ações e comportamentos humanos e, dessa forma, diante da influência do ser humano na sociedade e das evoluções tecnológicas, econômicas e sociais decorrentes dessa ação, surgem impactos na cultura e no modo de ser das pessoas em sociedade. Barroco discorre que:

A **ética**-entendida como **modo de ser socialmente determinado**-tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Sob

esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica **historicidade** de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem. (BARROCO, 2010, p. 20)

Entende-se que a história não existe independente dos homens e de suas relações com a natureza e com outros homens. Seu modo de ser são construções sócio-históricas: “E nesse sentido pode-se dizer que o ser social fundamenta-se em categorias ontológico-sociais, pois os modos de ser que o caracterizam são construções sócio-históricas que se interdeterminam de forma complexa e contraditória, em seu processo de constituição.” (BARROCO, 2010, p.20).

Tratar da questão ontológica requer a compreensão histórica das formas como o homem transforma a sua relação com a natureza através das mediações. O homem passa de ser instintivo a ser social através das atividades conscientes, racionais e teleológicas. A partir dessas condições, o homem pode fazer escolhas, desenvolver a liberdade e criatividade.

O papel da consciência humana é ativo a partir das construções obtidas no trabalho e nas relações sociais desencadeantes. As mediações estabelecidas na relação sujeito-objeto são instrumentos que conduzem a um novo sujeito, de modo que a práxis colabora para a constante mudança da realidade a partir das novas consciências.

É importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é, quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito, é **transformada***. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44)

O trabalho, nas sociedades, possui uma importante função, que é a de diferenciar o homem dos animais. Apesar do trabalho, em sua forma primitiva, ser um processo natural, não se tratam de formas instintivas encontradas no mundo animal, pois requer uma intenção/projeção, uma mediação e um fim (objetivação material e subjetiva), conforme trata Netto e Braz, “À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma relação mediada entre o seu sujeito

(aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica).” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44)

As mediações ocorrem, invariavelmente, pelo conhecimento, quer seja das condições concretas da realidade a ser modificada, quer seja pelas análises, avaliações e escolhas que o sujeito, ao longo do processo, desenvolve. À medida que vão ocorrendo generalizações e ampliações desse conhecimento, o homem necessita promover um canal de comunicação com outros homens, o que caracteriza o trabalho como atividade coletiva, sendo, pois, “constitutivo do ser social”, segundo Netto e Braz (2012).

Vale salientar que o ser social se forma a partir do trabalho, mas o transcende. Outras formas de objetivações surgem e dão sentido de completude ao sujeito coletivo, pois vão além da relação direta material sujeito-objeto de transformação da natureza. A essas variações dá-se o nome de práxis. “A práxis inclui todas as objetivações humanas”, conforme ressaltam Netto e Braz (2012, p. 55), e por práxis, temos as diversas áreas de produção intelectual, filosófica, artística, cultural, a ciência e a ética. Netto e Braz enfatizam que:

Os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se *materialmente e/ou idealmente*: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 26)

Barroco (2010), ao tratar dos fundamentos sócio-históricos da ética, aborda que o homem, para ultrapassar os limites do imediato e do instintivo, se humaniza, ou seja, se auto-constrói como ser social, caracterizado pelo sujeito em mediação, de forma articulada, que contribui para o seu domínio sobre a natureza — objeto de intervenção — e sobre si mesmo. Sendo assim, são os processos históricos que possibilitam o homem se comportar como ser ético.

Quanto ao processo histórico e de humanização, Netto e Braz discorrem que o processo da história é:

O processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constituiu-se como espécie humana—assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de **humanização**, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 50)

Verifica-se, portanto, a existência de correlação entre trabalho, práxis, processo histórico, ser social, sociedade e ética. O papel ativo do homem em sociedade conduz à produção— de conhecimento, ideias, valores, normas, entre outros—, e estabelece valorações e escolhas. Por escolhas, entendemos que o homem as faz, inicialmente, a partir da condição de necessidade e, posteriormente, mediante definições de conexões entre causa e efeito e instituem alternativas diante da realidade a ser vivida e modificada. Novas situações e possibilidades surgem para serem transformadas e essas alternativas pressupõem a existência de liberdade de escolhas. A liberdade, portanto, está associada às alternativas e possibilidades concretas de escolhas criadas pelos sujeitos históricos, sociais e coletivos, na relação existente e estabelecida no trabalho e na práxis. Como as escolhas pressupõem alternativas, outro elemento se encontra presente na construção do sujeito histórico. Segundo Barroco (2010, p. 26), “uma vez criadas, as alternativas passam a ser **valoradas** pelos homens” e esses valores são dimensionados e avaliados. Ainda conforme Barroco:

Com sua ação transformadora, o ser humano cria **alternativas**, abrindo possibilidades de escolhas entre elas. As escolhas entre alternativas, por outro lado, promovem valorações (escolhe-se o melhor, realizam-se comparações entre o que é bom ou mau, bonito ou feio, correto ou incorreto, etc.), ou seja, realizam-se *escolhas de valor*, não necessariamente de valor, não necessariamente de valor moral. (BARROCO, 2010, p. 25)

Tratar de valor e alternativas, considerando escolhas entre opostos, não significa a existência necessariamente de um dado subjetivo, pois valor, alternativas e escolhas também são dados objetivos, já que estão relacionados à objetivação do ser social. Tais elementos — valor, alternativa e escolhas — têm relação direta com a categoria liberdade. Para Barroco,

A liberdade é -simultaneamente- capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva de escolhas e para que novas escolhas sejam criadas. Por isso, liberdade e valor vinculam-se ontologicamente. (BARROCO, 2010, p. 27)

Sendo assim, a compreensão da dimensão ética de uma dada sociedade, requer o entendimento de seu aspecto histórico, temporal e social. Considerar o caráter ontológico da ética significa abarcar a sua dimensão de objetivação, de construção e não de algo natural. Porém, as objetivações éticas não se estabelecem isoladas, mas provêm de um modo de ser dos sujeitos históricos que são

dimensionadas por campos de objetivação ético-morais, conforme trata Barroco (2010). Dentre os campos, estudados pela autora, está o **sujeito ético-moral**. Este inclui a condição do homem de ter consciência, senso ou capacidade de discernimento entre o bem e o mal, entre o certo e errado, ou seja, condições de escolhas morais ou consciência moral, sendo elas fundamentadas pela práxis, pela condição de sociabilidade, liberdade, consciência e universalidade humanas. Outro aspecto que compõe os campos de objetivações ético-morais é a moral, propriamente dita.

Conforme já tratamos, a questão dos costumes, regras, valores, consciência e liberdade nas sociedades, têm relação direta com o trabalho e a práxis, ou seja, a moral e a ética têm conexão direta com o modo de produção de uma dada sociedade em determinado período histórico. Pensar nessas categorias nas quais vigora o modo de produção capitalista requer uma análise mais aprofundada.

Falar em liberdade e consciência numa sociedade capitalista merece destacar a condição de limitação dessas duas categorias. Primeiro, porque na sociedade capitalista o homem não é livre a partir do trabalho e, por não gozar da liberdade existente na original relação natural entre o homem e a natureza, a consciência é atingida.

A centralidade da liberdade ligada ao trabalho surgiu na Modernidade, mais especificamente por volta do século XVIII, a partir dos ideários Iluministas de racionalização e de defesa da propriedade privada. A saída do modo de produção feudal tornou-se o mote para a legitimação dos interesses burgueses de expansão e instauração de um novo regime — o capitalista e, para isso, as ideias que se contrapunham ao modelo anterior vigente tornavam-se a estratégia de crescimento de uma nova ordem. A falta de liberdade civil, política e econômica dos vassalos foi o pano de fundo para se construir um novo modelo de sociedade, em que privilegiaria o aumento do poder político e econômico de uma classe em ascensão — a burguesia.

Com ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a burguesia se constituiu e se fortaleceu como classe dominante e se instaurou um modo de produção em que o capital não se configurou como elemento material, mas como relação social entre classes fundamentais, antagônicas entre si. O engodo da liberdade a partir do trabalho, que se expressou no projeto de emancipação humana dessa classe,

encobriu o contexto das relações de exploração e alienação presentes no bojo do modo de produção capitalista. No entanto, segundo Netto e Braz:

A emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social*- e sem esta, a emancipação humana é impossível. (BARROCO, 2012, p. 31-32)

Apesar da liberdade ser atributo do ser social, inerente aos homens, essa condição só ocorre em contextos de um trabalho não repressor, explorador e alienante. A propriedade privada inverte, pelo trabalho, a lógica da liberdade. A condição de liberdade só se estabelece a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção e da própria condição de objeto no processo de produção de mercadorias.

No tocante à categoria consciência, esta se torna impactada e influenciada diante das condições reais e concretas do cotidiano do trabalho, pela existência da mais-valia — termo marxiano que representa o fruto do trabalho não pago e apropriado pelo proprietário dos meios de produção - ; e do fetichismo da mercadoria— denominação também marxiana para tratar que o mercado, na sociedade capitalista, inverte as relações sociais, no sentido das relações entre os homens aparecerem como relações entre coisas.

Para a manutenção e reprodução do capital, a classe dominante cria estratégias de legitimação e fortalecimento do poder e da hegemonia, sobretudo no âmbito da práxis, ou da superestrutura ideológica. Um dos campos mais profícuos é a religião.

Na sociedade capitalista, portanto, a consciência crítica acerca dos fenômenos sociais está comprometida e a alternativa possível para o enfrentamento dessa condição limitadora é o conhecimento, adquirido mediante a produção teórica e na sua relação dialética com a prática cotidiana, com vistas à transformação.

3.2 Ética e moral

O campo de estudo da ética e da moral tem percorrido longos anos, desde os pré-socráticos. No entanto, o seu estudo mais sistematizado e estruturado, pode-se dizer que evolui desde o período socrático até os nossos dias, tendo a filosofia fornecido importante contribuição. Ética e Moral estão em conexão direta, sendo inseparáveis e retroalimentadas, por sua dimensão histórica.

Os homens em sociedade, a partir da consciência e escolhas, elaboram perguntas frequentes sobre o(s) caminho(s) a seguir, a(s) resposta(s) a dar, a(s) decisão(ões) a tomar. Estabelecem uma conexão entre o dever ser e o ser e, dessa forma, produzem reflexões sobre seu modo de agir em sociedade. Tais questionamentos-reflexões e seus produtos — as ações— promovem consequências individuais e coletivas que podem gerar crescimento ou atraso, melhorias ou destruições. Esses problemas ou dilemas individuais ou coletivos geram a necessidade de se criar normas de conduta. Isso ocorre, inicialmente, de forma prática, para que os sujeitos possam ter respostas às suas questões e convivam mais pacificamente em sociedade. Segundo Vázquez:

Os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de ser cumpridas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que têm o dever de agir desta ou daquela maneira. Nestes casos, dizemos que o homem age moralmente e que neste seu comportamento se evidenciam vários traços característicos que o diferenciam de outras formas de conduta humana.(VÁZQUEZ, 2012, p. 16)

O comportamento referido gera não apenas uma decisão a partir do autor-reflexão e questionamentos do âmbito individual, que são denominados problemas morais, mas promove impactos em terceiros, conforme as suas normas, quer sejam individuais ou coletivas. A isso se chama juízo de valor ou juízo moral. Se por um lado os homens agem por decorrência de algum problema, chamado aqui de moral, por outro lado, ocorrem aprovações ou desaprovações morais desses mesmos atos. Sobre essa questão, Vázquez discorre:

Na vida real, defrontamo-nos com problemas práticos do tipo dos enumerados, dos quais ninguém pode eximir-se. E, para resolvê-los, os indivíduos recorrem a normas, cumprem determinados atos, formulam juízos e, às vezes, se servem de determinados argumentos

ou razões para justificar a decisão adotada ou passos dados.(VÁZQUEZ, 2012, p. 16)

O comportamento prático-moral está presente na humanidade desde a origem do homem como ser social, porém, com variações e evoluções ao longo do processo histórico. O agir moral, ou a moral prática, evolui na medida em que o sujeito avalia a sua forma de agir e de outros sujeitos, mas também reflete sobre os comportamentos práticos, transformando-os em objeto de reflexão, análise e avaliação. Quando isso ocorre, dá-se uma passagem da dimensão prática para a teórica. Nesse sentido, Vázquez (2012) pontua a passagem da moral efetiva, prática, para a moral reflexa:

Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com o início do pensamento filosófico, já estamos propriamente na espera dos problemas teórico-morais ou éticos.(VÁZQUEZ, 2012, p.17)

Percebe-se que a moral possui uma dimensão prática, tanto no que se refere aos questionamentos e reflexões dos aspectos corriqueiros do cotidiano, como no que diz respeito às normatizações dos problemas e dilemas existentes na relação dos sujeitos em sociedade, surgidos a partir desses problemas. Essas normatizações (leis, códigos, normas) são específicas de determinadas culturas, regiões, países, povos, grupos. Têm, portanto, um componente local.

A diferença dos problemas prático-morais para os éticos está na generalidade da ética. Vejamos o que diz Vázquez:

Será inútil recorrer à ética com a esperança de encontrar nela uma norma de ação para cada situação concreta. A ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim- o bom- visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou de todos. O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético.(VÁZQUEZ, 2012, p. 17)

Sabe-se que a relação teoria-prática se estabelece pela dialética, considerando-a tanto processualidade, movimento e contradição, não necessariamente no sentido idealista hegeliano, mas sobretudo no modo de pensar o mundo marxiano. Sobre a dialética de Marx, Netto discorre, que:

Marx partiu da dialética de Hegel, recolhendo-a mediante uma crítica rigorosa e profunda; tomou-a como o movimento do real, ou seja, o automovimento efetivo da realidade, seja a natureza ou a história e a cultura (ainda que sua atenção básica tenha se voltado para a

sociedade ou, na expressão de Lukács, para o ser social). Para Marx, pois, a dialética é objetiva. (NETTO, 2011, p. 335)

A dialética Marxista é, portanto, materialista, pois parte das condições reais, objetivas e concretas do ser social, das experiências vividas, da classe social em que se encontra. O modo de pensar o mundo parte do modo de ser e estar no mundo, das condições efetivas de vida e trabalho. O conhecimento surge a partir das experiências, mas não se limita a isso, necessita de aprofundamento, pois o homem elabora questionamentos sobre a dimensão oculta das coisas. Netto refere que:

A aparência dos fenômenos é absolutamente importante porque começamos a conhecê-los a partir dela – o que não tem qualquer aparência não pode ser conhecido. Mas o conhecimento veraz, verdadeiro, parte da aparência dos fenômenos para encontrar a sua essência, a sua estrutura íntima e o seu movimento. (NETTO, 2011, p. 335)

Fala-se, portanto, que a relação entre moral e ética é dialética porque as condições reais e objetivas de vida dos sujeitos históricos, incluem a cultura, os hábitos, as artes, a língua, os costumes, as relações sociais e, tudo isso leva a uma identidade e singularidade, em que os conflitos e os ritos são marcados pela necessidade de códigos normativos, o que seria a moral. Por seu turno, o conhecimento, o estudo dos fenômenos decorrentes da esfera social e cultural, ou seja, o estudo da moral, caracteriza-se pela ética, mas pela dialética ser movimento e contradição, essa teoria dos costumes pode influenciar na moral de um povo, que pode vir a se modificar. Sendo assim, a moral é o ponto de partida. Corriqueiramente se confundem os conceitos de ética e moral. Segundo Rios, “Se recorrermos à origem etimológica das palavras, vamos encontrar o vocábulo *ethos* (grego) e *mores* (latino), que significam, ambos, costume, jeito de ser” (RIOS, 2011, p. 32).

Sobre a diferença dos significados etimológicos das palavras ética e moral, Vázquez (2012) discorre que a palavra moral vem do latim *mosuomores*, que significa, conforme trata Rios (2011), “costume” ou “costumes” adquiridos por hábito, ou seja, nesse sentido, são quase inexistentes. No entanto, Vázquez (2012), refere que,

Certamente, *moral* vem do latim *mosuomores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. *Ética* vem do grego *ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim,

portanto, originariamente, *ethos emos*, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral. (VÁZQUEZ, 2012, p. 24)

Historicamente, a moral do povo na Antiguidade advinha de duas classes. A dos homens livres e a dos escravos. A moral dos homens livres era baseada na filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles. A dos escravos, contudo, não tinha doutrina teórica. Diante da naturalização da escravidão defendida por Aristóteles, em que, por natureza, alguns homens nasciam livres e outros escravos, o tratamento dispensado a estes não era considerado imoral. A moral dominante era a dos homens livres (VÁZQUEZ, 2012, p. 44).

Com o fim da Antiguidade e início da era feudal, permanece a divisão da sociedade entre os dominantes e dominados. A época feudal distinguiu os senhores feudais e os camponeses servos. Apesar de não serem considerados escravos, a relação entre as classes era de dependência para toda a vida em troca do uso da terra, de propriedade exclusiva do senhor feudal e, estes, por sua vez, eram dependentes do rei ou imperador em troca de proteção militar. E, nesse sistema de dependência hierárquica, a Igreja se inseria como proprietária de terras e, portanto, na alta esfera da pirâmide. Sobre esse assunto, Vázquez discorre:

A Igreja era o instrumento do senhor supremo, ou Deus, ao qual todos os senhores da terra deviam vassalagem e exercia, por isso um poder espiritual indiscutível em toda a vida cultural; mas, ao mesmo tempo, o seu poder se estendia aos assuntos temporais, gerando constantes conflitos com reis e imperadores, que se procuravam dirimir, de acordo com a doutrina das ‘duas espadas’. (VÁZQUEZ, 2012, p. 46)

A moral da sociedade feudal-medieval estava atrelada a um conjunto sócio-econômico-espiritual, e, portanto, imbuída de conteúdo religioso; porém, esse conteúdo de ligação sofria influência do modelo de estratificação social daquela sociedade, com pluralidade de códigos morais. Da parte da Igreja, outra forma de legitimação da sua moral no seio da sociedade era alicerçada nos ideais de esperança e liberdade que, no caso dos servos, somente seriam alcançadas na vida após a morte. Também os “pecados” cometidos pela nobreza eram redimidos com ofertas de riquezas à Igreja, com o propósito de salvação da alma.

A partir do nascimento de uma nova ordem social, com a ascensão da burguesia como classe dominante, novas formas de trabalho surgem e, sendo assim, a moral passa a estar relacionada com os novos valores, derivados do sistema de produção vigente. A moral do sistema capitalista é retratada por Vázquez (2012), quando refere que:

A economia é regida, antes de mais nada, pela lei do máximo lucro, e essa lei gera uma moral própria. Com efeito, o culto ao dinheiro e a tendência a acumular maiores lucros constituem o terreno propício para que nas relações entre os indivíduos floresçam o espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia, o cinismo e o individualismo exacerbado. Cada um confia em suas próprias forças, desconfia dos demais, e busca seu próprio bem-estar, ainda que tenha que passar por cima do bem-estar dos outros. A sociedade se converte assim num campo de batalha no qual se trava uma guerra de todos contra todos. (VÁZQUEZ, 2012, p.48-49)

O modo de ser capitalista concentra diversos elementos peculiares e característicos, em relação à moral e valores. O *ethos* burguês é contraditório, apesar de ser dominante, pois cria as condições de riqueza e pobreza e de modos de ser opostos entre si, coexistindo, afirmando-se e negando-se, reproduzindo a vida social dialética e contraditória, principalmente por meio da ideologia dominante.

Barroco discorre que o modo de ser capitalista é:

Fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma lógica *mercantil* produtora de *comportamentos coisificados*, expressos na valorização da *posse material e espiritual*, na *competitividade* e no *individualismo*; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado. (BARROCO, 2010, p. 157)

As relações entre os homens, na sociedade do capital, são transformadas em relação entre coisas. Os afetos são atingidos pelo valor de mercado e pela posse e as coisas tomam forma humanizada. Barroco colabora com a discussão, quando trata do utilitarismo moral. Para a autora:

O **utilitarismo moral** é uma das faces do modo capitalista de se comportar, pois, obscurecidas pelo poder das coisas, as relações humanas são valorizadas segundo sua utilidade: é bom o que for útil; é útil o que satisfizer necessidades materiais. Com isso, (re)criam-se necessidades que não se voltam para a ampliação da qualidade das relações humanas, mas para sua quantificação, em termos de utilidade material, em função de sua posse. Nesse sentido é que podemos afirmar que o capitalismo inverte o valor das relações e necessidades humanas. (BARROCO, 2010, p.158)

Nesta sociedade capitalista, de classes antagônicas, a moral possui, portanto, uma função ideológica, no sentido de contribuir para se legitimar a ordem social

dominante. As ideias da classe burguesa são assimiladas como ideias também da classe trabalhadora e têm o objetivo de esconder as desigualdades. Através da ideologia, as desigualdades são naturais e o sujeito é responsável pelo seu “destino”, na maioria das vezes, sendo culpabilizado pela sua condição de pobreza.

No capitalismo contemporâneo, fortemente influenciado pelas guerras mundiais e seus resultados, a necessidade de crescimento econômico presente em situações de pós-guerra derivou uma nova realidade social e moral. O incremento da pesquisa e da tecnologia foram fatores significativos para que ocorressem inovações nas relações sociais. O estímulo ao consumo também gerou impactos sociais. A nova moral do pós-guerra até os nossos dias incrementou elementos como: competição acirrada e agressiva, consumismo exacerbado, individualismo excessivo, agressão ao meio ambiente, rapidez e superficialidade na comunicação, presente em grande parte nas mídias sociais.

Retomamos que, no contexto histórico e filosófico, a Ética da Idade Média caracterizou-se por ser teocêntrica e teológica. No que compreende a era Moderna, desde o século XVI até o começo do século XIX, a ética possuiu uma tendência antropocêntrica — com seu centro e fundamento no homem, em parte, por influência da ciência de Galileu, Newton e Descartes e da filosofia de Kant. Vázquez discorre sobre a ética kantiana da seguinte forma:

A ética kantiana é uma ética formal e autônoma. Por ser puramente formal, tem de postular um dever para todos os homens, independentemente da sua situação social e seja qual for o seu conteúdo concreto. Por ser autônoma (e opor-se assim às morais heterônomas nas quais a lei que rege a consciência vem de fora), aparece como a culminação da tendência antropocêntrica iniciada no Renascimento, em oposição à ética medieval. Finalmente, por conceber o comportamento moral como pertencente a um sujeito autônomo e livre, ativo e criador, Kant é o ponto de partida de uma filosofia e de uma ética na qual o homem se define antes de tudo como ser ativo, produtor e criador. (VÁZQUEZ, 2012, p. 285)

Na Contemporaneidade, a ética se ocupa não só da natureza racional do homem, mas sobretudo de uma sociedade em que as contradições se tornaram extremamente crescentes. Por outro lado, obteve influências do socialismo e das ideias de Karl Marx.

Para Vázquez (2012), no âmbito da filosofia, a ética contemporânea se opõe ao formalismo kantiano e ao racionalismo absoluto hegeliano, em favor do homem concreto — individual e social (para tanto, teve como influenciadores, Kierkegaard e

Marx) —; considerando esse homem também como ser dotado de irracionalidade (nesse sentido, influenciado pelo existencialismo, pragmatismo e psicanálise) e, contra a transcendência (metafísica), em favor da procura da origem no próprio homem.

Os avanços da ética na filosofia estão presentes nos estudos e nas elaborações teóricas vigentes em todo o mundo. Contudo, duas áreas que se relacionam com a moral e a ética necessitam uma especial atenção, quais sejam, a religião e a política.

3.3 Moral religiosa e ética profissional

Já discurremos que a discussão sobre a moral remete aos costumes, tradições, cultura, em sentido prático-concreto, sendo, portanto, específico, peculiar. Considera-se a religião como um dos componentes da moral e ambos, religião e moral, sofrem influências históricas e sociológicas.

Religião é tema amplo e genérico, presente em diversas áreas do conhecimento e na relação do homem consigo e com a natureza. Definir religião, portanto, é restringir o termo e não o considerar dinâmico, assim como a história e as diversas culturas e idiomas.

Algumas tentativas de definição ocorreram mais especificamente na história intelectual ocidental. Segundo Hock (2006), Cícero (106-43 a.C) define *religi* como culto aos deuses, enquanto cultivo e adoração, estando embutida a ideia de ritual. Lactâncio, escritor e orador cristão dos séculos III e IV, define *religi* como derivação de *religare*, ou seja, ligar de novo, amarrar. E, adotando esse mesmo termo, porém, ampliando-o, o teólogo cristão Agostinho (354-430) utiliza a descrição *religio vera*, que significa “religião verdadeira”. Algumas derivações surgiram durante a Reforma Protestante, trazendo o significado do termo *religi* para “confissão” ou “fé cristã comum”, se opondo contra a Igreja Católica Romana e também contra aquilo que identificavam como sendo superstição e magia.

Hock (2017) vai além da compreensão unicamente cristã do termo religião. Fora do ocidente, no âmbito Islâmico, usa-se a palavra árabe *din*, que tem o significado de “acertar algo”. “No entanto, ao mesmo tempo, *din* descreve também

mais do que simplesmente 'religião', a saber, formas de vida, costumes e hábitos (ordenados conforme ordem e direito)." (HOCK, 2017, p.21).

A religião como *dharma* é definida no mundo índico, conforme trata Hock (2017), e significa "segurar", "carregar", mas inclui uma amplitude de significados e associações. Já no budismo, o termo *dharm* relaciona-se aos ensinamentos do Buda. No âmbito asiático-oriental, usa-se o termo *tao*, que tem o significado de caminho ou princípio que está na base de tudo o que é real. Nas religiões chinesas, o termo *baishen* carrega a ideia de "veneração de deuses". Característica peculiar possui as religiões Africanas:

Uma perda total de qualquer chão seguro há, por exemplo, no caso das religiões africanas ou oceânicas, onde geralmente não encontramos nada que se destaque como uma área parcial claramente distinguível de 'religião' dentro do complexo geral da cultura. Não é de admirar que, antigamente, viajantes ou etnógrafos que se confrontaram com essas culturas julgaram ou que ali não haveria religião alguma ou concluíram que ali tudo seria religião. (HOCK, 2017, p. 22)

Não sendo suficiente a definição teológica ou conceitual, buscou-se identificar o que existe em comum nos diversos significados, buscando encontrar a natureza ou essência que está na base de todas as religiões e também a sua função. A perspectiva essencialista, conforme já abordamos, considera a essência das religiões; aquilo que está na base de todas. Quando nos referimos à função da religião na vida das pessoas, estamos tratando da abordagem funcionalista e é nessa abordagem que iremos encontrar a relação entre religião e moral.

A postura adotada neste trabalho, portanto, é de aproximação com a perspectiva sociológica do termo, pois a Sociologia da Religião lida com as questões da relação entre religião e sociedade, apesar da existência da abordagem funcionalista presente nessa dimensão. Assim, são tidos como um dos fundadores da Sociologia da Religião Científica Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920).

Para Durkheim, segundo Hock (2017), os fatos sociais são originários dos modos de sentir, agir, pensar do indivíduo em sociedade. A religião estaria inserida nos fatos sociais, que teriam uma função, segundo Durkheim. Para Hock (2017), o autor associa religião com sociedade, ao falar que a transcendência deriva do social, pois, "somente em sua função de integrar o indivíduo na sociedade a religião

assume o caráter do eterno e possui uma qualidade quase existencial.” (HOCK, 2017, p. 105).

Em um sentido atual da palavra religião, Meslin (2014), se refere ao sentido sociológico como o terceiro, dos cinco sentidos principais da palavra religião. Assim discorre que:

A religião é todo o complexo das atividades humanas informadas pela fé. A religião exerce então uma função de legitimação que permite unir a uma realidade última, universal e sagrada, o mundo e a sociedade construída pelo homem, e que formam seu real cotidiano. A religião exerce então uma ‘função de cosmização’, no sentido em que o entende Peter Berger. (MESLIN, 2014, p. 48-49)

A perspectiva sociológica da religião, a partir de Durkheim, sustenta que o sagrado está relacionado ao profano pois todas as formas de expressão da religião são práticas coletivas e socialmente organizadas. Nesse sentido, temos em Guerriero (2012), no que se refere à contribuição de Durkheim, que:

O ponto central de sua análise recai no fato de que o sagrado está associado à sociedade. As crenças religiosas são representações coletivas e os principais rituais religiosos são praticados coletivamente. Ainda, para ele, um grupo de pessoas que sustenta uma crença comum e que participa em conjunto de rituais forma o que ele denominou “igreja”. Isso significa afirmar que a religião é socialmente organizada. Nisso está sua diferença em relação à magia. Embora afirme ser a magia fruto também de representações coletivas, para esse autor francês, esta não pressupõe o suporte de uma instituição social. (GUERRIERO, 2012, p. 13)

Durkheim contribuiu com a visão da dicotomia entre sagrado e profano, pois ambos fazem parte da realidade vivida: está incorporado nos discursos e práticas em sociedade, conforme trata Guerriero (2012):

Durkheim considera a dicotomia sagrado/profano como uma forma e uma categoria de pensar e viver a realidade. Os termos dessa dicotomia são bipolares e simultaneamente complementares e irreduzíveis, isto é, um não pode ser reduzido ao outro e, no entanto, um não pode subsistir sem o outro. (GUERRIERO, 2012, p. 17)

Durkheim, por abordar de maneira funcionalista a relação da religião e sociedade, defende que a religião, por possuir uma função social, contribui para as ações humanas. Segue o que discorre Guerriero, “O essencial da religião, para Durkheim, está relacionado, antes de tudo, à ordem da ação. As crenças não são essencialmente conhecimentos que enriquecem nosso espírito: sua principal função é a de suscitar atos. Por detrás das crenças existem forças” (GUERRIERO, 2012, p.18).

Segundo Grondin (2012), a abordagem funcionalista admite que a religião existe porque ela cumpre uma função, ou um porquê, que explica a sua existência a partir de algo externo, ou seja, a religião se explica a partir de alguma coisa. Para ele, a religião teria servido para explicar: 1. fenômenos naturais numa época em que a ciência não existia; 2. a obrigação moral, por se tratar de um mandamento divino; 3. uma ordem social e política, ou o papel desempenhado por governantes, sacerdotes ou casta particular; 4. um fenômeno de transferência (na leitura psicanalítica), na qual Deus seria o pai; 5. a angústia diante da morte, que a consciência humana não suportaria.

A religião, enquanto tentativa de explicar a obrigação moral, parte do princípio da existência de recompensas e penas, numa relação verticalizada entre religião e moral. O fenômeno religioso se explica pelo sentimento moral, ou seja, pelo certo e errado, bom e mau. Grondin trata da questão da seguinte forma:

A religião propõe então uma justificação vertical da moral que permite associar-lhe recompensas e penas: age-se moralmente, por exemplo, *porque* se espera uma bem-aventurança futura. O fenômeno religioso se explica aqui a partir do sentimento moral, considerado mais originário e mais autêntico que ele. (GRONDIN, 2012, p. 29)

Entendemos que existe uma relação próxima entre os itens 2 e 3 da teoria de Grondin (2012), pois não há que se separar as condições morais das políticas, dado que uma é atravessada pela outra, sendo essa separação apenas colocada didaticamente. Nesse item, Grondin se refere a Marx, Nietzsche e Spinoza, ao tratarem a religião como o ópio do povo.

Na relação entre moral e religião, também encontramos em Vázquez (2012) a argumentação de que primeiro devemos considerar que a religião, sobretudo cristã, possui algumas características, como: a) dependência do homem a um Deus; b) garantia de salvação em outro mundo. Isso possui um significado, qual seja: 1) a negação da autonomia do homem, pois Deus seria o verdadeiro sujeito; 2) o homem só seria livre em outro mundo transcendente, somente alcançável após a morte.

Observa-se que as crenças religiosas implicam determinados conceitos morais, pois as concepções de mundo e crenças possuem um componente valorativo, que influenciam nas condutas humanas. Cortina e Martinez discorrem sobre essa questão:

As religiões de grande tradição histórica, como o cristianismo, islamismo e budismo, dispõem de doutrinas morais muito

elaboradas, nas quais se detalham objetivos, ideias, virtudes, normas, etc. Desse modo, o crente de determinada religião recebe-personalizando-a, aceitando-a em consciência como sua própria – a concepção moral do grupo religioso a que pertence, e com ela assimila também determinado código de normas que para ele terá a dupla condição de código religioso (prescrições que procedem da divindade por meio da revelação e do magistério dos hierarcas) e do código moral (prescrições para orientar a ação que podem ser consideradas racionalmente exigíveis a toda pessoa enquanto tal). (CORTINA; NAVARRO, 2005, p.42)

Nesse contexto, torna-se difícil para o crente realizar o distanciamento das normas e condutas religiosas do grupo ao qual pertence, podendo haver importante influência dos códigos religiosos no comportamento, incluindo as relações afetivas, atividades políticas e práticas profissionais.

Considerando essas características, *a priori*, no universo cristão ocidental, entende-se, segundo Vázquez (2012), que a religião tem um significativo papel de regulamentação das relações entre os homens em sociedade, ou seja, uma certa moral e também se apresenta como garantia do fundamento dos valores morais, isso significa que, para os crentes, sem religião não há moral, ou, que Deus é a garantia da moral. No entanto, é sabido que a religião cristã não é a única existente e que os significados variam de religião para religião. A própria humanidade, através dos antepassados, demonstra que o homem primitivo viveu sem religião — da forma como o cristianismo prega. Porém, vivia sob normas que regulavam e regulamentavam as relações sociais. Sobre isso recorreremos a Vázquez:

Durante milênios o homem primitivo viveu sem religião, mas não sem certas normas consuetudinárias que regulamentavam as relações entre os indivíduos e a comunidade e, ainda que em forma embrionária, já tinham um caráter moral. Por conseguinte, do fato que a religião implique numa certa moral e que, para esta, Deus seja a garantia dos valores morais e da realização da moral, não segue que a moral não seja possível sem a religião. A religião não cria a moral, nem é a condição indispensável- em qualquer sociedade- para ela. Mas, evidentemente, existe uma moral de inspiração religiosa que desempenha também a função de regulamentar as relações entre os homens em consonância com a função da própria religião. (VÁZQUEZ, 2012, p. 91)

Podemos refletir que na sociedade contemporânea capitalista, convivemos com valores cristãos e materialistas, fruto da sociedade do capital, porém, com reforços morais de ordem religiosa, que colaboram em muitos aspectos para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, temos a relação da moral com a política.

A relação da moral com a política se dá de forma indireta, mas são complementares. O âmbito da moral é individual, do sujeito consigo mesmo, já a política é coletiva, do sujeito em sociedade, grupos ou comunidades. Obviamente que ambas interferem uma na outra, porém, são distintas, uma não absorve a outra.

Faz-se necessário trazer brevemente uma discussão sobre política. Não existe uma definição precisa sobre o tema, principalmente porque diversos teóricos se dedicaram ao seu estudo. A era Moderna contribuiu com grandes nomes e podemos citar Maquiavel, que é considerado o primeiro a tratar a política de forma mais sistemática, concebida como teoria política e, seguidamente, temos nomes como Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Burke, Kant, Hegel, Marx, para falar dos mais expressivos. Em todos os estudos, a concepção de Estado é o elo para a compreensão de política. A relação da sociedade com o Estado é o cerne da discussão. É certo que a política trata da coisa pública e das relações que se estabelecem entre os poderes do Estado e a sociedade. Seguindo o pensamento marxista, a política seria o caminho para os enfrentamentos e superações das desigualdades e antagonismos entre as classes: o terreno da luta de classes. Já no dizer de Arendt, “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDDT, 2002, p. 05). Nesse sentido, trata da liberdade nas diferenças. Liberdade de poder transformar, a partir das semelhanças e diferenças, em prol do bem comum, o que traria um conceito ético.

Por esse motivo, falar de moral e política requer identificar os valores individuais, a moral individual, em relação com o bem comum, algo mais genérico e que possui um componente público e, portanto, político. Vázquez discorre que “na política, o indivíduo encarna uma função coletiva e a sua atuação diz respeito a um interesse comum.” (VÁZQUEZ, 2012, p. 93).

O debate acerca da relação entre moral e política é dividido em duas correntes: a do moralismo abstrato e do realismo político. Vázquez (2012) contribui situando que o moralista abstrato é aquele considerado “puro”, em que os atos políticos são imbuídos de valores moralizantes, ou seja, as ações políticas são julgadas por suas virtudes ou vícios pessoais e, a esperança da transformação política só ocorrerá pela moralização individual. O realismo político é o inverso, ou seja, é a subtração de qualquer avaliação moral dos atos políticos em nome dos fins.

Tal qual a célebre frase de Maquiavel, os fins justificariam os meios. Os dois modos correspondem a uma total dissociação entre a vida privada e a pública, não considerando as influências constantes entre ambas. Nesse sentido, Vázquez refere que,

Precisamente porque o homem é um ser social, obrigado a se desenvolver sempre individual e socialmente, com seu interesse pessoal e coletivo, não pode deixar de atuar, ao mesmo tempo, moral e politicamente. Moral e política estão numa relação mútua. Mas a forma concreta que assume esta relação (de exclusão recíproca ou de concordância) dependerá do modo como, efetivamente, na sociedade, operam as relações entre o indivíduo e o coletivo, ou entre a vida privada e a vida pública. (VÁZQUEZ, 2012, p.96)

Na vida pública, o limite entre a política e a moral é tênue e, para isso, faz-se necessário que a consciência crítica seja acionada, estimulada e aprofundada. Em sociedade, existem grupos que necessitam agir conforme o *dever ser*, mas sobretudo no espaço do *vir a ser*, conforme os dizeres de Barroco (2010). Nesse sentido, também se estabelece a fusão entre a singularidade e a genericidade, ou entre os valores universais e as suas objetivações particulares e, portanto, a ética está presente na totalidade social, se objetivando na moral e na práxis política. Barroco sustenta que:

Suas categorias específicas são aquelas que implicam sociabilidade orientada por um projeto coletivo, voltado à liberdade e universalização dos valores éticos essenciais— por exemplo, responsabilidade, compromisso, alteridade, reciprocidade, equidade. Seu fundamento é a liberdade, entendida como capacidade humana e valor, o que, para Marx, significa a participação dos indivíduos sociais na riqueza humano-genérica construída historicamente. (BARROCO, 2010, p. 64-65)

A orientação para um projeto coletivo é parte da práxis e implica não só a dimensão ética, mas também política, enquanto espaço de luta para a realização dos interesses diferentes, às vezes opostos. Entende-se que esses espaços de luta são menos individuais e mais coletivos e societários. Os projetos profissionais encontram-se nos de caráter coletivo. Para se tornar profissional é necessário que haja uma formação teórica e prática, bem como o cumprimento de uma legislação própria da categoria. A esse respeito, Netto discorre que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das

suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2007, p. 144)

O campo da profissão se inscreve na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista e não surge por acaso, mas para satisfazer a necessidades sociais e também do capital. É heterogêneo, pois alia indivíduos, seus valores e crenças e isso constrói um ambiente de tensões e lutas por hegemonias. No seio das profissões os embates, confrontos, cooptações, persuasões e diálogos sempre existirão, no entanto, a formação profissional, única e exclusivamente, e a dinâmica para a conquista da hegemonia não habilita o profissional a compor um projeto de classe. Para tanto, é imprescindível a sua organização como categoria, bem como, o seu firmamento frente a outras categorias, instituições e sociedade. São estruturas dinâmicas, pois se transformam à medida que a sociedade modifica.

A atenção a essas questões se mostra mais importante quando se leva em conta a relação dos projetos profissionais com os projetos societários. Embora seja frequente a sintonia entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional, podem ocorrer – e ocorrem – situações de conflito e mesmo de contradição entre eles. É possível que, em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos (esta possibilidade é tanto maior quando tais corpos se tornam sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais estas classes se afirmem social e politicamente). Tais situações agudizam, no interior desses corpos profissionais, as diferenças e divergências entre os diversos segmentos profissionais que os compõem. (NETTO, 2007, p. 146)

Pelos aspectos apresentados por Netto (2007) no que se refere à dinâmica dos projetos profissionais na sociedade, eles são reproduções das relações de poder que são vivenciadas sempre que se agregam interesses diversos e contraditórios. Os interesses de classe estão presentes no universo das relações profissionais e as ideologias das classes perpassam o âmbito das discussões do corpo profissional. O componente político, enquanto significado de embates de ideias e interesses que extrapolam o nível do individual para se colocar a serviço da sociedade, do espaço público, se solidifica à medida que uma profissão se firma e se consolida na sociedade. Um projeto profissional, por ser algo elaborado com critérios de projetos societários, possui uma incontestável dimensão política.

Netto continua a reflexão ao tratar da dimensão política do projeto profissional:

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. Não é por acaso que o conhecido pensador lusitano Antônio Sérgio, numa passagem notável, tenha observado que 'aquele que diz não gostar de política, adora praticar política conservadora'. (NETTO, 2007, p. 145)

O amplo cenário de debates, discussões, conflitos, tensões e disputa por espaço de poder requer a legitimação de construções históricas conquistadas pelas categorias profissionais. À medida que a sociedade, em seu dinamismo histórico, muda, novas exigências são postas à profissão e novos enfrentamentos surgem, tanto no aspecto das intervenções, do aperfeiçoamento teórico-prático, como no ético-político. A atmosfera dialógica requer a relação e respeito às diferenças de ideias e posicionamentos. Nenhuma sociedade e, portanto, nenhuma categoria possui unanimidade de pensamentos e posicionamentos, o que sugere uma atitude receptiva dos que integram o corpo profissional em relação ao pluralismo nele existente. Netto discorre sobre essa questão, ao tratar que:

Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias [*sic*] só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas. (NETTO, 2007, p. 145-146)

Os espaços de elaboração e afirmação profissional em que se possam convergir as diferentes ideias, de forma organizada em fóruns privilegiados de discussão, são os Conselhos Profissionais, Sindicatos e outras associações da categoria. São nesses espaços que se elaboram os projetos profissionais e os Códigos de Ética.

Os Códigos de Ética são a materialização dos projetos profissionais, porém, como já discutimos, todo projeto de classe é heterogêneo e em seu bojo existe a luta pelo poder. Por mais hegemônico que seja o projeto, este não se constituirá de

maneira uniforme e, dessa forma, os Códigos de Ética também são fruto de discordâncias e embates. Pela realidade ser dinâmica e a sociedade sofrer mudanças constantes, também o Código de Ética pode sofrer alterações, sobretudo pelo fato da existência de correntes e grupos contra-hegemônicos presentes no seio do corpo profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que um Código de Ética é mais do que um conjunto de normas, pois ele extrapola a sua natureza normativa ao concentrar um conjunto de valores, ideologias, visões de mundo de uma categoria e, por isso mesmo, é condição imperativa que a ética perpassasse por todo o conteúdo dos Códigos, em conjunção com a política. Netto nos proporciona uma reflexão a esse respeito:

Esta remissão aos Códigos de Ética é importante no tratamento dos componentes dos projetos profissionais para esclarecer dois aspectos relevantes. O primeiro refere-se ao fato de que os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, esta fundamentação, sendo posta nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética *atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele*. O segundo diz respeito a que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (NETTO, 2007, p. 148)

Entende-se, portanto, que a ética profissional é um modo de objetivação da vida ética, conforme trata Barroco (2010) e, neste sentido, se constitui da relação complexa entre as necessidades sociais e econômicas, ideológicas e culturais, a partir de um componente ético e moral, presentes nas escolhas e ações dos sujeitos individuais e coletivos. Sendo assim, importante refletir que a ética profissional está inserida desde o momento em que o sujeito escolhe a profissão que pretende seguir e, esse sujeito está imbuído de valores adquiridos desde a socialização primária. Por outro lado, as respostas que esse sujeito oferece às demandas postas à profissão também possuem o componente valorativo-moral. Ainda, segundo Barroco (2010), o *ethos* profissional é constituído de várias dimensões, quais sejam, a filosófica, que se caracteriza por ser a base teórica e os fundamentos para uma concepção ética; o modo de ser da profissão quanto à consciência moral e ao produto das intervenções profissionais — resultado da ação, ou consequências ético-políticas; e a

normatização objetivada do Código de Ética Profissional, que prevê normas, direitos, deveres e sanções.

3.4 Ética profissional do serviço social e o conservadorismo moral

Considerando os aspectos analisados acerca da relação entre a ética, a moral e os projetos profissionais e sociais de uma categoria, o fato do dinamismo histórico-social ser incontestável, pois as mudanças da sociedade se apresentam constantemente, isso nos remete a um olhar para o processo de construção do projeto profissional do Serviço Social, enquanto categoria que escolhemos para o estudo.

A profissão surge a partir do movimento católico leigo no campo social, mais especificamente na área de Ação Social, tendo em vista que desde o final do século XIX a Igreja passa a intervir mais objetivamente no campo social, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, no ano de 1891.

Desde o seu surgimento, no Brasil, na década de 1930, até os anos 1940, o Serviço Social atuou com bases ideológicas marcadamente católicas e com fundamentação filosófica neotomista — releitura da filosofia tomista de São Tomás de Aquino — e de tradição franco-belga. A partir dos anos 1940, o Serviço Social dialoga com o positivismo das ciências, recebendo influência norte-americana, não rompendo, no entanto, com a raiz neotomista e com os princípios filosóficos da Igreja, fortemente marcados pela caridade e filantropia nas ações dos profissionais, bem como, pela visão de homem imbuída dos valores morais judaico-cristãos (IAMAMOTO, 2008).

A presença da religião no Serviço Social é uma realidade existente e importante em todos os países em que essa profissão se estabeleceu como tal (SIMÕES, 2005). Essa característica religiosa da profissão tem relação com a necessidade das Igrejas se engajarem nas ações sociais, como forma de ampliação da sua intervenção na vida cotidiana, na sociedade.

É a partir desse movimento do apostolado leigo que surge o Serviço Social na Europa. Iamamoto discorre que o Serviço Social “aparece aos militantes desses movimentos como uma alternativa profissionalizante às suas atividades de

apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas”(IAMAMOTO,1992, p. 20), atuando preferencialmente junto às famílias operárias.

Nos Estados Unidos, o Serviço Social estabelece uma aproximação com a Igreja Protestante, surgindo vinculada às CharityOrganizationSocieties-COSs, que traziam a ação social através da atividade caritativa com um *status* científico, o que caracterizou a relação existenteentre o protestantismo, o racionalismo e o capitalismo.

Segundo Barroco (2010), a ação profissional era considerada uma ‘vocação’ e, por esse motivo, o perfil ético-moral do profissional estava relacionado às ‘qualidades inatas’, sendo essa a razão para o corpo profissional ser na totalidade de ‘natureza feminina’. Acrescenta que:

Esse *ethos* passa a compor sua imagem social historicamente legitimada: o assistente social deve ser um exemplo de ‘integridade’ moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento. (BARROCO, 2010, p.93)

Os valores que eram considerados importantes à época para o profissional advinham da ideia de sociedade harmônica e imutável, de família nuclear burguesa, na qual os papéis do homem e da mulher eram definidos por princípios religiosos e também conservadores, cabendo às mulheres, o trabalho doméstico e a educação dos filhos e aos homens ser o provedor da família e a autoridade máxima no lar. Portanto, a família, a Igreja e a sociedade harmônica eram os pilares da formação e ação profissional.

O entendimento que a essência do bem comum atrelava-se a uma consciência moral, leva à outra compreensão, conforme trata Barroco (2010):

Os valores universais do neotomismo perdem sua abstração na medida em que indicam o significado do ‘bem inerente à consciência moral’: trata-se da reprodução de valores e princípios dados pela fé, mas que, traduzidos pela Igreja Católica, adquirem uma direção político-ideológica determinada. (BARROCO, 2010, p.92)

A direção político-ideológica da profissão, portanto, estava associada à Doutrina Social da Igreja Católica, que objetivava a recristianização da sociedade diante dos avanços da industrialização no país e do comunismo na América Central, mas, sobretudo, pelas desigualdades sociais e seus efeitos.

Dessa forma, os primeiros Códigos de Ética da profissão não poderiam deixar de possuir em essência essa direção político-ideológica dotada fortemente de conteúdo moralista conservador e dos pressupostos Positivistas da ciência. Os primeiros Códigos de Ética foram datados dos anos de 1947, 1965 e 1975. A profissão foi regulamentada em 1962, ocasião em que foram criados os Conselhos de Classe Federal e Regionais e, com isso, a reformulação do Código de Ética em 1965.

O primeiro Código de Ética, de 1947, era doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos, conforme trata Barroco (2012), isso, pelo fato da vinculação da profissão à Igreja Católica. O segundo Código de Ética, datado de 1965, já apresenta uma perspectiva mais renovadora, com valores liberais, como liberdade, democracia, justiça, pluralismo, em grande parte adquiridos a partir da estreita relação do Brasil com os Estados Unidos da América em período de recém ditadura militar. Essa época foi repleta de debates e construções no seio da categoria, que desaguou no movimento de resistência na América Latina, denominado Movimento de Reconceituação. Foi o início de um processo de ruptura com o modelo conservador e tradicional da profissão que passa a reestruturar as suas bases de formação. Apesar do Movimento ter sido exitoso, não foi ainda suficiente para o total rompimento com as bases filosóficas neotomista e positivista e coincidiu com a ditadura militar imposta em diversos países da América Latina.

O Movimento de Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social. Compunham este movimento dois grandes segmentos: um que apostava na modernização do Serviço Social a fim de torná-lo compatível às demandas macrosociedade; e outro que defendia a total ruptura com o passado da profissão e a vinculação aos projetos de superação das estruturas sociais de exploração e dominação. (NETTO, 2007, p.75)

As lutas da categoria por um projeto ético-político hegemônico de ruptura com o conservadorismo propunham mudanças curriculares, teórico-metodológicas e técnico-instrumentais, bem como no Código de Ética, ultrapassando o tradicional atendimento social a indivíduos, grupos, comunidades, populações, organizações e administração de serviços sociais, com significativa abordagem embasada na Psicologia.

As reflexões profissionais ocorreram paulatinamente ao longo de vários anos, atravessando praticamente três décadas, que seguiram da metade dos anos 1960

ao final dos anos 1980, tendo sido processadas mediante debates da categoria em diversas instâncias, a exemplo dos Seminários de Teorização promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais-CBCISS, denominados Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. Concomitantemente, o grupo que refletia sobre a ruptura dos padrões conservadores da profissão, na perspectiva de um novo arcabouço teórico-metodológico, técnico-instrumental e ético-político, se reunia na PUC-Belo Horizonte e implantava um novo método junto aos discentes daquela instituição. O resultado dessa experiência exitosa denominou-se Método Belo Horizonte-BH.

O Seminário de Araxá, ocorrido no ano de 1967, tratou da metodologia do Serviço Social frente à necessidade de se modernizar mediante o desenvolvimentismo do período. Foi seguido do Seminário de Teresópolis, ocorrido em 1970, não tendo havido mudanças significativas em relação às temáticas discutidas no Encontro anterior. Permaneceu em foco a questão metodológica da profissão, com abordagem estrutural-funcionalista. Esses dois momentos, conforme trata Netto (1994), se caracterizaram por adotar a perspectiva modernizadora, que nada mais foi do que uma adequação da profissão ao novo regime às demandas do Estado e de Instituições em período de recém golpe civil-militar.

Nos anos de 1978 e 1984, a categoria participou de mais dois seminários de teorização do Serviço Social denominados Seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista, cujo objetivo era que a prática do Serviço Social alcançasse uma cientificidade e, para tanto, lançaram mão da fenomenologia para embasar os estudos teóricos e práticos em associação com a dialética hegeliana. Netto (2007) refere-se a esses dois momentos da categoria como representantes da reatualização do conservadorismo como uma nova roupagem deste, pois o viés conservador não foi erradicado da profissão. A ênfase dos dois Encontros foi dada ao aspecto teórico-profissional, caracterizando-o como uma “nova proposta” para o Serviço Social.

Os dois Seminários ocorreram paralelos a diversos outros movimentos de discussão em que a real intenção de ruptura dos padrões conservadores da profissão estava sendo tratada. Mais especificamente, no período em que ocorreu o Seminário do Alto da Boa Vista, já tinham ocorrido os primeiros Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, considerados como os mais expressivos espaços de discussão atualizada da categoria. Os Congressos foram promovidos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social-ABESS, que em 1979 passou a

ser Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social-ABESS e, posteriormente, em 1996, adotou o nome Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino de Serviço Social-ABEPS. Sobre essa segunda direção adotada pelo Serviço Social, Netto contribui da seguinte forma:

A direção que condensa a renovação compatível com o segmento do Serviço Social mais impermeável às mudanças pode designar-se como a perspectiva de *reatualização do conservadorismo*. Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. (NETTO, 2007, p. 157)

A terceira direção tomada pelo Serviço Social não coincidiu cronologicamente com o período histórico de evolução dos Seminários de Teorização, denominada por Netto (2007) de reatualização do conservadorismo, presentes nos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista; ao contrário, seu marco até os antecedeu, pois foi experienciado nos idos dos anos 1972 e 1975 pelos docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. A experiência foi intitulada Método BH.

O Método BH caracterizou-se por ser originário de uma instituição acadêmica, na qual predominava o incentivo à pesquisa e à busca por um aprofundamento teórico-metodológico mais consistente. A experiência vivida pelos professores e alunos se instalou no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a reflexão no contexto ideológico, político e social, conferindo às práticas profissionais a possibilidade de estudos críticos acerca não apenas dos aspectos referentes aos instrumentais, nem tampouco na adoção de teorias que se “ajustavam” à profissão, numa tentativa reformista de adequação a uma realidade. A experiência trouxe a possibilidade dos profissionais pensarem a própria profissão, repensarem sobre o propósito materializado no projeto ético-político. Esse movimento endógeno

determinou as condições efetivas de elaborações teóricas pautadas na teoria social crítica de base marxista, presentes nas vanguardas progressistas, as de esquerda da categoria profissional e estudantis. Netto retrata esse momento da seguinte forma:

A terceira direção identificada no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a perspectiva que se propõe como *intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional”. Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). (NETTO, 2007, p. 159)

O Método BH propunha a experiência da dialética marxista nas comunidades, nas quais os alunos desenvolviam práticas acadêmicas — estágio e extensão —, cujo objetivo era a reflexão crítica e a transformação da realidade vivida pelos moradores. Em período de Ditadura Militar, a experiência, apesar de exitosa em sua essência e processo, não pôde seguir adiante, por terem sido, os professores responsáveis pela condução, demitidos. Porém, as discussões permaneceram no conjunto da categoria e o entendimento da necessidade de dar continuidade ao propósito e compromisso com a classe trabalhadora, aliado ao momento de efervescência acadêmica, mudanças curriculares, Congressos e movimentos estudantis, solidificaram o projeto do Serviço Social na busca pela ruptura com o modelo conservador. A questão social passou a ser objeto de estudo da profissão e as suas diversas manifestações dessa questão social, seu objeto de intervenção. Palavras como, ajuda, benesse, filantropia e caridade, foram substituídas por direitos, reflexão crítica, conquistas e transformação da realidade.

A mudança de paradigma está diretamente relacionada com o projeto de sociedade e de profissão. A mudança do arcabouço teórico-metodológico não ocorre isoladamente, mas na esteira da visão de mundo. Os aspectos ideológicos e políticos, a compreensão da realidade social pelo viés crítico, que tem na base a infraestrutura econômica determinante da superestrutura, e relação dialética e antagônica entre as classes sociais passaram a compor os estudos, pesquisas, discursos e produções acadêmicas e literárias da categoria.

As etapas evolutivas da categoria originaram projetos profissionais diferentes, traduzidos em Códigos de Ética representativos do ideário vigente. O terceiro

Código de Ética do Serviço Social, datado de 1975, coincidiu com o fim do Método BH e com a perspectiva de reatualização do conservadorismo evidenciadas nos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. Este retirou as referências democrático-liberais presentes no Código anterior, de 1965. Segundo Barroco e Terra (2012), em plena ditadura militar, esse Código legitimava a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito a dispor e intervir nas atividades profissionais.

Em consonância com a perspectiva da ruptura com o conservadorismo, o Código de Ética de 1986 trouxe maior amplitude de ações e de tendências e, descaracterizou o perfil legalista presente no Código anterior. A formulação do documento foi coletiva, por meio das entidades representativas e, segundo Barroco e Terra (2012), se evidenciou como produto de um processo coletivo de deliberação e se colocou como parte de um projeto profissional, articulado a um projeto societário. Ainda, segundo Barroco e Terra:

Como decorrência dessa politização, a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva, como processo que exigia uma nova ética e um comprometimento com as necessidades e os interesses dos usuários do Serviço Social: a classe trabalhadora. Apoiando-se em uma visão histórica, buscada na tradição marxista, a nova ética se referia à superação do tratamento abstrato e a-histórico dos valores éticos. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 47-48)

As autoras discutem os elementos essenciais para se entender o Código de Ética de 1986. Nele, estavam presentes um posicionamento ético-político existente sobretudo na intervenção, rompendo com a ilusória imparcialidade constante nos Códigos anteriores; o destaque para o componente materialista-histórico da sociedade e o caráter de classe dos usuários, antes inseridos num conceito abstrato de 'pessoa humana', a recusa ao atendimento dos interesses institucionais e do capital, em detrimento dos interesses dos usuários.

Apesar dos avanços da profissão no final da década de 1980, os anos de 1990 se destacaram pelo crescimento alarmante da onda Neoliberal no mundo. O Brasil dos governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso revelou-se sintonizado com os valores do Estado Mínimo e seus desdobramentos. As conquistas realizadas no último quartel dos anos 1980 estavam ameaçadas, necessitando de enfrentamentos da sociedade e do Serviço Social na garantia dos direitos adquiridos em cenário de lutas pós-ditadura militar. Vale salientar que as lutas da categoria se imbricam nas lutas políticas da sociedade como um todo, haja vista seus resultados impactarem na atuação e demandas profissionais.

As Políticas Públicas e o cenário político vigente nos anos 1990, particularmente a partir do *impeachment* do presidente Fernando Collor, suscitaram debates sobre a questão ética, tanto na sociedade como no âmbito acadêmico e profissional. Especificamente no Serviço Social, as discussões sinalizavam a necessidade de reformulação do Código de Ética de 1986 em meio a confrontos e luta pela hegemonia. De um lado estavam os que tinham a intenção de manter as conquistas alcançadas no Código anterior e avançar diante da nova realidade social, por outro lado, os que se manifestavam contrários e se propunham a regredir nas conquistas (BARROCO; TERRA, 2012).

Sob estes aspectos, as autoras discorrem sobre os avanços alcançados pela categoria em decorrência dos debates e enfrentamentos presentes na luta pela hegemonia de um Código de Ética que fosse representativo da classe, tanto no quesito normativo quanto ético-político. O Processo de consolidação e fortalecimento do Projeto Ético-Político estava em curso, através de um novo Código de Ética, mas, sobretudo, ampliaram-se as produções teóricas sobre ética no meio acadêmico e profissional, tendo como fonte Marx e autores de tradição marxista, o que se traduziu num debate da ética com pressupostos ontológicos da teoria sociocrítica. Segundo Barroco e Terra, “são sinais desse avanço a constituição de uma produção ética crítica, especialmente a vinculada à tradição de Marx, de divulgação nacional; o desencadeamento de um debate ético sistemático e de uma intervenção ético-política articulada à formação e ao exercício profissional” (BARROCO; TERRA, 2012, p.49).

O atual Código de Ética do Serviço Social foi instituído mediante Resolução CFESS-Conselho Federal de Serviço Social nº 273 de 13 de março de 1993, e, com ele, um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições compatíveis com o novo suporte teórico que a profissão havia se pautado, conforme já tratamos, na teoria social de Marx. A partir desse referencial, o Código destaca a relação da ética e valores com a *práxis*, enquanto seus produtos, concebe o ser humano como ser social, sujeito histórico que possui a capacidade de agir com consciência e de forma livre e universal. Portanto, o Código de Ética que permeia a ação do assistente social dos anos 1993 até os dias atuais, considera e valoriza a liberdade como valor ético central, a democracia, a cidadania, a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais enquanto direitos humanos e se posiciona a favor da equidade e justiça social, rompendo, portanto, com os princípios e valores

presentes no passado da profissão, que se caracterizaram por contemplar o viés conservador existente na moral religiosa e que conduziu o Serviço Social em sua trajetória de solidificação da profissão em seus primórdios e nos Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975. A “volta ao passado” defendida por parcela conservadora da categoria, representa a negação das conquistas históricas, tanto no âmbito teórico, quanto nas posições políticas traduzidas nos embates e combates às diversas manifestações e expressões da questão social, que teve como marco a década de 1960 no seio da profissão.

Os enfrentamentos e embates existentes na categoria em defesa de projetos políticos diferentes é uma realidade comum nas sociedades. Os grupos em disputa por espaços de poder é uma dinâmica histórica. Nessa arena, a correlação de forças existentes ocorre para a conquista da hegemonia. Esse tema foi amplamente estudado por Antônio Gramsci e o assunto abordado no próximo capítulo.

40 CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI EM MEIO AOS CONTEXTOS DISCURSIVOS DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

4.1 O conceito de hegemonia em Gramsci

A compreensão do significado do termo hegemonia remete ao entendimento dos conceitos históricos do materialismo histórico, mais precisamente à noção de Estado e Sociedade Civil.

A partir de Karl Marx e Engels, elucidaram-se as relações sociais existentes numa sociedade de classes em vista de um modelo econômico específico, num dado momento histórico. No que se refere à sociedade capitalista, Marx e Engels contribuíram para propagar a existência de conexão entre as relações sociais e a relação de produção, considerando que o Capital é relação social, pois, para produzir, os homens estabelecem vínculos e comunicação.

Dentre as relações que são estabelecidas na sociedade capitalista, temos a troca de mercadorias. O Capital se expressa pelos meios de produção e meios de vida, sendo que os proprietários dos primeiros são os que detêm o poder político e econômico e os meios de vida são necessários à reprodução da Força de Trabalho, existente na classe trabalhadora livre, e condição subjetiva da produção. Iamamoto discorre que:

As mercadorias compradas pelo capitalista para serem consumidas no processo de produção são sua propriedade; é o seu dinheiro transformado em mercadorias. É um modo de existência de seu capital sob a forma em que realmente pode funcionar como capital. Isso se aplicaria também ao trabalho? A força de trabalho em ação – isto é, o trabalho- é uma função pessoal do trabalhador, enquanto gasto da sua força vital, realização de suas capacidades produtivas. Porém, enquanto criador de valores, pertence ao capitalista que comprou a força de trabalho para empregá-la, produtivamente, durante um certo período de tempo. A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção. (IAMAMOTO; CARVALHO,1985, p.40)

Tem-se, portanto, duas classes fundamentais e antagônicas e a reprodução do capital supõe a recriação da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista

dominante, o que significa que ocorre nesse processo a reprodução, recriação da pobreza e a ampliação da riqueza, traduzidas em antagonismo que se expressa na luta de classes.

A base econômica, denominada infraestrutura, na concepção marxiana, determina o sistema político, jurídico, as instituições, a ideologia, os valores de uma determinada sociedade, e a esse conjunto se dá o nome de superestrutura. Nesse bojo, encontramos o Estado, a religião, as artes e, os meios de comunicação, que se encontram sob domínio da classe dominante, sendo estrategicamente utilizadas para a consolidação e ampliação do seu domínio de classe, ora pela ideologia, ora pelo uso da força.

O Estado é o exemplo mais apropriado para discussão sobre o instrumento de poder da classe dominante em prol da sua dominação. Para Marx, o Estado está sempre a serviço do Capital, buscando manter o *status quoda* classe que detém o poder. Nesse entendimento, a sociedade era dividida em duas classes fundamentais, não havendo consenso entre ambas. De forma geral, só poderia haver uma sociedade sem desigualdades e com liberdade da classe trabalhadora, quando a sociedade capitalista e a classe dominante fossem extintas, dando origem a uma sociedade socialista, verdadeiramente igualitária e com o direcionamento da classe operária.

Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels (1997) discorre que houve tempo em que não existia Estado e o seu surgimento derivou da propriedade privada. O Estado, seria, portanto, criação da classe dominante para a manutenção da propriedade privada, incluindo os meios de produção, garantindo, também, por intermédio da coerção, força e ideologia, a dominação de classe.

A partir de Maquiavel o mundo recebeu inúmeras contribuições de teóricos que se dedicaram ao estudo do Estado, como Rousseau, Montesquieu, John Locke, Hobbes, para citar os mais clássicos. Na linha de pensamento sociocrítico, no âmbito do partido comunista italiano e já no início do século XX, as ideias de Marx e Engels sobre o Estado sofreram novas interpretações e acréscimos, principalmente porque, nenhum deles se dedicou ao amplo estudo do Estado, apesar de tratar das contradições e do domínio presentes em sua origem.

Então, no ano de 1891 nascia Antônio Gramsci, na região da Sardenha-Itália, vindo a ser tornar membro do Partido Socialista Italiano-PSI e, em seguida, do Partido Comunista da Itália- PCI, seção italiana da Internacional Comunista.

Paralelamente à sua ação política, Gramsci exercia atividade intelectual, o que o fez deixar valiosa contribuição nos estudos de filosofia e política. Dentre as suas principais elaborações, temos a teoria do Estado ampliado e Hegemonia.

Sobre o Estado ampliado, temos em Simionatto (1995) que o próprio Marx iniciou uma análise sobre essa nova face a partir do “18 Brumário”. Antes, a leitura e contribuição sobre o Estado focava no período pós-revolução francesa, em que se colocava de forma restrita, com reduzidas possibilidades de participação política da recém-nascida classe trabalhadora. A partir do golpe de Bonaparte sobrinho, período de crise do Estado burguês nos níveis econômico, social e político, Marx retoma sua análise, incorporando e ampliando as novas determinações do Estado francês. Contudo, ainda não o fez de forma a agregar as crises do Estado liberal em meio ao fortalecimento do capitalismo, presentes na época em que Gramsci situou-se historicamente.

Esse período põe em cena novas relações sociais que deixam entrever uma crescente socialização da política e, conseqüentemente, permitem visualizar a ampliação do fenômeno estatal. Gramsci percebe que, na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a ‘sociedade civil’. (SIMIONATTO, 1995, p. 64)

A contribuição de Gramsci para a teoria do Estado ampliado, inclui a existência de duas esferas distintas no âmbito da superestrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Porém, a mais importante contribuição do Estado ampliado decorre do conceito de sociedade civil, já que é a partir dele que Gramsci enriquece o pensamento de Marx.

Segundo Coutinho (1999), a grande descoberta de Marx e Engels se deu na afirmação do caráter de classe do Estado. Para o autor,

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe *quando e enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. (COUTINHO, 1999, p.123-124)

Para Coutinho (1999), Gramsci viveu numa sociedade e numa localização histórico-geográfica em que houve uma intensificação dos processos de socialização da participação política, principalmente no último terço do século XIX, com a formação dos grandes sindicatos, partidos políticos de massa, conquista do sufrágio

universal, entre outros, surgindo “uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado”(COUTINHO, 1999, p.124). Dessa forma, ainda segundo Coutinho (1999), o conceito de sociedade civil em Gramsci parte desse princípio: o da maior socialização política e de sujeitos políticos coletivos de massa.

A diferença da concepção de sociedade civil entre Marx e Gramsci ocorre quando o primeiro entende que a sociedade civil se encontra na esfera da infraestrutura, enquanto que o segundo defende que se estabelece no âmbito da superestrutura. Para Gramsci, na sociedade civil estão as instituições ditas privadas, responsáveis por elaborar ou disseminar as ideologias e não se caracterizam pelo uso da repressão. Para Coutinho,

No âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*.(COUTINHO, 1999, p.128)

Identifica-se, portanto, que o termo hegemonia foi citado por Gramsci para tratar de direção política e consenso, na esfera da sociedade civil. Certamente, Gramsci foi o teórico que ofereceu mais contribuições sobre o termo hegemonia no mundo contemporâneo ocidental, porém, a origem do termo remonta à Grécia Antiga, e significava a supremacia de um povo. Para Gruppi:

O termo hegemonia deriva do grego *eghestal*, que significa “conduzir”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si. (GRUPPI, 1978, p. 1)

Percebe-se que o termo hegemonia se relaciona com condução, orientação, liderança, direção, desde o seu surgimento, tendo sofrido modificações não muito significativas ao longo dos tempos. Apesar da evolução da palavra, o seu sentido de direção permaneceu, sendo o elo do termo dos tempos antigos aos atuais, após contribuições de Lenin e, sobretudo, de Gramsci.

O aprofundamento dos estudos sobre Hegemonia elaborado por Gramsci partiu das primeiras referências do termo usadas por Lenin, que apresentou seu avanço ao conseguir visualizar que a “hegemonia do proletariado” não se passa unicamente no âmbito da infraestrutura e entendeu que não se pode reduzir uma sociedade ao nível da base econômica, apesar de ter clareza da sua importância. Lenin partiu da compreensão de que a atividade política e demais derivações, estão contextualizadas em outra esfera. Gruppi nos traz algumas considerações sobre a perspectiva Leninista de hegemonia:

Se toda a sociedade fosse reduzida à base econômica, não existiria mais lugar para a iniciativa política, e, portanto, para a hegemonia; e não se poderia sequer pensar em hegemonia do proletariado numa fase na qual o capitalismo ainda não houvesse se desenvolvido, numa fase de revolução democrático-burguesa, como era aquela de 1805. Lênin, em troca, consegue estabelecer uma relação dialética entre iniciativa política do proletariado, consciência proletária e base econômica; consegue quebrar a esquemática simetria: capitalismo = revolução burguesa; crise do capitalismo = revolução proletária. Consegue mostrar a articulação dialética mediante a qual, numa determinada situação histórica, o proletariado pode ser hegemônico mesmo numa revolução democrático-burguesa; e o consegue precisamente porque recuperou o conceito marxiano de formação econômico-social. É esse, decerto, o fundamento do conceito de hegemonia em Lênin, diante da revolução de 1905. (GRUPPI, 1978, p. 31-32)

Gramsci, em seu tempo e aliando a experiência que adquiriu com os revolucionários bolcheviques e comparando-a à realidade europeia, identificou que o poder político era uma estratégia complexa, mas de longo alcance e muita consistência. Segundo Coutinho (1999), Gramsci desenvolveu o entendimento da existência de ‘guerra de posições’ e ‘política de alianças’ presentes na sociedade europeia, e que foram fundamentais para a questão da hegemonia e discorre que,

A compreensão da necessidade de ‘fazer política’ que lhe vem da assimilação da experiência dos bolcheviques, já capacita Gramsci, nesse período, a compreender a importância central da política de alianças. Ele já não mais afirma como o fazia na época da teorização dos Conselhos, que a fábrica é o ‘território nacional’ da classe operária; Gramsci agora está convencido de que para se tornar ‘classe dirigente’, para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo. (COUTINHO, 1999, p. 64-65)

A contribuição de Gramsci nos estudos marxistas trouxe uma ênfase ao aspecto da política e cultura, o que foi um grande avanço, principalmente na Europa, após o enfoque dado ao econômico por Marx.

Gramsci relaciona hegemonia à ditadura do proletariado, ambas caminham lado a lado, numa estreita relação. Para que a classe operária se torne dominante, se coloca uma condição fundamental, qual seja, a necessidade de se fazer alianças, conseguir o consenso entre classes diferentes. No caso da Itália, a adesão das classes camponesas à luta operária se tornaria importante na conquista do poder e derrubada do capitalismo. Diante dessa colocação, Gruppi trata que “a hegemonia é a capacidade de direção que fornece à ditadura do proletariado as bases sociais necessárias. É a direção daquele processo que se manifesta posteriormente na forma estatal da ditadura do proletariado” (GRUPPI, 1978, p.58). Para Gramsci, é na sociedade civil que se superam os interesses econômico-corporativos e orienta-se para uma consciência ético-política. A sociedade civil, conforme Coutinho, “torna-se o *portador material* da função social da hegemonia.” (COUTINHO, 1999, p. 69).

Considerando o conceito de hegemonia trabalhado por Gramsci (2002), esta pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras, sendo obtidos e consolidados através de embates que incluem, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que pretendem se legitimar e universalizar. Todavia, o grupo ou ideia para ser hegemônica não necessita necessariamente ser maioria, mas, sobretudo, ser dirigente e dominante, pois, “inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo.” (GRAMSCI, 2002, p. 65). Seguindo esse raciocínio, somente poderá haver mudança ou superação de uma hegemonia quando grupos ou novas forças provocarem uma crise na direção ético-política dominante mediante a recusa de tal ideologia, ocasionando uma crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 67).

Para Gramsci, a luta pelo poder na sociedade ocidental, não se daria mediante a conquista imediata do Estado, de ataque frontal ao poder, mas seria pela conquista da hegemonia. Segundo Simionatto:

O embate girava em torno da conquista da hegemonia, a ser obtida no âmbito da sociedade civil. Esta estratégia, denominada por

Gramsci de 'guerra de posição', encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder. (SIMIONATTO, 1995, p. 39)

No contexto da hegemonia, a relação entre infraestrutura e superestrutura se estabelece de maneira dialética. Conforme trata Simionatto:

A concepção de hegemonia remete, ainda, ao esclarecimento das relações entre infraestrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem as suas funções no interior do 'bloco histórico'. Neste, as forças dominantes sofrem a oposição das forças emergente, dominadas, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social. Assim, falar de hegemonia implica falar também de crise de hegemonia, que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder, ou pelo enfraquecimento do seu poder de direção política e perda de consenso. (SIMIONATTO, 1995, p. 40-41)

Entende-se que, no contexto da correlação de forças e quando a direção política se encontra enfraquecida, ocorre uma ameaça da perda do poder de direção política e de consenso, gerando processos de crise. Sempre haverá momentos alternados de crise e estabilidade na sociedade capitalista de classes, sendo que a sociedade civil teria um papel decisivo nas ações do Estado. Coutinho afirma que a hegemonia em Gramsci é consenso e que existiria uma interpretação equivocada de alguns teóricos a esse respeito, "sobretudo inspirada em Perry Anderson que fala da hegemonia como síntese de coerção e consenso" (COUTINHO, 1999, p. 249). Ainda, para Coutinho (1999), Gramsci faz uma distinção, por um lado, entre hegemonia, direção e consenso, e, por outro, dominação, ditadura e coerção. Os três primeiros referem-se à sociedade civil, pelos aparelhos "privados" de hegemonia, enquanto os três últimos seriam o Estado, pelos aparelhos burocráticos e repressivos.

Considerando que a hegemonia se situa no contexto da sociedade civil e associa-se com direção e consenso, há que se incluir também a relação com Ideologia, por estar no âmbito das ideias e comunicações, em grande medida responsáveis pelas manutenções ou transformações da realidade. Nesse contexto, Gramsci dá atenção e importância à busca pelo resgate das raízes culturais para, a partir dela, se compreender os objetivos centrais da transformação social que devem ser buscados e alcançados pela classe que se propõe a ser hegemônica. Conforme trata Coutinho, "a batalha das idéias —o diálogo e o confronto cultural- assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia." (COUTINHO, 1999, p. 74).

Gruppi, em sua referência à concepção de hegemonia em Gramsci, traduz da seguinte forma:

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que- através de sua ação política, ideológica, cultural- consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p. 70)

Fica claro que o componente ideológico está presente na hegemonia, mas também o político e o cultural. Gramsci utiliza, em seus escritos, o termo Filosofia da Práxis, não só para se referir ao marxismo, na relação dicotômica entre teoria e prática, como também para tratar do aspecto político da superação dos problemas sociais pelas classes subalternas e conquista de uma nova ordem político-econômico-cultural-social em que o trabalho coletivo é privilegiado. Portanto, o aspecto político, segundo Gruppi (1978), é a mediação entre a classe menos favorecida economicamente, dita de pessoas simples, e os intelectuais e possuidores do poder econômico. Gramsci discorre sobre a filosofia da práxis da seguinte forma:

Por certo, a filosofia da práxis se realiza no estudo concreto da história passada e na atividade atual de criação de uma nova história. Mas é possível elaborar a teoria da história e da política, já que, se os fatos são sempre individuais e mutáveis no fluxo do movimento histórico, os conceitos podem ser teorizados; de outro modo, nem mesmo se poderia saber o que é o movimento ou a dialética, e se cairia numa nova forma de nominalismo. (GRAMSCI, 2020, p. 151)

Uma das mediações político-ideológicas, pode-se dizer, consolidada ao longo da história, é a operada pelas Igrejas, no sentido de inserir elementos morais ao contexto cultural e proporcionar a manutenção do poder dominante, pois, conforme trata Gruppi:

A Igreja cuida para que a distância entre as duas linguagens não se transforme em ruptura, mas ela nunca se coloca a tarefa de elevar as pessoas simples ao nível dos intelectuais, ou seja, de realizar uma verdadeira unificação e, portanto, de realizar uma verdadeira reforma intelectual e moral. (GRUPPI, 1978, p. 70)

A partir de Gramsci, a cultura passa a ocupar espaço nas discussões sobre ideologia e hegemonia. Gruppi (1978) afirma que foi a atenção dada por Gramsci ao

momento cultural que contribuiu para clarear as superestruturas ideológicas em toda a sua complexidade.

Para Gramsci, a concepção de ideologia parte da sua objetivação da realidade concreta, social e histórica. Para ele, o termo ideologia “se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.” (GRAMSCI,1978, p.98-99). Sendo assim, não se concebe a ideologia como algo distorcido da realidade, uma aparência ou ilusão, e ainda discorre sobre o erro que levou à compreensão do termo ideologia, ao referir que:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia.(GRAMSCI, 2020, p.237)

O processo do erro a que se refere, pode, segundo o autor, ser facilmente reconstruído e são compostos de três aspectos: o primeiro, diz respeito à identificação da ideologia como distinta da estrutura e da afirmação de que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim, vice-versa; a segunda, é a afirmação de que uma determinada solução política é ‘ideológica’ por ser insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la, se afirma que é inútil, estúpida, etc.; e, por último, passa-se a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida (GRAMSCI, 2020, p.237).

Diante da controvérsia, Gramsci (2020) destaca ser necessário distinguir entre ideologias historicamente orgânicas (que são fundamentais a uma determinada estrutura), e ideologias arbitrárias (racionalísticas,voluntaristas).Para maior compreensão, o autor destaca:

Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são ‘arbitrárias’, não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 2020, p. 237-238)

As duas formas de ideologia, conforme visão gramsciana, nos remetem à compreensão da sua importância pois, mesmo na condição de “arbitrária” exerce

uma função que contribui com a perspectiva do crescimento a partir do erro. Essa visão é coerente com o pensamento e estudos do autor na área da educação, pois considera erros e acertos no processo de construção do conhecimento e da consciência crítica e derivam, seguindo o conceito marxiano de ideologia, dos âmbitos estruturais, mas que podem se solidificar nas concepções de mundo e nas crenças populares, conforme refere Simionatto, “As ideologias que se transformam em crenças populares são expressão de necessidades estruturais e, portanto, exercem uma influência direta sobre as formas de vida e sobre o agir humano de maneira geral.”(SIMIONATTO, 1995, p.74).

As ideologias historicamente orgânicas e como expressão da práxis interativa, ou seja, aquela que mobiliza o conhecimento científico, mas alia-se também às normas e valores e que estão presentes nos sujeitos sociais, manifesta-se de maneiras diversas através de níveis e graus diferentes, denominados por Gramsci de folclore, senso comum, religião e filosofia (SIMIONATTO, 1995, p. 75).

Apesar de Gramsci defender que as classes subalternas podem alcançar a consciência crítica e o acesso a uma filosofia superior, sabe-se que não é um processo simples e tampouco fácil. A classe dominante detém o poder econômico e político e consegue impor a sua ideologia através dos seus instrumentos hegemônicos. O que Gramsci traz de inovador em relação aos estudos de Marx e Engels sobre ideologia e hegemonia é a sua defesa da possibilidade de uma classe poder ser hegemônica enquanto uma outra for dominante. A esse respeito Simionatto discorre da seguinte forma:

O conceito de ideologia assume, assim, um novo sentido na medida em que uma determinada relação de hegemonia pode ser rompida em favor de uma nova, ou seja, de um novo bloco histórico. Ao apreender a dinâmica das instituições, do sistema de crenças e valores que, vistos separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência, Gramsci propõe que estas questões constitutivas das relações de poder sejam trabalhadas e compreendidas como possibilidade para a formação de uma contra-hegemonia. A ideologia apresenta-se, pois, no pensamento gramsciano, como uma relação orgânica entre o pensado e o vivido, entre o conhecimento e a ação. (SIMIONATTO, 1995, p. 80-81)

A ideologia perpassa pelos contextos sociais e pelo senso comum através da comunicação, dos discursos dominantes e, para que a classe que almeja o poder o conquiste, faz-se necessário que novas formas de discurso sejam utilizadas como enfrentamento do processo contra-hegemônico.

4.2 O contexto discursivo da correlação de forças

O discurso hegemônico, em todas as suas formas, está imbuído de valor, moral, concepções de mundo, preconceito, sentimentos. Carrega ideias de uma classe ou grupo e possui a intenção de manutenção ou transformação de uma determinada realidade. Fairclough (2016) trata do discurso e mudança social e, seguindo a teoria social do discurso, discorre que quando usa o termo discurso propõe considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não puramente individual ou em resposta a determinadas situações, e isso traz várias implicações. Primeiro que o discurso é uma forma de ação sobre o mundo, sobre os outros, bem como é uma forma de representação. Segundo, porque implica uma relação dialética entre discurso/prática social e estrutura social. Afirma, ainda, que a estrutura social molda o discurso no sentido mais amplo e em todos os níveis e que varia mediante a conformação social. Por outro lado, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social.

Pode-se conceber o discurso como possuidora de efeitos construtivos, de representação e significação do mundo, contribuindo para a formação dos sujeitos sociais, das relações sociais e construção do sistema de conhecimento, valores e crenças.

Fairclough (2016) defende que os efeitos construtivos do discurso correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso, que são: linguagem 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. A função identitária é o modo pelo qual as identidades são estabelecidas no discurso; a função relacional se caracteriza pela forma como as relações sociais são representadas e negociadas entre os participantes do discurso; e a função ideacional se dá nos modos pelos quais os textos são o significado do mundo e seus processos, entidades e relações.

Na sociedade, a existência de diversos campos, presentes tanto no nível infraestrutural quanto no superestrutural, possibilita a conexão do discurso em variadas orientações — econômica, política, cultural, ideológica —, portanto, o discurso, além da condição semântica, está também no âmbito prático. Segundo Fairclough:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relação de poder com dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta do poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder, ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98-99)

Vale ressaltar que, na luta pelo poder, a contradição presente na sociedade contribui para que a consciência da dimensão ideológica não seja tão evidente, principalmente para a maioria da população. Por convivermos com a naturalização e automatizações dos conteúdos ideológicos, torna-se complexa a percepção necessária à mudança. Porém, Fairclough defende em sua teoria que o discurso ideológico só ocorre em sociedades nas quais as relações de poder estão presentes, na perspectiva de dominação. Vale salientar que, apesar do autor defender essa particularidade, no nosso entendimento, as relações de poder e consequentes dominações, estão sempre presentes em quaisquer sociedades ao longo dos tempos, dessa forma, entendemos que a ideologia também habita o cenário histórico da humanidade, com formas e dinâmicas diferentes. Assim, discorre Fairclough:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 126-127)

Considerando a discussão referente às relações de poder, Fairclough (2016) utiliza-se do conceito de hegemonia de Gramsci para a conceituação e investigação da prática discursiva relacionada e às ideologias, bem como os modos em que se articulam como foco de lutas. Segundo o autor, o conceito de hegemonia auxilia na tarefa de realizar conexão entre a natureza das práticas sociais e a natureza das práticas discursivas. Sendo assim, sobre o conceito de hegemonia no discurso, temos que:

O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz- uma forma de analisar a prática social à

qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes- como um modelo- uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 126)

Evidencia-se que, na sociedade, a luta pelo poder se constrói e estabelece nas diversas dimensões das práticas sociais. Ao falarmos de discurso como forma de luta, identifica-se a existência de constantes confrontos, pelos antagonismos existentes entre polos opostos e que podem ser de amplitude macro ou micro, ou seja, sociedades, comunidades ou grupos. É através do discurso que são cooptados adeptos, simpatizantes, militantes e defensores de ideais e causas, em confronto com outros posicionamentos. Esse enfrentamento não é aleatório e tem um propósito, o de ser hegemônico.

A prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas na ordem do discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articuladas na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas. (FAIRCLOUGH, 2016, p.129)

Na relação entre discurso e poder social, identificam-se as formas como o poder é exercido, como ele se manifesta, como é descrito, ocultado ou legitimado, mediante textos ou declarações orais. Segundo vanDijk (2018), o poder social ocorre na relação entre grupos, classe ou qualquer outra formação social e se estabelece de diversas formas. Nessas relações, que se dão tipicamente nas interações sociais, uma forma de poder é a do controle social, ou seja, quando as ideias ou ações de uma pessoa ou grupo, limitam a liberdade de pensamentos, desejos, planos, crenças, bem como, das ações de outras pessoas. Mas, para que o poder possa se perpetuar, é necessário que haja uma base, que o autor considera como os recursos sociais que estão disponíveis para que aconteça o exercício do poder e que possam haver punições em caso de desobediência.

Faz parte do poder social a sua perpetuação e preservação, sendo assim, vanDijk (2018) considera que o controle das ideias se estabelece pela comunicação direta ou indireta, ou seja, pelo consenso e afinidades nas esferas culturais, de valores e crenças, além das observações e interpretações das ações sociais dos que são subjugados em relação aos que exercem o poder.

Outro aspecto considerado por vanDijk (2018) a se considerar no contexto da relação de poder é a existência do contrapoder ou da resistência:

Grupos dominados e seus membros raras vezes se mostram totalmente impotentes. Sob condições socioeconômicas, históricas ou culturais específicas, tais grupos podem envolver-se com várias formas de resistência, ou seja, com o exercício de um contrapoder, o que, a seu turno, pode tornar o poderoso menos poderoso, ou até mesmo vulnerável, situação típica das revoluções. Portanto, o exercício do poder não se limite simplesmente a uma forma de ação, mas consiste em uma forma de interação social (VANDIJK,2018, p. 43)

O argumento do contrapoder que traz vanDijk, pode-se dizer, coincide com a ideia de luta hegemônica presente em Gramsci. Acrescenta que os grupos mais poderosos e seus membros controlam os diálogos formais com os subordinados, possuem diferentes estilos de discurso, ocupam espaços e papéis amplos e variados, bem como obtêm mais oportunidades na sociedade. Significa que os grupos dominantes têm mais condições de construir narrativas e imprimir o tom do discurso, mas, também, é relevante pontuar que o poder por meio do discurso também ocorre de forma subliminar, conforme vanDijk (2018) afirma, aquilo que se coloca “por detrás” dos discursos. Temos ainda, em relação ao poder e discurso, que:

O poder é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilos do discurso. Esse controle pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de (re)produção do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência. (VANDIJK, 2018, p. 44-45)

O grupo dominante, que se encontra na produção dos gêneros, conteúdos e estilos de discurso, é denominado pelo autor de ‘elite simbólica’. Essa elite é a que escolhe a forma, natureza e quantidade de informações a serem transmitidas, a fim de se reproduzir opiniões, ideologias, comportamentos, atitudes. A isso se pode chamar de controle do conhecimento e ocorre, sobretudo, nos meios de comunicação de massa e, atualmente, nas redes sociais. Verifica-se a crescente manobra e manipulação de informações, incluindo *fakenews*, bem como distorções de dados, conceitos e significados, principalmente em questões socialmente polêmicas, incluindo elementos de religiosidade como fundamentos das narrativas, muitas vezes, articulados com componentes ideológicos. Para o autor, os grupos de poder responsáveis pela disseminação do discurso dominante, usualmente, são

profissionais (*experts*) e sua base de poder se sustenta no controle do conhecimento e da tecnologia. Mas, para além dessa característica, também existem grupos persuasivos e populistas, bem como os que emitem informações e apelos dramáticos ou emocionais, pragmáticos e diretivos, com o uso da força e ameaça (VANDIJK, 2016).

Gonçalves-Segundo (2018) destaca que a contemporaneidade ocidental é marcada pelas práticas sociais e discursivas crescentemente desencaixadas das interações pessoais do tipo face a face, com distanciamentos espaço-temporais, com predomínio da imediatividade, tudo isso intensificada pelo processo de globalização e pelo acentuado desenvolvimento dos meios de comunicação e tecnologias. Esse cenário é facilitador da naturalização da realidade e, conseqüentemente, “a rotinização das práticas e as autoridades a ela associadas. Assim, a tradição vê-se convocada a justificar-se discursivamente, e o diálogo ou o fundamentalismo consistem em suas formas preferenciais de defesa”(GONÇALVES-SEGUNDO,2018, p.97).

Com a penetração do discurso científico no cotidiano, a sociedade passa a ter acesso a conhecimentos e técnicas que foram elaboradas e avaliadas pelos especialistas-cientistas céticos, que passaram a ser autoridades do saber. Nesse sentido, a autoridade tradicional, ligada às crenças, valores que são transmitidos de geração em geração, é questionada em sua legitimidade e credibilidade. Por outro lado, a ciência está em constante renovação e mudança de paradigmas, ocasionando certa insegurança ontológica ou crise de facticidade, pois as ‘verdades’ científicas não são permanentes, conforme trata Gonçalves-Segundo (2018), e é nesse espaço que se ampliam os discursos fundamentalistas. Ainda, no dizer deGonçalves-Segundo:

É desse espaço que emerge a realidade do fundamentalismo, que pode ser entendido como uma prática de rejeição da validade de estilos de vida alternativos, manifestadas pelo recrudescimento de um discurso polarizante, em que o *nós* é detentor da verdade e o *eles* é merecedor de exclusão. O fundamentalismo é eminentemente avaliativo, resultado da transformação da ideologia em verdade formular, o que está ligado, por um lado, à tentativa de retraditionalizar dadas práticas e isolá-las de outras que poderiam proporcionar, aos membros de um dado grupo, material simbólico para contradizer seus aspectos constitutivos. Isso ocorre, por exemplo, no contexto sociopolítico brasileiro atual. Determinados grupos fundamentalizam suas crenças religiosas, que não admitem determinadas práticas, como as relações homoeróticas ou os procedimentos de interrupção de gravidez. Em conseqüência disso,

avaliam negativamente tanto as práticas quanto os praticantes e buscam excluir tais atores sociais de direitos que lhe seriam inerentes em uma democracia. (GONÇALVES-SEGUNDO,2018, p.98)

Ressalta-se a nova identidade dos procedimentos discursivos fundamentalistas, diante do desenvolvimento tecnológico e midiático. Observa-se o crescente manejo da linguagem da mídia e das redes sociais pelos fundamentalistas, principalmente os religiosos, com o intuito de disseminar ideologias conservadoras e anti-científicas. Na atualidade, a aquisição de canais de televisão, o uso das redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, estão se tornando as ferramentas de hegemonia e contra-hegemonia presentes nessa camada, com significativa amplitude de alcance e aceitação/adesão dos conteúdos veiculados. Vale salientar, que as esferas do fundamentalismo religioso e conservadorismo no Brasil, estão presentes na política, economia, nas profissões, entre outros, a ponto de não se identificar a natureza laica do Estado e se apresentam de forma a cooptar cada vez mais adeptos das suas crenças e ideologias, a ponto de estabelecer confrontos para desconstruir projetos ético-políticos já consolidados.

Para a disseminação da ideologia neoconservadora, a presença do discurso religioso aliado ao conservador, Pierucci (2013) discorre que essa aliança é imbuída de componente moral e valorativo, pois defendem a bandeira da não violação, incluindo a aversão ao estupro, sequestro, violação de domicílio, defendendo mais autoridade e menos permissividade. Ao usar a mídia televisiva como meio de divulgação do ideário conservador religioso, o autor nos fornece o seguinte raciocínio:

A censura moral de espetáculos, principalmente dos programas de TV, é medida fundamental na salvaguarda dos bons costumes, na preservação da família (patriarcal, por supuesto), na defesa dos valores tradicionalistas, enfim, no que estou chamando de autodefesa cultural. (PIERUCCI, 2013, p. 63)

Pensar em discurso religioso é compreender a dimensão da religião na vida do sujeito individual e coletivo, uma dimensão que não apresenta separação das práticas cotidianas, da vida privada e pública, repercutindo no âmbito profissional. Sendo assim, não existe separação entre o discurso e a prática. Na medida em que os enunciadores apresentam a defesa de uma ideia, que atinge seguidores, que inclui a religião nos discursos da vida profissional, entende-se que assim se dá na

vida prática. Para tanto, o discurso atual se utiliza de dispositivos para a sua veiculação cada vez maior em abrangência geográfica. As mídias sociais e televisivas são meios de disseminação do discurso religioso.

Quando se trata do discurso religioso, na atualidade, já vimos que o uso das mídias televisivas e sociais se torna frequente, principalmente em se tratando da religião cristã. Sobre o discurso religioso pode-se assegurar que não se estabelece unicamente por meio de um representante formal de Igrejas, ou seja, não é necessário ser um padre ou pastor (no caso específico da religião cristã, pois aqui neste trabalho utiliza a perspectiva dessa religião), pois os fiéis apresentam discursos religiosos em diversos contextos da vida, incluindo o trabalho. Nas mídias, o discurso religioso já se faz presente, conforme trabalho de Assis e Melo:

A religião é uma prática social que se destaca pela sua importância histórica e pela sua contribuição ativa nos processos sociais. Na contemporaneidade, essa importância se estende principalmente pelo fato de a religião ser responsável pela propagação de valores morais e éticos dentro da sociedade. Ademais, é cada vez mais atuante seu papel na formação da identidade de um determinado povo, sendo que as Igrejas e formas de religiosidade são vistas pelos fiéis como uma válvula de escape e um alívio para problemas espirituais e até mesmo físicos. A Igreja funciona, então, como transformadora da vida de seus devotos. Essa importância da religião na sociedade faz com que as Igrejas se preocupem cada vez mais com a expansão de sua visibilidade, através de novas formas de fazer religião que, muitas vezes, são amparadas pelos dispositivos midiáticos. Dessa forma, percebemos uma aproximação entre o domínio religioso e o domínio midiático que permite às mídias serem vistas também como propagadoras da fé. Essa articulação dá forma ao que conhecemos como “midiatização do discurso religioso”, um processo relativamente recente, que proporciona à religião novos modos de expressão, já que esta não ficará restrita apenas ao espaço dos templos. Esse fenômeno é extremamente importante no que diz respeito à expansão das doutrinas religiosas e da captação de devotos. (ASSIS; MELO, 2017, p.85-86)

Outro espaço de crescimento e influência do discurso religioso são as redes sociais. Nesses cenários, uma das características é a interdiscursividade ou hibridização, conforme tratam Emediato e Franco (2017). Vejamos o que falamos autores:

Apesar de todos esses elementos que corroboram para a dessubstancialização da fé e para a perda da centralidade da religião na vida moderna, a influência dos princípios religiosos e sua reverberação nos discursos mundanos e profanos é inegável. É comum, por exemplo, observarmos trechos de salmos, provérbios e enunciados bíblicos em discursos políticos, midiáticos e até publicitários. Nas redes sociais, eles circulam em diferentes formas

avatares. (poemas, citações bíblicas, paródias, etc.). (EMEDIATO; FRANCO, 2017, p. 203)

As redes sociais estão se caracterizando como espaço mais recente de argumentações, influência e persuasão, apesar de, a maioria das nossas crenças terem sido fundadas em modelos míticos e religiosos narrativos e não argumentativos. Essa característica argumentativa ocorre em período de ampliação dos espaços de discussão e de democratização das ideias, o que, no caso das redes sociais, se apresentam nos *posts*, reações, memes, textos. Sobre a questão da persuasão, Emediato e Franco discorrem:

Se é difícil medir a influência real da religiosidade e sua relação com os meios de persuasão utilizados, é ainda mais difícil negar a sua presença constante em diferentes gêneros discursivos e práticas sociais. Não se deve, portanto, nem subestimar (ou superestimar) a força persuasiva das religiões em atitudes, comportamentos e falas de sujeitos, nem simplificar seus processos persuasivos em nome de uma descrição sistemática de procedimentos linguístico-discursivos ou formais. (EMEDIATO; FRANCO, 2017, p. 203-204)

Na relação da religião, conservadorismo e ciência, o discurso religioso perpassa as esferas da comunicação neoconservadora, sendo parte integrante do cenário das mídias sociais e televisivas, conforme tratamos anteriormente, porém, cada vez mais se aproxima da esfera científica. O segmento neopentecostal neoconservador, possui a mais ampla adesão aos meios midiáticos e colabora para a propagação cada vez maior do seu ideário. No âmbito científico, a amplitude ainda não é extensa, com relativamente pouco aprofundamento teórico ou mesmo de pesquisas, isso se dá, em grande parte, pela existência de pouca abstração, pela naturalização do mundo dado e da priorização do pragmatismo presente historicamente.

Melo (2017) trata da questão do discurso religioso e da prática discursiva em várias esferas da vida em sociedade. Alguns aspectos foram destacados no estudo da autora, principalmente considerando o domínio da prática religiosa como espaço de poder, se definindo como espaço de poder simbólico dentro da sociedade. Esses aspectos se dão na relação entre religião e outros campos, a saber, a política, a mídia, a ciência.

Melo (2017) se baseia em van Dijk (2008) para tratar da questão das relações de poder e das estruturas ideológicas originárias, discorrendo que:

Para van Dijk (2008), as relações de poder social pressupõem uma estrutura ideológica e se manifestam na interação, através das ações

reais ou potenciais de um grupo pelas quais ele exerce um controle social sobre outro. Esse controle das ações, segundo o autor, pressupõe um controle cognitivo, que inclui desejos, planos e crenças. Assim, a manutenção desse poder social se faz de forma indireta, através de persuasão que, por sua vez, se efetiva por meio do discurso. Esse poder relaciona-se, ainda, ao campo e à extensão dos agentes de poder. Em geral, o poder desses agentes, assim como a extensão de suas ações, se restringem a um domínio social (política, religião, direito), mas pode ultrapassá-lo. (MELO, 2017, p. 134)

As relações de poder existentes na esfera da religião compreendem, conforme a autora, o controle social e cognitivo dos sujeitos individuais e coletivos por meio da persuasão. Para tanto, o discurso é a forma, o instrumento, que viabiliza o domínio social. Nessa relação entre religião e poder e nas influências que exercem nas relações entre os indivíduos enquanto membros de classes sociais distintas e antagônicas, e também as formas de regulação da vida social, são características do campo político e, nesse sentido, Melo realiza a correlação da religião e política da seguinte forma:

A religião pode ser um fator ou instrumento que favorece a legitimação de um poder instituído ou de uma situação de dominação quando omite, de forma mais ou menos consciente, do âmbito de suas práticas discursivas, as discussões em torno das desigualdades sociais e de suas prováveis causas, ou quando atribui esse tipo de desigualdade a explicações religiosas, levando o fiel a uma acomodação que o desestimula a adotar uma postura politicamente crítica em relação à ordem social. Nesse sentido é que se torna importante a análise do real papel político que a religião tem desempenhado no meio social ou na constituição do sistema cultural. (MELO, 2017, p.138)

O papel político da religião é amplamente debatido, desde a aliança existente com o poder instituído na Idade Média, sendo que essa relação se caracterizou pela fusão na esfera política do poder. Mesmo havendo a perda de centralidade da religião a partir da Modernidade, a religião, principalmente a Cristã, não deixou de se inscrever no universo das relações de poder político. A religião como instrumento político e de poder a serviço de uma classe dominante se caracteriza pelo discurso da aceitação e da não criticidade.

As formas adotadas pela religião para ampliação do poder vêm sendo difundidas e, para tanto, o uso das mídias, conforme já tratado anteriormente, tem sido um instrumento largamente utilizado. Ainda segundo Melo (2017), a mídia é um modo de investir na influência social. Vejamos:

Há, na atualidade, uma conjuntura complexa que favorece o uso das novas tecnologias pelas religiões. Trata-se do processo de midiatização do discurso religioso, do qual decorre a criação de um novo ambiente, que é um espaço privilegiado de ressignificação da religião. Esse novo ambiente permite que a mensagem não se restrinja ao espaço dos cultos, mas permaneça em circulação em outros espaços, o que favorece uma maior interação do público nas práticas simbólicas religiosas.

A utilização dos meios de comunicação por parte das igrejas não é um fenômeno recente, porém tem adquirido maiores proporções em função da crescente influência e utilização das mídias, especialmente as digitais. (MELO, 2017, p. 139)

Sem dúvida, o raio de alcance dos discursos religiosos através da mídia é parte integrante da relação de poder dessa religião. O aumento e penetração do discurso religioso para além dos templos, independe da hora e do local onde o crente estiver.

Ao recorrer a diversas formas de comunicação para ampliar seu espaço de atuação dos templos para os lares dos fiéis, o discurso religioso deve, necessariamente, adaptar-se, apropriando-se de características do discurso midiático e desenvolvendo uma nova forma de linguagem apropriada a esse campo. Essa linguagem assume uma configuração bem diferente da tradicional e adota procedimentos bastante diversificados, dos quais poderíamos destacar seu caráter mais interativo. Ou seja, nessas novas interações, os fiéis não são meros espectadores ou ouvintes, mas participantes ativos. (MELO, 2017, p. 140)

Apesar disso, vêm crescendo as produções acadêmico-científicas que tratam do neoconservadorismo e da religião, contribuindo para a amplificação ideológica do segmento na sociedade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 A Análise de Discurso Crítica-ADC

A Análise de Discurso se apresenta, mesmo que não sistematicamente, no século XIX, conforme trata Orlandi (2020), através da semântica histórica. Porém, só a partir dos anos 1960 do século XX que toma objeto próprio. Na ocasião, se apresentou como uma ruptura aos padrões científicos do século XIX, com a relação entre três disciplinas: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, porém distinguindo-se delas.

Como o nome indica, a Análise de Discurso tem o discurso como objeto, mas não um discurso estático e sim em movimento, em que a língua é possuidora de sentidos, como parte da história do homem. Orlandi segue dizendo:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2020, p. 13)

A Análise de Discurso considera o componente ideológico como materialização da linguagem e vice-versa e trabalha a relação língua-discurso-ideologia, pois não existe discurso sem que haja sujeito histórico. Por sua vez, todo sujeito é imbuído de componentes ideológicos.

Evidencia-se, nos estudos da Análise do Discurso, que existe uma conformidade de entendimentos acerca do discurso como fenômeno constitutivo da vida social, representando e sendo representado, dialeticamente, pelas relações que são estabelecidas historicamente numa sociedade determinada. Conforme Gill (2007), apesar de diversas disciplinas utilizarem-na e com diferentes estilos de análise, todas compactuam com a ideia de que a linguagem não é um meio neutro de refletir e descrever o mundo, além de também partilharem da convicção da importância central do discurso na construção da vida social.

Na atualidade, o uso da tecnologia da informação e suas ferramentas, como as redes sociais e os *smartphones*, imprimiram novas tendências de comunicação,

facilitando o acesso, por estreitamento das distâncias e velocidade das emissões-recepções. Por outro lado, as possibilidades de uso distorcido e manipulatórios das informações, bem como as *fakenews*, tornaram-se terreno pantanoso para averiguações e de múltiplas possibilidades de alcance ideológico e relações de poder. Os espaços virtuais têm as suas características próprias e, seguindo esse entendimento, na perspectiva de Grigoletto (2011), em relação às representações da escrita em espaços virtuais, temos que a relação sujeito-escrita passa pelas relações de poder, e discorre que,

Uma vez que a escrita permite ao sujeito existir pela letra, encontrar na letra o registro de uma existência, o reconhecimento jurídico dessa existência, sem o qual não pertence ao espaço social das leis, do direito, da cidadania, e do virtual. Isso significa que a inscrição do sujeito nesses espaços, sobretudo no espaço virtual, se dá pela escrita, que joga com a relação inclusão/exclusão, possibilitando ao sujeito movimentar-se em lugares de pertencimento ou não-pertencimento. (GRIGOLETTO, 2011,p. 22)

Independentemente do local de narrativa, a condição do significado do conteúdo, bem como, as presenças das relações de poder subjacentes aos discursos e, às possibilidades de mudanças a partir deles, influenciaram a Análise de Discurso Crítica.

A Análise de Discurso Crítica não é uma disciplina da linguística. Está mais próxima de uma forma de investigação ao se analisar uma linguagem, oferecendo suporte científico para os problemas e questões sociais.

Pesquisadores da linguagem, reconhecidos como analistas, usaram as teorias das ciências sociais em articulação com a linguística e pedagogia, tendo como objetivo o empoderamento social e a conscientização.

O primeiro trabalho publicado em Análise Crítica do Discurso foi em 1984, escrito pelo holandês Teun van Dijk. Porém, o termo Análise de Discurso Crítica-ADC, foi lançado pela primeira vez por Norman Fairclough em 1985. Neste ensaio, Fairclough fala das diferenças entre as formas como os analistas enxergam as relações entre discurso, poder, efeitos do discurso sobre os indivíduos e as relações sociais, incluindo o sistema de crenças e conhecimento.

Fairclough distingue dois tipos de análise de discurso, que são diferentes pela relação que têm com os objetivos de análise que pretendem alcançar e a orientação social, que fazem distinguir entre abordagens críticas e não críticas. A perspectiva pragmática, que se concentra apenas nas ações, intenções, descrições e estratégias

individuais que não valorizam as relações de poder existentes, está inserida na abordagem não crítica. Por outro lado, a abordagem crítica se concentra nas ações e estruturas sociais que ela mantém com a linguagem, conciliando a linguística com a análise social, adotando a compreensão das desigualdades sociais, assumindo uma atitude proativa e empenhada em contribuir para o fortalecimento da consciência daqueles que estão na condição de subalternidade (MELO, 2018).

Apesar das pesquisas em ADC terem iniciado nos anos 1960, com impulsionamento nos anos 1980, apenas nos anos 1990 se consolidou como uma rede internacional de estudos e pesquisas, a partir do encontro dos linguistas Teunvan Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e Norman Fairclough em um simpósio realizado no ano de 1991 em Amsterdã.

Cada um dos membros do grupo possuía caminhos teóricos e metodológicos distintos, porém o compromisso ético-político com a transformação social, tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária, os unia e, a partir do simpósio, passaram a estabelecer intercâmbios entre universidades. Os enfoques mais utilizados pelos teóricos de referência até então, são: a abordagem sociocognitiva (AS), utilizada por Teun van Dijk, centra a atenção na reprodução ideológica por meio do discurso; a gramática do *design* visual (GDV), que tem como representantes Gunther Kress e Theo van Leeuwen, os quais atuam com enfoque na semiótica social, estudam o propósito comunicativo, a manipulação ideológica nos sistemas de imagem na sociedade; e a abordagem histórico-discursiva (AHD), conhecida também como Escola de Viena, representada por Ruth Wodak e Martin Reisigl, que objetivam pesquisar discursos institucionais racistas, antissemitas, entre outros, com enfoque na argumentação e retórica.;

A abordagem pretendida por Fairclough não se articulava totalmente com nenhuma das primeiras correntes, pois a ADC surgiu da Linguística Crítica (LC), uma abordagem desenvolvida na Inglaterra na década de 1970, com o objetivo de unir a linguística textual a uma teoria social, como forma de entender o funcionamento da linguagem em processos ideológicos e políticos, porém o que a diferencia é que os pressupostos da LC estão voltados essencialmente para o uso da linguagem nas instituições (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Os autores Vieira e Macedo resumem a LC e ADC da seguinte forma:

LC e ADC são campos fundamentalmente interessados em analisar relações de poder e de controle manifestas na linguagem. Contudo,

apenas a ADC o faz de modo engajado, pois considera a relação dialética entre textos e sociedade: o sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conformando às ordens do discurso, ora contestando-as, ora ressignificando-as e transformando-as. Para a LC, as representações lingüísticas apenas refletem as estruturas sociais, mas o contrário não ocorre. Logo, considera-se que a ADC adicionou a preocupação com o exercício de poder nas relações sociais aos estudos lingüísticos. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p.56)

Segundo Melo (2018), a ADC possui seis princípios, quais sejam: 1. **Ímpeto crítico**, pois o enfoque está em mostrar a correlação e as causas ocultas nos textos que constroem e desconstroem as práticas de poder dominantes; 2. **Explicitude político-ideológica**, significa que busca perceber que a ciência não é neutra e que possui um conjunto de práticas ligados a elementos não científicos, como a posição ideológica do pesquisador e os impactos sociais da sua investigação, por exemplo; 3. **Transdisciplinaridade**, pois exige articulação com diversas disciplinas, mas com avanços teórico-metodológicos que transpassam as fronteiras das disciplinas, elaborando novas teorias; 4. **Aplicabilidade**, haja vista que pretende promover resultados concretos de mudança social, sendo propulsoras de transformações no modo das pessoas compreenderem textos e articulá-las ao cotidiano da relações, na perspectiva do enfrentamento; 5. **Acessibilidade**, ou seja, a linguagem deve ser acessível e simples para os sujeitos a quem interessa a pesquisa; 6. **Empoderamento Social**, pois serve para ampliar a consciência crítica de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas sobre outras. O aumento da consciência como primeiro passo para a emancipação.

Os conceitos que dão base à ADC são: o discurso, ideologia, hegemonia e poder e cada um dos elementos se imbrica com os demais, enquanto ferramenta de investigação produtiva aplicada às ciências e que visam analisar e desvelar as mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas contemporâneas. Sendo ferramenta de investigação, se caracteriza por um método próprio.

5.2 O método

O modelo tridimensional de análise de texto foi inicialmente proposto por Fairclough, entre os anos de 1992 a 2001. O modelo incorpora três elementos, quais

sejam, análise textual, análise da prática discursiva, compreendendo a produção, distribuição e consumo, e análise da prática social.

Para Fairclough (2016), a concepção tridimensional do discurso reúne três tradições analíticas e que são indispensáveis na Análise de Discurso, quais sejam:

A tradição da análise textual e lingüística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum compartilhados. (FAIRCLOUGH,2016, p.104)

Em 2003 Fairclough (2016) simplificou o modelo tridimensional, tornando-o bidimensional, com a incorporação da prática discursiva na prática social. A partir do ano de 2006, até os dias atuais, utiliza a análise transdisciplinar, com a migração do discurso e texto para a análise social, que se dá em três níveis de abstração, conforme Vieira e Macedo (2018),: a) eventos sociais, que são os textos; b) práticas sociais, que significam as ordens de discurso; e c) estruturas sociais, que é a linguagem.

Vieira e Macedo (2018) trazem a compreensão sobre cada um dos elementos que compõem o modelo analítico de Fairclough. **A análise doseventos sociais** está composta por quatro itens: 1) vocabulário— as palavras, a lexicção e significação; 2) gramática — as formas de combinação das palavras nas orações e frases; 3) coesão — conexão-ligação entre as orações e frases; 4) estrutura textual — forma de construção-arquitetura- dos textos e seus modos de organização.

A **análise das práticas sociais**, ou práticas discursivas, ou ordens de discursos, são analisadas a partir de três elementos: 1) tipos de atos de fala, ou força ilocucionária — se existe promessa, pedido ou ameaça; 2) coerência: harmonia entre fatos e ideias; 3) intertextualidade — texto pautado em configurações de tipos de textos ou convenções discursivas e interdiscursivas.

A **análise das estruturas sociais** ou práticas sociais, considera o que as pessoas fazem no cotidiano e se utilizam de dois conceitos que são fundamentais para se investigar a mudança discursiva *versus* mudança social e cultural: 1) ideologia — são os sentidos, as pressuposições e as metáforas que se apresentam no discurso; 2) hegemonia — dominação por alianças, incorporações de grupos subjugados e subordinados, orientações econômicas, políticas, culturas, ideológicas.

Para a escolha das categorias de análise, segundo Vieira e Macedo,

É necessário se pensar em nortes, como por exemplo, algumas perguntas, tais como: a) que gêneros estão sendo usados no texto? b) que intertextualidades (outros textos) ou interdiscursividades (outros discursos) estão presentes no texto? c) que presunções (opiniões, juízos, pretensões, suposições) o texto usa? d) Quais as relações semânticas (causa-consequência; problema-solução; coordenações, subordinações) são predominantes no texto? e) como os atores sociais são representados (ativos ou passivos), como eles se comprometem com aquilo que asseveram, que juízos de valor emitem? (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 68)

As perguntas norteadoras contribuem para investigar e mostrar como se dá a atuação da linguagem na vida social dos sujeitos.

Como método, a Análise de Discurso é de abordagem qualitativa. Conforme trata Vieira e Macedo (2018), são interpretativo-críticas, além disso:

Podem ser realizadas por pesquisa documental ou por pesquisa etnográfica- a arte e a ciência de escrever um grupo humano-; e de que seu principal material de estudo são textos (verbais, visuais, orais, escritos). A geração e a coleta de dados podem se dar por entrevistas, por pesquisa documental, por observação, por questionários, entre outros. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 68)

Este estudo sobre a influência do pertencimento religioso neoconservador cristão na atuação profissional, tomando como caso o Serviço Social, realiza-se pelos discursos e ações dos assistentes sociais que causaram repercussões no projeto ético-político da profissão. Possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada, tem como base a dialética para a compreensão da realidade, considerando-a como dinâmica e contraditória. A partir da perspectiva dialética, tudo na natureza se relaciona e se transforma, sendo imprescindível para o pesquisador conhecer o objeto de estudo em sua totalidade. De acordo com Gil:

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p.14)

Para a coleta dos dados, utilizamos a mídia social para analisar reações a conteúdos, mobilizações, mensagens, *posts*, comentários, textos, artigos, *links* e vídeos, existentes na comunidade pública do *Facebook* denominada “Serviço Social Libertário”. Justifica-se a escolha, em razão do crescente uso, na atualidade, desses dispositivos como ferramenta de sedimentação de posturas e posicionamentos diversos, sendo, inclusive, instrumento de veiculação de campanhas eleitorais,

fakenews, discursos e propostas de governo, entre outros. Conforme trata Tainan e Machado:

A internet, desde muito tempo, vem se estruturando como um ambiente de forte interação cultural e espaço de configuração de comunidades sociais, estabelecendo-se como um meio de comunicação plural e flexível que reclama problematizações a partir de seus usos e lógicas de apropriação em rede. Considerando que foi no campo da comunicação em que surgiram as primeiras abordagens de pesquisas nos ambientes virtuais, empreendeu-se, em um primeiro momento, a profunda discussão da internet como um meio de comunicação, no mesmo sentido utilizado nos demais estudos sobre mídia – televisão, rádio e meios impressos. (TAINAN; MACHADO, 2015, p. 140)

A internet tem se apresentado, ao longo dos anos, como um espaço para utilização de procedimentos e técnicas de coleta de dados no desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos. Por ser um espaço recente, alguns desafios se colocam ao pesquisador na escolha do método, no entanto, o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa na área vem conferindo credibilidade e o aumento de adeptos nas Ciências Sociais. Segundo Camboim; Bezerra e Guimarães:

[...] Impõe-se uma nova questão para os métodos de pesquisa advinda do exponencial crescimento das tecnologias de informação, que acompanha o advento da sociedade da informação observado na contemporaneidade: métodos e técnicas de pesquisa que utilizam a internet como objeto de investigação ou como fonte ou meio para coleta de dados. Nesse sentido, a internet é descoberta em suas possibilidades tanto como espaço propenso a utilização de instrumentos de pesquisa tradicionais, quanto como objeto de pesquisa. (CAMBOIM; BEZERRA; GUIMARÃES, 2015, p.124)

Estudos voltados a essa temática, com foco nas perspectivas metodológicas, têm em Frago; Recuero e Amaral (2011) uma importante contribuição. Silva refere-se ao trabalho das autoras como,

Dedicado a refletir sobre a prática de pesquisa “na internet, sobre a internet e com a internet”, o livro Métodos de pesquisa para internet, escrito em coautoria por Suely Frago, Raquel Recuero e Adriana Amaral, propõe discutir abordagens metodológicas para os estudos referentes à comunicação mediada pela tecnologia digital, bem como oferecer subsídios para discussões em que a internet desempenhe papel central ou que a utilizem como instrumento de pesquisa. (SILVA, 2011, p. 287)

Camboim; Bezerra e Guimarães (2015) evidenciam as técnicas de pesquisa qualitativa na internet e discorrem sobre as principais, sendo a Entrevista On-Line, Grupos Focais On-Line, Etnografia Virtual e Análise de documentos na Internet as mais utilizadas, podendo haver o uso de procedimentos associados,

simultaneamente. A técnica adotada para a análise do material coletado é a Análise de Discurso, conforme tratamos neste capítulo.

A Análise de Discurso, conforme assinala Fairclough, é mais que um método; poderia se caracterizar mais como uma teoria, “ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante).” (FAIRCLOUGH, 2012, p.307). Acrescenta:

Além do mais, esta perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308)

Enquanto posição teórica, a Análise de Discurso Crítica-ADC, entende o discurso como inserido no contexto de prática social e, nesse sentido, a língua é elemento integrante do processo social material, incluindo a semiose como parte irreduzível desse processo. A palavra semiose nos remete ao processo de significação e produção de significados e também de símbolos. Para Bessa e Sato, são três maneiras de atuação da semiose:

1) como parte de uma atividade social inserida em uma prática; 2) nas representações, tanto das práticas em que estão inseridos, como de outras, recontextualizando-as, a depender da posição que os atores sociais ocupam dentro de suas práticas; 3) no desempenho de posições particulares, ou seja, as identidades das pessoas que desempenham posições diferentes e parcialmente determinadas pela prática em si, por serem de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, também produzem desempenhos distintos. (BESSA; SATO, 2018, p.128-129)

Fairclough (2012) discorre que toda vida social é uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), e todas contêm um elemento semiótico, além de também serem práticas produtivas, cenário de construção do tecido social. Para o autor, toda prática inclui os seguintes elementos: a. Atividade produtiva; b. Meios de produção; c. Relações sociais; d. Identidades sociais; e. Valores culturais; f. Consciência; g. Semiose.

Esses elementos estão dialeticamente relacionados e, sendo assim, segundo Fairclough, “a ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais.” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

Outro aspecto relevante para a Análise de Discurso Crítica é a Intertextualidade. Por intertextualidade, Fairclough nos traz que é “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119).

A intertextualidade dá ênfase à heterogeneidade dos textos, ressaltada mediante análise dos elementos contraditórios existentes e que podem variar, conforme o nível de complexidade das relações intertextuais. Para Fairclough, a relação entre intertextualidade e hegemonia se faz presente para se compreender que os espaços textuais e verbais não são ilimitados para qualquer sujeito social, mas esses espaços são delimitados e restringidos e, as condicionalidades ocorrem conforme as relações de poder existentes. Acrescenta que:

Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. (FAIRCLOUGH, 2016, p.141)

Falar de luta hegemônica a partir do discurso requer identificar o nível de controle existente nesses espaços de comunicação. A dialética entre discurso e manipulação é uma das expressões da relação de poder. Van Dijk (2018) acrescenta que a maior parte das manipulações ocorrem através da fala e da escrita, e, portanto, acontecem de forma relacional, mediante interações, podendo ser abusivas, inclusive, daí se entende o controle abusivo como abuso de poder.

A análise do material coletado na pesquisa com base na ADC seguiu uma trajetória analítica centrada na perspectiva tridimensional de Fairclough, tomando os elementos mais relacionados ao discurso e à prática social, na combinação característica do autor entre os elementos semióticos. O discurso como representação de papéis, práticas sociais e estruturas sociais dos sujeitos em sociedade, considerando, nesses discursos e práticas, a relação de poder existente entre grupos ideologicamente conflitantes, na busca pela hegemonia.

Sobre a pesquisa e os caminhos trilhados para os resultados, acerca da Análise Crítica dos Discursos dos participantes da Comunidade do *Facebook* “Serviço Social Libertário”, e das publicações existentes na página, nos detemos no próximo capítulo.

5.3 O universo de pesquisa

A década atual apresenta um aumento significativo da influência do pertencimento religioso na vida em sociedade. Defendemos a tese que, na atualidade, o pertencimento religioso do assistente social de base cristã neoconservadora, dos segmentos Pentecostais, Neopentecostais e Católicos, repercute no projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, por se contrapor aos preceitos teóricos e metodológicos construídos e consolidados a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, ocorrido desde a década de 1960.

A escolha do objeto de estudo deveu-se não só ao cenário político, econômico e social vividos ao longo dos anos 2000, com maior evidência a partir dos anos 2012, com a deflagração de movimentos sociais e articulações políticas capitaneadas pela direita cristã, mas também pela relação existente entre o Serviço Social com o Conservadorismo e a Religião Cristã, bem como, pelo fato desta pesquisadora ter formação em Serviço Social há mais de 30 anos, sempre exercendo a profissão segundo os preceitos éticos da categoria e desenvolvendo ações em prol dos direitos da população usuária dos serviços sociais.

Nosso objetivo foi estudar as repercussões do pertencimento religioso do profissional nos seus posicionamentos e na sua ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos éticos e, para tanto, tomamos como exemplo, o caso do Serviço Social, pela trajetória de articulação dessa profissão com a religião cristã em suas denominações Católica e Protestante.

A escolha do objeto de estudo ocorreu em meio às manifestações do conjunto da categoria profissional diante de atitudes, falas e intervenções de parcela de assistentes sociais, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, que contrariavam os preceitos ético-políticos da profissão, chegando a se posicionar contrários ao atual Código de Ética. Esse movimento da categoria ocorria ao mesmo tempo em que o quadro político e social do país se configurava pelas intolerâncias religiosas e articulações político-partidárias de líderes religiosos. Nesse sentido, o nosso problema de pesquisa se baseia no interesse em saber em que medida o pertencimento religioso do profissional influencia no seu discurso e prática, contribuindo para repercussões éticas e, portanto, se apresenta o conflito entre uma

moral religiosa e uma ética profissional, que se encontra subjacente aos questionamentos.

Em momento de crescente demanda das forças conservadoras no país, as diversas expressões que envolvem embates políticos polarizados em torno da luta contra o bem e o mal, traduzidos na “guerra” ideológica travada entre o capitalismo e o comunismo, têm repercussão em diversas áreas da sociedade, incluindo as profissões. A realidade posta e emergente caracteriza um enfrentamento e posicionamento de grupos que se contrapõem à ordem vigente, em grande parte materializada pela ascensão do poder governamental de um Presidente da República que defende os interesses políticos e religiosos conservadores, em sua plataforma de governo. Esse cenário permitiu a capilarização da esfera de atuação, atingindo as mídias sociais amplamente. Dentre as ações, no âmbito do Serviço Social, foi criada uma comunidade no *Facebook* denominada “Serviço Social Libertário”. Essa comunidade tem o objetivo e propósito de “difundir as ideias a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais” e se contrapor ao projeto ético-político da profissão, por alegação da estreita vinculação do atual projeto da categoria com a ideologia “comunista revolucionária” e a “ditadura do proletariado”¹⁵.

A página “Serviço Social Libertário” foi escolhida para a pesquisa, por representar, objetivamente, os confrontos ideológicos presentes na categoria profissional, numa correlação de forças com vistas a conquistas de espaços de poder e superação de projetos não apenas ético-políticos, mas teórico-metodológicos e técnico-instrumentais.

A comunidade é um grupo público no *Facebook* e, portanto, seu conteúdo pode servir de estudo sem autorização prévia. Foi criada em 01 de maio de 2016 por alunos e profissionais de Serviço Social de diferentes estados do país, notadamente o ano em que a presidente Dilma Rousseff sofreu *impeachment*, movido pelas forças neoconservadoras com apoio dos segmentos religiosos Cristãos conservadores no país. Atualmente, o total de seguidores dessa página é de 6.130 pessoas¹⁶ e o slogan reflete o posicionamento contrário ao projeto hegemônico do Serviço Social quando diz: “Sou assistente social e não defendo projeto ético-político

¹⁵ O posicionamento apresentado encontra-se na página inicial da comunidade, em documento escrito pelos idealizadores.

¹⁶ Dado extraído no dia 20 de julho de 2021.

classista, com orientação societária comunista”. Ainda, na página, além de comentários, vídeos, *posts*, entre outros, está sendo divulgado um trabalho elaborado por um docente universitário, intitulado “23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro” no qual consta, fundamentalmente, a defesa do Serviço Social de base teórico-metodológica conservadora e, considerando a característica histórica da profissão, tal base está ligada aos ideários cristãos. Outro material disponível na página é a monografia de conclusão de curso de Serviço Social, de autoria de Souza (2018), cujo título é *Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador*.

A página conta com *posts*, *flyers*, artigos científicos, monografias, textos, além das postagens dos seguidores. Os critérios para a seleção do material seguiram a evidência de discursos que contemplaram o ideário neoconservador político e religioso conservador Cristão, possuindo especificamente as temáticas: **O projeto ético-político, ideologia e hegemonia; Conservadorismo religioso Cristão; Formação, exercício profissional e Reforma do Serviço Social**. Para cada bloco temático utilizamos categorias de análise baseadas na ADC, acrescidos dos fundamentos teóricos do Serviço Social.

Contemplando a temática escolhida para análise, ao todo foram 7 textos de postagens (*posts*, *flyers*) escritas pelos organizadores da página; as 23 Teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro, sendo que as Teses selecionadas foram as de número 1, 5, 7, 12, 13, 15; e o terceiro capítulo da monografia *Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador*, de Souza (2018). A escolha apenas do terceiro capítulo do TCC ocorreu pelo fato dele contemplar todos os dados necessários para análise.

O título da página no Facebook, o “Serviço Social Libertário” evidencia a existência de um posicionamento político que surgiu do liberalismo econômico, mas principalmente do anarquismo individualista francês do século XIX. O movimento libertário ou libertarianismo tomou forma e robustez no século XX nos EUA e vem influenciando e financiando sociedades, organizações e governos contra as ideias socialistas. Utiliza-se de ferramentas como mídias sociais para disseminar mais rapidamente e atingir públicos mais jovens, conforme trata o artigo publicado no

jornal online *The Intercept*¹⁷, cujo teor revela a doação de bolsas para cursos de gestão política e relações públicas, bem como patrocínio de eventos de networking em todo o mundo, dedicando recursos especiais para estimular libertários a influenciar a opinião pública por meio de mídias sociais e vídeos online. E, ainda, incentiva-se a produção de vídeos virais no *Youtube* promovendo ideias de *laissez-faire* e ridicularizando os que defendem o Estado de Bem-Estar Social.

Já no entendimento de Lacerda (2019), o Libertarianismo ou Libertarismo, defende o Estado limitado, mínimo, mas também reivindicam a mínima intervenção do Estado nas vidas das pessoas, diferentemente dos neoconservadores, que advogam o Estado mínimo na economia, mas defendem a normatização de valores morais e a intervenção do Estado na vida íntima dos sujeitos sociais. Ainda segundo a autora:

Assim, o neoconservadorismo não é nem libertário nem liberal-apesar de o neoliberalismo poder sê-los- O neoconservadorismo não é libertário porque, apesar de advogar o Estado mínimo, demanda que valores morais particulares sejam impostos na esfera pública; é antiliberal no sentido de que, apesar de defender a liberdade de mercado, advoga a importância dos valores morais e religiosos na esfera pública. (LACERDA, 2019, p.56)

Um fator a se destacar em relação ao posicionamento dos Libertarianos é a sua defesa da liberdade, porém, esta é diferente da liberdade defendida pelos Liberais. Um dos grandes inspiradores da teoria Libertária é o filósofo norte americano Robert Nozick. O teórico elaborou uma crítica ao Liberalismo, Socialismo e Conservadorismo, e uma de suas obras mais conhecidas é *Anarquia, Estado e Utopia*. Nesse tratado, Nozick (1991) defende o Estado mínimo sob nova ótica e oferece uma proposta de integração entre a ética, a filosofia moral e a economia. Para o autor, o Estado moderno pressiona o indivíduo e se utiliza da coerção para a garantia de direitos.

Floriani e Ribeiro (2018) se baseiam em Michael Sandel para tratar o Libertarianismo. Segundo as autoras, Sandel afirma que:

Os libertários (linha filosófica que enquadra o pensamento de Robert Nozick) rejeitam o paternalismo estatal, pois são contra leis que protegem as pessoas de si mesmas. Do mesmo modo, são contrários ao uso da força coercitiva da lei, para promover noções de virtude ou para expressar convicções morais da maioria. Ademais,

¹⁷Para maiores detalhes, ver matéria veiculada no dia 09 de agosto de 2017 com o título “Esfera de Influência: como os libertários americanos estão refazendo a política latino-americana”, disponível em: <https://theintercept.com/.../atlas-network-alejandro.../...> Acesso em: 01 maio 2019.

excluem qualquer lei que force algumas pessoas a ajudar outras, incluindo impostos para redistribuição de riqueza. (SANDEL, 2012, p. 79, *apud* FLORIANI; RIBEIRO, 2018, p.101-102)

Os libertarianos defendem a ideia da total liberdade dos indivíduos pelas diferenças que existem entre os sujeitos. Rejeita a tese da igualdade e, portanto, diferentemente dos liberais, que defendem a igualdade com liberdade, os libertarianos defendem a liberdade com a legitimação das diferenças.

A breve explicação sobre o pensamento libertariano se justifica pelo fato de termos que compreender o porquê da utilização dessa denominação no título da página da comunidade no *Facebook*. Pode-se identificar, de início, que os responsáveis pela página constroem uma narrativa que agrupa parte da teoria libertária, parte da liberal e parte da neoconservadora, caracterizando um ecletismo pouco comum na literatura do Serviço Social, pós-movimento de Reconceituação, principalmente, a partir dos anos 1990, ocasião em que marcos importantes foram travados pela categoria, como o Código de Ética, a Lei nº 8.662 de regulamentação da profissão, a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, e o projeto ético-político da profissão.

Com essa base eclética, a comunidade apresenta espaços de discussão, divulgação de trabalhos científicos, sugestões de leituras, livros e teóricos que representam o segmento acadêmico-científico e político daqueles que participam e compõem o espaço. Torna-se evidente o lastro conservador, liberal, (se contrapondo, inclusive, ao próprio nome da comunidade, “libertário”, que segue linha divergente da conservadora e liberal), e religioso.

Serve, também, de cenário para posturas contrárias às conquistas históricas da categoria e de um retorno às origens teóricas e práticas da profissão, que remontam ao período que compreende as primeiras produções e intervenções, nos primórdios da formação do Serviço Social enquanto profissão, período em que se encontrava atrelado às instituições religiosas, tanto Católicas quanto Protestantes.

Os dados para a análise encontram-se na íntegra na comunidade “Serviço Social Libertário”, porém, na medida em que o acesso a outra fonte de pesquisa nos possibilitou ampliar a nossa análise, como o site do CFESS, por exemplo, utilizamos como fonte secundária de dados, favorecendo o cruzamento de informações e fornecendo maior credibilidade ao estudo.

Por ser, o método utilizado para a análise dos dados, a Análise de Discurso Crítica-ADC, conforme apontamos anteriormente, usaremos o texto como fonte principal de análise, sabendo que o discurso, segundo trata Orlandi (2020), é muito mais do que transmissão de informação, pois não existe linearidade nos elementos da comunicação e não há separação entre emissor e receptor, pois ocorre uma relação entre sujeitos, que acontece concomitante e é provido de identificações, subjetivações, construções de realidade, argumentações, entre outros. Para Fairclough o discurso:

Contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95)

Utilizaremos, para a análise dos textos, a terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough (2016), que trata do discurso como prática social, identificando os discursos em relação às ideologias e ao poder presente nos textos, bem como situando esse discurso de poder como hegemonia. Bessa e Sato (2018), discorrem sobre o trabalho de Fairclough e referem que o autor utiliza categorias de análise para a pesquisa, que consideram o tipo de texto (gênero) e também um período sócio-histórico específico, contextualizando o objeto de estudo, a partir das práticas sociais correlacionadas. As categorias analíticas usadas por Fairclough (2016) são: coerência, coesão, controle interacional, metáfora, transitividade, tema, polidez, modalidade, avaliação, relações semânticas, relações gramaticais, equivalências e diferenças, representação de eventos sociais, gêneros discursivos, intertextualidade, significado das palavras, representação dos atores sociais e interdiscursividade.

Neste trabalho, utilizamos as categorias: significados das palavras, representação dos atores sociais e interdiscursividade, presentes na ADC, acrescidos dos elementos teóricos do Serviço Social, que possuem significativa contribuição para análise do conteúdo abordado.

Por **significados das palavras**, Fairclough discorre que as palavras possuem diversos significados, sentidos e interpretações: “A relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um” (FAIRCLOUGH, 2016, p.239). Além disso, as palavras podem ser utilizadas como forma de se obter

aceitação para significados particulares, e isso, para o autor, é uma forma de se adquirir hegemonia. A **representação dos atores sociais**, segundo Bessa e Sato:

“é relevante para o processo analítico por permitir identificar papéis, perceber em quais enquadres os(as) participantes estão posicionados nos textos; quais estão presentes e quais deveriam estar; discutir os possíveis efeitos das formas de representação, inclusive as que incluem atores nos textos e as que, de maneira explícita ou sub-reptícia, os ‘excluem’ [...].(BESSA; SATO, 2018, p.149)

A **interdiscursividade** é a combinação de diferentes discursos. Conforme trata Bessa e Sato:

Considerando a complexidade das sociedades atuais e a multiplicidade de discursos (que se diferenciam, mas que também se mesclam- modificando-se ou propiciando a criação de novos discursos), é importante na ADC tratar da análise da interdiscursividade – a combinação de diferentes discursos. (BESSA; SATO, 2018, p.153)

A interdiscursividade pressupõe a macroanálise e a microanálise, muito referida por van Dijk, que significa a relação entre a linguagem com as estruturas sociais. Dessa forma, refere que “o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise” (VAN DIJK, 2018, p. 116). Para Bessa e Sato (2018), a interdiscursividade é a “combinação de diferentes discursos”, tratados pelos autores da ADC.

Os diferentes discursos relacionam-se com as diferentes posições socioeconômicas, culturais, de gênero, visões de mundo, ideologias, entre tantos. E, dessa forma, os diferentes discursos são representações das diversas posições e disputas pelo poder, dominação, cooperação, competição, transformação, manutenção da realidade. Conforme trata Fairclough (2016), um texto é constituído de diferentes discursos, que podem ser identificados pelas metáforas, negações, termos, repetições, identificação com determinado(s) grupo(s) de pessoas e certo grau de estabilidade ao longo do tempo. Esses elementos são os mais usados na análise a partir da interdiscursividade.

Considerando o método utilizado, a pesquisa se detém nos discursos escritos. Por ser linguagem de mídia social, se apresenta desprovida de formalismo, sendo característica a informalidade e objetividade, no entanto, a página também possui

artigos científicos e contribuições teóricas, sendo assim, a pesquisa contempla os dois tipos de discurso, o informal, coloquial e o acadêmico. A análise contempla as falas e ideias que mais se repetem no período de 2016 (ano de criação da página), até 2020. Enfatizamos que o ano de 2016 coincide com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e é ano em que as forças neoconservadoras no Brasil se fortaleceram. Em 2020, identifica-se que a página praticamente não possui publicações. Possivelmente, por ter havido posicionamentos críticos e artigos científicos tratando da existência da página e sua postura.

Em relação aos discursos contemplados para a análise, consideramos aqueles que se contrapõem ao projeto ético-político da categoria, que criticam o arcabouço teórico-metodológico e técnico-instrumental da profissão e o posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS, as críticas ao Código de Ética do Serviço Social, bem como, as falas que se articulam com religião, conservadorismo e política.

Tomamos também os significados das palavras, o uso e distorções de discursos e textos, a utilização de linguagem, ideias e metáforas que contribuem para a aceitação da página e para conquistar a hegemonia.

Consideramos as representações dos atores sociais, de forma a identificar quem são, quais os papéis que ocupam no grupo e na profissão, quem está presente e quem deveria estar. A referência que fazem a pessoas, instituições, grupos, categorias, de maneira explícita ou sub-reptícia, ou os 'excluem', tendo em vista que tais movimentos possuem significados subjacentes e propósito alinhado aos objetivos da página.

Dessa forma, buscamos identificar os impactos desses discursos e da página "Serviço Social Libertário" no conjunto da categoria, atentando para o fato da existência do número cada vez maior de seguidores da comunidade e do aumento de trabalhos acadêmicos em defesa do liberalismo, conservadorismo e religião atrelada à profissão em discurso direto e contrário ao atual projeto ético-político.

Temos como exemplo o pronunciamento do CFESS referente ao confronto com o projeto ético-político da categoria:

O projeto ético-político profissional não é único na profissão. Projetos profissionais disputam a direção social do Serviço Social brasileiro neste momento histórico. Neoconservadorismo, pragmatismo e formas despolitizadas de entender a questão social reaparecem no cenário profissional. Tempos sombrios! .(CFESS, 2009, p.3)

Percebe-se que o cenário de luta contra-hegemônica já se instalava desde 2009. É certo que as lutas pelo poder sempre existiram e continuarão a existir, conforme tratamos anteriormente, mas o que nos defrontamos é com um quadro atípico, de conjunção de diversos elementos que representam e são reflexo do cenário de retrocesso que se vive hoje. Mais recentemente, o CFESS lançou outro manifesto que fala a respeito da importância da laicidade do Estado, enfocando as repercussões no âmbito da profissão.

À atuação profissional de assistentes sociais no Brasil, comprometida com valores e princípios ético-políticos fundamentados nas conquistas históricas que afirmam a humanização do ser social - como a defesa da liberdade como valor ético central e da democratização do poder econômico e político - e, conseqüentemente, contrária a todas as formas de injustiça, discriminação ou barbárie, se impõe a necessidade de identificação e recusa das ameaças ao Estado Laico presentes na realidade brasileira, do avanço do conservadorismo, do irracionalismo e da intolerância religiosa no cotidiano profissional e a consciência crítica de que estas tendências são incompatíveis com o Estado Democrático de Direitos e uma ameaça à efetivação da ética profissional. (CFESS, 2016, p.2)

Ainda nesse manifesto, o CFESS alerta para ações de assistentes sociais que utilizam mensagens religiosas em seus carimbos, e alerta aos assistentes sociais em atendimento, que em respeito à população usuária e ao Código de Ética, o profissional não pode manifestar convicções, valores e concepções, fundados em dogmas religiosos e, tampouco, devem expor imagens e símbolos de qualquer religião. Para tanto, o CFESS editou uma Resolução Nº 627, de 9 de abril de 2012, que dispõe sobre a vedação de utilização de símbolos, imagens e escritos religiosos nas dependências do Conselho Federal; dos Conselhos Regionais e das Seccionais de Serviço Social.

É diante dessa realidade em que, de um lado, o conjunto da Categoria CFESS/CRESS enfrenta inúmeros desafios cotidianos com o avanço do conservadorismo nas diversas esferas públicas e na postura profissional e, por outro lado, o projeto conservador de parcela dos profissionais que vai se avolumando, tomando corpo e forma, obtendo mais e mais adeptos e se consolidando em enfrentamento ao projeto ético-político vigente, que esta tese se assenta e vem analisar esse fenômeno a partir do espaço de leitura, discussão, encontros e divulgação atualmente mais utilizado na sociedade, sobretudo pela juventude em formação, que são as mídias sociais.

6 AS EXPRESSÕES DAS FORÇAS NEOCONSERVADORAS NO CENÁRIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

6.1 Os discursos contra-hegemônicos e a relação com o conservadorismo

A comunidade “Serviço Social Libertário” apresenta, de início, um texto que se propõe a explicar o motivo da sua criação. O texto inicial da página trata do objetivo e da proposta da comunidade. O grupo se baseia na Escola Austríaca de Economia¹⁸ e rechaça veementemente o socialismo e o comunismo. Se autodefine liberal, no entanto, utiliza a denominação “Libertários” para intitular a página, conforme discorreremos anteriormente. Segundo Cisne, Cantalice e Araújo;

A referência tecnicista como tendência de rearticulação do conservadorismo em nossa profissão e que se expressa no denominado “Serviço Social Libertário”, o qual tece críticas relacionadas aos ideais presentes na hegemonia da categoria profissional, bem como delineia a defesa da garantia dos direitos sociais pela via do livre mercado, ou seja, ratifica a perspectiva neoliberal e neoconservadora[...]. (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO,2020, p.318)

Iniciaremos a análise com a primeira publicação da página, por entender a sua importância para a compreensão da razão de ser da comunidade e de todos os textos, artigos e comentários que se seguem, facilitando o processo de conhecimento do “Serviço Social Libertário”. Vale ressaltar que iremos transcrever frases, sentenças ou palavras que servirão de base para a análise, considerando a relação com o conservadorismo, religião e projeto profissional, bem como as categorias da ADC, conforme citadas anteriormente.

Iremos dividir a análise em três grupos. O primeiro, é composto pelas publicações da página “Serviço Social Libertário” (*posts, flyers, etc.*). O segundo grupo contém as “23 Teses pela Reforma do Serviço Social” elaboradas pelo

¹⁸A Escola Austríaca de Economia, também conhecida como Escola de Viena, segue uma linha de pensamento econômico que iniciou no século XV, com seguidores de São Tomás de Aquino, os Escolásticos Tardios. Como teólogos morais, eles incitavam governos a seguirem uma postura ética de condenação ao roubo e ao homicídio. Defendiam os direitos de propriedade e da liberdade de comércio e de contrato. No início do século XX, surge Ludwig von Mises, natural de Viena, um defensor desses ideais, agregando às suas teses a ferrenha contraposição ao socialismo e à interferência do Estado na economia. Por esse motivo, denominaram Escola Austríaca, ou Escola de Viena. Fonte: Instituto Mises do Brasil. Disponível em: <https://www.mises.org.br>

professor Dr. Edson Oliveira (e que constam publicadas na comunidade “Serviço Social Libertário”) e o terceiro grupo é composto pela monografia de conclusão de curso de Serviço Social do aluno Souza (2018).

Em cada um dos três agrupamentos haverá blocos temáticos, alinhados pela semelhança na discussão, como forma didática de apresentação, a fim de facilitar a compreensão do estudo.

6.1.1 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

Figura 1 — O Serviço Social Libertário- Quem Somos



Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A figura 1 nos mostra que o grupo criador da página se restringe a estudantes e profissionais e acrescenta que a comunidade surgiu por estarem “insatisfeitos com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica...” diz também, que o movimento é “totalmente avesso ao marxismo”. Pode-se identificar que a base da Escola Austríaca de Economia serve de lastro para a comunidade. A Escola Austríaca, ou de Viena, fundamenta-se na Teologia Moral, defendida pelos seguidores de Tomás de Aquino. Ocorre, então, uma relação inicial dessa Escola com a Religião. Na página principal da Mises Brasil, Rothbard assegura que van Mises utiliza juízos de valor em suas análises e

ainda considera que não existe nenhuma política econômica melhor do que a política de *laissez-faire*.¹⁹.

Considerando essa apresentação, podemos nos deter, em primeiro lugar, que o texto utiliza palavras que possuem impacto, como “doutrinação marxista”. Ainda, considere que:

[...] não nos absteremos de denunciar as típicas atitudes intolerantes, fatalmente arrogantes e totalitárias daqueles que se dizem defensores da democracia, da liberdade, da igualdade e do pluralismo, mas que defendem um sistema opressor; tão pouco(*sic*) deixaremos de ironizar ou polemizar os assuntos que dizem respeito ao Serviço Social e à ideologia marxista e seus teóricos.

Seguindo as categorias de análise, podemos identificar que o grupo administrador da página representa uma classe descontente com o atual projeto ético-político da profissão e com o arcabouço teórico-metodológico que vem sendo utilizado desde o Movimento de Reconceituação. O grupo pretende representar os “descontentes” a partir da classe acadêmica e profissional, por ser formado por alunos, professores e profissionais. Denomina o projeto hegemônico atual do Serviço Social como totalitário, arrogante, intolerante, o que mistifica a teoria marxista como dotada de desvalor e ideologia. O debate não ocorre de maneira a considerar cientificamente as análises marxistas, mas se estabelece a partir de opiniões, palavras e frases de forte impacto negativo, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 — Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Quem Somos-Análise das Postagens

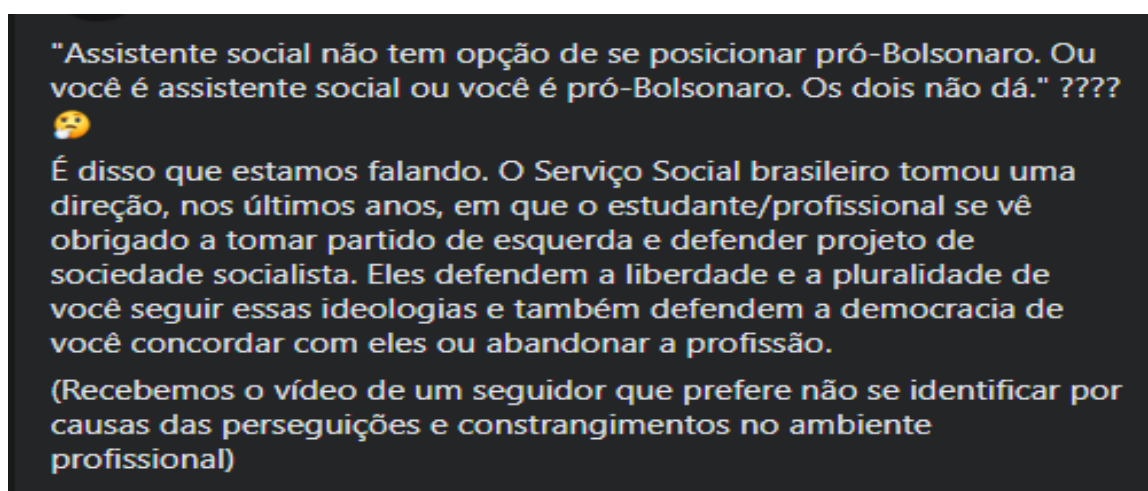
CATEGORIAADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“Ditadura do proletariado”	-A palavra ditadura representa e agrega uma força negativa à palavra “proletariado”, contribuindo para aversões e pouco entendimento do que significa o termo.
-“Utópica revolução comunista”	- Ao usar o termo “utópica”, os membros da comunidade adjetivam a revolução comunista, o que contribui para a existência de juízos de valor pelos seguidores.
-“Doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso”	-A palavra “doutrinação” se distancia do universo científico. É sinônimo de catequese, portanto, assemelha-se a uma religião, o que traz o componente religioso para a utilização semântica. Ao mesmo tempo, tem forte impacto para aqueles que não conhecem a teoria marxista, podendo interpretar como algo

¹⁹ Texto publicado na página do *Mises Brasil*, no espaço “Sobre o instituto” e escrita por Murray N. Rothbard. Disponível em: <http://www.mises.org.br>

	invasivo, autoritário.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“Não nos absteremos de denunciar as típicas atitudes intolerantes, fatalmente arrogantes e totalitárias daqueles que se dizem defensores da democracia, da liberdade, da igualdade e do pluralismo mas que defendem um sistema opressor”	- A sentença apresenta discurso agressivo, que sinaliza a existência de um grupo intolerante, arrogante e totalitário, endossando a existência de luta, de polarização do bem contra o mal, presentes na concepção conservadora.
-“Ironizar ou polemizar os assuntos que dizem respeito ao Serviço Social e à ideologia marxista e seus teóricos”.	- A palavra “ironizar” refere-se a sarcasmo, qualquer comentário irônico, ou sentido inverso. Essa forma de utilização da palavra leva a entender que o marxismo é motivo de sarcasmo. Por outro lado, não consideram o marxismo como uma teoria, mas como ideologia. Na verdade, a ideologia é o socialismo e não o marxismo.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
Quem somos	A comunidade representa o universo do curso e da profissão— alunas (os) de Serviço Social e profissionais de diferentes estados do país — o que possibilita maior adesão e identificação do público, sobretudo feminino, maioria no curso, por usar o artigo feminino à frente do masculino- p.ex. alunas(os) .
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
Utilização de termos científicos juntamente com discurso ideológico	Nesse texto, fica claro que os idealizadores da comunidade são pessoas que se contrapõem ao projeto ético-político da profissão, porém, de forma a desvalorizar o posicionamento político-ideológico hegemônico, são discentes, docentes e profissionais ocupando diferentes posições.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura2 — Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Discussão Político-Partidária



Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A figura 2 refere-se à discussão político-partidária no seio da classe profissional, no entanto, generaliza a citação, quando inclui todo o Serviço Social brasileiro. Como observamos, a prática usada pelos administradores da página está sendo a mesma utilizada por muitos grupos conservadores, que recorrem às redes sociais para divulgar assuntos sem base real, as chamadas *fakenews*. Ademais, usam discursos descontextualizados e anônimos, como forma de atacar as ideias opostas e cooptar seguidores. O anonimato, como já nos referimos, traduz a ideia de necessidade de proteção, de defesa, e, nesse texto, no último parágrafo, tornou-se explícito tal posicionamento.

Em todas as condições da ordem do discurso partidário, em qualquer área profissional, haverá discussões prós e contra sobre a escolha de candidatos a cargos majoritários, não sendo, portanto, prerrogativa do Serviço Social. A questão que se coloca é que alguns candidatos apresentam proposta societária que não se alinha ao projeto ético-político da profissão, se tornando antagônico aos princípios éticos do Serviço Social. A questão posta, não é contra político A ou B, mas ao projeto societário que diminua as injustiças sociais e as desigualdades extremas.

Os administradores da página usam linguagem genérica — “Eles” — e afirmam que o assistente social é obrigado a ser de partido de esquerda para atuar na profissão. Quem são “Eles” e a quem se referem e quem obriga os alunos/profissionais a serem de partido de esquerda? Quais os mecanismos que usam para forçar o profissional a “deixar” a profissão?

O uso de expressões vagas e genéricas, evasivas, não faz parte do universo científico-acadêmico e mais se aproximam das *fakenews* comuns hoje nas redes sociais, em que não há preocupação com provas e fontes. Ao ganhar terreno, essa forma de expressão gera impactos na formação, no senso crítico e poder analítico dos que os seguem.

Ao fazerem uso de frases como: “não ter opção” e “obrigado a ser”, o grupo atinge diretamente o projeto ético-político da profissão, que trata de categorias como Liberdade, Justiça, Equidade, Democracia e agrega adeptos ao projeto de classe que defendem, sem necessitar comprovar dados, através de estudos ou pesquisas.

Tabela 2 — Projeto Ético Político, Ideologia, Hegemonia- Discussão Político-Partidária- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
---	-------------------

- “Assistente Social não tem opção de se posicionar pró-Bolsonaro. Ou você é assistente social ou você é pró-Bolsonaro. Os dois não dá” ???	- Afirmação sem apresentação de pesquisa ou estudos como comprovação da colocação. A palavra “opção”, usada no texto, apresenta impacto na categoria, pois o discurso hegemônico é o da liberdade.
- “O estudante/profissional se vê obrigado a tomar partido de esquerda e defender projeto de sociedade socialista”	- Generalização do discurso, mais uma vez, sem comprovação. Uso da palavra “obrigado”, também, como forma de apresentar a contradição da categoria em seus ideários de liberdade e justiça.
- “Eles defendem a liberdade e a pluralidade de você seguir essas ideologias e também defendem a democracia de você concordar com eles ou abandonar a profissão”	- Generalização, com o uso de “Eles” e o ataque aos princípios da democracia, liberdade e pluralidade defendidos pela profissão. Intuito de mostrar incoerência, como forma de diminuir a credibilidade.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
- “(recebemos um vídeo de um seguidor que prefere não se identificar por causa das perseguições e constrangimentos em ambiente profissional)”	- Na citação de uma fala anônima e também, ao fim do texto, a referência a uma possível perseguição e ameaças em ambiente de trabalho, geram a imagem de que são protetores daqueles contrários ao atual direcionamento ético-político da categoria.
- “Eles defendem a liberdade e a pluralidade de você seguir essas ideologias e também defendem a democracia de você concordar com eles ou abandonar a profissão”	- O uso do pronome “você” gera uma intimidade e aproximação com o leitor, forma de cooptação bastante usada nas redes sociais.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
- Linguagem coloquial e genérica: “Eles”, “você”, “nos últimos anos”.	- Uso de conteúdo ideológico e linguagem comumente usada em redes sociais, de aproximação, intimidade e generalizações sem dados científicos.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6.1.2 CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO

Figura3 — Conservadorismo Cristão – Combate ao Socialismo

Como refutar um "cristão" socialista, citando um socialista

Friedrich Engels

"É, portanto, curioso que enquanto os socialistas ingleses são geralmente opostos ao Cristianismo, e têm que sofrer todos os prejuízos religiosos de um povo verdadeiramente cristão, os comunistas franceses, mesmo sendo parte de uma nação celebrada por sua infidelidade, são Cristãos. Um de seus favoritos jargões é que, Cristianismo é comunismo. "le Cristianismo c'est le Communisme". Com isso eles tentam provar na Bíblia, o estado de comunismo no qual os primeiros Cristãos foram ditos ter vivido, etc. Mas tudo isso mostra apenas, que essas pessoas boas não são os melhores Cristãos, embora eles se colocam como sendo: porque se eles fossem, eles conheceriam melhor a Bíblia, e descobririam que, se algumas poucas passagens da Bíblia talvez são favoráveis ao comunismo, o espírito geral das doutrinas bíblicas é, na verdade, totalmente oposto a ele, assim como cada medida racional."

Serviço Social Libertário

Até Engels entendeu a incompatibilidade entre o cristianismo e o comunismo, mas a ficha dos cristãos marxistas do curso ainda não caiu.

F. Engels foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. No artigo "Progresso da Reforma Social sobre o Continente", publicado em novembro de 1843, no jornal "O Novo Mundo Moral", Engels faz fortes críticas aos cristãos comunistas, afirmando que eles não conhecem a Bíblia.

Veja o artigo completo em: <https://www.marxists.org/archives/marx/works/1843/10/23.htm>. Último acesso em: 07 maio 2016.

388 65 comentários 515 compartilhamentos

Compartilhar

Augusto De Moraes Valente Eu detesto qualquer forma de Socialismo, mas nego achá que Socialismo é andrismo de Comunistas e que Kraus Marx e Engels que criaram o termo e as ideias relacionadas. Curte Responder 3 a

Nathally Barbosa Antes de Marx já existiam as ideias socialistas, mas foram Marx e Engels os teóricos que inventaram o comunismo. Para Engels, o comunismo era o socialismo "posto em prática", pois considerava as formas anteriores de socialismo utópicas. Nessa piolra específico o termo "socialismo" refere-se ao pensamento de Engels. As pessoas quem são adeptas das ideias de Marx e Engels podem ser consideradas tanto socialistas, como comunistas, como simplesmente marxistas, no fim, é tudo a mesma coisa. Curte Responder 3 a

Augusto De Moraes Valente Leia Bernstein, Saint-Simon, Proudhon, Bakunin e até o Mein Kampf! Leia ao menos os resumos, e você entenderá porque essa generalização é enganosa, principalmente por causa da diferença entre seus respectivos meios de se alcançar a fim soviada e utópica. Ver mais Curte Responder 3 a

Nathally Barbosa Augusto De Moraes Valente realmente não consigo essas caras aí que viciu coisa. O que eu conheço se limita a Marx e tudo que eu aprendi dele no meu curso é lendo suas obras. Baseado nesse conhecimento é que eu volto a afirmar que mantendo socialismo e comunismo, no final das contas, dá no mesmo. Volto a repetir: aqui estou utilizando estes três termos de acordo com a perspectiva de Marx e Engels, não estou me referindo a nenhum outro tipo de socialismo. Curte Responder 3 a

Augusto De Moraes Valente Eu li de novo o teu comentário, Nathally. Eu entendi errado. Mas de qualquer jeito eu devia ter sido mais claro quando falei né? Kkkk Curte Responder 3 a

Augusto De Moraes Valente Bernstein é o pai da Social-democracia. Saint-Simon é um dos criadores do que Marx e Engels chamavam de Socialismo Utopico; Proudhon é o pai do Anarquismo e inspirou em parte Bakunin, maior defensor do anarquismo violento; Mein Kampf é a obra de Hitler. Ver mais Curte Responder 3 a

Escreva uma resp. ...

Escreva um comentário.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A postagem apresenta uma citação de um trecho do artigo "Progresso da Reforma Social sobre o Continente", publicado em novembro de 1843, no jornal *O Novo Mundo Moral* de Friedrich Engels. O comentário da página faz alusão, como elemento principal de análise, à incompatibilidade entre o comunismo e o cristianismo. Como a maior parte das análises são descontextualizadas, o que ocorre na narrativa dos organizadores da página é um equívoco de interpretação.

O artigo do jovem Engels foi uma contribuição para o jornal *The New Moral World* e, no texto, Engels descreve os principais movimentos socialistas de sua época, abordando as expressões do socialismo na Alemanha, França e Suíça. O que Engels aborda é a necessidade de integração do movimento socialista no continente. O artigo foi uma das primeiras produções dele, no propósito de romper com o ideário democrático burguês e se opor aos neohegelianos. Para tanto, em uma das passagens do texto, Engels aborda a questão do posicionamento dos socialistas cristãos na Inglaterra e na França. Pelo fato de estar construindo um pensamento científico acerca do socialismo, fez referência aos cristãos comunistas para evidenciar que religião e ciência não se conectam.

Engels toma o exemplo dos franceses cristãos, pelo fato daqueles se referirem à *Bíblia* como fundamento do comunismo, o que convidou o jovem escritor

a se posicionar diante da inexistência de comunismo nas passagens da *Bíblia*. De fato, considerando a leitura bíblica e o propósito dela, não há base teórica nem fatos explicitados que possam justificar a existência de comunismo. A *Bíblia* não se atém a explicações dessa ordem, mas fundamentalmente às questões religiosas, que justificam a existência de um Deus único. As condições sociais e econômicas daquele período, não são ponto de partida nem finalidade. Dessa forma, não há que se criticar os escritos de Engels como se ali houvesse uma crítica negativa à *Bíblia*, nem aos cristãos.

Identifica-se, portanto, que os organizadores da comunidade descontextualizaram os escritos de Engels e elaboraram a crítica de forma a confundir os leitores, sendo, sobretudo, a principal ação, contrapor os cristãos frente aos comunistas, usando de seu maior símbolo: a *Bíblia*. Dessa forma, identifica-se a existência de um forte componente religioso conservador nesse posicionamento, pois está presente a característica da “luta do bem contra o mal”, e, conforme Lacerda (2019), dentre os aspectos do neoconservadorismo, temos a reprodução de valores cristãos.

A equipe responsável pelo conteúdo publicado se caracteriza pelo que van Dijck (2018) aponta, de “elite simbólica”, a qual está no controle do conhecimento nas redes sociais com manipulação de informações, distorções de dados, conceitos e significados, sobretudo em questões socialmente polêmicas, em que se inclui a religiosidade e a política com fortes elementos ideológicos. Também, aliam à linguagem científica, ao usarem texto retirado do artigo científico, com a linguagem mais popular, o que, ao mesmo tempo, sinaliza a condição de liderança sem se afastar da simplicidade, do popular. Essa estratégia aproxima os seguidores da página, tanto que essa postagem possuiu 515 compartilhamentos, 308 *likes* e 65 comentários.

Evidencia-se, também, o contrapoder, conforme trata van Dijck (2018), semelhante à luta hegemônica, conceito gramsciano, momento em que, na página, o grupo “dominante”(aqueles que administram a página e colaboradores), controlam os diálogos formais com os visitantes da página, ou seus membros, conforme verifica-se na Tabela 3.

Tabela 3 — Conservadorismo Cristão – Combate ao Socialismo- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“Engels entendeu a incompatibilidade entre o cristianismo e o comunismo. Mas a ficha dos cristãos marxistas do curso ainda não caiu”	-Apresenta distorção quanto ao entendimento de Engels, se interpondo na relação cristianismo x comunismo. A postura é desafiadora, incitando a categoria a se posicionar e mudar de atitude.
-“Engels faz fortes críticas aos cristãos comunistas, afirmando que eles não conhecem a bíblia”	Engels não faz fortes críticas. Com a utilização da palavra “forte”, os organizadores da página, mais uma vez, distorcem as palavras do autor e usam um adjetivo que superdimensiona uma ação. Da mesma forma, Engels não afirma que os comunistas cristãos não conhecem a <i>Bíblia</i> . Tal distorção tem reflexo nos sentimentos da população cristã, que passa a alimentar raiva ou desprezo ou outro tipo de emoção, conforme responde uma seguidora da página, ao dizer “Eu detesto qualquer forma de socialismo”.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
-“Engels entendeu a incompatibilidade entre o cristianismo e o comunismo. Mas a ficha dos cristãos marxistas do curso ainda não caiu.”	-Identifica-se que os organizadores se colocam como aqueles que estão “abrindo os olhos” dos que fazem o curso. Se posicionando de forma superior.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
“F. Engels foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. No artigo ‘Progresso da Reforma Social sobre o Continente’ publicado em novembro de 1843, no jornal ‘O Novo Mundo Moral’, Engels faz fortes críticas aos cristãos comunistas, afirmando que eles não conhecem a Bíblia.”	Artigo com linguagem científica, aliado a pensamento ideológico conservador e também de linguagem coloquial

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6.1.3 FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL

Figura4 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Lógica de Mercado

The image shows a Facebook post from the page 'Serviço Social Libertário' (8 de outubro de 2019). The post features a large teal graphic with white text that reads: "É URGENTE QUE SE REPENSE UMA FORMAÇÃO QUE ESTEJA DE ACORDO COM A REALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL E TAMBÉM DA LÓGICA DO MERCADO DE EMPREGO, POIS NÃO SE TRATA DE MILITANTES OU DE FILANTROPIA, SOMOS PROFISSIONAIS E ALMEJAMOS UMA BOA COLOCAÇÃO E RECOMPENSA NO MERCADO DE TRABALHO." Below the graphic, it says 'A.M. - SEGUIDORA DA PÁGINA' and 'Serviço Social Libertário'. To the right, a comment thread is visible. The first comment is from 'Bruno Rapchael Magalhães' asking if people identify themselves and who controls the page. A reply from 'Marcia Arruda' discusses the need to rethink education in light of the labor market, mentioning that the current curriculum is outdated and that the profession should be seen as a career, not just a social or philanthropic activity. Another reply from 'Giovane Teixeira' discusses the importance of ethics and the need for a more professional approach to the field.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A postagem defende que a formação em Serviço Social de algumas universidades brasileiras não contempla disciplinas de Políticas Sociais, que, pelo fato das áreas predominantes nos estudos de Políticas Sociais serem as que estão inseridas no universo de atuação do assistente social, isso incorreria em prejuízos para a classe trabalhadora.

Referente à situação do curso de Serviço Social e sua grade curricular mínima, a profissão conta com a contribuição da ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que vem, desde a década de 1990, se empenhando em aperfeiçoar a área de ensino e pesquisa em Serviço Social no Brasil. Em 1996 a ABEPSS, à época ABESS, lançou um documento denominado “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social-ABESS, ocorrida em Londrina-PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82). O documento foi aprovado em 1996 pelo CNE-Conselho Nacional de Educação, tendo passado pelo Conselho

com alterações, portanto, não suprimiu a disciplina de Políticas Sociais da grade mínima curricular do curso, conforme documento enviado ao CNE pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social sobre diretrizes curriculares. No documento constam o perfil do profissional, suas habilidades e competências, o princípio da formação profissional e o novo currículo.

Evidencia-se que a existência de disciplinas como Sociologia, Administração e Planejamento, Ética, Teoria Política, Economia Política, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito e Legislação Social, Política Social, Desenvolvimento capitalista e questão social, Classes e Movimentos Sociais, Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, Trabalho e sociabilidade, Serviço Social e processo de trabalho, Pesquisa em Serviço Social e Estágio Supervisionado, passaram a fazer parte do currículo obrigatório do curso. Pode-se concluir que, com essa grade curricular, não se cogita a existência de ideias filantrópicas como base para a profissão, até porque, o Serviço Social rompeu com o ideário filantrópico desde a segunda metade da década de 1960. Além do mais, o texto postado na página não possui fontes em referência a autores que tratam da questão.

O texto se refere à necessidade de urgência “em promover um repensar sobre a formação, que esteja de acordo com a realidade do assistente social e também da lógica do mercado de emprego” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016). Ainda, refere que:

[...] com a formação que temos, fica obscura a fronteira entre o profissional e o que não passa de mera militância pró-esquerda. O nosso compromisso deve ser com a população que atendemos. E eles esperam encontrar um profissional capacitado, que lhe oriente e direcione quanto à sua demanda. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016)

As duas discussões contemplam uma crítica que não se fundamenta na teoria e prática da profissão e, tampouco, na perspectiva presente nos documentos curriculares. O repensar da profissão ocorre por meio dos debates promovidos pelo conjunto CRESS/CFESS, pela ABEPSS, bem como, pelas unidades de ensino, com promoções de encontros, oficinas, congressos, entre outros. Com a grade curricular atual, a afirmação de que existe militância política colocando obscuridade na fronteira com o profissional, torna-se discutível. A outra afirmação, diz respeito ao compromisso com a população atendida pelo assistente social, o que nos remete à

luta histórica da categoria para assegurar a defesa dos direitos e interesses dos usuários dos serviços sociais. Para tanto, é necessário retomarmos a discussão sobre o projeto ético-político do Serviço Social.

Em princípio, numa sociedade de classes, não se separam projetos profissionais dos projetos coletivos e sociais, por existir articulação entre eles e toda e qualquer prática, possuir caráter político. Todas as práticas estão imbuídas de interesses sociais, que são fruto das relações entre as classes fundamentais e seus antagonismos, contradições e conflitos. Como toda prática profissional é também projeto coletivo e social e, estando o Serviço Social como surgimento e profissão fundado na sociedade capitalista e de classes, o projeto profissional ou ético-político, segue uma direção, pois toda sociedade possui projetos de transformação ou de manutenção — transformadores e conservadores.

O Serviço Social, em sua evolução de profissão, buscou a vinculação com o projeto de transformação societária e defesa dos direitos humanos em seus pressupostos de liberdade e equidade e, dessa forma, atua em frentes macro e micro de atuação, exercendo o sentido da totalidade da ação. Não existe militância político-partidária envolvendo as categorias profissionais, mas existe atuação política, em defesa de uma sociedade mais justa e menos desigual. Em ampla medida, o trabalho do assistente social está onde a classe menos favorecida está, como usuários dos serviços sociais, principalmente da Assistência Social, sendo assim, o olhar e a intervenção não se afastam da prioridade no atendimento da classe trabalhadora, despossuída dos bens e riqueza social.

Tabela4 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Lógica de Mercado- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“[...]O que temos no Serviço Social brasileiro é uma formação de militância de esquerda, em que as questões objetivas e realmente necessárias para a atuação como assistente social são deixadas para segundo plano.”	- Uso de palavra de impacto negativo junto aos seguidores conservadores—“militância de esquerda” — em desacordo com opção política macrosocietária.
-“Na grade curricular de muitas universidades do Brasil, as disciplinas de políticas públicas e sociais-essências para o trabalho do(a) assistente social(saúde, habitação, assistência) — não constam como disciplina obrigatória do curso.”	- Informação sem respaldo de pesquisa, desqualificando a formação atual como forma de valorização do projeto de curso e profissão que defendem, contrários ao projeto ético-político atual.
-“Não se trata de militantes ou de filantropia [...]”	- A recusa a essa polarização faz parte da trajetória da profissão, quando da construção do

	projeto ético-político.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
-A citação utilizada pelos organizadores da página foi de uma seguidora da página, sem que tenha havido identificação.	-A não-identificação, bastante comum em tempos de <i>fake News</i> , tem o intuito de estimular os seguidores a se posicionarem dessa mesma forma em outras postagens. O estímulo ao anonimato é presente nas situações em que se correm riscos diversos, ameaças, entre outros, o que leva os seguidores a fortalecerem a crença que a “militância de esquerda”, conforme tratam a maioria da categoria profissional, causa algum tipo de perigo. Os atores sociais são, portanto, representados pelos que necessitam ser “protegidos” pelos organizadores da página e os protegidos seguidores. Relação verticalizada. Relação paternalista entre organizadores e seguidores.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
-Afirmações sobre ausência de disciplina importante no curso, de militância política de esquerda, de uso da filantropia, e de falta de compromisso com a população.	- Linguagem ideológica, acrescida de afirmações sem base científica e sem pesquisa comprobatória, própria das estratégias conservadoras.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura5 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Não inscrição no Conselho de Classe

A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 108/19 desobriga a inscrição em conselhos de profissão para o exercício da profissão.

Sendo aprovada, permitirá que nós exerçamos a profissão de Assistente Social sem pagar a taxinha do grupinho Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.

A inscrição e pagamento da anuidade será voluntária para àqueles que se sentem representados por essa entidade e veem alguma utilidade nela!

Compartilhamos com vocês um vídeo do Canal Ideias Radicais para explicar o assunto da perspectiva libertária. Comenta aí o que achou:

<https://youtu.be/V8CWAUgahwg>

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Gramsci (2002), em sua discussão sobre hegemonia, defende que a conquista do consenso, da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou grupo sobre outra, se consolida por meio de embates, expressão de saberes, modos de representação e modelos de autoridade que pretendem se legitimar. Já Gruppi (1978) discorre que só existe hegemonia se houver direção e domínio e, somente

poderá haver mudança, quando grupos ou novas forças conseguirem provocar uma crise na direção ético-política dominante.

O texto apresenta um embate, uma luta por vencer, não apenas no contexto das ideias, mas na perspectiva da materialidade, da mudança de legislação.

O grupo que administra a página se autodenomina libertário e, portanto, contrário ao socialismo e intervenção estatal na economia. A discussão, neste sentido, se passa, pela condição dos Conselhos de Classe serem Autarquias, o que colabora para que os libertários ou liberais critiquem e discordem da sua existência. No entanto, o fato da crítica aos Conselhos, não se põe como algo negativo, pois todas as instituições são passíveis de crítica. O que está posto e consideramos delicado é o fato de haver distorções acerca do papel dos Conselhos de Classe.

O texto aponta para a existência de “taxinhas” que são cobradas por “grupinho”, como um problema. Na verdade, o Conselho necessita cobrar a anuidade — que não é sinônimo de “taxinha” —, para exercer as suas funções de fiscalização. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do (a) assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O Conselho Regional de Serviço Social-CRESS é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, com objetivo de disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social em seu âmbito de jurisdição²⁰.

É sabido que os liberais defendem o Estado mínimo, não concordando com Instituições, Empresas Públicas ou Autarquias e, por esse motivo, discordam do modelo vigente, defendendo que os órgãos de classe sejam instituições privadas. Já os conservadores não valorizam a ciência, portanto, nenhum órgão de classe é legitimado. Defendem valores arcaicos na profissão. Os libertários defendem o Estado mínimo e nenhuma intervenção estatal em nenhum segmento social.

Tabela5 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Não inscrição no Conselho de Classe- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
---	-------------------

²⁰ Fonte: <http://www.cresspe.org.br/quem-somos/>

-“Sendo aprovada, permitirá que exerçamos a profissão de Assistente Social sem pagar a taxinha do grupinho Conselho Federal de Serviço Social-CFESS”.	- O fato das palavras “taxinha” e “grupinho” estarem no diminutivo expressa um sentido de desvalorização; - Chamar um órgão de classe de “grupinho” é deslegitimá-lo, além de levar a entender que são corporativistas e pouco profissionais.
- “A inscrição e pagamento da anuidade será voluntária para àqueles que se sentem representados por essa entidade e veem alguma utilidade nela.”	- A forma como se utilizam as palavras nesse texto nos leva a perceber que existe crítica em relação à utilidade da entidade.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
- “A inscrição e pagamento da anuidade será voluntária para àqueles que se sentem representados por essa entidade e veem alguma utilidade nela.”	-Ideia de divisão de grupos, ou seja, aqueles do “grupinho” hegemônico e os do grupo contra-hegemônico.
-“Compartilhamos com vocês...”	-Ideia de aproximação, de colaboração, ajuda, aproximando os administradores da página, dos seguidores.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
-“Compartilhamos com vocês o vídeo do canal Ideias Radicais para explicar o assunto da perspectiva libertária.”	- Uso de linguagem escrita, textual e vídeo para complementar a informação e aproximar os seguidores, por ser, a linguagem audiovisual mais utilizada nas redes sociais.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura6 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Revisitando Mary Richmond



Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

É merecida uma breve explanação sobre a identidade de Mary Ellen Richmond e o seu legado para o Serviço Social, no entanto, mais importante ainda é a reflexão acerca das superações teóricas, técnicas e metodológicas sofridas pela profissão ao longo dos anos.

Segundo Vieira (1984), Mary Richmond nasceu em 1861, nos Estados Unidos da América. Em 1881, ingressou na Igreja Unitária Americana, umas das confissões protestantes do país e fez carreira na COS-Sociedade das Caridades Organizadas, uma organização criada pela Igreja, classe dominante e Estado para regulamentar a prática da caridade. Em seus trabalhos, Mary sentiu a necessidade de preparação dos trabalhadores sociais. Dentre os ensinamentos, Mary sugeria conselhos e sugestões para os trabalhadores que realizavam as visitas domiciliares para as obras sociais, tendo, para isso, escrito, em 1899, o *The Friendly Visiting Among the Poores* (A Visitação Amigável aos Pobres). Em 1909, Mary escreveu *The Good Neighbour in the Modern City* (O bom vizinho numa cidade

moderna), destinado a informar ao público como era o Serviço Social e como qualquer pessoa poderia utilizá-lo em prol da comunidade. Mas foi durante os anos em que trabalhou na Fundação Russell Sage que Mary escreveu as suas obras mais importantes: *Social Diagnostic (Diagnóstico Social)* em 1917; *Whatis Social Casework? (O que é o Trabalho de Casos?)* em 1922.

O papel de Mary Richmond foi de fundamental importância no processo de consolidação do Serviço Social enquanto profissão, impulsionando uma base científica para os estudos e contribuindo para a criação de Escolas de Serviço Social.

Duas de suas obras, *O diagnóstico social* (1917) e *O que é Serviço Social de casos* (1922), reúnem as principais ideias dessa autora sobre o Serviço Social de casos individuais e representam a base que deu início à produção teórica no campo do Serviço Social. Esse pensamento pioneiro espalhou-se pela Europa e por outras partes do mundo onde o Serviço Social se institucionalizou como profissão. No Brasil, a influência do Serviço Social estadunidense se faz presente especialmente a partir da década de 1940, com o intercâmbio entre os dois países, que promoveu a ida de representantes do Serviço Social brasileiro aos Estados Unidos. (COSTA, 2017, p.171)

Mary Richmond buscou o apoio da racionalidade científica positivista, do método dedutivo-hipotético e das disciplinas Psicologia, Sociologia e Direito para propor um método para o Serviço Social, diante da heterogeneidade de formas de se atuar profissionalmente. O seu livro *Diagnóstico Social* ocupa-se dos casos individuais e da forma de intervenção mais adequada, de acordo com a base científica adotada pela autora. No entanto, o período histórico e as condições geopolíticas do capitalismo, exigiam modelos de intervenção pautados na racionalidade e individualização dos atendimentos, sem falar na necessidade de adaptação do indivíduo às novas determinações do sistema capitalista. A ideia de Mary Richmond seria adequar, reintegrar o indivíduo em seus aspectos psicológicos ao novo modelo econômico e social vigente. Costa discorre sobre essa questão, da seguinte forma:

Só que tal reintegração está mais relacionada aos aspectos comportamentais que visavam à adaptação dos indivíduos às normas sociais, evitando reações à sociedade que pudessem pôr em risco o equilíbrio social. Abre-se o espaço à moralização dos costumes, à criação dos hábitos e atitudes adequados ao “bom trabalhador”, à “boa moça”, ao equilíbrio nas relações familiares, que perpassam os relatos das atividades práticas contidos no texto e que configuram a função ideológica da profissão no sentido da ação de

uma consciência sobre outras consciências. (COSTA, 2017, p.173-174)

O *Diagnóstico Social* sugerido por Richmond privilegiava os aspectos subjetivos sem deixar de vislumbrar os aspectos da realidade social dos indivíduos. No entanto, o componente social não era visto de forma ampla, em sua totalidade, mas ligado à realidade imediata, na dimensão familiar e do trabalho, relacionando-os às possibilidades de adequação da realidade familiar, da vizinhança e pessoal, aos ditames da sociedade capitalista. Costa trata da questão da seguinte forma:

Por outro lado, justamente pelo caráter empirista, a obra oferece base a uma ampla investigação diagnóstica que revelava traços imediatos da vida social, das condições de existência daqueles indivíduos, do desemprego, dos aspectos jurídicos e de direito, das relações interpessoais. Desse modo, não se limitava ao plano meramente subjetivo, contendo a dimensão de uma investigação de aspectos sociais que poderia dar ao assistente social um conhecimento objetivo da problemática da realidade social imediata em que aquelas vidas se moviam. Esse duplo movimento em direção a elaborar um diagnóstico das necessidades da pessoa não se destinava à investigação da vida social em si. (COSTA, 2017, p.175)

O *Diagnóstico Social* de Richmond apreendia aspectos da personalidade do indivíduo e a sua relação com o problema, de forma que, apenas o indivíduo poderia resolvê-lo. Os fracassos e os sucessos seriam fruto das características pessoais.

Vemos, então, que houve o tempo da importância dos trabalhos de Mary Richmond na construção da identidade profissional do Serviço Social a partir de preceitos científicos, haja vista, àquela época, os fatores religiosos e a filantropia e caridade serem os únicos motes para as intervenções do assistente social. Por outro lado, a proposta de *Diagnóstico Social* não se afasta totalmente da filantropia, primeiro, por Mary possuir um vínculo com a Igreja Protestante, e segundo, pelas ideias presentes no livro não contemplarem a totalidade da problemática social e as relações sociais mais amplas. Segundo Richmond, os indivíduos são influenciados pelo meio em que vivem e a sua educação, a melhoria moral e espiritual contribuem para o seu crescimento.

Segundo estudos sobre a história do Serviço Social, a categoria profissional trilhou um caminho de debates e descobertas para conseguir consolidar um arcabouço teórico, técnico e metodológico e um projeto ético-político. Mary Richmond teve a sua importância enquanto precursora, por ter elaborado uma teoria baseada em padrões da época — final do século XIX e início do século XX —, ao

retomar as bases iniciais da profissão, é uma das características do movimento conservador em sua busca por respostas no passado para adequá-la a uma realidade atual. Além desse aspecto, que se refere ao resgate do passado, falar de conservadorismo no Serviço Social é retomar a sua relação com a religião, própria dos seus primórdios. Em termos gerais, falar de conservadorismo é tratar da aliança existente entre os elementos da teoria conservadora e a religião, pelos fatos já expostos neste trabalho.

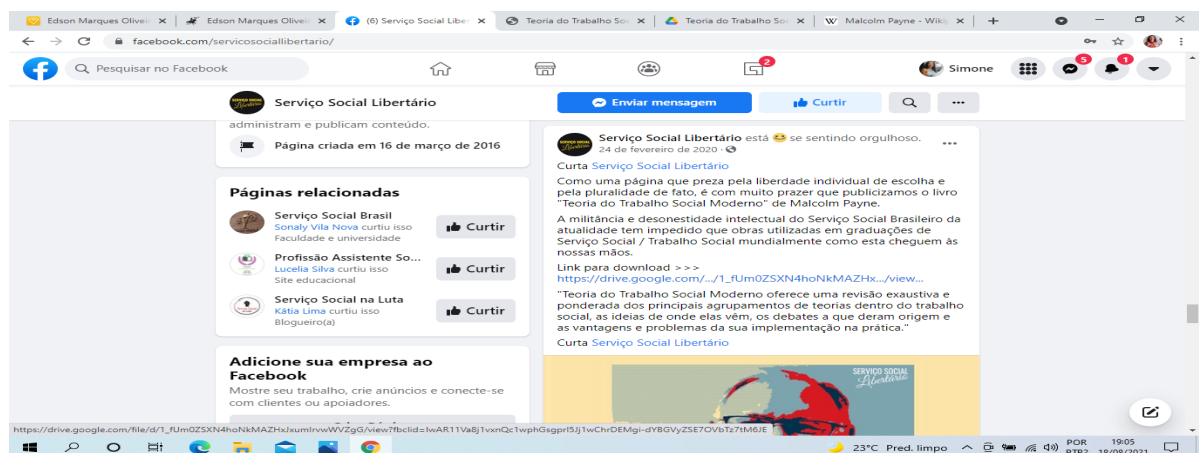
Tabela6 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Revisitando Mary Richmond- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
- “Escrito por uma assistente social para assistentes sociais. Isso não é pouco, pois os escritos atuais são de assistentes sociais que nunca tiveram prática profissional.”	- Equivocadamente há referência a uma situação que não ocorre. Generaliza uma situação sem comprovar o que está afirmando. Existe um universo de assistentes sociais que contribuem com seus escritos, quer sejam artigos, capítulos de livros ou livros, tendo em sua trajetória uma larga experiência profissional prática. Além disso, muitos desses profissionais exercem a docência e estão cotidianamente em contato com diversas realidades, por acompanhar e realizar discussões, debates e pesquisas na área, como forma de atualização dos conhecimentos. A docência é uma forma de prática profissional.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“É uma temática que se mostra muito atual em várias partes do mundo, onde estão revisitando e atualizando o pensamento richmoniano e sua essência no que diz respeito ao primor técnico, técnico e humano, e sua centralidade no ser humano.”	- Usa a generalização, quando afirma que o pensamento de Richmond está atual, sendo revisitado e atualizado. Refere que ocorre “em várias partes do mundo”, sem denominar os locais que estão ocorrendo. -Distorce o sentido de humano para o Serviço Social nessa afirmação. Não deixa claro que primor técnico, teórico e humano seriam esses, porém, sabe-se que Richmond utilizava recursos da Psicologia e Sociologia no viés behaviorista e funcionalista, respectivamente.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
-“Graças ao empenho e dedicação de vários profissionais, entre eles o professor Edson Marques de Oliveira, autor das 23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro...”	- Refere-se a um professor e sua obra, como forma de dar credibilidade ao assunto e estabelecer, frente aos seguidores, legitimidade.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE

<p>- “Graças ao empenho e dedicação de vários profissionais, entre eles o professor Edson Marques de Oliveira, autor das 23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro...”</p> <p>- “É uma temática que se mostra muito atual em várias partes do mundo, onde estão revisitando e atualizando o pensamento richmoniano e sua essência no que diz respeito ao primor teórico, técnico e humano, e sua centralidade no ser humano.”</p>	<p>-Discurso de quem enobrece o trabalho daqueles que se esforçam por renovar o Serviço Social. Linguagem coloquial, de quem está no mesmo patamar dos seguidores.</p> <p>- Citação do professor, ou seja, linguagem de acadêmico, o que contribui para transmitir confiança e legitimidade ao pensamento.</p>
--	--

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura 7 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social-Confronto Teórico



Fonte: Serviço Social Libertário 2020.

Os organizadores da página publicaram uma postagem que trata da indicação de um livro para os seguidores. O texto assim discorre:

Como uma página que preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato, é com muito prazer que publicizamos o livro "Teoria do Trabalho Social Moderno" de Malcolm Payne. A militância e desonestidade intelectual do Serviço Social Brasileiro da atualidade tem impedido que obras utilizadas em graduações de Serviço Social / Trabalho Social mundialmente como esta cheguem às nossas mãos. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2020)

Evidencia-se a existência de um entendimento acerca do atual direcionamento ético-político do Serviço Social. Para esse grupo contra-hegemônico, o atual projeto não é democrático, e para acentuar essa posição, referem que a página preza, de fato, por princípios como liberdade de escolha e pluralidade. Acrescem a esse posicionamento juízos de valor e postura ideológica acerca do cenário atual da profissão, ao afirmarem que o conjunto da categoria age semelhante a uma militância político-partidária, por fazer uso da teoria social crítica para o entendimento da realidade social.

O uso da teoria social crítica é o lastro que embasa as ações dos assistentes sociais na atualidade, pelo fato de ser a única teoria que contempla a realidade no sentido de totalidade e também por articular as relações entre o econômico e o social, entre o micro e o macro, expandido o conhecimento a partir dos meios de produção e dos processos históricos. Essa perspectiva de totalidade superou a compreensão inicial da categoria profissional, a partir de Mary Richmond, que centrava o entendimento unicamente no universo micro, ou seja, indivíduo, família e comunidade.

Ao fazerem uso de palavra como “desonestidade intelectual” para criticar a adoção da teoria social crítica como base da formação profissional, expressam o seu descontentamento com os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social da atualidade e sugerem a leitura de uma obra discutível se tratando da perspectiva que vem sendo abordada desde o Movimento de Reconceituação. Vale salientar que este Movimento só ocorreu na América Latina, não havendo, nos países europeus e norte-americanos, o mesmo direcionamento, portanto, não é comum se utilizar bibliografia desses países como fundamento da prática profissional.

O autor cuja página “Serviço Social Libertário” sugere a leitura, é de origem inglesa, acadêmico aposentado e escritor na área do Serviço Social. A sua obra apresenta uma abordagem tradicional/conservadora, pois aborda aspectos já não mais utilizados pela profissão, como as terapias psicossociais, psicodinâmicas, teorias cognitivo-comportamental, técnicas comportamentais de grupo e comunitárias, trabalho residencial, psicologia social, perspectiva humanista e existencial, desenvolvimento social e comunitário.

Salientamos que os aspectos teóricos presentes na obra são oriundos de um contexto conservador do Serviço Social, em que os atendimentos individuais, com base teórica extraída da Psicologia, eram a tônica da intervenção profissional, conforme tratamos quando nos referimos à contribuição de Mary Richmond. Outro fator a se destacar é o uso, pelo autor e pela equipe que administra a página, é que sugere o estudo de desenvolvimento social e comunitário, como se fosse algo inovador no Serviço Social. Ocorre que a profissão, até a década de 1980, utilizou, na grade curricular as disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Justifica-se tal estudo, pelas necessidades do capital em desenvolver individual e coletivamente aqueles que seriam trabalhadores e usuários de serviços.

Nos anos 40, surgem os métodos importados dos Estados Unidos, Serviço Social de Caso e, ainda que este predomine, também há espaço para a abordagem grupal, com o Serviço Social de Grupo, cujo enfoque de ambos é a solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. Só nos anos 60, o Serviço Social no Brasil amplia seu campo de atuação para o chamado Serviço Social de Comunidade, legitimando com esta forma de intervenção o atendimento do projeto de influência norte-americano. (PIANA, 2009, p.91)

Entre as décadas de 1950 e 1970, até início dos anos 1980, o Brasil viveu a era desenvolvimentista, com grandes construções de estradas, hospitais, hidrelétricas, pontes, ferrovias, siderúrgicas, entre outros. Por essa razão, havia necessidade de recrutamento, educação para o trabalho e acompanhamento dos trabalhadores advindos das regiões agrárias para os centros urbanos. Nos meios rurais, o Estado idealizava programas e projetos de desenvolvimento, a exemplo do Projeto Rondon, com a finalidade de contribuir, de forma paliativa, para a aceitação do modelo capitalista, em época de Guerra Fria e ameaça de domínio socialista no mundo, principalmente após a revolução cubana, que, pela proximidade com o Brasil, representava risco e ameaça à ordem vigente.

O aspecto técnico instrumental era o mais valorizado na profissão para atender às demandas do capital de incremento da industrialização.

As exigências de tecnificação do Serviço Social são atendidas, mantendo-se a mesma razão instrumental: busca-se uma maior qualificação dos procedimentos interventivos, utilizando-se, inclusive, fundamentos advindos da Psicologia, na expectativa de que os profissionais, assistentes sociais fossem capazes de executar programas sociais com soluções consideradas modernizantes para o modelo desenvolvimentista adotado no Brasil. (PIANA, 2009, p.92)

Ao final da década de 1980, com o processo de redemocratização vivido pelo Brasil, com as forças sociais impulsionadas, o Serviço Social repensou mais uma vez a sua teorização e prática profissional, identificando necessidades de reestruturação curricular. A realidade posta, propiciou um novo olhar para dentro e para fora do Serviço Social, contribuindo para a retirada da disciplina Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade dos currículos das universidades. A disciplina Psicologia Social ainda permanece, em algumas Instituições de Ensino, mas a perspectiva individual da Psicologia não mais foi adotada pela categoria.

Tabela 7 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social-Confronto Teórico-Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
- “Página que preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato”	- A palavra “preza” acompanhando ‘liberdade individual de escolha e pluralidade’, traz um sentido subjacente, que seria o fato do grupo atual, que se encontra no direcionamento da categoria e nas academias, não fomentar a liberdade de escolhas dos profissionais diante de uma corrente teórica-metodológica a ser seguida. Demonstra também contradição entre discurso e prática do atual direcionamento do conjunto da categoria, tentando, com isso, fomentar a desconfiança e antipatia.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
- “A militância e desonestidade intelectual do Serviço Social brasileiro da atualidade tem impedido que obras utilizadas em graduações de Serviço Social/Trabalho Social mundialmente como esta cheguem às nossas mãos”.	- Nessa parte do texto, os organizadores da página usam palavras como “militância” e “desonestidade intelectual”. Não esclarecem o que seria a chamada militância, mas, acredita-se que estejam se referindo a uma militância política ou político-partidária, pelo tom com que escrevem o texto. Também não esclarecem o que significa “desonestidade intelectual”, mas o contexto sinaliza uma crítica à forma como os cursos adotam a literatura a ser estudada e adotada ao longo da carreira, por utilizar a teoria marxista como a baseada atividade crítica e prática da profissão. Porém, o uso da palavra “desonestidade” possui forte carga negativa e contribui para um enfrentamento agressivo desse grupo contra- hegemônico.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
-“Como uma página que preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato[...]”	-Os atores se colocam como aqueles que irão compensar as carências e falhas do grupo atualmente hegemônico.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
-“Como uma página que preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato, é com muito prazer que publicizamos o livro “Teoria do Trabalho Social Moderno” de Malcolm Payne.A militância e desonestidade intelectual do Serviço Social Brasileiro da atualidade tem impedido que obras utilizadas em graduações de Serviço Social / Trabalho Social mundialmente como esta cheguem às nossas mãos.”	- O grupo que administra a página se utiliza de palavras agressivas, de um universo distante do acadêmico e alia a uma sugestão de livro acadêmico. Ademais, usa um termo pouco usado no Brasil para designar o Serviço Social: Trabalho Social.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6. 2 As 23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro

No ano de 2017 o professor Dr. Edson Marques de Oliveira elaborou as 23 *Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro*. O professor possui formação, mestrado e doutorado em Serviço Social, e atua como acadêmico no estado do Paraná.

As 23 *Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro* estão presentes na Comunidade “Serviço Social Libertário”, e servem de base teórica e suporte acadêmico da página. As 23 Teses pretendem contribuir para a “renovação” do Serviço Social a partir da crítica ao atual projeto ético-político da profissão e resgate dos preceitos teóricos e metodológicos dos primórdios da profissão, legitimando o resgate da identidade e da cultura profissionalizante, conforme tratam Cisne, Cantalice e Araújo, ao se referirem à comunidade “Serviço Social Libertário” e às 23 *Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro*.

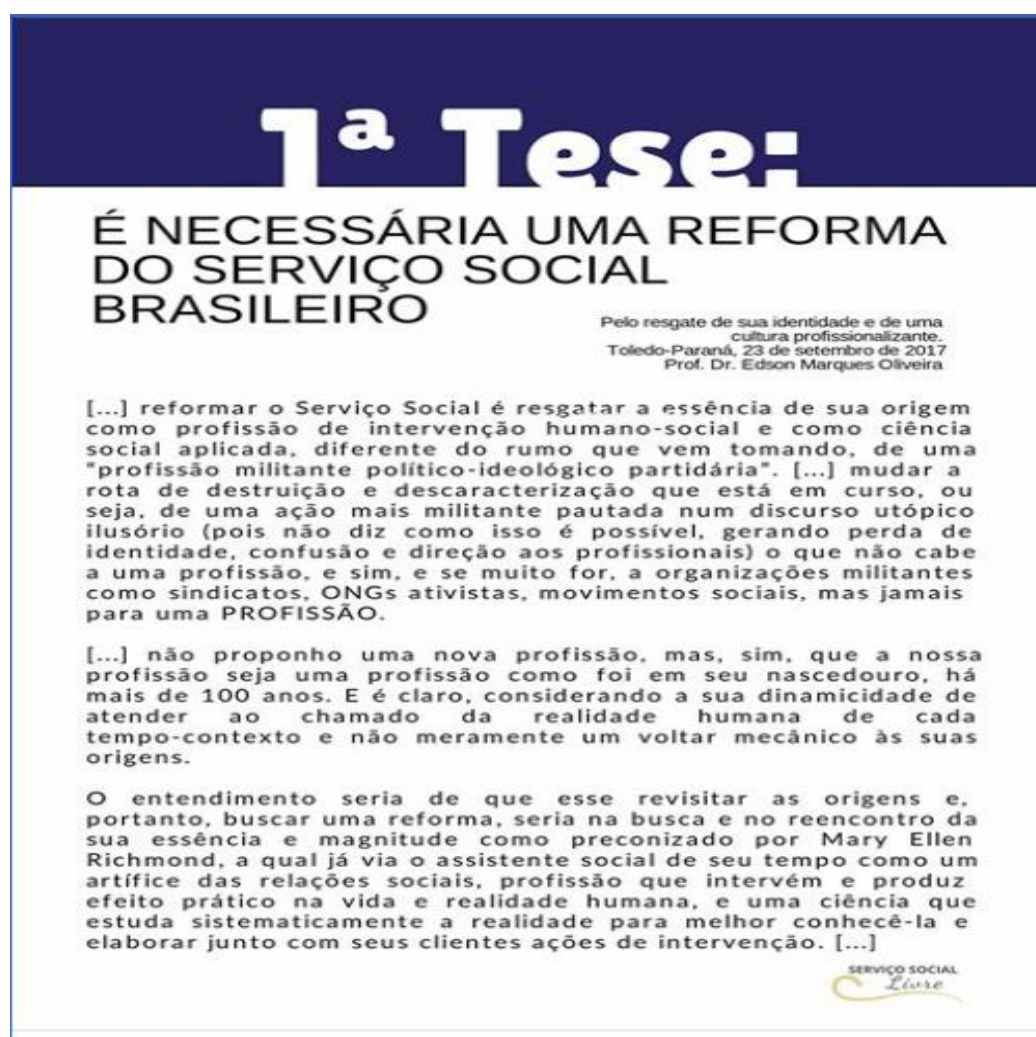
Almejam um Serviço Social que desconsidere a luta de classes e a perspectiva de uma nova ordem societária, além de denegar a importância histórica do Conjunto CFESS-CRESS no protagonismo da “renovação” profissional. Para fundamentar suas proposições, o Doutor Edson Oliveira - professor associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo - elaborou 23 Teses para o que denomina de reforma do Serviço Social brasileiro, e que fundamentam o resgate da identidade e da cultura profissionalizante e criticam, dentre outros elementos, o “idealismo” presente na profissão, ao considerar que a atuação profissional pauta-se em um discurso ilusório, sem materialidade na realidade. Em suma, este documento visa a “renovação” do Serviço Social por meio do resgate das raízes da profissão; da adequação da instrumentalização desenvolvida por Mary Richmond para a atualidade; da manutenção da centralidade no ser humano; da dissociação da profissão da militância; do fim da hegemonia vinculada à teoria social crítica; da desarticulação da defesa de toda causa social; da defesa que as entidades devem preocupar-se com a regulamentação de novos espaços como o Serviço Social clínico e não em levantar bandeiras de luta; da superação da hegemonia política, partidária e ideológica e da separação da profissão da militância[...]. (CISNE; CANTALICE;ARAÚJO, 2020, p.318)

Diante do que se propõe a comunidade e o professor Dr. Edson Oliveira, destacamos, para a análise das 23 Teses, os elementos: Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social; Conservadorismo Religioso Cristão; e Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia (incluindo a contra-hegemonia, que se

caracteriza, neste caso pelo enfrentamento e combate ao projeto ético-político da profissão), divididos em três blocos cujo teor versa sobre. Sendo assim, selecionamos 06 (seis) das 23 Teses e as agrupamos pela referência que fazem a esses três elementos. Não inserimos aquelas que apresentam outro tema de discussão ou repetição da temática escolhida. As Teses selecionadas foram as de número 1, 5, 7, 12, 13, 15.

6.2.1 FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL

Figura8 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 1



A Tese número 1 tem como título “É necessária uma reforma do Serviço Social brasileiro” e, a partir de então, perpassando essa temática sempre pelas demais teses, o professor Dr. Edson apresenta uma crítica ao Serviço Social contemporâneo, sugerindo o retorno às origens. Vale salientar que as origens do Serviço Social remontam há mais de 100 anos, quando a realidade socio-econômica e política mundial se apresentavam com características significativamente diferentes. Afirma que é necessária a reforma para se “resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada”. Considera o atual direcionamento da profissão como uma “militância político-ideológico-partidária” e conclama ao reencontro da “essência profissional” preconizada por Mary Richmond, conforme tratado anteriormente. No contexto da fala, o autor valoriza o modelo de profissão interventiva, técnica-profissionalizante, apesar de fazer referência ao Serviço Social como ciência, o que demonstra haver um equívoco. Explica-se, tal posição típica do conservadorismo, pois conforme trata Pierucci:

Em Burke se associam harmoniosamente conservadorismo e empirismo. É conservador e empirista, ou melhor: porque empirista. Sua filosofia política é, ela mesma, um empirismo, uma filosofia da experiência. Seu conservadorismo sociopolítico trabalha no registro da evidência imediata. A *démarche* se apresenta antes pragmática que teórica, mais próxima da sociologia política do que da especulação filosófica, interessada antes nas realidades concretas de uma vida social realmente existente do que nalguma ideia abstrata de liberdade humana, nalguma ideia metafísica de emancipação do indivíduo como ser humano ‘em si’, privado de sua *truecommunity*. Os princípios gerais de sua filosofia política estão de ponta a ponta atravessados por aquela artéria empirista que, contra as pretensões da Razão cartesiana, defende desde David Hume a herança do passado e da tradição, o cabedal das épocas passadas. (PIERUCCI, 2013, p.24)

Ao analisar o modelo atual de orientação do conjunto da categoria, o autor refere que a militância está destruindo e descaracterizando a identidade da profissão, o que estaria originando uma confusão e perda de direção da categoria.

De fato, já houve época em que o Serviço Social enveredou para a condição de desvirtuamento do seu propósito enquanto profissão inscrita na divisão socio-técnica do trabalho e isso ocorreu após o Movimento de Reconceituação, tendo saído do conservadorismo de cariz filantrópico para o messianismo quase

panfletário, possuindo uma frágil base teórica, em grande parte Althusseriana. Sob este aspecto, Iamamoto, assim discorre:

O significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho é assim essencialmente político, travestido, porém, de uma aparência de atividades dispersas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcada pelo fornecimento de “benefícios” sociais. Tal aparência formal, que não revela de imediato seu real significado, é fortalecida pelo discurso de tórus humanista-cristão que o Serviço Social incorpora em sua gênese histórica e que, mais tarde, se seculariza e moderniza nos quadros do pensamento conservador europeu e das ciências humanas e sociais, sobretudo em sua vertente empiricista norte-americana. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, o estruturalismo haurido em Althusser e o marxismo vulgar, que vêm temperar uma análise positivista e empirista, acobertada por uma fraseologia marxista. (IAMAMOTO, 2008, p.114)

A aliança da profissão, entre o final dos anos 1970 até meados dos anos 1980, se fez com partidos políticos e a ala progressista da Igreja Católica e os partidos políticos dele derivados, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores. Porém, após os inúmeros desafios postos à categoria e também pelas experiências endógenas de reflexão acerca das próprias bases teóricas e metodológicas a partir do final da década de 1980 até início dos anos 1990, com marco importante no Congresso da Virada, o Serviço Social, consagrou o seu projeto ético-político pautado na luta de classes e no posicionamento interventivo profissional em favor da classe trabalhadora. Tal perspectiva salienta a própria condição de classe trabalhadora do assistente social, bem como, concentra a ação profissional na perspectiva do direito e não da bem-estar.

Tabela 8 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social- Tese 1- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“Diferente do rumo que vem tomando, de uma profissão ‘militante político-ideológico-partidária’[...]”	- O autor refere que existe uma atitude equivocada do grupo atualmente hegemônico no direcionamento do conjunto da categoria. Dizer que há uma militância político-ideológico-partidária é afirmar que as bases teóricas e metodológicas da profissão não se sustentam na ciência, o que não possui fundamento, haja vista a profissão ter construído um arcabouço teórico significativo ao longo dos anos.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
- “Mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja,	- O uso da palavra “destruição” e “descaracterização” representam um

de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como isso é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção profissional)	enfrentamento agressivo e provocativo, o que leva os seguidores a terem sentimentos de aversão, raiva, indignação e necessidade de superação dessa realidade. Principalmente se tratando de estudantes que necessitam de suporte e segurança para seguir adiante na formação profissional.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
-“Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Prof. Dr. Edson Marques de Oliveira.” - “Não proponho uma nova profissão, mas, sim, que a nossa profissão seja uma profissão como foi em seu nascedouro, há mais de 100 anos atrás.”	-Conclama a categoria a um resgate da identidade do Serviço Social. O chamado é de um doutor, o que credita o autor a falar sobre o assunto e fazer o chamado, devido ao título que ocupa. - Texto escrito na primeira pessoa, dando uma individualidade e personificação à ação. O fato do autor ser professor e doutor, confere autoridade frente à temática e também diante dos seguidores da página.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
-“Não proponho uma nova profissão, mas, sim, que a nossa profissão seja uma profissão como foi em seu nascedouro, há mais de 100 anos atrás.”	-O texto foi escrito com linguagem simples, acessível, sem citações, sem rebuscamento, aproximando o autor dos seguidores, apesar de possuir no título um termo de ordem acadêmica: Tese.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura9 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 7

7ª Tese:

A realidade mostra que somos chamados para atuar no campo do atendimento individual, grupal e comunitário

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Além disso, evidencia-nos que mais de 80% das atividades que fazemos são relacionadas ao atendimento, orientação, encaminhamento e gestão de informações estratégicas de acesso aos direitos. Entretanto não preparamos os nossos profissionais para isso, e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e ideológico, a realidade é mais dura, a realidade é carne e osso. Ela grita e berra em nossos rostos e ouvidos de modo que não se pode ignorar essa realidade.

A centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social. [...] São indivíduos que não podem esperar por uma nova ordem societária utópica e destituída de clareza concreta de sua existência. Enquanto isso, na vida real, as pessoas estão sem respostas, sem esperança ou sem alternativas e só recebem "isso não é da minha competência" ou "vou cadastrar no sistema para receber os benefícios".

No entanto a formação abandonou essas dimensões e não prepara os seus profissionais para atuarem no atendimento dessas questões, ao contrário, impedem que outras visões modalidades e fontes de inspiração possam ser acessadas, pois só se dá mais do mesmo, sem trégua para outras experiências e proposições.

Isso ocorre porque desde os anos de 1980 o objeto e, consequentemente, os objetivos da profissão vem sendo alterados. Porém sem alterar essa projeção/entendimento não há como alterar o percebido e muito menos o vivenciado. Novas categorias de análise precisam ser formuladas e/ou adequadas a partir do resgate do objeto e da missão (razão de existir) de nossa identidade profissional. [...]

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A Tese nº 7 é intitulada “A realidade mostra que somos chamados para atuar no campo do atendimento individual, grupal e comunitário”. Necessário contextualizar historicamente o Serviço Social e seus aparatos teórico-metodológicos a partir dos idos da década de 1940, principalmente. O conservadorismo católico, de base neotomista, próprio da formação do Serviço Social da década de 1930, começa a ser modificado com o processo de industrialização do país e tende a ser tecnificado a partir da aproximação com o Serviço Social conservador, de matriz positivista norte-americano.

A reorientação da profissão, que exigia a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, teve como objetivo atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, às requisições de um Estado que começava a implementar políticas sociais. Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, coloca o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliar os

referenciais técnicos para a profissão. Esse processo é denominado por Yamamoto (1992) como arranjo teórico-doutrinário e se caracteriza pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico científico de inspiração na teoria social positivista, reiterando para a profissão o caminho do pensamento conservador mediado pelas Ciências Sociais. Cabe esclarecer que nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por uma visão de mundo abrangente, fundada na fé, em dogmas. O conservadorismo, como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, assim, suas reações são preservadoras da ordem capitalista. (ANDRADE, 2008, p. 277-278)

Essa proposta funcionalista adotada pelo Serviço Social era voltada para o aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para a intervenção, em busca de eficiência e tecnificação, aliada a uma excessiva burocratização das atividades.

O Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade compôs as três metodologias que orientaram a profissão, na perspectiva de integração do homem ao meio social. O Serviço Social de Caso orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton e tinha direcionamento de base psicológica behaviorista e funcionalista, focando na personalidade do indivíduo, denominado “cliente”. O uso do termo “cliente” foi abolido ao longo das discussões teóricas da categoria, que passou a utilizar o termo sujeitos de direitos ou usuários dos serviços. A influência norte-americana não só ocorreu no método de Caso, mas também forneceu a base técnica para o Serviço Social de Grupo e, posteriormente, de Comunidade, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade.

A volta ao passado, que vem sendo defendida pelo professor Dr. Edson Marques, considerando o seu interesse pelo uso de terminologias e metodologias já abolidas há décadas no Serviço Social, demonstra o aspecto conservador do seu posicionamento, no entanto, vale ainda salientar, que falar em conservadorismo no Serviço Social é considerar a natureza religiosa de sua formação e desenvolvimento. A Tabela 9 mostra as categorias ADC que foram usadas para a análise dos elementos presentes no texto.

Tabela9 — Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social — Tese 7- Análise ADC

CATEGORIA ADC	PONTOS DE ANÁLISE
Significado das palavras	
-“Além disso, evidencia-se que mais de 80% das atividades que fazemos são relacionadas ao atendimento, orientação, encaminhamento e	- Ocorre aqui uma confusão em relação ao referencial teórico e metodológico da profissão. As atividades do assistente social, de fato, em

<p>gestão de informações estratégicas de acesso aos direitos. Entretanto, não preparamos os nossos profissionais para isso, e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e metodológico, a realidade é mais dura, a realidade é carne e osso. Ela grita e berra em nossos rostos e ouvidos de modo que não se pode ignorar essa realidade.”</p>	<p>parte, se encaixam com o que está sendo dito pelo professor Dr. Edson Marques, no entanto, o uso do arcabouço teórico e metodológico atual, por considerar a realidade ampla e caracterizada pelas inúmeras relações, não pode ter o olhar apenas individual do problema, mas, sobretudo, a perspectiva social-crítica oferece a visão de totalidade, mesmo realizando atividades voltadas para o sujeito.</p> <p>-Uso de palavras corriqueiras, sem conteúdo acadêmico, aproximando-se da realidade de alunos em início de curso ou que não tenham familiaridade com a linguagem acadêmica, caracterizando-se, provavelmente, como uma estratégia de conquistar adeptos, aqueles por ele citado como “perdidos”, “em conflito” com a profissão.</p>
<p>“A centralidade do nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social.”</p>	<p>- Mais uma vez, aqui, o autor desvirtua a ideia do objeto de intervenção do Serviço Social. Pensar o ser humano apartado das condições concretas de vida e das consequências do sistema sócio-político-econômico, é pensar de forma fragmentada.</p>
<p style="text-align: center;">CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais</p>	<p style="text-align: center;">PONTOS DE ANÁLISE</p>
<p>“Entretanto, não preparamos os nossos profissionais para isso, e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e metodológico, a realidade é mais dura, a realidade é carne e osso. Ela grita e berra em nossos rostos e ouvidos de modo que não se pode ignorar essa realidade.”</p>	<p>- O autor se coloca em posição semelhante aos dos que preparam os profissionais, até porque ele é professor que contribui para o processo de formação. Ao mesmo tempo, quando diz “por mais que tentaram [...]” elege outras pessoas, de forma genérica e superficial, como sendo responsáveis do que ele acredita ter sido uma desconstrução teórica e metodológica do Serviço Social.</p>
<p style="text-align: center;">CATEGORIA ADC Interdiscursividade</p>	<p style="text-align: center;">PONTOS DE ANÁLISE</p>
<p>- Além disso, evidencia-se que mais de 80% das atividades que fazemos são relacionadas ao atendimento, orientação, encaminhamento e gestão de informações estratégicas de acesso aos direitos. Entretanto, não preparamos os nossos profissionais para isso, e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e metodológico, a realidade é mais dura, a realidade é carne e osso. Ela grita e berra em nossos rostos e ouvidos de modo que não se pode ignorar essa realidade.</p>	<p>-Discurso misto, em que, ora, pretende ter linguagem acadêmica, ora apresenta discurso coloquial.</p>

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6.2.2 CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO

Figura 10 — Conservadorismo Religioso Cristão — Tese 12

12ª Tese:

A profissão precisa cultivar e desenvolver uma pluralidade de fato, não uma pluralidade fingida

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

É preciso exercer o papel e a função de facilitador e mediador de conhecimentos que permitam apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida. O profissional de Serviço Social deve formar uma visão, ou melhor, uma cosmovisão integral e integrada, a fim de ver o ser humano como um ser completo, em suas múltiplas dimensões: corporal, mental, social, econômica, cultural, espiritual etc. (OLIVEIRA, 2013). Do mesmo modo, deve saber dialogar com os vários conhecimentos e estratégias disponíveis, tais como criar novas estratégias que visam a uma intervenção crítica, criativa e, sobretudo, propositiva.

Para isso é necessário cultivar e desenvolver uma pluralidade de fato (OLIVEIRA, 2004) e não uma pluralidade fingida que contradiz o que se fala com o que de fato se faz. Em relação a isso, lembremos o ensinamento e aviso profundo de Cristo, que para além da espiritualidade dessas palavras, as mesmas podem ser utilizadas como parâmetro de análise crítica para os nossos dias em relação aos sofismas e ideologias que se impregnaram em nossa profissão: “Acautelai-vos [assistentes sociais] quanto aos falsos profetas [intelectuais de plantão]. Eles se aproximam de vós disfarçados de ovelhas, mas no seu íntimo são como lobos devoradores. Pelos seus frutos os conhecereis. É possível alguém colher uvas de um espinheiro ou figos das ervas daninhas? Assim sendo, toda árvore boa produz bons frutos, mas a árvore ruim dá frutos ruins.” (Jesus Cristo, Bíblia Sagrada, Mateus, 7: 15 a 17). [grifo nosso], em outros termos, o nosso dizer tem que refletir com congruência o nosso fazer.

SERVIÇO SOCIAL
Libre

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A Tese número 12, que tem como título “A profissão precisa desenvolver uma pluralidade de fato, não uma pluralidade fingida”, constrói uma narrativa religiosa conservadora. Busca confundir o leitor, ao discorrer sobre o papel do assistente social, referindo que, na atualidade, não se percebe o ser humano em sua integralidade. No entanto, é exatamente essa integralidade que está inscrita no pensamento social crítico em contraposição ao embasamento inicial do Serviço Social, cujo arcabouço teórico e metodológico é defendido pelo Dr. Edson Marques. Evidencia-se, outrossim, um discurso repleto de elementos religiosos, com citações da *Bíblia* e referência ao Cristo Jesus, em um texto que se propõe a ser científico. Dados esses, característicos do pensamento conservador. Para além desse discurso religioso, existe a inclusão de dizeres no texto que não dizem respeito à

escrita original, desvirtuando, confundindo o leitor. Com uso de comparativos, interpretações e ideias errôneas, influenciando os seguidores a verem os profissionais que seguem o projeto ético-político como “o mal” e a sua posição como a “do bem”. Compara os assistentes sociais que cumprem eticamente os preceitos do Código de Ética a “falsos profetas”, “lobos devoradores”, palavras e termos jamais usados na ciência.

Tabela 10 —Conservadorismo Religioso Cristão Tese 12- Análise ADC

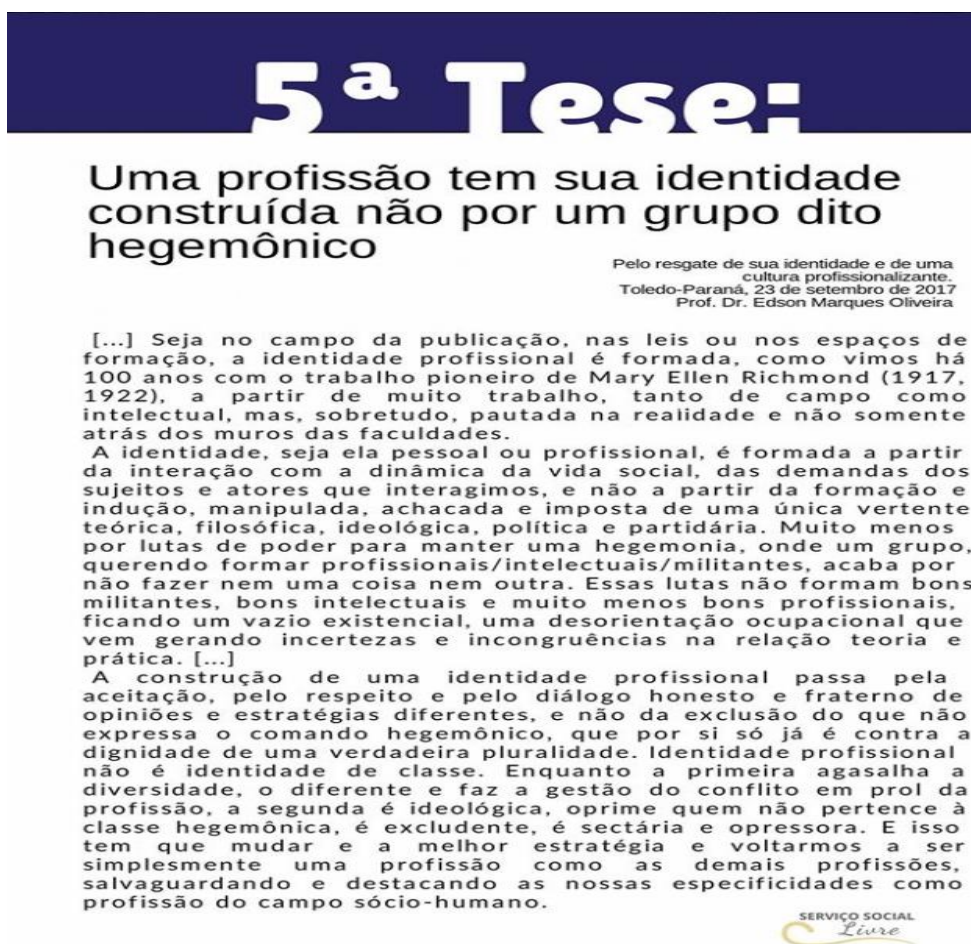
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
<p>-Para isso é necessário desenvolver uma pluralidade de fato (OLIVEIRA, 2004) e não uma pluralidade fingida que contradiz o que se fala com o que de fato se faz. Em relação a isso, lembremos o ensinamento e aviso profundo de Cristo, que para além da espiritualidade dessas palavras, as mesmas podem ser utilizadas como parâmetro de análise crítica para os nossos dias em relação aos sofismas e ideologias que se impregnaram na nossa profissão: Eles se aproximam de vós disfarçados de ovelhas, mas no seu íntimo são como lobos devoradores. Pelos seus frutos os conhecereis. É possível alguém colher uvas de um espinheiro ou figos das ervas daninhas? Assim sendo, toda árvore boa produz bons frutos, mas a árvore ruim dá frutos ruins. (Jesus Cristo, Bíblia Sagrada, Mateus: 7: 15 a 17). [grifo nosso], em outros termos, o nosso dizer tem que refletir com congruência o nosso fazer.”</p>	<p>-Uso da palavra “fingida”, expressão que significa aquele que dissimula ou oculta aquilo que realmente pensa, sente; ato de fingir, impostura, falsidade, hipocrisia. Dessa forma, o ataque ao conjunto da categoria se faz presente e, para tanto, se utiliza da palavra de Cristo, não só demonstrando a vinculação do autor com o cristianismo.</p> <p>- Fazer referência a uma parábola: “Eles se aproximam de vós disfarçados de ovelhas, mas no seu íntimo são como lobos devoradores” para afirmar que o grupo hegemônico é falso, não confiável, traiçoeiro, entre outros, e, acrescenta: “Pelos seus frutos os conhecereis. É possível alguém colher uvas de um espinheiro ou figos das ervas daninhas? Assim sendo, toda árvore boa produz bons frutos, mas a árvore ruim dá frutos ruins”, o que remete à condição de essência, índole, daqueles que o autor se refere. Essa posição contribui para sentimentos negativos, alimenta aversão, pois na luta do bem contra o mal, os que se consideram escolhidos de Deus veem os opositores como inimigos.</p>
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
<p>-“Acautelai-vos [assistentes sociais] quanto aos falsos profetas [intelectuais de plantão]”.</p>	<p>- Nessa frase, copiada da <i>Bíblia</i>, o Dr. Edson Marques insere grifos em razão da sua interpretação. Posiciona-se no lado do bem, diante de polarização do bem e do mal, e fortalece a sua crítica, ao citar passagem da <i>Bíblia</i>. Dessa forma, se põe como liderança de um grupo “oprimido” semelhante ao “povo de Deus”, que são os seguidores cristãos conservadores e que irão se sentir atraídos pela sua defesa, ampliando a sua rede de seguidores e de defensores do seu projeto contra-hegemônico.</p>
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE

<p>- Para isso é necessário desenvolver uma pluralidade de fato (OLIVEIRA, 2004)</p> <p>- Em relação a isso, lembremos o ensinamento e aviso profundo de Cristo.</p>	<p>- O texto possui dois discursos que pretendem ser coerentes, porém, são antagônicos. O discurso acadêmico e o discurso religioso.</p>
--	--

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6.2.3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

Figura 11 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 5



5ª Tese:

Uma profissão tem sua identidade construída não por um grupo dito hegemônico

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

[...] Seja no campo da publicação, nas leis ou nos espaços de formação, a identidade profissional é formada, como vimos há 100 anos com o trabalho pioneiro de Mary Ellen Richmond (1917, 1922), a partir de muito trabalho, tanto de campo como intelectual, mas, sobretudo, pautada na realidade e não somente atrás dos muros das faculdades.

A identidade, seja ela pessoal ou profissional, é formada a partir da interação com a dinâmica da vida social, das demandas dos sujeitos e atores que interagimos, e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária. Muito menos por lutas de poder para manter uma hegemonia, onde um grupo, querendo formar profissionais/intelectuais/militantes, acaba por não fazer nem uma coisa nem outra. Essas lutas não formam bons militantes, bons intelectuais e muito menos bons profissionais, ficando um vazio existencial, uma desorientação ocupacional que vem gerando incertezas e incongruências na relação teoria e prática. [...]

A construção de uma identidade profissional passa pela aceitação, pelo respeito e pelo diálogo honesto e fraterno de opiniões e estratégias diferentes, e não da exclusão do que não expressa o comando hegemônico, que por si só já é contra a dignidade de uma verdadeira pluralidade. Identidade profissional não é identidade de classe. Enquanto a primeira agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora. E isso tem que mudar e a melhor estratégia e voltarmos a ser simplesmente uma profissão como as demais profissões, salvaguardando e destacando as nossas especificidades como profissão do campo sócio-humano.

SERVIÇO SOCIAL
Libre

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A Tese número 5 possui como título: “Uma profissão tem sua identidade construída não por um grupo dito hegemônico”. Nessa Tese, o autor trata fundamentalmente de hegemonia e luta pelo poder. Discorre sobre a temática a partir de seu ponto de vista, sem fazer qualquer citação de teóricos que tratam do assunto.

Para o professor doutor Edson Marques, a identidade profissional se dá mediante relação com a realidade e não através de imposições ideológicas e político-partidárias, o que, para ele, vem ocorrendo na categoria por um grupo hegemônico. Também, para o autor, a luta pelo poder para manter a hegemonia é uma realidade que desvirtua a identidade profissional e diz: “essas lutas não formam bons militantes, bons intelectuais e muito menos bons profissionais, ficando um vazio existencial, uma desorientação ocupacional que vem gerando incertezas e incongruências na relação teoria e prática” (OLIVEIRA, 2017).

Amparando-nos no pensamento Gramsciano, “tudo é política, inclusive a filosofia ou as filosofias; e a única filosofia é a história em ato, ou seja, a própria vida.” (GRAMSCI, 1966 *apud* GRUPPI, 1978, p. 1), o que significa que a separação teoria e prática não deve existir. Quando o professor refere que a identidade profissional se dá mediante a relação com a realidade, esquece de dizer que a relação com esta realidade ocorrerá de maneira mais ampla se não houver separação entre o que é profissão e política, no nível da totalidade. Também assegura que a luta pelo poder não deve ocorrer na formação da identidade profissional. Acrescenta que a luta pelo poder para exercer a hegemonia não contribui para a formação de bons profissionais, nem de bons militantes. Ainda usando a contribuição de Gramsci, não existe sociedade sem luta pelo poder ou sem direcionamento de grupos, que seria o que define a hegemonia. Segundo Coutinho:

Uma característica básica do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que, numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado. (COUTINHO, 1999, p. 225)

Quando o professor doutor Edson Marques considera a existência de hegemonia no grupo dirigente, esquece de aprofundar o conceito de que a hegemonia ocorre por meio de consenso da maioria. O atual direcionamento ético-político é fruto de conquista de grande parte da categoria, mediante reflexões, estudos, debates, encontros; não surgiu a partir de um golpe de classe, nem de uma postura ditatorial, algo totalmente desvirtuado do que o professor vem pregando.

Ele esquece também de se enxergar como grupo que deseja essa hegemonia. Ainda assinala que a luta profissional está desassociada da luta de classes, dizendo que “identidade profissional não é identidade de classe”.

Iamamoto (2008) discorre que a trajetória profissional derivou num “arsenal de mitos” que foram e estão presentes na compreensão da prática social e profissional. São três componentes dessa mitologia: a) a prática social reduzida a qualquer atividade, ou seja, às atividades em geral, que não requerem especificidade; b) a existência de uma concepção utilitária da prática social, que se traduz na valorização e preocupação com a eficácia técnica, os resultados imediatos e aparentes, bem como, quantitativamente mensuráveis; c) a prática social apreendida na sua imediatividade, na naturalização da vida social e coisificação da prática.

Iamamoto (2008) expressa que essas distorções se desdobram em dois comportamentos diante da prática profissional: o fatalismo e o messianismo.

a) de um lado, o fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão ‘perversa’ da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão; b) de outro lado, o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão ‘heróica’, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. (IAMAMOTO, 2008, p.115-116)

O fatalismo e o messianismo são duas faces da mesma moeda, ambos não consideram a historicidade do ser social numa dada sociedade, no caso, a capitalista.

Sobre messianismo, pode-se dizer que a palavra deriva de messias, conforme tratam Brito e Lara:

Ele deriva de messias, que significa originalmente “ungido do senhor”, uma referência ao rito de unção por óleo de oliva que legitimava o rei como aquele destinado pela divindade a levar proteção a seu povo. Como crença religiosa, o termo refere-se originalmente à crença judaica na vinda de um libertador ou salvador, o messias, que poria fim a uma ordem caótica e perversa, estabelecendo uma outra de justiça e felicidade, como explica Vanderlinde (2008, p. 88). Essa crença foi também assumida pelos cristãos, para os quais as profecias do Velho Testamento sobre a vinda do Salvador concretizaram-se em Jesus. Por isso, nessa crença, espera-se, segundo Katz e Popkin (1999, p. 15-20), a parousia, isto é, o retorno do Cristo para a instalação de seu reino de mil anos. 64 Clebson Luiz de Brito e Glaucia Muniz Proença Lara

Messianismo pode referir-se ainda, em disciplinas como a Antropologia, a Sociologia e a História, a movimentos sociais que, embora à primeira vista sejam muito diferentes entre si, apresentam, de alguma forma, um quadro que alude à crença messiânica. A designação abarca, com efeito, todo e qualquer movimento social em que uma dada coletividade, capitaneada por um líder carismático, manifesta sua recusa diante de intoleráveis condições de existência, bem como a esperança de uma intervenção sobrenatural (QUEIROZ, 1966, p. 250). (BRITO; LARA, 2017, p.63-64)

Baseando-nos no estudo de Brito e Lara (2017) encontramos respaldo no pensamento sobre o papel do enunciador e enunciatário. O propósito se apresenta enquanto necessidade de uma comunicação persuasiva, pois, “fazer persuasivo que busca fazer parecer verdadeiro o objeto-discurso oferecido ao outro; ao enunciatário, por sua vez, cabe o fazer interpretativo, compreendido como um ato epistêmico em que se julga o discurso recebido, comparando-o com aquilo que já se sabe e com aquilo em que se crê” (BRITO; LARA, 2017, p.64).

A imagem do enunciatário, a legitimidade do orador, a sua formação e credenciais conferem autoridade, que se apresentam como aspectos importantes no discurso persuasivo, vejamos o que Brito e Lara referem sobre essa questão:

Nesse sentido, a busca da adesão, que só se dá se o simulacro de verdade corresponde ao saber e ao crer do enunciatário, implica uma necessária adaptação à imagem que o enunciador faz daquele a quem se dirige (GREIMAS, 1983, p. 100). A Semiótica, por isso, prefere falar em dizer verdadeiro (veridicção), considerando que, em última instância, a “verdade” se constrói no e pelo discurso. Isso mostra a importância de se examinarem as relações discursivas que se estabelecem entre os co-enunciadores. A perspectiva semiótica de uma comunicação persuasiva dialoga com noções da retórica. A ideia de adesão, termo usado por Greimas (1983), remete-nos à nova retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 04), projeto teórico que se caracteriza pelo exame das técnicas argumentativas que buscam promover a adesão do auditório às teses que lhe são apresentadas. (BRITO; LARA, 2017, p. 65)

O professor doutor Edson Marques, ainda considera a profissão inserida no contexto da discussão e embates presentes na polarização do fatalismo e messianismo, ou na luta do bem contra o mal. Vejamos a tabela 11, na qual poderemos analisar o discurso a partir das categorias ADC.

Tabela 11 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia – Tese 5 – Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“A identidade profissional é formada[...] a partir	-Quando assevera que não se dá a formação da

de muito trabalho, tanto de campo quanto intelectual, mas, sobretudo pautada na realidade e não atrás dos muros das faculdades.”	identidade quando não se tem a relação teoria-prática, o professor contribui assertivamente, porém, complementa com uma metáfora “atrás dos muros das faculdades” para referir que o grupo hegemônico assim o faz, inferindo que esse grupo se limita ao teórico. Ao mesmo tempo, apresenta uma solução implícita para os seguidores que, provavelmente, estão vivendo algumas realidades semelhantes.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
- “[...] e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária.”	- Há, aqui, uma miscelânea de elementos usados para definir o grupo hegemônico: “indução manipulada”, “imposta” é um ataque forte, que se assemelha a atitudes antidemocráticas, que não se associa a nenhum exemplo prático, o que colabora para a mistificação da realidade.
- “[...] oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora.”	- Uso de palavras como “excludente”, “sectária”, “opressora” para definir o grupo hegemônico da categoria, mais uma vez, reforça nos seguidores sentimentos negativos perante o conjunto CFESS/CRESS. Sabe-se que esses órgãos são representativos da categoria e alvo das críticas do professor.
- “A melhor estratégia é voltarmos a ser simplesmente uma profissão como as demais profissões[...].”	- A palavra “simplesmente” acompanhando profissão, contribui para a interpretação de que o Serviço Social não é profissão e essa questão gera inseguranças e incertezas nos que seguem as ideias do professor. O retorno ao passado se apresenta aqui e em quase todos os discursos das teses. O uso da frase “voltarmos a ser” significa que no passado já fomos profissão e atualmente isso não ocorre, o que é um equívoco.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
- “A construção de uma identidade profissional passa pela aceitação, pelo respeito e pelo diálogo honesto e fraterno de opiniões e estratégias diferentes, e não da exclusão do que não expressa o comando hegemônico, que por si só já é contra a dignidade de uma verdadeira pluralidade. Identidade profissional não é identidade de classe. Enquanto a primeira agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, sectária e opressora.”	- Quando o professor Dr. Edson Marques coloca dois posicionamentos, a mensagem subliminar aqui presente é a de que existem dois grupos contrários, em que ele se encontra no primeiro, aquele que “agasalha” a diversidade, “faz gestão do conflito” e um outro, que é excludente, sectário e opressor. - Fala da importância da diversidade e da diferença, o que nos leva a lembrar que o discurso da diferença é tido, por Pierucci (2013) como conservador. É na aceitação e defesa das diferenças e não na igualdade que reside o discurso conservador.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE

<p>“A construção de uma identidade profissional passa pela aceitação, pelo respeito e pelo diálogo honesto e fraterno de opiniões e estratégias diferentes, e não da exclusão do que não expressa o comando hegemônico, que por si só já é contra a dignidade de uma verdadeira pluralidade. Identidade profissional não é identidade de classe. Enquanto a primeira agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, sectária e opressora.”</p>	<p>- Uso de discurso com termos mais sofisticados, presentes em linguagem acadêmica, ao mesmo tempo em que não faz uso de citações em seu texto, atingindo uma maior heterogeneidade de público. Mantém a generalização das falas, sem apresentar comprovação das afirmativas.</p>
--	--

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura 12 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 13

13ª Tese:
A pluralidade no nosso curso e na profissão precisa ser empática, e não simplesmente simpática

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
 Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
 Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Nesse sentido essa pluralidade tem que ser empática e não simpática como atualmente tem sido disseminada. A pluralidade simpática confunde pluralidade (mais do que um) com eclétismo (supostamente uma mistura de teorias destituídas de razão). Assim, pluralidade no Serviço Social Brasileiro tem sido entendida (confundida) com dialogar com outras matrizes que sejam "simpáticas", quando não iguais, a exemplo da relação entre o marxismo e o pensamento de Habermas. Além disso, buscar dialogar com outras que são diferentes pode ser entendido como eclétismo [...].

[...] é preciso estimular a Pluralidade Empática, em que o diálogo existe principalmente com quem é diferente, ou seja, a unidade verdadeira só existe na diferença, na diversidade, no respeito ao outro como legítimo. [...] Apenas haverá respeito e solidariedade quando de fato as pessoas forem acolhidas, respeitadas e livres para buscarem e fazerem suas escolhas teóricas, espirituais, sociais, sexuais, políticas e de cosmovisão de mundo, sem serem rotuladas ou encaixadas em compartimentos e etiquetas do bem e do mal. [...]

[...] muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes, nem acreditam só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada, ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos [...]. Outros muitos declaram juras de amor a Marx, José Paulo Netto e Yamamoto, mas no cotidiano recorrem a Balbina Ottoni Vieira e outros que falam do fazer teórico/prático da profissão. É preciso romper o medo de dizer o que realmente pensam e sentem, principalmente os profissionais que estão na prática, no cotidiano, no enfrentamento diário. É preciso também, que a academia saia de seus muros, ouça e se conecte com a realidade, deixando de apresentar teorias e conceitos que não têm conexão com a prática. [...]

[...] se uma ciência, que fica só na cabeça dos intelectuais sem condições de aplicação na prática, é mero prazer solitário intelectual, em si é estéril e vazia, pois seus frutos são confusão, ilusão e angústia [...]. Pluralidade tem que sair do papel e do discurso e ser uma realidade cotidiana, vista pelos seus frutos e não só por discursos.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A Tese de número 13 possui o título: “A pluralidade no nosso curso e na profissão precisa ser empática, e não simplesmente simpática.”

O autor utiliza dois termos desconhecidos na literatura acadêmica, quais sejam, “pluralidade empática” e “pluralidade simpática”. Por pluralidade empática, diz ser a aproximação e o diálogo entre teorias diferentes e acrescenta que “[...] é

preciso estimular a pluralidade empática, em que o diálogo existe principalmente com que é diferente, ou seja, a unidade verdadeira só existe na diferença, na diversidade, no respeito ao outro como legítimo.”. Já a pluralidade simpática, Oliveira (2017), defende ser semelhante ao ecletismo e, que vem sendo comum à profissão.

Já vimos anteriormente, que o discurso da diferença é tema usado pela direita brasileira, no dizer de Pierucci (2013, p.31), “por duzentos anos a fio” e destaca que a direita conservadora é contrária aos Direitos Humanos por se tratar da ordem natural da vida. Acrescenta ainda que:

Entre a igualdade e a diferença apresentadas como uma disjuntiva, e já o simples fato de assim pôs os conceitos pode ter implicações conservadoras duradouras, a direita já escolheu, desde sempre, a diferença. E ela o fez logo, já de saída, no nascedouro. Já a primeira formação direitista que a História conheceu, a direita tradicionalista e contrarrevolucionária, constituiu-se, de um lado, rejeitando a noção de igualdade como radicalmente incompatível com sua concepção da vida em sociedade, com seu amor a um passado de ordens e privilégios, com as ‘lições da história’ mais remota e com seus interesses políticos imediatos; de outro, assumindo como um dado incontornável da natureza- ah, as ‘lições da natureza!’-, que todo organismo vivo é diferente e diferenciado, acoplagem de diferença e hierarquia na mesma proposta, o antiuniversalismo com o antiuniversalitarismo. (PIERUCCI, 2013, p.29-30)

Trazer o tema da pluralidade para fazer crítica ao direcionamento ético-político da categoria necessita antes, de uma autocrítica. A pluralidade empática, conforme trata o autor, não se restringiria apenas àqueles que defendem o projeto ético-político, mas a toda a categoria, incluindo o próprio professor, mas falar de pluralidade pelo discurso da diferença não fornece elementos basilares de explicação, tampouco se sustenta o termo “pluralidade empática” ou “pluralidade simpática”. Na literatura do Serviço Social quase não se usa a palavra pluralidade, mas pluralismo. Apesar da semelhança entre os termos, Sá (2017) discorre que existe uma sutil e fundamental diferença. A pluralidade, que é um substantivo, diz respeito à diversidade, multiplicidade. Já o pluralismo é um adjetivo, significando o que dá qualidade ao que é plural e, apesar de surgirem da mesma raiz etimológica e também representar multiplicidade, indica mais do que pluralidade, pois dá qualidade e se encontra no campo teórico.

Devida à condição de qualificante e de expressão comparativa, o vocábulo pluralismo tem sido apropriado por vários campos do saber, dentre os quais se destacam a Filosofia, a Política, a Sociologia e o Direito. Essa apropriação cria um campo comum e um campo diferenciado de usos do conceito de pluralismo, portanto, uma região

intercambiável e região específica entre tais áreas do conhecimento[...]. (SÁ, 2017, p. 131)

No Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, um dos princípios que ali se coloca, o de número 7 (sete), afirma: “garantia do pluralismo através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012). Nesse sentido, o posicionamento do professor Dr. Edson Marques não condiz com o direcionamento social da categoria. No que se refere ao pluralismo e ecletismo, Prates elucida a questão do respeito às ideias contrárias no âmbito da categoria, o que é bastante criticado pelo autor das 23 Teses.

É importante reiterar que a clareza de direção social, que está na base do projeto ético-político profissional, não permite que se abra mão de um método radical (que vá à raiz) para o efetivo desvendamento dos múltiplos determinantes que conformam as refrações da questão social, condição necessária para que se possa planejar intervenções substantivas de caráter transformador. Nessa direção, é possível admitir o debate crítico entre ideias opostas, a sua explicitação objetiva e enfrentamento respeitoso, mas jamais a pseudoconciliação dessas ideias, conforme proposto pelos ecléticos. Além disso, é fundamental a manutenção do monismo em termos de método ou a direção social, imprimida pela categoria a seu projeto ético-político, será seriamente comprometida. (PRATES, 2018, p.244)

O posicionamento adotado pela categoria no que concerne à aceitação das ideias contrárias, ensejando um debate crítico, não se estabelece no nível da incorporação de tais ideias, pois isso seria o ecletismo, tão combatido na categoria.


Tabela12 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia- Tese 13— Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“A pluralidade simpática confunde pluralidade (mais do que um) com ecletismo (supostamente uma mistura de teorias destituídas de razão). Assim, pluralidade no Serviço Social Brasileiro tem sido entendida (confundida) com dialogar com outras “matrizes” que seja simpáticas, quando não iguais, a exemplo da relação entre o marxismo e o pensamento de Habermas.”	- Uso de termos não conhecidos pela categoria: “Pluralidade simpática”. Além de interpretar equivocadamente o uso do termo ecletismo. A forma pouco profunda para explicar os termos dá margem a equívocos, gerando reações naqueles menos conhecedores da base teórica e metodológica, bem como da história da profissão.
-“É preciso estimular a Pluralidade Empática, em que o diálogo existe principalmente com quem é diferente, ou seja, a unidade verdadeira só existe na diferença, na diversidade, no respeito ao outro como legítimo.”	- “Pluralidade Empática”, termo usado pelo professor Dr. Edson Marques, sem embasamento consistente, pautado no discurso da diferença, utilizado pelo conservadorismo no Brasil.
-“[...] Muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes nem	-Uso de passagem religiosa no texto, aliando a uma leitura que pretende ser acadêmica, apesar

acreditam, só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos[...].	de ausência de dados para se caracterizar uma linguagem científica. O uso de linguagem de cunho religioso é típico do conservadorismo do Serviço Social, de base neotomista.
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
- “Muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes nem acreditam, só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos[...].”	- A identidade com o cristianismo dá a dimensão da linha teórica e metodológica adotada pelo autor das 23 Teses e, nesse sentido, consegue ampliar o número de adeptos do seu pensamento, considerando o aumento do conservadorismo no Brasil e a sua relação com a religião cristã.
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
-“Muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes nem acreditam, só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos[...].”	- Linguagem generalista, sem base teórica e inclusão de exemplo religioso no discurso, típico do neoconservadorismo

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

Figura 13 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 15




15ª Tese:

Não cabe mais defender um projeto ético político profissional

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa, mas nunca deixar que esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos (SILVA, 2012). É preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana. A centralidade e o dever do profissional deve buscar articular, estimular e investigar de forma inteligente, crítica, criativa e propositiva, formas éticas, humanas e profissionais de chegar aos seus fins, assim como é feito por outras categorias profissionais. Com isso gerar, junto com os seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização de seu bem-estar e, conseqüentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos. Isso requer deixar mudar e resgatar a serenidade de uma profissão e de profissionais, e não de militantes e de um grupo sectarista que defende todo tipo de causa social, menos a do interesse de fato de sua categoria como profissão. [...]

É urgente resgatar uma profissão que tenha simplesmente um código de ética profissional, que defenda sua identidade profissional, e não um projeto ideológico-político-partidário classista unilateral carregado de uma cultura de ressentimento e ódio aos opostos.



Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A Tese nº 15 tem por título: “Não cabe mais defender um projeto ético-político profissional”. Essa afirmação representa nitidamente a existência de uma luta pela defesa de um novo projeto ético-político ou a luta pela ausência de um projeto da categoria. O título traduz a necessidade de não mais se defender um projeto nos moldes do que ocorre na atualidade. O grupo que se propõe a não mais defender, coloca implicitamente que vai combater. O estilo de escrita é crítico, porém, sem fundamentos teóricos consistentes, sem base em autores que assegurariam um lastro teórico substitutivo ao que está em curso. No entanto, percebe-se que o discurso do professor Dr. Edson Marques e dos organizadores da página “Serviço Social Libertário”, defende que o Serviço Social deve possuir variadas correntes teóricas e que o profissional siga a que lhe aprouver. Dessa forma, seria libertário.

Outro fator a se destacar é a utilização de elementos religiosos nas argumentações, o que seguramente representa uma comunicação típica de um grupo — os neoconservadores ligados ao cristianismo.

Tabela 13 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia — Tese 15- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
<p>- “Não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa, mas nunca deixar que esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos”.</p>	<p>-Contraposição ao projeto ético político profissional atual e crítica em relação à postura da categoria frente aos posicionamentos contrários aos preceitos teóricos e metodológicos da profissão com base sociocrítica.</p> <p>- Uso de palavras como “devotas”, “hereges” e “profanos” em texto não religioso, para tratar da questão da relação entre grupos (hegemônico e contra hegemônico).</p>
<p>“-Com isso, gerar, junto com seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização do seu bem-estar e, conseqüentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos.”</p>	<p>- Uso do termo “cliente”, não mais usado na categoria desde a década de 1980. Esse termo representa uma época em que a profissão era regida pelos preceitos conservadores. Referir-se aos usuários como “clientes” denota uma condição de não sujeito de direitos. Além disso, o termo citado indica uma época em que o Serviço Social se pautava no arcabouço teórico e metodológico dos primórdios da profissão.</p>
CATEGORIA ADC Representação dos atores sociais	PONTOS DE ANÁLISE
<p>“-A centralidade e o dever do profissional deve buscar articular, estimular e investigar, de forma inteligente, crítica, criativa e propositiva, formas éticas, humanas e profissionais de chegar aos seus fins, assim como é feito por outras categorias profissionais. Com isso, gerar, junto com seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização do seu bem-estar e, conseqüentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos.”</p>	<p>-Ao colocar a crítica ao atual projeto, com palavras como, “deve buscar”e...“de forma inteligente”... o autor se coloca na posição contrária, o que, implicitamente, está transmitindo uma mensagem de que ele agiria da forma como diz que poderia ser. Isso representa uma postura e um <i>status</i> diferente do grupo hegemônico e também uma posição, por ser o principal teórico que representa essa nova tendência contra-hegemônica.</p>
CATEGORIA ADC Interdiscursividade	PONTOS DE ANÁLISE
<p>-“Não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa, mas nunca deixar que esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos”.</p>	<p>- Uso de termos científicos, como “projeto ético político profissional”, “organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz” e a uma “hegemonia ideológica”, juntamente com termos religiosos, como as pessoas que não são “devotas” (ao projeto hegemônico) como sendo “hereges” e “profanos”.</p>

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

6.3 O TCC — novas expressões do neoconservadorismo cristão

A página do Facebook “Serviço Social Libertário” contém artigos científicos, monografias, textos, além das postagens diárias. Um dos trabalhos publicados foi uma monografia de conclusão do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA, no ano de 2018, tendo como concluinte Renan Teodoro de Souza. O título da monografia é *Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador*.

A nossa proposta não é analisar detalhadamente a monografia em seus aspectos teóricos e metodológicos, mas fazer uma articulação dos elementos estudados neste trabalho com a temática abordada no TCC, atentando para essa nova forma de expressão do neoconservadorismo cristão, ou seja, no âmbito acadêmico. Portanto, iremos nos deter no 3º (terceiro) e último capítulo, cujo título é “Religião, Serviço Social e as Liberdades Individuais”. Neste capítulo, Souza (2018) discorre sobre a importância da religião, o conservadorismo, o marxismo, o Serviço Social brasileiro e a liberdade de crença e de expressão enquanto liberdades individuais de relevância pública.

Iremos manter os três blocos de concentração de temáticas, quais sejam, Formação, Exercício Profissional e Reforma do Serviço Social; Conservadorismo Religioso Cristão; e Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia.

O TCC, de caráter bibliográfico, tem por tema a liberdade de crença e de expressão do assistente social que professa a fé cristã, que também é conservador, e objetiva identificar como se dá a relação entre religião, liberdade de crença e liberdade de expressão no Serviço Social Brasileiro da atualidade, abordando a relação com os órgãos representativos e a própria categoria profissional de assistentes sociais, tendo como ponto norteador a seguinte problematização:

O assistente social, frente aos desafios e demandas sociais, tem realmente liberdade dentro da categoria profissional para expressar suas ideias e escolhas, tanto em questões teóricas como religiosas mesmo que essas opções sejam contrárias as (*sic*)teses defendidas pela hegemonia da categoria profissional? (SOUZA, 2018, p. 7)

Logo no início da monografia, ou seja, ainda nos agradecimentos, identifica-se a relação que o autor estabelece com a página “Serviço Social Libertário”, assim assinalado:

A todos os amigos vinculados à página do Facebook Serviço Social Libertário. Caminhar com vocês expandiu minha visão de mundo, me ensinou a defender uma profissão plural e livre, a respeitar o diferente e me provou que é possível ser um excelente profissional sem precisar defender ideologias com as quais eu não concorde. Registro aqui os nomes da professora Camila Damascena de Albertim e do professor Edson Marques Oliveira. Vocês me aconselharam e esclareceram muitas dúvidas que eu tinha, espero continuar crescendo profissionalmente ao lado de vocês. (SOUZA, 2018, p.5)

Vale salientar que o professor Edson Marques de Oliveira é o autor das 23 *Teses para a renovação do Serviço Social Brasileiro*.

Ainda, nos agradecimentos, Souza (2018) faz referência à existência e legitimação do Serviço Social Clínico no Brasil, também à Associação Brasileira de Cristãos na Ciência, seus cursos, palestras e reflexões, aos irmãos da Igreja Evangélica Verbo da Vida e ao pastor, pelas indicações de leituras e reflexões.

6.3.1 FORMAÇÃO, EXERCÍCIO PROFISSIONAL E REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL

Souza (2018) defende a atuação profissional no Serviço Social Clínico, que tem sido uma área alvo de várias críticas, pela possibilidade de equívocos nas intervenções interprofissionais. Acerca desse campo de atuação, o CRESS-RJ promoveu um debate para elucidar as questões polêmicas que circundam essa área, pela interface existente com a Psicologia e demais atividades terapêuticas, principalmente no campo da saúde mental, levando, muitas vezes, o assistente social a atuar terapêuticamente.

Dentre os inúmeros desafios que se impõem na órbita do Serviço Social, um deles refere-se à reflexão sobre os rumos analíticos, o conteúdo e as implicações do trabalho profissional no marco da saúde mental, na interface com a Psicologia e com o conjunto das atividades terapêuticas, realizado em equipes multidisciplinares. Trata-se de um tema polêmico e um terreno fértil para o debate sobre a tensão entre as fronteiras profissionais e as atribuições privativas das diferentes especializações do trabalho, com nítidas derivações

na órbita da fiscalização do exercício profissional. Fiscalização esta que não pode ser reduzida a um controle punitivo do exercício, mas entendida, sobretudo, como estímulo à capacitação dos profissionais para assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e cidadãs, consoante os compromissos radicalmente humanos e democráticos presentes nos princípios norteadores do Código de Ética do assistente social. (IAMAMOTO, 2009, p. 18)

A defesa do Serviço Social Clínico por Souza (2018) justifica-se em razão do seu alinhamento com as ideias de Oliveira (2017), expressas também pela comunidade Serviço Social Libertário, no tocante ao retorno do aparato teórico-metodológico presente nos primórdios da profissão, em que o uso da Psicologia, de abordagem *behaviorista*, se fazia presente significativamente, tanto na formação quanto na intervenção profissional, haja vista, ser o atendimento individual, mediante a perspectiva do Diagnóstico Social de Mary Richmond, e a sociologia conservadora funcionalista, as bases da profissão.

6.3.2 CONSERVADORISMO RELIGIOSO CRISTÃO

A Associação Brasileira de Cristãos na Ciência — a ABC2²¹, citada nos agradecimentos, é uma iniciativa da Associação Kuyper para Estudos Transdisciplinares (AKET)²² com o apoio da Templeton World Charity Foundation (TWCF)²³. Seu objetivo é promover a comunicação e a integração entre a comunidade cristã e o campo científico no Brasil. Já a Fundação John Templeton é uma organização filantrópica com uma inclinação espiritual ou religiosa que financia pesquisas interdisciplinares sobre o propósito humano e a realidade última. Foi criada em 1987, na Pensilvânia, Estados Unidos da América, pelo investidor e filantropo Sir John Templeton, que tinha ligações com o fundamentalismo protestante.

A AKET – Associação Kuyper para Estudos Transdisciplinares é uma associação científica sem fins lucrativos, dedicada à integração entre os diversos campos do conhecimento e entre o saber acadêmico e a vida humana. Segue os

²¹<https://www.cristaosnaciencia.org.br/quem-somos/>

²²<https://www.aket.org/natureza-e-missao/>

²³<https://www.templetonworldcharity.org/>

eixos da Teologia e Teoria Social; Missão Cristã; Filosofia Reformacional e Diálogo de Religião e Ciência. Tem como propósitos: o Diálogo entre Fé e Razão; Missionalidade; Contemplação; Conhecimento Integral. Dentre os 4 (quatro), chamamos a atenção 2 (dois): a Missionalidade e a Contemplação.

- **Missionalidade**

Encorajar cristãos engajados na atividade científica a manter uma fé pessoal ativa e comprometida com a igreja local e com a comunidade intelectual cristã, a aplicar sua fé no conjunto de sua vida profissional, a responsabilizar-se pelas implicações éticas, sociais e ambientais da ciência e da tecnologia, e a comunicar o evangelho na comunidade científica.

- **Contemplação**

Estimular a contemplação da beleza e da glória de Deus na Criação por meio da ciência e o cultivo da gratidão e da oração no dia a dia da academia e do laboratório.

Identifica-se, nos dois propósitos, a existência do uso da fé e suas práticas, no âmbito da vida profissional, comunicando o evangelho na comunidade científica e levando a oração para o “dia a dia da academia e do laboratório”. Essa prática vem sendo usada pelos assistentes sociais, segundo o CFESS, motivo de preocupação e alvo de críticas pelo conjunto da categoria, considerando a laicidade da ação profissional da maioria dos ambientes institucionais.

O autor do TCC ressalta os “irmãos da Igreja Evangélica Verbo da Vida e ao pastor, pelas indicações de leituras e reflexões”. Faz-se presente, aqui, a ligação de Souza com a Igreja Neopentecostal, atualmente responsável pelas disseminações e ampliações das suas ideias e posturas nos diversos cenários da sociedade

No terceiro capítulo, Souza traz passagens bíblicas extraídas de Gênesis, Romanos, Isaías, Efésios, Coríntios, Pedro, João, para falar sobre a cosmovisão cristã.

Em contrapartida, a cosmovisão cristã bíblica não nega o desenvolvimento de instituições como religião, moral e família nos processos históricos, mas entende-as enquanto transcendentais ao homem, planejados e instituídos por Deus. Com o desenvolvimento do conceito de cosmovisão, nascido na filosofia iluminista alemã do século XVIII, concluiu-se que todos os tipos de visões de mundo são

válidos. No entanto, a perspectiva cristã acredita que a Bíblia Sagrada é a revelação de Deus e, portanto, contém Sua cosmovisão. Partindo disso, não se nega a existência de várias cosmovisões, mas entende-se que uma visão de mundo é mais – ou menos – perfeita, de acordo com o que se aproxima – ou se distancia – do que Deus diz em sua Palavra. (VOLTEMOS AO EVANGELHO, 2018 *apud* SOUZA, 2018, p.53)

Apesar da ideia inicial presente no texto ser de aceitação e amplitude das diferenças de visões do Cosmo, o que está subjacente é a valorização daquilo que é “Palavra de Deus”. Considerar visões de mundo perfeitas ou imperfeitas distancia-se de uma perspectiva científica, ou melhor dizendo, de um paradigma, pois é sabido que muitas foram e continuarão a ser as mudanças de paradigma nas ciências, que, por conseguinte, influenciam diretamente nas condições de vida em sociedade. Por sua vez, a aceitação das diversas cosmovisões, sem incluir a legitimidade e ascendência de um Deus, apenas é possível nas ciências. A religião cristã considera a ascendência de um Deus sobre todas as coisas, sobre todas as instituições, que transcendem ao homem, e, portanto, sobre todas as ações, incluindo as ações profissionais. Isso, justifica a influência do pertencimento religioso nas intervenções e posicionamentos profissionais na atualidade, praticados por assistentes sociais conservadores cristãos.

6.3.3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

A relação do conservadorismo com o trabalho do professor Edson Oliveira, autor das *23 Teses para a Renovação do Serviço Social Brasileiro*, também é citado por Souza, que, por sinal, faz uso de várias citações do Dr. Oliveira neste capítulo.

Em suas teses em defesa da reforma do Serviço Social Brasileiro, o doutor Edson Marques Oliveira (2017) defende um Serviço Social livre enquanto profissão e que exerça pluralidade de fato. Oliveira entende por reformar o ato de consertar algo, de modo que sua forma original seja mantida, o que nos remete a ideia de conservadorismo de Scruton. (SOUZA, 2018, p. 55)

Identifica-se que o autor faz referência ao Dr. Oliveira como seguidor de Roger Scruton que, como já tratado neste estudo, foi um filósofo e escritor britânico conservador, considerado no meio científico como o mais proeminente intelectual da

linha conservadora, desde Edmund Burke. Sendo assim, falar em reformar o Serviço Social, defendido pelo Sr. Oliveira (2017), seguido por Souza (2018) e propagado pela comunidade “Serviço Social Libertário” é uma das investidas do grupo conservador que está a propagar o pensamento de Scruton e demais teóricos da linha, no âmbito da profissão.

Nas conclusões, Souza se posiciona contrário ao projeto ético-político da categoria, com o mesmo “tom” acusatório já visto na página “Serviço Social Libertário” e nas *23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro*.

O posicionamento dos órgãos gestores e fiscalizadores da profissão tem cerceado o direito à liberdade de consciência e de crença de assistentes sociais conservadores e cristãos que não coadunam com seu projeto ético-político profissional, na medida em que propaga discursos anti-plurais e diretamente atrelados aos ideais marxistas. (SOUZA, 2018, p.69)

Identifica-se, a partir dessa monografia de conclusão de curso, que o concluinte defende um posicionamento que está em curso e crescente no âmbito da categoria profissional e que é reflexo de novas áreas de inserção e articulação do neoconservadorismo religioso: o espaço acadêmico-científico.

Tabela14 — Projeto Ético Político, Ideologia e Hegemonia -Religião, Serviço Social e as Liberdades Individuais- Análise ADC

CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE
-“A todos os amigos vinculados à página do Facebook Serviço Social Libertário. Caminhar com vocês expandiu minha visão de mundo, me ensinou a defender uma profissão plural e livre, a respeitar o diferente e me provou que é possível ser um excelente profissional sem precisar defender ideologias com as quais eu não concorde”	- A referência ao “Serviço Social Libertário” numa monografia de conclusão de curso, fortalece e colabora para a legitimação do trabalho e das ideias da página. -Fortalece a ideia da dita “intransigência” do conjunto da categoria profissional, referente aos posicionamentos ideológicos.
-“Partindo disso, não se nega a existência de várias cosmovisões, mas entende-se que uma visão de mundo é mais – ou menos – perfeita, de acordo com o que se aproxima – ou se distancia – do que Deus diz em sua Palavra”	-O autor, apesar de falar em pluralidade e aceitação das diferenças, considera a palavra de um Deus cristão como a referência para a perfeição de uma visão de mundo. Portanto, está implícito que não existe, de fato, uma aceitação do diferente.
-Em suas teses em defesa da reforma do Serviço Social Brasileiro, o doutor Edson Marques Oliveira (2017) defende um Serviço Social livre enquanto profissão e que exerça pluralidade de fato. Oliveira entende por reformar o ato de consertar algo, de modo que sua forma original seja mantida, o que nos remete a ideia de conservadorismo de Scruton.	- O TCC apresenta significativas quantidades de citações do professor Dr. Edson Marques Oliveira, autor das <i>23 Teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro</i> , e ressalta a relação das ideias do professor com o conservadorismo de Scruton.
CATEGORIA ADC Significado das palavras	PONTOS DE ANÁLISE

- “O posicionamento dos órgãos gestores e fiscalizadores da profissão tem cerceado o direito à liberdade de consciência e de crença de assistentes sociais conservadores e cristãos que não coadunam com seu projeto ético-político profissional, na medida em que propaga discursos anti-plurais e diretamente atrelados aos ideais marxistas”	- Crítica aos órgãos de classe e à grande parcela da categoria profissional por adotarem a teoria social crítica para a leitura da realidade. Ademais, associa o cristianismo a uma posição anti-marxista, como se houvesse antagonismo entre ambos.
CATEGORIA ADC	PONTOS DE ANÁLISE
Representação dos atores sociais	
- “A todos os amigos vinculados à página do Facebook Serviço Social Libertário. Caminhar com vocês expandiu minha visão de mundo, me ensinou a defender uma profissão plural e livre, a respeitar o diferente e me provou que é possível ser um excelente profissional sem precisar defender ideologias com as quais eu não concorde. Registro aqui os nomes da professora Camila Damascena de Albertim e do professor Edson Marques Oliveira. Vocês me aconselharam e esclareceram muitas dúvidas que eu tinha, espero continuar crescendo profissionalmente ao lado de vocês.”	-Aqui, Souza se coloca inserido numa rede, ressaltando a importância do “Serviço Social Libertário”, do professor Oliveira e da professora Albertim para o seu crescimento profissional. Evidencia-se, portanto, a existência de grupos formados e que se colocam contrários aos direcionamentos atuais.
CATEGORIA ADC	PONTOS DE ANÁLISE
Interdiscursividade	
-“Em contrapartida, a cosmovisão cristã bíblica não nega o desenvolvimento de instituições como religião, moral e família nos processos históricos, mas entende-as enquanto transcendentais ao homem, planejados e instituídos por Deus. Com o desenvolvimento do conceito de cosmovisão, nascido na filosofia iluminista alemã do século XVIII, concluiu-se que todos os tipos de visões de mundo são válidos. No entanto, a perspectiva cristã acredita que a Bíblia Sagrada é a revelação de Deus e, portanto, contém Sua cosmovisão...”	- Utilização de passagens bíblicas com a leitura acadêmico-científica. Uso de citações do Gênesis, Romanos, Isaías, Efésios, Coríntios, Pedro, João.

Fonte: Serviço Social Libertário, 2020.

A escolha do objeto de pesquisa surgiu pela evidência de situações corriqueiras e gradativas de profissionais que usam a religião como precedente para as intervenções profissionais. O caso do Serviço Social surgiu pela possibilidade de se colher dados mais precisos e volumosos, porém, o estudo se adequada e traz implicações para todas as categorias profissionais, haja vista estarmos acompanhando os desdobramentos das investidas neoconservadoras cristãs em vários segmentos da sociedade, incluindo o âmbito profissional.

A internet vem se mostrando um meio eficaz e rico de subsídios para se identificar inúmeras realidades existentes nas novas formas de relações, embates, discursos e perspectivas. Nesse universo, há possibilidades de se emitir juízos de valor, opiniões diversas, propagar falsas notícias e distorcer realidades,

conquistando adeptos que se identificam com esse formato de comunicação, que se revelam em números bastante expressivos.

A comunidade “Serviço Social Libertário” é um exemplo da instrumentalização da internet e das redes sociais para a propagação do ideário conservador no seio da profissão, principalmente por ser a mídia, em todas as suas formas, o meio mais utilizado, e de maneira competente, pelos neoconservadores, sobretudo quando se trata dos segmentos religiosos Pentecostais e Neopentecostais.

No âmbito do Serviço Social, a partir dos anos 2000, o volume de construções opostas ao projeto ético-político tomou forma e expressão, alcançando visibilidade mais recentemente, após a ascensão do Presidente Jair Bolsonaro à Presidência da República, haja vista, o patrocínio que lhe foi dado pelos neopentecostais e a contrapartida do Governo Federal em benfeitorias aos segmentos conservadores da sociedade.

O “Serviço Social Libertário”, criado em 2016, é exemplo de espaço de luta ideológica, de cenário de exposição de ideias contrárias ao projeto ético-político profissional construído pela categoria ao longo dos anos 1960, se consolidando nos anos 1990, mantendo-se hegemônico até os dias atuais. No entanto, as forças contrárias sempre existiram e existirão, pois faz parte das lutas pelo poder.

O universo pesquisado apresentou dados relevantes para referendarmos a questão inicial posta, e que foi a nossa tese, de que, na atualidade, o pertencimento religioso do assistente social de base cristã neoconservadora repercute no projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

Para tanto, identificamos no estudo, mediante a utilização do recurso metodológico da Análise do Discurso Crítica, que o discurso promove transformações e, nesse sentido, conseguimos comprovar que, na realidade atual, grupos e pessoas se voltam e agem em confronto para a superação de paradigmas conquistados pela categoria, na perspectiva da transformação da realidade vivida hoje, pelo Serviço Social.

Escolhemos, para a análise dos discursos presentes na página “Serviço Social Libertário”, mediante postagens e documentos, três elementos norteadores das análises: -Significado das Palavras, Representação dos Atores Sociais; e Interdiscursividade. A escolha das categorias de análise foi segundo a ADC, além de todo o referencial teórico que nos embasou, considerada importante para os resultados alcançados, pois, a partir desses elementos e da teoria utilizada no

trabalho, foi possível identificar que as palavras usadas na página têm significado, mobilizam reações e sentimentos e têm como objetivo a superação da atual realidade teórico-metodológica do Serviço Social.

Outro aspecto a se destacar é o uso de uma liderança, personificada por uma figura de autoridade, com credenciais de doutor, para defender ideologicamente a causa. Isso, no âmbito das Representações dos Atores Sociais, tem relevante significado, além de ser recurso amplamente utilizado pelas forças neoconservadoras religiosas da atualidade: a figura do Messias, do salvador, daquele que irá defender seu povo do mal. A luta do bem contra o mal, está aqui evidenciada nesse estudo, nos discursos existentes, que foram fruto da análise.

O componente religioso é algo presente, com expressividade, quer seja direta, ou indiretamente nos discursos apresentados neste trabalho. A alusão a metáforas e simbolismos religiosos se configuram em elementos constantes nas falas, na maioria das vezes com conteúdo distorcido, na interpretação de palavras bíblicas ou de alusões morais, para definir as ações do conjunto da categoria.

As *23 Teses pela Reforma do Serviço Social* não se configuram como um trabalho científico e, apesar do autor tecer críticas sobre propagação de ideologias no conjunto da categoria, o documento apresentado possui conteúdo ideológico visível, embates contrários ao projeto ético-político da profissão e alinhamento com o ideário conservador religioso cristão. Sobre essa questão, discorrem Santos, Albuquerque, Baracho, Pinho e Oliveira:

A partir de sua leitura do atual agir profissional hegemônico do Serviço Social, o autor propõe, na sua 1ª Tese, que seja feita uma reforma nas bases ideológicas e práticas da profissão, sugerindo que o Serviço Social passe a atuar como em seu surgimento. Isso reverbera diretamente na volta do conservadorismo na profissão que, embrionariamente, atuava para a manutenção da ordem societária pelo viés moral da boa ordem. (SANTOS; ALBUQUERQUE, BARACHO; PINHO; OLIVEIRA, 2019, p. 744)

Merece destaque, também, a investida do autor das *23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro* na questão da contraposição ao projeto ético-político do Serviço Social. Já no título, quando trata de “reforma”, sugere uma perspectiva reformista, que não pretende transformar as bases, mas que indica mudanças superficiais e manutenção do paradigma conservador da profissão, utilizando termos já superados, inclusive infringindo o Código de Ética da profissão, com a utilização do termo “clientes” aos hoje denominados usuários dos serviços, sujeitos de direitos.

Ainda, reduz a profissão a um caráter meramente tecnicista, voltado para o mercado de trabalho e extraindo o elemento político existente nos movimentos da categoria. Nesse sentido, Cisne, Cantalice e Araújo discorrem:

Em outras palavras, a reforma pretendida é para resgatar a origem de uma profissão que não questionava o que estava posto, intervia(*sic*) junto a população de “forma técnica” (pretensamente neutra) e descontextualizada. Dessa maneira, objetiva-se desvincular da profissão sua inerente dimensão política, o exercício da práxis e da defesa dos direitos sociais, tento em vista que este posicionamento é considerado ideológico, partidário e que retira o caráter técnico da profissão[...]. Destacamos que quanto à denominação do público-alvo da profissão como clientes e não usuários, não se trata de mera questão semântica. Para nós, clientes remetem à dimensão mercantil dos serviços, esvaziando o sentido dos direitos. Pleiteia-se, ainda, a redução do código de ética a um instrumento legal-normativo esvaziado da reflexão sobre as demandas sociais, sobre as condições de vida dos sujeitos no ínterim da ordem do capital, bem como sobre a interferência dos elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais nas escolhas individuais. Desse modo, a reforma do Serviço Social brasileiro busca resgatar a redução da profissão ao tecnicismo, assim como a identificação exclusiva com os interesses endógenos da categoria profissional, eliminando à perspectiva de articulação do projeto profissional a um projeto societário e sem aderir a qualquer bandeira de luta política. (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 319)

O embate também inclui a crítica ao “pluralismo” defendido pelo Serviço Social, a partir de comparações entre “dois” pluralismos, em que o falso pluralismo estaria presente no universo da instrumentalidade do Serviço Social, que diz respeito ao espaço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político atual, se contrapondo ao “bom” pluralismo, presente na proposta de Reforma do Serviço Social defendida por Oliveira (2017). O “bom” pluralismo defendido pelo grupo contra-hegemônico e expresso na página “Serviço Social Libertário”, supõe a existência de “aceitação das diferenças”, discurso esse, de forte cunho conservador, que vem sendo utilizado pelas elites dominantes conservadoras do país por décadas, conforme aponta Pierucci (2013).

A pretensão de influenciar novas gerações de alunos e profissionais, além daqueles que estão “insatisfeitos” com a profissão por longa data, faz parte do discurso dos organizadores da página “Serviço Social Libertário” e do autor das 23 *Teses pela Reforma do Serviço Social*. A repetição dos assuntos contribui para a incorporação dos elementos tratados pelo grupo e considerados importantes que sejam disseminados para o enfrentamento dos ideais presentes no direcionamento

atual da categoria. Resultado dessa influência é, principalmente, o número expressivo de seguidores da página “Serviço Social Libertário” e a monografia de conclusão de curso de Souza (2018). Neste TCC, o concluinte expõe a sua vinculação cristã conservadora como um aspecto da sua formação a ser considerado importante para a atuação profissional e cita autores conservadores e tradicionais, sobretudo o professor doutor Oliveira.

Com esse estudo, comprova-se a tese de que o pertencimento religioso conservador cristão e a sua moral religiosa, repercutem nos posicionamentos e ações profissionais, com desdobramentos éticos e ameaça ao projeto ético-político da profissão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido permitiu ampliar a compreensão acerca do cenário atual que estamos vivendo, referente à influência do pertencimento religioso na intervenção profissional.

A escolha do Serviço Social como profissão a ser analisada neste trabalho não foi aleatória, mas ocorreu por decorrência da vinculação da profissão com a religião por um longo período histórico — desde o seu nascedouro, atrelado à Ação Social da Igreja Católica, quando as intervenções estavam ligadas à filantropia -, até a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, quando, apesar do aparato científico, não se furtou de permanecer vinculada à Religião Cristã, ora atrelada ao Catolicismo, ora vinculada ao Protestantismo. Outro fator importante para a escolha do Serviço Social como profissão destacada neste estudo, foi a vinculação desta pesquisadora ao curso.

Apesar da profissão, no âmbito da América Latina, ter buscado a “secularização”, se separando dos aparatos religiosos que norteavam as suas ações e ideologias, no Brasil, apenas a partir de meados dos anos 1960 que as discussões sobre os novos direcionamentos teórico-metodológicos começaram a ocorrer na categoria, o que culminou em novas bases para o Serviço Social, consolidadas no início dos anos 1990, com o novo Código de Ética atualmente vigente, a Lei de Regularização da Profissão, as novas bases curriculares e as atualizações dos órgãos representativos da categoria, deixando para trás, pelo menos nas esferas normativas e de direcionamento do conjunto da categoria, o Serviço Social conservador.

Nos últimos anos, sobretudo nos últimos dez anos, a realidade do país mostrou que as forças conservadoras retomaram em diversos segmentos da sociedade, com especial destaque para a religião e a política, que, pela sua importância, trouxe repercussões nas esferas das instituições e profissões.

Aliado ao crescimento do neoconservadorismo no Brasil, vimos a ampliação dos espaços de discussão nas redes sociais e de seu uso e instrumentalização em grande escala pelas instituições e grupos conservadores religiosos, em especial pelos neopentecostais, o que contribuiu para se transformarem em área de estudos

e pesquisas crescentes, sobretudo a partir dos anos 2000, com a emergência de governos sociais e populares.

A pesquisa aqui realizada considerou as diversas manifestações de neoconservadores no âmbito do Serviço Social, pois o nosso objetivo foi identificar que o pertencimento religioso neoconservador cristão do profissional influencia no seu posicionamento e ação interventiva, contribuindo para a existência de desdobramentos ético-políticos na profissão. No entanto, o estudo não se aplica apenas ao Serviço Social, mas a todas as profissões inscritas na divisão social e técnica do trabalho, por estarem suscetíveis às influências diversas, sobretudo, àquelas em que existe um crescente movimento de adesão, em que há estímulo e patrocínio da mídia e do meio político, principalmente após o *impeachment* de Dilma Roussef e ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Para dar conta do objeto de estudo e do objetivo, recorreremos a autores que contribuíram para a compreensão mais apurada da realidade social atual, que envolve o neoconservadorismo cristão e a luta pelo poder, pela hegemonia. Nessa trajetória de conquistas, o espaço político está sendo o mais investido e, com um discurso que envolve a defesa da família, da ordem, da luta do bem contra o mal, traduzidos em luta contra o comunismo, as forças neoconservadoras se ampliam e põem em risco o Estado democrático de direito.

Entender as fragilidades sociais que estamos vivendo na atualidade, significa compreender causas e consequências, além da perspectiva histórica dos fatos. Pensar sobre a trajetória do pensamento conservador, de Burke a Scrutton, é fundamental para o entendimento das forças atuais. Entender que o conservadorismo, segundo aponta Mannheim (1976), é também ideologia, pois se originou da luta contra o iluminismo, nos faz compreender as investidas neoconservadoras no cenário mundial. A luta pela defesa da honra, da tradição, da moral religiosa, o foco no passado, faz parte de uma construção ideológica historicamente construída e se contrapõe aos valores modernos e contemporâneos da sociedade, construídos a partir das revoluções burguesas, é certo, mas que foram fundamentais para a existência da democracia e dos avanços da ciência que usufruímos hoje.

A partir da década 1970, o cenário de confrontos e a necessidade de fortalecimento dos ideais conservadores na sociedade contemporânea contribuiu para a cisão com a política econômica neoliberal, formando uma aliança crescente,

que é possível evidenciarmos em vários contextos sociais e que, a partir dos anos 1980, passou a se materializar com a ascensão de políticos ao poder, nas principais potências mundiais, como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra. No Brasil, apesar das forças conservadoras existirem desde o período do Império, esse modelo se fortaleceu a partir dos anos 2000, pela influência que o país tem dos Estados Unidos, quando Bush assumiu o comando e criou estratégias de articulação entre Estado e Igreja, em resposta às exigências e patrocínio da direita religiosa. Porém, o auge da articulação entre Estado e grupos neoconservadores cristãos nos EUA e Brasil, foi nos governos Trump e Bolsonaro, com consequências ainda hoje sendo vividas, de capilarização das ideias conservadoras cristãs nas políticas públicas e na sociedade como um todo, não esquecendo das práticas profissionais.

As profissões não estão imunes às mudanças societárias e os profissionais incorporam no dia a dia as novas tendências e suas influências, no entanto, existem limites para a associação do que se encontra no âmbito das atividades corriqueiras, familiares e morais-religiosas em relação ao que se caracteriza como ético-profissional. Mas falar da dimensão ético-profissional é, acima de tudo, pensar sobre o espaço da ética e da moral.

A perspectiva da ética não se resume a concepções, definições ou conceitos, mas, antes de tudo, ao aspecto ontológico. Pensar em ética é pensar na construção histórica do ser social, suas relações com o trabalho na sociedade em que vive e com as demais pessoas, na construção de cultura, religião, política, ciência. É um modo de ser socialmente determinado, portanto, uma construção sócio-histórica a partir da relação com a natureza e suas transformações. Nas mediações existentes nesse processo, o homem passa de ser instintivo a ser social, utilizando-se das atividades conscientes, racionais e teleológicas, o que confere ao homem, a sua capacidade de fazer escolhas, desenvolvendo a criatividade e liberdade.

Vale lembrar que o ser social se origina a partir do trabalho, na relação sujeito-objeto, mas o transcende, mediante outras formas de objetivações, para dar sentido ao sujeito coletivo. A essas variações, objetivações, dá-se o nome de práxis, que se caracteriza por incluir todas as objetivações humanas, como as produções artísticas, filosóficas, intelectuais, culturais, científicas e também se inclui a ética. Sendo assim, são os processos históricos que possibilitam o homem se comportar como ser ético. Porém, as objetivações éticas não ocorrem isoladamente, mas provêm de um modo de ser dos sujeitos históricos, conforme estudos de Barroco

(2010). O modo de ser dos sujeitos históricos encontra-se no campo da consciência e da capacidade de discernimento entre o bem e o mal, entre o certo e errado, ou seja, condições de escolhas morais ou consciência moral. A essa condição de consciência, dá-se o nome de objetivações ético-morais, nas quais também se encontra a moral, propriamente dita.

Vê-se, portanto, que a Ética e a Moral estão diretamente relacionadas e são alimentadas pela dimensão histórica. Na vida em sociedade, os homens estabelecem normas e códigos para a facilitação da convivência, que são regidos pela concepção de mundo e pelos valores universais, no entanto, não estão livres de conflitos e, daí surgem os dilemas ético-morais.

A interferência da religião na ação profissional se caracteriza por conflitos éticos e sempre existiu, porém, em momentos de estímulo às expressões públicas de uma moral religiosa, como é o caso de parlamentares, Presidente da República, se referindo a valores cristãos na nossa sociedade, ocorre uma reação tanto favorável quanto desfavorável, em medida crescente da sociedade. Casos em que políticos progressistas votam contra propostas da sua própria bancada em nome da religião e crença; casos em que professores obrigam alunas a fazerem oração em sala de aula; situações em que médicos se negam a realizar procedimentos importantes em razão da sua crença; juízes que proferem sentenças em que a decisão se pauta em princípios e preconceitos religiosos; assistentes sociais que se negam a defender os acordos da categoria e o Código de Ética da profissão, dentre tantos outros exemplos que podem ser elencados.

O Serviço Social possui um aspecto significativo na trajetória de consolidação da sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, que é o fato de ter nascido no seio da Igreja Católica, fruto da Ação Social. Mesmo se afastando do segmento Católico, veio a se aproximar do segmento Protestante. Certamente, essa fusão foi e ainda é motivo de conflitos e dificuldades de separação e entendimentos acerca da especificidade, do papel, dos princípios e objetivos, tanto presentes no espaço endógeno quanto exógeno da profissão. Porém, o aspecto ético, enquanto universal, se sobrepõe à moral. Uma ética profissional deve se sobrepor a uma moral religiosa, porém, o que vemos são ações e decisões invertidas a essa ordem, conforme identificamos neste estudo, o que se caracteriza no conflito entre uma ética profissional e uma moral religiosa vivido por parcela da categoria.

O conjunto CFESS/CRESS evidenciou diversas situações em que o(a) assistente social impõe uma ação que se contrapõe ao Código de Ética da profissão e aos temas anuais escolhidos pela categoria para centrar esforços na defesa dos direitos dos usuários dos serviços sociais. Essa realidade se configura como um enfrentamento aos preceitos teóricos e metodológicos da profissão, que sofreram diversas mudanças ao longo das décadas de 1960 a 1990, até se firmar com a consolidação de uma instrumentalidade própria da profissão, no âmbito teórico-metodológico, técnico-instrumental e ético-político.

As dimensões construídas ao longo de décadas e fruto de discussões, reverberaram como uma defesa por uma nova ordem societária. O aparato teórico-metodológico dos primórdios da profissão, que se servia de empréstimo da Psicologia de abordagem *Behaviorista* e da Sociologia de linha funcionalista, deu lugar à teoria social crítica presente em teóricos marxistas, favorecendo a compreensão de totalidade constante nessa perspectiva.

Apesar dos avanços, forças contrárias sempre existiram. As formas de expressão se transformam a depender dos cenários políticos, sociais e tecnológicos vigentes. Na atualidade, o uso da internet e das redes sociais, além da mídia televisiva, são espaços utilizados para veiculação de conteúdos e de enfrentamentos, de luta pelo poder, por espaços de conquista da hegemonia. Quando tratamos de hegemonia e luta pelo poder, nos baseamos, ao longo deste trabalho, em Gramsci (2002, 2020), por ter sido ampla e profundamente estudado por este teórico. O contexto das redes sociais foi local no qual identificamos um expressivo movimento contra-hegemônico no seio da categoria, com a explícita proposta de se contrapor ao projeto ético-político da categoria e, diante da considerável quantidade e qualidade dos dados coletados, foi possível realizar uma análise consistente.

Para tanto, a metodologia adotada no trabalho contribuiu para o alcance do objetivo apontado, tendo em vista o alinhamento da Análise de Discurso Crítica-ADC com o pensamento gramsciano no tocante aos estudos de hegemonia.

O universo da pesquisa escolhido, ou seja, a página “Serviço Social Libertário” no *Facebook*, foi local possível de colher todos os dados necessários à análise, pela quantidade e variedade de material existente, *posts*, textos, vídeos, artigos, monografias. No entanto, a seleção dos dados seguiu como critério a existência de conteúdo no qual estivessem presentes as áreas trabalhadas na

pesquisa, tais como, religião, neoconservadorismo, projeto ético-político e, disputa hegemônica pelo direcionamento da categoria.

O material coletado para estudo e análise seguiu o norteamento de três categorias da ADC: significado das palavras, representação dos atores sociais e interdiscursividade. Esses elementos deram conta de identificar as presunções, opiniões, juízos ou suposições que o texto usa; quais as relações semânticas (causa-consequência; problema-solução) são predominantes no texto; como os atores sociais são representados, quais os papéis que ocupam, a importância de seus posicionamentos; e quais os tipos diferentes de texto e linguagem usados e como se entrecruzam, no que se refere à interdiscursividade.

Os textos usados para a análise foram retirados das postagens, das *23 Teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro* e da monografia de conclusão do curso de Serviço Social, tendo como título *Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador*, todos constantes na página da comunidade do Facebook “Serviço Social Libertário”.

Os resultados extraídos da pesquisa nos ofereceram o entendimento de que existe uma parcela da categoria profissional, incluindo estudantes e assistentes sociais, que comungam com o ideário conservador, a ponto da referida página do Facebook contar com 6.130 inscritos e, falar de conservadorismo é, ao mesmo tempo, considerar a relação com a religião cristã, com maior expressividade no segmento neopentecostal. Em relação a esse dado, evidencia-se que tanto os administradores da página, quanto o autor das 23 Teses, bem como Souza (2018), são conservadores e possuem ligação com religião cristã conservadora.

Os textos adotados pela página tornam explícita a luta pelo direcionamento da categoria, pela eliminação das autarquias CRESS e CFESS e, para isso, usam de interpretações, em grande parte equivocadas, sobre o seu papel e ações, com uso de palavras com forte teor apelativo e de cunho negativo, ao fazerem referência ao conjunto dos conselhos da categoria como “ditadores”, “totalitários”, “arrogantes”, “doutrinadores”, “militantes político-partidários”, “desonestos intelectuais”. Ao mesmo tempo, os administradores da comunidade defendem a sua ideologia ao falar que a sua página “preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato”.

Além do ataque ao conjunto CRESS/CFESS, o grupo também faz críticas ao âmbito acadêmico, na busca pelo retorno às teorias e metodologias conservadoras, usadas nos primórdios da profissão. Fazem alusões a atitudes não democráticas de

professores para com os alunos que não seguem a teoria marxista e alegam que não existe a disciplina Políticas Sociais nos cursos de graduação, no entanto, nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, se faz presente tal disciplina como sendo de caráter obrigatório. Conclui-se que, essa afirmativa, ou passa pelo desconhecimento da equipe que escreveu essa informação, ou foi proposital, para provocar reações e *feedbacks* dos seguidores frente às ações da categoria ao longo do processo de sedimentação do projeto ético-político.

Nas *23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro* escritas pelo professor Dr. Edson Oliveira, permanece a forma enfática e forte de se referir ao conjunto da categoria CRESS/CFESS, fazendo uso de citações bíblicas para justificar as suas críticas. Utiliza o discurso das diferenças presente na direita conservadora e tradicional e argumenta que “não cabe mais defender um projeto ético-político profissional”.

A monografia de Souza (2018) apresenta em essência, as mesmas discussões dos demais analisados e defende um Serviço Social conservador cristão. O próprio Souza é neopentecostal e tem como referência no seu trabalho, o professor Edson Oliveira.

Outro dado relevante a se destacar é que Souza (2010) faz referência, em sua monografia, a uma entidade cristã, a qual foi importante no seu processo de formação. Tal entidade, denominada Associação Brasileira de Cristãos na Ciência— a ABC2 —, é uma iniciativa da Associação Kuyper para Estudos Transdisciplinares-AKET com o apoio da Templeton World Charity Foundation-TWCF.

O objetivo da ABC2 é promover a comunicação e a integração entre a comunidade cristã e o campo científico no Brasil. Já a fundação John Templeton é uma organização filantrópica religiosa, de origem norte americana, que financia pesquisas que possuam caráter cristão e humano. A entidade foi fundada por um investidor e filantropo, o Sir John Templeton, que tinha ligações com o fundamentalismo protestante.

Percebe-se que o fundamentalismo protestante/evangélico vem investindo maciçamente na área acadêmico-científica, financiada por instituições norte americanas e uma das áreas de investimento é a educação. A AKET tem como um dos propósitos, “aplicar a fé no conjunto da vida profissional” e “estimular a contemplação da beleza e da glória de Deus na criação por meio da ciência e o cultivo da gratidão e oração no dia a dia da academia e do laboratório.” Dessa

forma, entende-se o motivo do crescente uso de instrumentos de trabalho com mensagens religiosas cristãs, como é o caso de profissionais que usam frases em alusão a Deus nos seus carimbos profissionais e não seguem os direcionamentos da categoria em suas campanhas, bem como a adoção de posições, atitudes e comportamentos contrários ao Código de Ética e diretrizes da categoria.

Sabe-se que, em essência, o fundamentalismo cristão trava a luta do “bem contra o mal”, sendo seus “males” a ameaça comunista, a democracia, a diminuição das desigualdades. Pelo motivo do Serviço Social ter adotado o posicionamento ético em defesa da classe trabalhadora, que, em ampla maioria dos casos de atendimento, são de baixa renda, pertencentes à camada pauperizada da população e usuários dos serviços sociais, as forças contrárias a esse direcionamento, se capilarizam ganhando força e volume.

É fato, como já dissemos anteriormente, que as forças contrárias à hegemonia do projeto ético-político da profissão sempre estiveram presentes, pois não existe unanimidade ideológica nas profissões, porém, de maneira organizada, sistematizada, elaborada, com intenção de cooptar seguidores, e publicamente contrários aos direcionamentos sociais da categoria, a primeira vez, está sendo através da página “Serviço Social Libertário”.

O quadro atual se configura como marcado pelo enfrentamento, pelo desafio, e pode se constituir enquanto ameaça ao projeto ético-político da categoria, o que corrobora a minha tese inicial. Com isso, não se afirma que o conjunto da categoria não está consciente do atual quadro, tanto que diversos posicionamentos foram tomados nos sites do conjunto CRESS/CFESS, alguns trabalhos importantes estão sendo elaborados e publicados nesse viés, porém, os embates merecem se dar também no âmbito das fiscalizações, dos esclarecimentos à categoria, dos debates e da ampliação das produções teóricas e científicas.

O estudo que ora se apresenta se classifica como uma contribuição à profissão do Serviço Social, diante da escassez de pesquisas e estudos na área, porém, não apenas restringe-se a essa profissão específica, sendo fonte para novas pesquisas e elaborações teóricas, haja vista, estarmos diante de uma realidade que se apresenta com diversos desafios e desdobramentos.

Cabe aos direcionamentos sociopolíticos das categorias profissionais e à sociedade como um todo, reservar espaços de discussão e construir estratégias de enfrentamento ao cenário atual, por estarmos a viver uma ameaça que não se limita

ao âmbito das profissões no sentido endógeno, mas se caracteriza em repercutir no cotidiano individual e coletivo da sociedade, mediante as inúmeras intervenções praticadas pelos profissionais e que afetam diretamente os sujeitos sociais em suas múltiplas necessidades.

O enfrentamento da realidade com consciência sociopolítica promove a ampliação das estratégias de embates entre grupos contra-hegemônicos, mas, sobretudo, contribui para o fortalecimento das forças democráticas e progressistas do país, haja vista a existência de confrontos diretos e indiretos em todas as esferas da sociedade.

A comunidade “Serviço Social Libertário”, as *23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro*, o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC de Souza (2018) e as expressões de parte da categoria contrárias ao projeto ético-político do Serviço Social, são apenas alguns exemplos da crescente e rápida ascensão do conservadorismo no Brasil, e, diante das evidências apontadas e dos resultados postos neste estudo, consolidar o projeto ético-político no Serviço Social é fortalecer a compreensão da dinâmica social como forma de enfrentar as ameaças ao Estado democrático de direito e lutar pela manutenção da democracia no país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, M.A.R.A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ARENDT, H. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

ASSIS, D.S.; MELO, M.S.S. Analisando o discurso religioso midiático no programa DE FRENTE COM GABI: um contraste entre os discursos do Padre Fábio de Melo e do Pastor Silas Malafaia. In: MELO, M.S.S. (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

BARROCO, M.L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2019.

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTA JR., J.R.L.; SATO, D.T.B.; MELO, I.F.M. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BESSA, D.; SATO, D.T.B. Categorias de Análise. In: BATISTA Jr., J.R.L.; SATO, D.T.B.; MELO, I.F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BONALD, L. A de. **Teoría del poder político y religioso: Teoría de La educación social**. Madrid: Editorial Tecnos, S.A, 1988.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BONFIM, P. **Conservadorismo Moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRITO, C.L.; LARA, G.M.P. Messianismo como discurso e como cenografia. In: MELO, M.S.S. (Org.) **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Aborto é assunto pra assistente social sim, mas sem preconceito!** Out. 2014. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 20 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Em defesa do Estado Laico. Edição especial **CFESS Manifesta**. Jan. 2016. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 20 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Em vídeo, CFESS contesta decisão judicial que abre precedentes para terapias de reorientação sexual**. Set. 2017. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Projeto ético-político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade. **CFESS Manifesta: 30 anos do congresso da virada**. 2009. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAMBOIM, L.; BEZERRA, E.P.; GUIMARÃES, I.J.B. Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do programa de pós graduação em ciência da informação da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n.2, p. 123-134, 2015. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/download/25380/15178. Acesso em: 01 maio 2019.

CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23 n. 2, p. 75-122, mai./ago. 2018. Dossiê - Interpretações do Brasil contemporâneo. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.2v23n2p40.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.

CISNE, M.; CANTALICE, L.B.O.; ARAÚJO, L. Renovação do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 307-327, jul./dez. 2020. ISSN 1980-8518

CORTINA, A.; NAVARRO, E. M. **Ética**. Madrid: Edições Loyola, 2005.

COSTA, G.M. Revisitando o Serviço Social clássico. **EmPauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 166-180, 2017.

COUTINHO, C.N. **GRAMSCI: Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIP, A. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

EMEDIATO, W.; FRANCO, E.A. Discurso Religioso, Argumentação e Cognição da Fé. In: MELO, M.S.S. (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ENGELS, F. Progresso da reforma social no continente. Tradução de R. V. Fortes. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 643-660, jul./dez. 2020. ISSN 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. **Linha d'Água**, n. 25, v. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 21 maio 2020

FALEIROS, V.P.; RODRIGUES, M.V.; IAMAMOTO, M.V. O “Serviço Social Clínico” e os Desafios Ético-Políticos Postos à Profissão de Serviço Social. Serviço Social Clínico. **EM FOCO**, n. 6, out. 2009. CRESS-RJ 7ª Região. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/em-foco-servico-social-clinico.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FANG, L. Sphereofinfluence: howamericanlibertarians are remakinglatinamericanpolitics. **Revista The Intercept**. Matéria veiculada dia 09.08.2017. Disponível em: <https://theintercept.com/.../atlas-network-alejandro.../>. Acesso: em 01 maio 2019.

FELLETT, J. Olavo de Carvalho. O ‘parteirol’ da nova direita que diz ter dado à luz, flores e lacraias. **BBC News Brasil**. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acessado em: 17 jun. 2021.

FLORIANI, L.B.R.; RIBEIRO, M.C.P. Para além da abstração da posição original: uma proposição a partir de Nozick e Sandel. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 4, p. 91-114, out./dez., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2018.v41n4.06.p91>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FRAGOSO, S; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES-SEGUNDO, P.R. Discurso e Prática Social. In: BATISTA JR., J.R.L; SATO, D.T.B.; MELO, I.F.(Org.). **Análise de Discurso Crítica Para Linguistas e Não Linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**— Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 495 p. v. 6.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GRIGOLETTO, E. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; SCHONS, C.R. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Editora da UFPE, 2011.

GRONDIN, J. **Que saber sobre Filosofia da Religião**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2012.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUERRIERO, S. A atualidade da teoria da religião de Durkheim e sua aplicabilidade no estudo das novas espiritualidades. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42, Edição Especial, p. 11-26, 2012. ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 22 out. 2021.

HOCK, K. **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 1985.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

KADANUS, K. Bancada evangélica é a terceira maior do Congresso e atua em bloco. **Gazeta do Povo**, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bancada-evangelica-e-a-terceira-maior-do-congresso-e-atua-em-bloco3fipxwil0cmqqw7mgx6js3982>. Acesso em: 17 jun. 2021.

LACERDA, M.B. **O novo Conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MANNHEIM, K. **Ensaio de sociologia e psicologia social**. Londres, 1959.

- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MELO, I.F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., J.R.L; SATO, D.T.B; MELO, I.F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.
- MELO, M.S.S.; ASSIS, D.S. Analisando o Discurso Religioso Mediatizado no Programa de Frente com Gabi: Um Contraste Entre os Discursos do Padre Fábio de Melo e do Pastor Silas Malafaia. In: MELO, M.S.S. (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.
- MELO, M.S.S. Considerações sobre o Domínio de Prática Discursiva Religiosa. In: MELO, M.S.S. (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.
- MESLIN, M. **Fundamentos de antropologia religiosa: a experiência humana do divino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1994.
- NETTO, J. P.A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A.E.; BRAVO, M.I.S. *et al*(Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.
- NETTO, J.P. Entrevista: José Paulo Netto. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 333-340, jul./out.2011.
- NETTO, J.P. O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXVI, n. 84, nov. 2005.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- NISBET, R. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- NOZIK, R. **Anarquia, Estado e Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- OLIVEIRA, E.M. As 23 Teses para a Reforma do Serviço Social. **Facebook**, Serviço Social Libertário, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialibertario/posts/548535625490651/>. Acesso em: 17 out. 2020.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PIANA, M.C. O serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas. In: PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PIERUCCI, A.F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP, Editora 34, 2013.

PIERUCCI, A.F. **As Bases da Nova Direita**. Novos Estudos CEBRAP, n. 19, v. 3, p. 26-45, dez. 87. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-19/> Acesso em: 20 ago. 2021.

PRATES. J.C. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 240 - 246, ago./dez. 2018. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/32902>. Acesso em: 27 ago. 2021.

QUADROS, M.P.R. Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: formação ideológica, “guerra cultural” e política externa. **Espaço Plural**, ano XV, n. 31, p. 43-61, 2. sem. 2014. ISSN 1981-478X. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/12272/8520>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RINALDI, A.L. O Segundo Reinado: a construção da ordem política. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 141, fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18609>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RIOS, T.A. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, C.M. Expoentes do pensamento conservador: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano VI, n. 16, maio. 2013 (publicada em 2014) - ISSN 1983-2850 – Dossiê: Facetas do Tradicionalismo Católico no Brasil. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SÁ, G.R. Da Pluralidade ao Pluralismo Ético, Moral e Jurídico: uma reflexão a partir de Émile Durkheim (1858-1917). **Rev. Brasileira de Filosofia do Direito**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2017. e-ISSN: 2526-012X. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/filosofiadireito/article/view/2502>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SAES, L de. Joseph de Maistre e suas considerações sobre a França revolucionária. **Revista Territórios e Fronteiras**, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT v.1,n.1,jan./jun. 2008.

SANSON, C. Como a Gazeta do povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. **IHU Online**, 11 dez. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 17 jun. 2021.

SANTOS, A.J.S.; ALBUQUERQUE, D.O.; BARACHO, G.A.L.; PINHO, J.S.B.S.; OLIVEIRA, T.C.P. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 739-762, 2019.

SILVA, S. B. Questões de método: aspectos da prática de pesquisa em internet. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 286-291, dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641248025>. Acesso em: 01 maio 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, P. **Assistentes Sociais e Religião**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, J.M.A. de. **Tendências ideológicas do Conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SOUZA, R.T. **Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Centro Universitário Metropolitano de Maringá-UNIFAMMA, Maringá, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/41018553/Monografia_Religi%C3%A3o_e_Servi%C3%A7o_Social_Liberdades_de_cren%C3%A7a_e_de_express%C3%A3o_do_assistente_social_crist%C3%A3o_e_conservador. Acesso em: 21 jun. 2021.

TAINAN, P.T.; MACHADO, A. Desafios epistêmicos e configurações teórico-metodológicas da etnografia virtual no campo da comunicação. **Estudos em Comunicação**, n. 18, p. 133-158, maio 2015. Disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/19/pdf/n19a07.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

TEIXEIRA, C.G.P.; CALANDRELLI, J.F.R. Donald Trump e o Neoconservadorismo. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 380-395, dez. 2017. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p380>. Acesso em: 11 maio 2020.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VANDIJK, T.A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

VÁZQUEZ, A.S. **Ética**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S.A, 1992.

VIEIRA, B.O. **Serviço Social: precursores e pioneiros**. RJ: Agir, 1984.

VIEIRA, J.A.; MACEDO, D.S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA Jr., J.R.L.; SATO, D.T.B.; MELO, I.F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

WEBER, S. Formação docente e projetos de sociedade. **RBPAE**, v.23, n.2, p.181-198, maio/ago. 2007.

ANEXO A



Serviço Social Libertário • 20 de julho de 2016 • Editado

QUEM SOMOS

O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunas (os) e profissionais de Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica.

O movimento é totalmente avesso ao marxismo, primeiramente, por entender que a teoria incorre em equívocos (como por exemplo, a teoria do valor, a teoria da exploração e da luta de classes). Também, por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada.

O objetivo principal da página é trazer a teoria liberal para dentro do universo do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não seja a "ditadura do proletariado" e a utópica "revolução comunista". Além de evidenciar o quão prejudicial é a atuação desmedida do Estado que não se limita às suas funções essenciais, de segurança e de proteção, mediante a lei, da inviolabilidade dos direitos individuais.

Acreditamos que o caminho da liberdade e do respeito aos direitos individuais, como vida e propriedade, são essenciais para a organização da sociedade e bem-estar comum. Existem várias escolas de pensamentos liberais, mas entendemos que a Escola Austríaca de Economia é a mais completa, por abranger não apenas ao pensamento econômico, mas também tratar de filosofia e direito, por isso, os assuntos tratados pela página terão como base os teóricos dessa escola.

A página tem, ainda, por objetivo, alcançar mais pessoas que, como nós, as editoras, conseguem identificar a doutrinação do curso e a grande armadilha que é o socialismo. Não nos absteremos de denunciar as típicas atitudes intolerantes, fatalmente arrogantes e totalitárias daqueles que se dizem defensores da democracia, da liberdade, da igualdade e do pluralismo, mas que defendem um sistema opressor, tão pouco deixaremos de ironizar ou polemizar os assuntos que dizem respeito ao Serviço Social e à ideologia marxista e seus teóricos.

Atualmente, a página possui três editoras, mas o grupo de "opositores Serviço Social" é bem maior e abrange conversadores (as), liberais e libertários (as). A história do grupo teve início este ano (2016), quando nos conhecemos através de publicações nas redes sociais, mas o movimento individual, dentro do curso, já possui história desde 2010. Foi, mais especificamente, através da divulgação, nas páginas liberais, da defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso, no Serviço Social, fundamentado no pensamento da Escola Austríaca de Economia, que nos conhecemos e, com alguns meses depois, montamos o grupo que hoje cresce.

Escreva um comentário...

Se você tem interesse de saber mais sobre as propostas liberais, acompanhe e interaja com nossa página. Aos estudantes e profissionais de Serviço Social, temos um grupo no whatsapp e no telegram, para fazer parte é só deixar o número no bate-papo.

ANEXO B

"Assistente social não tem opção de se posicionar pró-Bolsonaro. Ou você é assistente social ou você é pró-Bolsonaro. Os dois não dá." ????



É disso que estamos falando. O Serviço Social brasileiro tomou uma direção, nos últimos anos, em que o estudante/profissional se vê obrigado a tomar partido de esquerda e defender projeto de sociedade socialista. Eles defendem a liberdade e a pluralidade de você seguir essas ideologias e também defendem a democracia de você concordar com eles ou abandonar a profissão.

(Recebemos o vídeo de um seguidor que prefere não se identificar por causas das perseguições e constrangimentos no ambiente profissional)

ANEXO C

Como refutar um "cristão" socialista, citando um socialista



Friedrich Engels



"É, portanto, curioso que enquanto os socialistas ingleses são geralmente opostos ao Cristianismo, e têm que sofrer todos os prejuízos religiosos de um povo verdadeiramente cristão, os comunistas franceses, mesmo sendo parte de uma nação celebrada por sua infidelidade, são Cristãos. Um de seus favoritos jargões é que, Cristianismo é comunismo, "le Cristianismo c'est le Communisme". Com isso eles tentam provar na Bíblia, o estado de comunismo no qual os primeiros Cristãos foram ditos ter vivido, etc. Mas tudo isso mostra apenas, que essas pessoas boas não são os melhores Cristãos, embora eles se colocam como sendo; porque se eles fossem, eles conheceriam melhor a Bíblia, e descobririam que, se algumas poucas passagens da Bíblia talvez são favoráveis ao comunismo, o espírito geral das doutrinas bíblicas é, na verdade, totalmente oposto a ele, assim como cada medida racional."

Serviço Social Libertário

Serviço Social Libertário
8 de maio de 2016 · Editado

Até Engels entendeu a incompatibilidade entre o cristianismo e o comunismo, mas a ficha dos cristãos marxistas do curso ainda não caiu.

F. Engels foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. No artigo "Progresso da Reforma Social sobre o Continente", publicado em novembro de 1843, no jornal "O Novo Mundo Moral", Engels faz fortes críticas aos cristãos comunistas, afirmando que eles não conhecem a Bíblia.

Veja o artigo completo em:
<<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/10/23.htm>>. Último acesso em: 07 maio 2016.

308 curtidas · 65 comentários · 515 compartilhamentos

Curtir · Comentar · Compartilhar

Todos os comentários ▾

Escreva um comentário...

Augusto De Moraes Valente Eu detesto qualquer forma de Socialismo, mas nego acha que Socialismo é sinônimo de Comunismo e que foram Marx e Engels que criaram o termo e as ideias relacionadas...

Curtir · Responder · 3 a

Nathally Barbosa Antes de Marx já existiam as ideias socialistas, mas foram Marx e Engels os teóricos que inventaram o comunismo. Para Engels, o comunismo era o socialismo "posto em prática", pois considerava as formas anteriores de socialismo utópicas.

Nesse pôster específico o termo "socialismo" refere-se ao pensamento de Engels.

As pessoas quem são adeptas das ideias de Marx e Engels podem ser consideradas tanto socialistas, como comunistas, como simplesmente marxistas, no fim, é tudo a mesma coisa.

Curtir · Responder · 3 a

Augusto De Moraes Valente Leia Bernstein, Saint-Simon, Prouhon, Bakunin e até o Mein Kampf. Leia ao menos os resumos, e você entenderá porque essa generalização é enganosa, principalmente por causa da diferença entre seus respectivos meios de se alcançar a tão sonhada e utópica... Ver mais

Curtir · Responder · 3 a

Islanio Santiago Há o socialismo e há o socialismo científico. Este último tem Marx como pai.

Escreva um comentário...

Nathally Barbosa Augusto De Moraes Valente realmente não conheço esses caras ai que você citou. O que eu conheço se limita a Marx e tudo que eu aprendi dele no meu curso e lendo suas obras. Baseado nesse conhecimento é que eu volto a afirmar que marxismo, socialismo e comunismo, no final das contas, dá no mesmo.

Volto a repetir: aqui estou utilizando estes três termos de acordo com a perspectiva de Marx e Engels, não estou me referindo a nenhum outro tipo de socialismo.

Curtir · Responder · 3 a

Augusto De Moraes Valente Eu li de novo o teu comentário, Nathally. Eu entendi errado. Mas de qualquer jeito eu devia ter sido mais claro quando falei né? Kkk

Curtir · Responder · 3 a

Augusto De Moraes Valente Bernstein é o pai da Social-democracia, Saint-Simon é um dos criadores do que Marx e Engels chamavam de Socialismo Utopico, Proudon é o pai do Anarquismo e inspirou em parte Bakunin, maior defensor do anarquismo violento, Mein Kampf é a obra de Hitler ... Ver mais


Curtir · Responder · 3 a

Escreva uma resp...


ANEXO D

“
É URGENTE QUE SE REPENSE UMA FORMAÇÃO QUE ESTEJA DE ACORDO COM A REALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL E TAMBÉM DA LÓGICA DO MERCADO DE EMPREGO, POIS NÃO SE TRATA DE MILITANTES OU DE FILANTROPIA, SOMOS PROFISSIONAIS E ALMEJAMOS UMA BOA COLOCAÇÃO E RECOMPENSA NO MERCADO DE TRABALHO.
”

A.M. - SEGUIDORA DA PÁGINA



Serviço Social
Libertário





Serviço Social Libertário
6 de outubro de 2016





...


Toda profissão, diferentemente de ocupação, requer uma formação, seja prática ou teórica (vide filosofia, por exemplo). No entanto, o que temos no Serviço Social brasileiro é uma formação de militância de esquerda, em que as questões objetivas e realmente necessárias para a atuação como assistente social são deixadas para segundo plano. Na grade curricular de muitas universidades do Brasil, as disciplinas de políticas públicas e sociais - essências para o trabalho do(a) assistente social (saúde, habitação, assistência) - não constam como disciplinas obrigatórias do curso, não levando em consideração o fato de que estes são os setores que mais absorvem os profissionais da área. Não há preocupação com esta questão por parte de quem monta a grade curricular da profissão e é urgente que se repense uma formação que esteja de acordo com a realidade do assistente social e também da lógica do mercado de emprego, pois não se trata de militantes ou de filantropia, somos profissionais e almejamos uma boa colocação e recompensa no mercado de trabalho. Quem não tiver este como objetivo, nada impede que milite ou faça trabalhos sem remuneração. Com a formação que temos, fica obscura a fronteira entre o profissional e o que não passa de mera militância pró-esquerda. O nosso compromisso deve ser com a população que atendemos. E eles esperam encontrar um profissional capacitado, que lhe oriente e direcione quanto à sua demanda.

(Texto de uma seguidora da página, A.M.)



63

57 comentários
44 compartilhamentos


Escreva um comentário...    



Brune Rapchaell Magalhães
As pessoas não se identificam? Quem constrói essa corrente? Ta na hora de ocuparem os espaços de disputa profissional. O SERVIÇO SOCIAL SE FAZ NA LUTA E NÃO EM PÁGINAS DE FACEBOOK.

3 a


Curtir Responder



Marcia Arruda sim... voce tem razão, mas é na pagina do facebook que encontramos pessoas para discutirmos o que não aprendemos em sala de aula, pois nosso precioso tempo foi consumido por ideologias passadas, e nós precisamos de coisas presentes, sem entendimento será difícil realizar o que nos propomos que é exercer a profissão, o pouco que aprendemos foi nos estágios da vida, e na pagina do facebook conseguimos extravazar nossas decepções encontradas na sala de aula

3 a





Curtir Responder Editado



Brune Rapchaell Magalhães Alcram Arruda a pagina é totalmente ideológica.

21 sem

Curtir Responder

Escreva uma resp...    

Geovane Teixeira Em conformidade com as regras do bom convívio e, tão qto importante, o código de ética da profissão, eu inicio o meu post desculpando pela minha ousadia por vir debater, ou melhor, problematizar em um grupo com idéias opostas, mas eu deixo aqui algumas questões, aos seguidores da página, que considero fundamentais para uma boa análise! 😊

Qual é o objeto de estudo do serviço Social?
Qual é o objetivo principal do serviço social?
Em uma entrevista com o usuário, devemos negar todo o contexto histórico?
A ideia que propõe acredita que as leis são invariáveis?
Como ser de direita sem favorecer a manutenção do sistema e a perpetuação da filantropia?
Culpabilizar o indivíduo, negando a sua história, utilizando a meritocracia como agente propulsor para alcance da emancipação social, é ser justo, igual e paritário?

Em tudo isso, eu admiro e ressalto uma grande aspecto, o pensamento critico de encontro às bases curriculares dos seguidores da página, mas afirmo com propriedade que o pensamento doutrinador é completamente diferente de um boa formação acadêmica.

Indiara Silveira, Joelma Lopes, Leonardo e Gaby Batista.
Estamos diante de um excelente debate contemporâneo, dentro da categoria profissional.

Curtir Responder 3 a Editado

ANEXO E

A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 108/19 desobriga a inscrição em conselhos de profissão para o exercício da profissão.

Sendo aprovada, permitirá que nós exerçamos a profissão de Assistente Social sem pagar a taxinha do grupinho **Conselho Federal de Serviço Social - CFESS**.

A inscrição e pagamento da anuidade será voluntária para àqueles que se sentem representados por essa entidade e veem alguma utilidade nela!

Compartilhamos com vocês um vídeo do Canal **Ideias Radicais** para explicar o assunto da perspectiva libertária. Comenta aí o que achou:

<https://youtu.be/V8CWAUgahwg>

ANEXO F

Graças ao empenho e dedicação de vários profissionais, entre eles o professor Edson Marques de Oliveira, autor das 23 teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro, compartilhamos com vocês esta raridade de 102 anos: o livro "Diagnóstico Social" de Mary Ellen Richmond em Português (Portugal).

É com muita alegria que fazemos parte deste momento histórico para Serviço Social brasileiro. Isso é histórico visto que não se tem mais exemplares dessa cópia, e em inglês a dificuldade é ainda maior.

"Escrito por uma assistente sociais para assistentes sociais. Isso não é pouco, pois os escritos atuais são de assistentes sociais que nunca tiveram prática profissional. É uma temática que se mostra muito atual em várias partes do mundo, onde estão revisitando e atualizando o pensamento richimoniano e sua essência no que diz respeito ao primor teórico, técnico e humano, e sua centralidade no ser humano." disse o professor.

Link para Download: <https://drive.google.com/open...>



ANEXO G

The screenshot shows a web browser window displaying a Facebook post. The browser's address bar shows the URL 'facebook.com/servicosociallibertario/'. The Facebook interface includes a search bar, navigation icons, and the user's profile 'Simone'. The post is from the page 'Serviço Social Libertário', which was created on March 16, 2016. The post text, dated February 24, 2020, expresses pride in publishing the book 'Teoria do Trabalho Social Moderno' by Malcolm Payne. It discusses the intellectual militancy and dishonesty of the Brazilian Social Service, which has hindered the availability of such works. A link to a Google Drive file for download is provided. The post also includes a photo of the book cover, which features a globe and the text 'SERVIÇO SOCIAL Libertário'.

administram e publicam conteúdo.

Página criada em 16 de março de 2016

Páginas relacionadas

- Serviço Social Brasil**
Sonaly Vila Nova curtiu isso
Faculdade e universidade **Curtir**
- Profissão Assistente So...**
Lucelia Silva curtiu isso
Site educacional **Curtir**
- Serviço Social na Luta**
Kátia Lima curtiu isso
Blogueiro(a) **Curtir**

Adicione sua empresa ao Facebook
Mostre seu trabalho, crie anúncios e conecte-se com clientes ou apoiadores.

Serviço Social Libertário está 😊 se sentindo orgulhoso. ...
24 de fevereiro de 2020 · 🌐

Curta **Serviço Social Libertário**

Como uma página que preza pela liberdade individual de escolha e pela pluralidade de fato, é com muito prazer que publicamos o livro "Teoria do Trabalho Social Moderno" de Malcolm Payne.

A militância e desonestidade intelectual do Serviço Social Brasileiro da atualidade tem impedido que obras utilizadas em graduações de Serviço Social / Trabalho Social mundialmente como esta cheguem às nossas mãos.

Link para download >>>
https://drive.google.com/.../1_fUm0ZSXN4hoNkMAZHx.../view...

"Teoria do Trabalho Social Moderno oferece uma revisão exhaustiva e ponderada dos principais agrupamentos de teorias dentro do trabalho social, as ideias de onde elas vêm, os debates a que deram origem e as vantagens e problemas da sua implementação na prática."

Curta **Serviço Social Libertário**

https://drive.google.com/file/d/1_fUm0ZSXN4hoNkMAZHxumlrwWVZgG/view?fbclid=IwAR11Va8j1vxmQc1wphGsgprl5J1wChrDEMgi-dYBGVYzSE7OVbTz7tM6JE

23°C Pred. limpo 19:05
PTB2 18/08/2021

ANEXO H

1ª Tese:

É NECESSÁRIA UMA REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

[...] reformar o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma "profissão militante político-ideológico partidária". [...] mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como isso é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção aos profissionais) o que não cabe a uma profissão, e sim, e se muito for, a organizações militantes como sindicatos, ONGs ativistas, movimentos sociais, mas jamais para uma **PROFISSÃO**.

[...] não proponho uma nova profissão, mas, sim, que a nossa profissão seja uma profissão como foi em seu nascedouro, há mais de 100 anos. E é claro, considerando a sua dinamicidade de atender ao chamado da realidade humana de cada tempo-contexto e não meramente um voltar mecânico às suas origens.

O entendimento seria de que esse revisitar as origens e, portanto, buscar uma reforma, seria na busca e no reencontro da sua essência e magnitude como preconizado por Mary Ellen Richmond, a qual já via o assistente social de seu tempo como um artífice das relações sociais, profissão que intervém e produz efeito prático na vida e realidade humana, e uma ciência que estuda sistematicamente a realidade para melhor conhecê-la e elaborar junto com seus clientes ações de intervenção. [...]

SERVIÇO SOCIAL
Libre

ANEXO I

7ª Tese:

A realidade mostra que somos chamados para atuar no campo do atendimento individual, grupal e comunitário

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Além disso, evidencia-nos que mais de 80% das atividades que fazemos são relacionadas ao atendimento, orientação, encaminhamento e gestão de informações estratégicas de acesso aos direitos. Entretanto não preparamos os nossos profissionais para isso, e por mais que tentaram desconstruir essa ideia no plano teórico e ideológico, a realidade é mais dura, a realidade é carne e osso. Ela grita e berra em nossos rostos e ouvidos de modo que não se pode ignorar essa realidade.

A centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social. [...] São indivíduos que não podem esperar por uma nova ordem societária utópica e destituída de clareza concreta de sua existência. Enquanto isso, na vida real, as pessoas estão sem respostas, sem esperança ou sem alternativas e só recebem "isso não é da minha competência" ou "vou cadastrar no sistema para receber os benefícios".

No entanto a formação abandonou essas dimensões e não prepara os seus profissionais para atuarem no atendimento dessas questões, ao contrário, impedem que outras visões modalidades e fontes de inspiração possam ser acessadas, pois só se dá mais do mesmo, sem trégua para outras experiências e proposições.

Isso ocorre porque desde os anos de 1980 o objeto e, conseqüentemente, os objetivos da profissão vem sendo alterados. Porém sem alterar essa projeção/entendimento não há como alterar o percebido e muito menos o vivenciado. Novas categorias de análise precisam ser formuladas e/ou adequadas a partir do resgate do objeto e da missão (razão de existir) de nossa identidade profissional. [...]

ANEXO J

12ª Tese:

A profissão precisa cultivar e desenvolver uma pluralidade de fato, não uma pluralidade fingida

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

É preciso exercer o papel e a função de facilitador e mediador de conhecimentos que permitam apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida.

O profissional de Serviço Social deve formar uma visão, ou melhor, uma cosmovisão integral e integrada, a fim de ver o ser humano como um ser completo, em suas múltiplas dimensões: corporal, mental, social, econômica, cultural, espiritual etc. (OLIVEIRA, 2013). Do mesmo modo, deve saber dialogar com os vários conhecimentos e estratégias disponíveis, tais como criar novas estratégias que visam a uma intervenção crítica, criativa e, sobretudo, propositiva.

Para isso é necessário cultivar e desenvolver uma pluralidade de fato (OLIVEIRA, 2004) e não uma pluralidade fingida que contradiz o que se fala com o que de fato se faz. Em relação a isso, lembremos o ensinamento e aviso profundo de Cristo, que para além da espiritualidade dessas palavras, as mesmas podem ser utilizadas como parâmetro de análise crítica para os nossos dias em relação aos sofismas e ideologias que se impregnaram em nossa profissão: "Acautelai-vos [assistentes sociais] quanto aos falsos profetas [intelectuais de plantão]. Eles se aproximam de vós disfarçados de ovelhas, mas no seu íntimo são como lobos devoradores. Pelos seus frutos os conhecereis. É possível alguém colher uvas de um espinheiro ou figos das ervas daninhas? Assim sendo, toda árvore boa produz bons frutos, mas a árvore ruim dá frutos ruins." (Jesus Cristo, Bíblia Sagrada, Mateus, 7: 15 a 17). [grifo nosso], em outros termos, o nosso dizer tem que refletir com congruência o nosso fazer.

ANEXO K

5ª Tese:

Uma profissão tem sua identidade construída não por um grupo dito hegemônico

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

[...] Seja no campo da publicação, nas leis ou nos espaços de formação, a identidade profissional é formada, como vimos há 100 anos com o trabalho pioneiro de Mary Ellen Richmond (1917, 1922), a partir de muito trabalho, tanto de campo como intelectual, mas, sobretudo, pautada na realidade e não somente atrás dos muros das faculdades.

A identidade, seja ela pessoal ou profissional, é formada a partir da interação com a dinâmica da vida social, das demandas dos sujeitos e atores que interagimos, e não a partir da formação e indução, manipulada, achacada e imposta de uma única vertente teórica, filosófica, ideológica, política e partidária. Muito menos por lutas de poder para manter uma hegemonia, onde um grupo, querendo formar profissionais/intelectuais/militantes, acaba por não fazer nem uma coisa nem outra. Essas lutas não formam bons militantes, bons intelectuais e muito menos bons profissionais, ficando um vazio existencial, uma desorientação ocupacional que vem gerando incertezas e incongruências na relação teoria e prática. [...]

A construção de uma identidade profissional passa pela aceitação, pelo respeito e pelo diálogo honesto e fraterno de opiniões e estratégias diferentes, e não da exclusão do que não expressa o comando hegemônico, que por si só já é contra a dignidade de uma verdadeira pluralidade. Identidade profissional não é identidade de classe. Enquanto a primeira agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora. E isso tem que mudar e a melhor estratégia é voltarmos a ser simplesmente uma profissão como as demais profissões, salvaguardando e destacando as nossas especificidades como profissão do campo sócio-humano.

ANEXO L

13ª Tese:

A pluralidade no nosso curso e na profissão precisa ser empática, e não simplesmente simpática

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante,
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Nesse sentido essa pluralidade tem que ser empática e não simpática como atualmente tem sido disseminada. A pluralidade simpática confunde pluralidade (mais do que um) com ecletismo (supostamente uma mistura de teorias destituídas de razão). Assim, pluralidade no Serviço Social Brasileiro tem sido entendida (confundida) com dialogar com outras matrizes que sejam "simpáticas", quando não iguais, a exemplo da relação entre o marxismo e o pensamento de Habermas. Além disso, buscar dialogar com outras que são diferentes pode ser entendido como ecletismo [...].

[...] é preciso estimular a Pluralidade Empática, em que o diálogo existe principalmente com quem é diferente, ou seja, a unidade verdadeira só existe na diferença, na diversidade, no respeito ao outro como legítimo. [...] Apenas haverá respeito e solidariedade quando de fato as pessoas forem acolhidas, respeitadas e livres para buscarem e fazerem suas escolhas teóricas, espirituais, sociais, sexuais, políticas e de cosmovisão de mundo, sem serem rotuladas ou encaixadas em compartimentos e etiquetas do bem e do mal. [...]

[...] muitos, por sobrevivência, dizem ser uma coisa que não são e, muitas vezes, nem acreditam só para sobreviver. Assim, criam essa identidade forjada, ou criptografada, como fizeram os Judeus para fugirem da inquisição, diziam ser cristãos [...]. Outros muitos declaram juras de amor a Marx, José Paulo Netto e Yamamoto, mas no cotidiano recorrem a Balbina Ottoni Vieira e outros que falam do fazer teórico/prático da profissão. É preciso romper o medo de dizer o que realmente pensam e sentem, principalmente os profissionais que estão na prática, no cotidiano, no enfrentamento diário. É preciso também que a academia saia de seus muros, ouça e se conecte com a realidade, deixando de apresentar teorias e conceitos que não têm conexão com a prática. [...]

[...] se uma ciência, que fica só na cabeça dos intelectuais sem condições de aplicação na prática, é mero prazer solitário intelectual, em si é estéril e vazia, pois seus frutos são confusão, ilusão e angústia [...]. Pluralidade tem que sair do papel e do discurso e ser uma realidade cotidiana, vista pelos seus frutos e não só por discursos.

ANEXO M

15ª Tese:

Não cabe mais defender um projeto ético político profissional

Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante.
Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017
Prof. Dr. Edson Marques Oliveira

Não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa, mas nunca deixar que esses outros projetos sejam explicitados ou possam influir na profissão, e ao mesmo tempo tratar as pessoas que não são devotas (ao projeto hegemônico) como sendo hereges e profanos (SILVA, 2012).

É preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana.

A centralidade e o dever do profissional deve buscar articular, estimular e investigar de forma inteligente, crítica, criativa e propositiva, formas éticas, humanas e profissionais de chegar aos seus fins, assim como é feito por outras categorias profissionais. Com isso gerar, junto com os seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização de seu bem-estar e, consequentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos. Isso requer deixar mudar e resgatar a serenidade de uma profissão e de profissionais, e não de militantes e de um grupo sectarista que defende todo tipo de causa social, menos a do interesse de fato de sua categoria como profissão. [...]

É urgente resgatar uma profissão que tenha simplesmente um código de ética profissional, que defenda sua identidade profissional, e não um projeto ideológico-político-partidário classista unilateral carregado de uma cultura de ressentimento e ódio aos opostos.

SERVIÇO SOCIAL
Libre